

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GESTÃO DO TERRITÓRIO**

HORTÊNCIA GOMES DE BRITO SOUZA

**“QUEM VIVE NA MARGEM, NÃO SE AFOGA NESSA ÁGUA”:
Bissexualidade, Interseccionalidade e Direito à Cidade em
Ponta Grossa - Paraná.**

**PONTA GROSSA
2022**

HORTÊNCIA GOMES DE BRITO SOUZA

**‘QUEM VIVE NA MARGEM, NÃO SE AFOGA NESSA ÁGUA’:
Bissexualidade, Interseccionalidade e Direito à Cidade em
Ponta Grossa - Paraná.**

Dissertação apresentada para obtenção do título de mestra no Programa de Pós-Graduação em Geografia, na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Área de Concentração Gestão do Território: Sociedade e Natureza, Linha de Pesquisa Análises Socioeconômicas e Dinâmicas Regionais e Urbanas.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat.
Coorientadora: Profa. Dra. Maria Rodó-Zárate.

**PONTA GROSSA
2022**

B862 Brito Souza, Hortência Gomes de
"Quem vive na margem, não se afoga nessa água": bissexualidade,
Interseccionalidade e direito à cidade em Ponta Grossa - Paraná. / Hortência
Gomes de Brito Souza. Ponta Grossa, 2022.

237 f.

Dissertação (Mestrado em Gestão do Território - Área de Concentração:
Gestão do Território: Sociedade e Natureza), Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Jose Ornat.

Coorientadora: Profa. Dra. Maria Rodó-de-zárate.

1. Bissexualidade. 2. Interseccionalidade. 3. Identidade. 4. Direito à cidade.
I. Ornat, Marcio Jose. II. Rodó-de-zárate, Maria. III. Universidade Estadual de
Ponta Grossa. Gestão do Território: Sociedade e Natureza. IV.T.

CDD: 320.12



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

HORTÊNCIA GOMES DE BRITO SOUZA

QUEM VIVE NA MARGEM, NÃO SE AFOGA NESSA ÁGUA': BISSEXUALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E DIREITO À CIDADE EM PONTA GROSSA - PARANÁ

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Marcio Jose Ornat - UEPG - Presidente

Profa. Maria Rodó-Zárate - Universidade de Barcelona - Coorientadora

Profa. Joseli Maria Silva - UEPG - Membro

Profa. Margarida Queirós - Universidade de Lisboa - Membro



Documento assinado eletronicamente por **Marcio Jose Ornat, Professor(a)**, em 05/09/2022, às 11:11, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Joseli Maria Silva, Professor(a)**, em 29/09/2022, às 14:43, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **1121894** e o código CRC **71B2478A**.

Dedico este trabalho à população
LGBTQIAPN+, especialmente à
monodissidente. Dedico também, *in*
memoriam, à minha avó Álbia, ao meu pai
Simão e ao nosso melhor amigo, Mirko.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, à minha mãe Joana, por toda a ajuda e cuidado ao longo destes 26 anos.

Agradeço ao meu orientador, o Professor Marcio Jose Ornat. Há dois anos atrás eu era apenas uma admiradora de seu trabalho e agora tive a honra de ter aprendido diretamente com ele. O que me leva também à minha co-orientadora, a Professora Maria Rodó-de-Zárate, pois nem em um milhão de anos imaginei que também teria a honra de conhecê-la e de ter sua contribuição neste trabalho.

Às pessoas que, literalmente, deram vida a este trabalho: Camélia, Estrela, Charlie, Skywalker, Jonas, Morgana, Proletário, bell, Zaira, Sophia, Dandara, Kena e Nery. Obrigada por terem compartilhado suas histórias e seus afetos comigo.

Não posso deixar de agradecer a Professora Suzane, minha orientadora na graduação, uma vez que ela foi a primeira a estender a mão para as minhas ideias e meus sonhos de uma Geografia *Queer*. Tive também muitas outras professoras e professores que me ajudaram nesta caminhada, como Andreia, Fernanda, Dayse, Edvaldo, Aline, Artur, Eduardo, Maria Angelica, e Joseli e Margarida, que abriram esta possibilidade geográfica para mim e para este trabalho.

Agradeço às minhas grandes amigas de infância, que por algum milagre, ainda não se cansaram de mim: Ariana, Carine, Bruna, Géssica e, especialmente, Yara e Canãti, que me ajudaram em minha pesquisa mesmo, em suas palavras, sem saber o que estavam fazendo. A vida adulta tende a tornar amizades mais escassas, mas fui agraciada com a presença de pessoas incríveis em minha vida como: Hiago, Mateus, Biancca, Matheus, Tereza, Heloísa, Camila, Richard James e a grande irmã que a graduação me deu, Talis.

A Academia pode ser um lugar predatório e competitivo, felizmente, tive sorte mais uma vez em conhecer pessoas maravilhosas no mestrado, como o colegas do GETE, Bruna, Emilyn, Adir, Franklin, Mariana (mais que uma amiga, mas também minha grande mestra) e Cíntia (minha parceira de *business* no @territorioidissidente e alma-gêmea geográfica).

À Universidade do Porto, pela experiência incrível que tive como intercambista e pela oportunidade de agora ser sua Embaixadora Alumna do Intercâmbio.

Por fim, agradeço à Hortência do passado, por não ter desistido, a do presente, por se manter firme, e a do futuro, por tudo que ela ainda conquistará.

*Aquele gosto amargo do teu corpo
Ficou na minha boca por mais tempo
De amargo então salgado ficou doce
Assim que o teu cheiro forte e lento
Fez casa nos meus braços e ainda leve
E forte e cego e tenso fez saber
Que ainda era muito e muito pouco
Faço nosso o meu segredo mais sincero
E desafio o instinto dissonante.
A insegurança não me ataca quando erro
E o teu momento passa a ser o meu instante.
E o teu medo de ter medo de ter medo
Não faz da minha força confusão.
Teu corpo é o meu espelho e em ti navego
E sei que tua correnteza não tem direção.
Mas, tão certo quanto o erro de ser barco
A motor e insistir em usar os remos.
É o mal que a água faz, quando se afoga
E o salva-vidas não está lá porque não vemos.*

(Legião Urbana - Daniel na Cova dos Leões)

*I must not fear. Fear is the mind-killer.
Fear is the little-death that brings total obliteration.
I will face my fear.
I will permit it to pass over me and through me.
And when it has gone past I will turn the inner eye
to see its path.
Where the fear has gone there will be nothing.
Only I will remain.*

(Frank Herbert - Dune)

RESUMO

Com este trabalho buscamos compreender como as pessoas bissexuais, com as suas diversas intersecções identitárias, vivenciam o Direito à Cidade em Ponta Grossa – Paraná. Para tanto, nos ancoramos, majoritariamente, em quatro categorias: Identidade, Interseccionalidade, Bissexualidade e Direito à Cidade. Visando realizar uma análise interseccional-identitária do espaço, utilizamos da metodologia dos *Relief Maps*, desenvolvida por Maria Rodó-de-Zárate (2011). Através desta metodologia, pudemos realizar uma análise individual e coletiva de 13 bissexuais vivendo em Ponta Grossa - Paraná. Estas pessoas foram encontradas segundo a técnica de bola de neve (GOODMAN, 1961). A metodologia dos *Relief Maps* condensa três dimensões: identitária, geográfica e emocional. A dimensão identitária do projeto que elaboramos abarca as identidades de gênero, bissexual e de classe. A dimensão geográfica abarca a Casa, os Espaços Públicos em Geral, a Internet, a Vizinhança, os Coletivos Políticos, as Instituições de Ensino, os Espaços de Lazer, o Trabalho, o Corpo e a Cidade. A dimensão emocional compreende sentimentos de Aceitação, Alívio, Liberdade, Segurança, Indiferença, Preocupação, Controle, Medo e Discriminação. Com isso, pudemos observar que as emoções negativas são mais frequentes, de forma geral, que as positivas para bissexuais vivendo em Ponta Grossa. Isso influencia na utilização dos espaços urbanos, onde muitas vezes este acúmulo de sentimentos negativos gera um rompimento e/ou desconexão com o espaço. A Cidade foi a escala com o maior acúmulo de afetos negativos, concentrando uma unanimidade acerca do sentimento de preocupação. Em contraposição, a Casa é a escala com o maior acúmulo de afetos positivos, mas ainda se apresenta como uma espacialidade conflituosa e até interdita, especialmente quando consideramos identidades de gênero e sexualidades dissidentes. Sendo concebido como um direito que une todos os demais, o Direito à Cidade em Ponta Grossa - Paraná, no tocante às pessoas que se autoidentificam como bissexuais, se mostrou, nestes parâmetros, como um direito seletivo, unilateral e paradoxal. Apesar disso, ao negociarem com as matrizes de poder, estas pessoas criam alternativas de vivenciar o espaço de forma a torná-lo menos interdito, demonstrando assim que elas possuem agência sob o espaço, mesmo que não a exerçam plenamente.

Palavras-chave: Bissexualidade; Interseccionalidade; Identidade; Direito à Cidade.

ABSTRACT

With this work we seek to understand how bisexual people, with their different identity intersections, experience the Right to the City in Ponta Grossa - Paraná, Brazil. For that, we are anchored mainly in four categories: Identity, Intersectionality, Bisexuality and the Right to the City. In order to carry out an intersectional-identity analysis of space, we used the Relief Maps methodology, developed by Maria Rodó-de-Zárate (2011). Through this methodology, we were able to carry out individual and groupal analyses of 13 bisexuals living in Ponta Grossa - Paraná, Brazil. They were found using the technique of snowball sampling (GOODMAN, 1961). The Relief Maps methodology condenses three dimensions: identity, geographic and emotional. The identity dimension of the project we elaborated covers gender, bisexual and class identities. The geographical dimension includes Housing, General Public Spaces, the Internet, the Neighborhood, Political Groups, Educational Institutions, Leisure Spaces, Work, the Body and the City. The emotional dimension includes feelings of Acceptance, Relief, Freedom, Security, Indifference, Preoccupation, Control, Fear and Discrimination. With this, we could observe that negative emotions are more frequent, in general, than positive ones for bisexuals living in Ponta Grossa. This influences the use of urban spaces, where this accumulation of negative feelings often generates a rupture and/or disconnection with space. The City was the scale with the greatest accumulation of negative affections, concentrating an unanimity about the feeling of preoccupation. In contrast, Housing is the scale with the greatest accumulation of positive affections, but it still presents itself as a conflicting and even interdicted spatiality, especially when we consider dissident gender identities and sexualities. Being conceived as a right that unites all others, the Right to the City in Ponta Grossa - Paraná, regarding the people who self-identify as bisexual, proved, in these parameters, as a selective, unilateral and paradoxical right. Despite this, when negotiating with the matrices of power, these people create alternatives to experience space in order to make it less interdicted, thus demonstrating that they have agency over space, even if they do not fully exercise it.

Keywords: Bisexuality; Intersectionality; Identity; Right to the City.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - <i>Relief Map</i> de Camélia, Ponta Grossa, 2021	144
Figura 2 - <i>Relief Map</i> de Estrela, Ponta Grossa, 2021	151
Figura 3 - <i>Relief Map</i> de Charlie, Ponta Grossa, 2021	158
Figura 4 - <i>Relief Map</i> de Skywalker, Ponta Grossa, 2021	165
Figura 5 - <i>Relief Map</i> de Jonas, Ponta Grossa, 2021	171
Figura 6 - <i>Relief Map</i> de Morgana, Ponta Grossa, 2021	176
Figura 7 - <i>Relief Map</i> de Proletário, Ponta Grossa, 2021	182
Figura 8 - <i>Relief Map</i> de bell, Ponta Grossa, 2021	188
Figura 9 - <i>Relief Map</i> de Zaira, Ponta Grossa, 2021	194
Figura 10 - <i>Relief Map</i> de Sophia, Ponta Grossa, 2021	199
Figura 11 - <i>Relief Map</i> de Dandara, Ponta Grossa, 2021	203
Figura 12 - <i>Relief Map</i> de Kena, Ponta Grossa, 2021	208
Figura 13 - <i>Relief Map</i> de Nery, Ponta Grossa, 2021	213
Gráfico 1 - Emoções de bissexuais em suas Vizinhanças, Ponta Grossa, 2021	107
Gráfico 2 - Emoções de Bissexuais na Internet, Ponta Grossa, 2021	107
Gráfico 3 - Emoções de bissexuais nos Espaços de Lazer, Ponta Grossa, 2021	113
Gráfico 4 - Emoções de bissexuais no Trabalho, Ponta Grossa, 2021	113
Gráfico 5 - Emoções de bissexuais nos Espaços Públicos em Geral, Ponta Grossa, 2021.	119
Gráfico 6 - Emoções de bissexuais em suas Casas, Ponta Grossa, 2021	120
Gráfico 7 - Emoções de bissexuais nos Coletivos Políticos, Ponta Grossa, 2021	128
Gráfico 8 - Emoções de bissexuais nas Instituições de Ensino, Ponta Grossa, 2021	128
Gráfico 9 - Emoções de bissexuais com seus Corpos, Ponta Grossa, 2021	134
Gráfico 10 - Emoções de bissexuais na Cidade, Ponta Grossa, 2021	134
Mapa 1 - Localização da área de Pesquisa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil, 2022	14
Mapa 2 - Bairros habitados pelas pessoas entrevistadas, Ponta Grossa-PR, 2022	104

Quadro 1 - Resultados de busca no Google sobre diferentes sexualidades, 2022	57
Quadro 2 - Resultado de busca no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, 2022	58
Quadro 3 - Dissertações e teses que abordam a bissexualidade, CAPES, 2022	59
Quadro 4 - Artigos que abordam a bissexualidade, OGB, 2020	60
Quadro 5 - Características socioeconômicas das pessoas entrevistadas, Ponta Grossa, 2021	101

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABGLT - Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Humana

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBB - Coletivo Brasileiro de Bissexuais

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CORSA - Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor

DCE - Diretório Central dos Estudantes

e.g. - *exempli gratia*, por exemplo

FAA - Frente Ampla Antifascista

FAD - Frente Amplo-Democrática

FoMO - *Fear of Missing Out*

GETE - Grupo de Estudos Territoriais

HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana

HOMES - *Homemakers Organization for a More Egalitarian Society*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

i.e. - *id est*, isto é

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

LGBTQIAPN+ - Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Transgênero, *Queer*, Questionando, Intersexual, Assexual, Pansexual, Não-binária e de outras Mais que fujam da cis-heteronormatividade

MCMV - Minha Casa, Minha Vida.

OGB - Observatório da Geografia Brasileira

ONG - Organização Não-Governamental

PET - Programa de Educação Tutorial

PCD - Pessoas Com Deficiência

SFM - Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Paraná

SUS - Sistema Único de Saúde

UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

VCG - Viação Campos Gerais

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA POSICIONALIDADE DA AUTORA À POSICIONALIDADE DA PESQUISA	12
CAPÍTULO 1 BISSEXUALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E O DIREITO À CIDADE	20
1.1 Dos paradoxos da Identidade aos jogos da Interseccionalidade	23
1.2 Os Paradoxos da Bissexualidade	45
1.3 Os paradoxos do Direito à Cidade	72
CAPÍTULO 2 DIREITO “BI” À CIDADE: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DAS EMOÇÕES	93
2.1 A Internet e a Vizinhaça	105
2.2 Os Espaços de Lazer e o Trabalho	111
2.3 Os Espaços Públicos em Geral e a Casa	117
2.4 Os Coletivos Políticos e as Instituições de Ensino	126
2.5 O Corpo e a Cidade	132
CAPÍTULO 3 RELIEF MAPS BISSEXUAIS: DIFERENTES GUARDA-CHUVAS, MESMA TEMPESTADE	140
3.1 Camélia e seu Relief Map	141
3.2 Estrela e seu Relief Map	149
3.3 Charlie e seu Relief Map	156
3.4 Skywalker e seu Relief Map	162
3.5 Jonas e seu Relief Map	169
3.6 Morgana e seu Relief Map	173
3.7 Proletário e seu Relief Map	181
3.8 bell e seu Relief Map	185
3.9 Zaira e seu Relief Map	192
3.10 Sophia e seu Relief Map	198
3.11 Dandara e seu Relief Map	202
3.12 Kena e seu Relief Map	206
3.13 Nery e seu Relief Map	211
CONSIDERAÇÕES FINAIS QUEM VIVE NA MARGEM NÃO SE AFOGA NESSA ÁGUA?	217
REFERÊNCIAS.....	222
APÊNDICE A - PESSOAS ENTREVISTADAS ENCONTRADAS PELA TÉCNICA DE SNOWBALL, PONTA GROSSA, 2021	234
APÊNDICE B - INTERFACE DE RESPOSTA SOBRE AS EMOÇÕES SEGUNDO O LUGAR E A IDENTIDADE, PLATAFORMA DOS RELIEF MAPS, 2021	235
APÊNDICE C - INTERFACE DE RESPOSTA SOBRE AS POSIÇÕES IDENTITÁRIAS, PLATAFORMA DOS RELIEF MAPS, 2021	236
APÊNDICE D - CRONOLOGIA DO TERMO ‘BISSEXUALIDADE’, 2022	237

CONSIDERAÇÕES INICIAIS DA POSICIONALIDADE DA AUTORA À POSICIONALIDADE DA PESQUISA

Por onde começar? Comece com o material. A questão do corpo.

Leslie Kern - Cidade feminista: A luta por espaço em um mundo desenhado por homens

Em 2008, com treze anos de idade, fui surpreendida pelo escárnio de uma amiga ao insinuar que eu era “sapatão”¹ e que ela não era a única que “sabia” da minha sexualidade, mas todas as minhas amigas, e por isso não se comportavam mais da mesma maneira comigo, pois estava claro que eu me sentia atraída por elas. Mesmo estarecida, busquei refutá-la, mas sua certeza sobre a minha suposta lesbianidade era inabalável.

Este dia, bem como muitos outros que o sucederam, pois esta abjeção não se dissipou imediatamente com a minha negativa, me deixou completamente paranoica: “O que eu estou fazendo que lhes passa a ideia de que eu sou lésbica?”; “Será que sou lésbica e realmente não percebi?”; “Mas eu gosto de meninos, sempre gostei de meninos. Será que eu também gosto de meninas?”; e, a mais recorrente, “O que há de errado comigo?”. Depois de várias noites presa em meus pensamentos e dias de total constrangimento na escola, comecei a rebater minhas amigas, bem como qualquer aluna/o que ousasse me olhar de canto de olho, iniciando assim o que se tornou uma vida de ativismo em prol da luta Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual, Transgênero, *Queer*, Questionando, Intersexual, Assexual, Pansexual, Não-binária e de outras pessoas Mais que fujam da cis-heteronormatividade (LGBTQIAPN+).

Sempre fui aberta à ideia de uma atração sexual/romântica que fosse independente de gêneros, então imaginem meu espanto ao descobrir que isso não era o ‘normal’ e que a sexualidade de muitas pessoas é condicionada por uma escolha de objeto e repúdio às demais. Por ser natural de uma cidade pequena do interior da Bahia (menos de 15 mil habitantes), passei grande parte da minha vida me sentindo uma estranha, uma *outsider*, mesmo na presença de amigas/os e

¹ Gíria para designar pessoas lésbicas e signos associados à lesbianidade. Esta gíria é utilizada tanto como uma identidade, como para fins depreciativos.

familiares (ou principalmente na presença delas/os), e por isso acreditei que ao me mudar para uma cidade maior, isso mudaria, pois eu me encontraria.

Aos 17 anos, já cursando minha primeira graduação (Engenharia Elétrica) e vivendo em uma cidade de médio porte (350 mil habitantes), descobri a 'pansexualidade' e senti um alívio inebriante ao me identificar com ela, pois isso significava que talvez eu não era tão *outsider* assim. Tentei manter meu ativismo ao compor o Diretório Central dos Estudantes (DCE), desta vez não só como aliada, mas como pertencente à população LGBTQIAPN+. Mas, por estar em uma instituição apenas com cursos das Ciências Exatas, com uma maioria esmagadora de homens cisgêneros, heterossexuais e brancos que não só não se importava nenhum pouco com causas sociais, mas ainda me assediava sexualmente e intelectualmente, me vi frustrada e até ridicularizada em alguns momentos. Isso me levou a migrar para outra instituição e outro curso: Geografia.

Confesso que ao iniciar minha Licenciatura em Geografia desconhecia as infinitas possibilidades de estudos que esta Ciência abarca, algo sanado com a disciplina 'Introdução ao Pensamento Geográfico'. Oras, se "a Geografia está em todo lugar" (COSGROVE, 1989), então para mim estava claro que eu poderia estender meu ativismo para a minha pesquisa acadêmica. Entretanto, muitos professores se oporam a isso e as poucas professoras que acolheram minhas ideias, não sabiam como me ajudar. Portanto, ser *outsider* e solitária não se extinguiu com a minha mudança de cidade e de curso, mas foi transferido para outros aspectos da minha vida, outras posicionalidades.

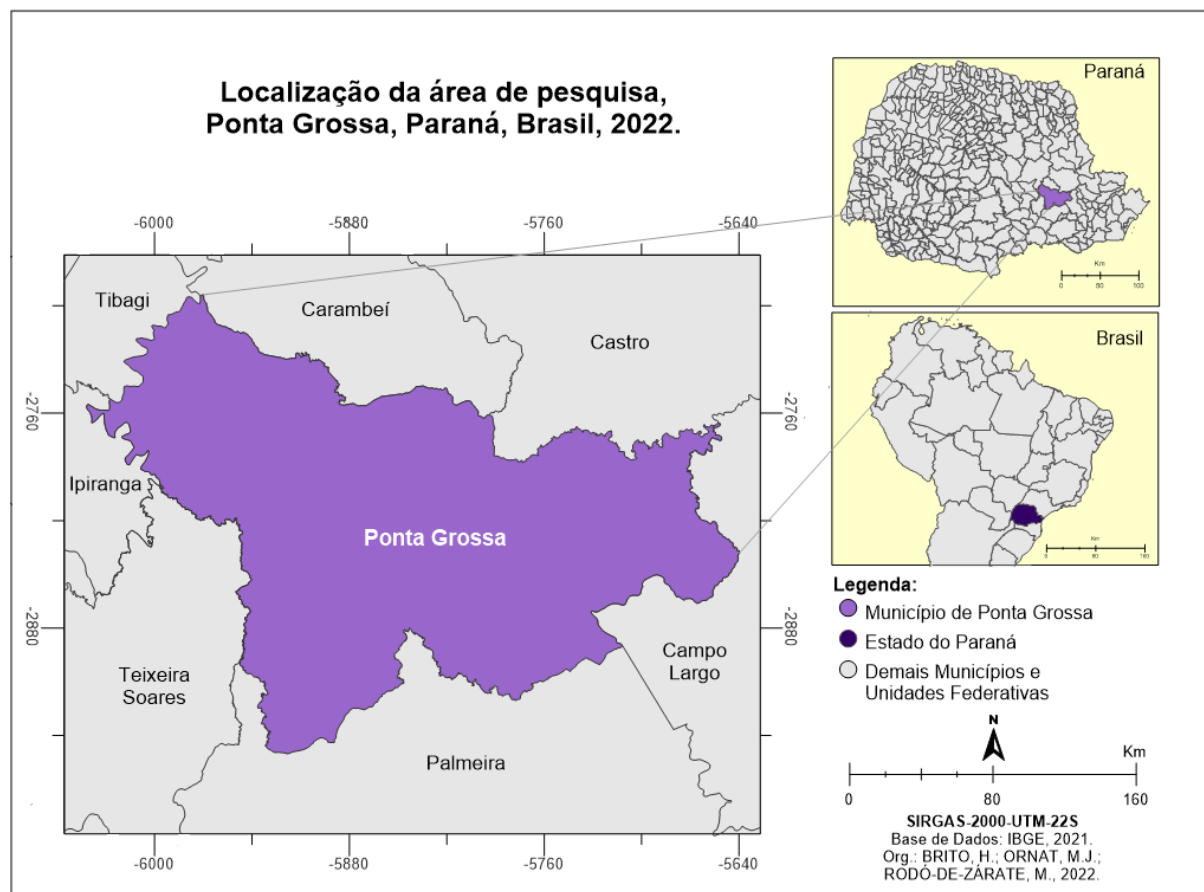
Ainda sobre este limiar entre ser *insider* e *outsider*, tive a oportunidade de realizar um intercâmbio durante a minha graduação na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Portugal, uma experiência que enriqueceu minha jornada acadêmica, bem como a minha vida de forma geral. Esta ponte entre instituições se mantém até hoje, uma vez que me tornei uma Embaixadora Alumna do Intercâmbio da Universidade de Porto, auxiliando outras/os brasileiras/os nesta jornada.

Apesar das dificuldades, consegui finalizar minha graduação e elaborar minha monografia, sendo a primeira discente do curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) a construir um trabalho dentro da Geografia das Sexualidades. Isto foi possível graças à minha orientadora, Profa. Dra. Suzane Tosta Souza, que acolheu minha pesquisa, mesmo estando fora do seu campo de estudo. Como eu pretendia continuar com minha pesquisa neste

subcampo, busquei fazer parte de um grupo já consolidado dentro desta área, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG), sendo orientada por uma pessoa que já era uma grande referência minha, o Prof. Dr. Marcio Jose Ornat.

A minha aprovação no mestrado na Universidade Estadual de Ponta Grossa - Paraná, bem como o recebimento da bolsa de mestrado da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES, 2020-2022) deixaram-me extremamente animada e ansiosa pelo início desta nova fase. O que eu não esperava era que seríamos acometidos por uma pandemia mundial de Covid-19, que alteraria completamente nosso modo de vida e que mataria cerca de 18 milhões de pessoas. Com isso, meus planos de mudança para Ponta Grossa (Mapa 1) foram adiados a tal ponto que deixaram de existir e minha vivência nesta cidade, na Universidade e no GETE não se concretizou. Com isso, o pouco que sei sobre a cidade se baseia nas informações das pessoas que entrevistamos, das/os professoras/es, amigas/os e de dados encontrados na internet.

Mapa 1- Localização da área de pesquisa, Ponta Grossa, Paraná, Brasil, 2022.



Ponta Grossa é uma cidade de médio porte, com uma população estimada de 358.838, sendo o quarto município mais populoso do Paraná, situada a 117,70 km da capital de seu estado, Curitiba. Suas principais atividades econômicas são, simultaneamente: serviços (36,48% dos empregos), comércio (23,16% dos empregos) e indústria de transformação (17,90% dos empregos). O município se distribui de forma que 97,79% de sua população vive em área urbana, enquanto 2,2% vive em área rural. No que tange à distribuição por raça, temos que 78,66% das/os pontagrossenses se auto-identificam como pessoas brancas, 17,99% como pardas, 2,7% como pretas, 0,47% como amarelas e 0,16% como indígenas (IPARDES, 2022).

Esta distribuição racial é uma característica que reflete o histórico de migração de europeus para o Brasil, realizada no século XIX, a fim de promover o embranquecimento da população. Além disso, o crescimento da agropecuária no Sul do país atraiu muitos europeus, especialmente russos-alemães em se tratando de Ponta Grossa (PREFEITURA DE PONTA GROSSA). Com isso, vemos que sua constituição e sua localização na mesorregião Centro-Oriental de seu estado, dotam a cidade de características únicas, especialmente em relação aos referenciais que eu possuía como uma pessoa baiana e nordestina.

Assim, tornei-me uma *outsider* espacialmente, a fim de tornar-me uma *insider* acadêmica e profissionalmente. Este jogo interseccional e paradoxal, em que privilegiamos algumas identidades (ou mesmo estruturas) em detrimento de outras, fará parte de toda a pesquisa, como poderá ser visto nos capítulos a seguir.

Segundo geógrafas(os) feministas, decoloniais e *queer*, o conhecimento científico é construído de forma posicionada, em um espaço-tempo específico (ANDRÉ, 2018; 2019; ROSE, 1997; SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017; BRITO E ORNAT, 2021). Por mais que nós, na condição de geógrafas/os, tenhamos capacidade intelectual e metodológica de abordar qualquer fenômeno, incluindo aqueles que transcendem nossa experiência pessoal e social, discutimos com mais propriedade os fenômenos que são mais próximos de nós (ROSE, 1997).

Quando temos familiaridade com os sujeitos e/ou objetos que pretendemos pesquisar, conseguimos direcionar politicamente os nossos questionamentos (DEMO, 1981) e conseguimos acessar dados e informações privilegiados devido às nossas posicionalidades. Deste modo, a posicionalidade é uma forma de localizar o

olhar que o/a pesquisador/a tem perante o seu tema de pesquisa, logo, localizar os próprios resultados da pesquisa.

Considerando o tempo e os recursos disponíveis para a construção desta dissertação, escolhemos trabalhar, em específico, com a bissexualidade, pois compreendemos que as práticas e as exclusões sociais, bem como as interdições espaciais cotidianas vividas pelas pessoas bissexuais e pelas pessoas pansexuais são muito semelhantes, sobrepondo-se em alguns momentos, apesar de serem historicamente distintas. No entanto, a bissexualidade é mais difundida que a pansexualidade, e por isso também optamos pela primeira. Além disso, a escassez de trabalhos sobre a bissexualidade na Geografia brasileira, que será demonstrada no Capítulo I, foi também um dos motivos que nos levou à escolha deste tema.

Dito isto, com este trabalho buscamos compreender: Como as pessoas bissexuais, com as suas diversas intersecções identitárias, vivenciam o direito à cidade em Ponta Grossa – Paraná? Com intuito de estabelecer fios condutores para a análise e para a compreensão do fenômeno, foram elaboradas três subquestões, as quais constituem os três capítulos desta pesquisa: (1) Como se dá o processo de auto identificação de pessoas bissexuais em Ponta Grossa – Paraná?; (2) De que maneira o direito 'bissexual' à cidade é estruturado em Ponta Grossa – Paraná?; (3) Como a interseccionalidade é negociada por pessoas bissexuais na vivência do direito à cidade em Ponta Grossa - Paraná?

O Capítulo I, intitulado 'Bissexualidade, Interseccionalidade e o Direito à Cidade', se subdivide em três seções. Na primeira seção, 'Dos paradoxos da Identidade aos jogos da Interseccionalidade', demonstramos como o conceito de identidade e o de interseccionalidade foram trabalhados, dentro e fora da Geografia, a fim de evidenciar como as pessoas bissexuais negociam suas intersecções identitárias com as estruturas de poder. Para tanto, utilizamos autoras/es como Stuart Hall (1996), Joan Scott (2005), Rosaura Sánchez (2013) e Rogério Haesbaert (2013), Kimberlé Crenshaw (1989), Leslie McCall (2005), Gill Valentine (2007), Elizabeth McDermott (2010), Maria G. S. N. Silva e Joseli M. Silva (2011) e Margaret Robinson (2017).

A segunda seção, 'Os Paradoxos da Bissexualidade', dedicamo-nos a explicar como esta identidade foi construída ao longo do tempo, bem como expor e discutir as interdições sofridas por bissexuais. Para isso, nos ancoramos nos pensamentos de Clare Hemmings (1995; 2002), Kenji Yoshino (2000), Corey E. Flanders (2017) e

Helena M. Monaco (2020). Na terceira e última seção do Capítulo I, ‘Os paradoxos do Direito à Cidade’, apresentamos críticas ao planejamento urbano atual, bem como ao desenvolvimento tradicional do direito à cidade, além de propormos a construção de um espaço urbano, especialmente em Ponta Grossa, que busque compreender a diversidade humana e não reprimi-la. Com esse fim, dialogamos com Dolores Hayden (1980), Tovi Fenster (2005), Ana. F. A. Carlos (2007; 2014; 2020), Maria Rodó-de-Zárate (2016), Cristhian M. De Marco, Paulo Jr. T. dos Santos e Gabriela S. Möller (2020) e Mariana B. de Souza e Marcio J. Ornat (2021).

A escolha em trabalhar com a interseccionalidade se deu desde o início da pesquisa, e assim, nossa tarefa foi encontrar uma metodologia que melhor se adequasse com a nossa proposta de pesquisa. Após leituras sobre interseccionalidade, estudos *queer* e das sexualidades (MCCALL, 2005; BROWNE; NASH, 2010; SILVA; SILVA, 2011), encontramos cinco metodologias em potencial: 1) Estudos de Caso; 2) Etnografia 3) Genealogia; 4) Análise do Discurso e; 5) *Relief Maps*.

Em seu trabalho sobre interseccionalidade, Elizabeth McDermott (2010, p. 240) afirma que “[o] que é importante para o desenvolvimento de metodologias interseccionais não é encontrar a metodologia ‘certa’, mas abordar a questão das categorias sociais”. Neste ponto, discordamos da autora, pois cada metodologia possibilita uma forma de análise e, portanto, possibilita diferentes resultados, mesmo se analisarmos as mesmas categorias sociais e espaciais em todas elas.

A nossa intenção nesta pesquisa, para além de mostrar pontos comuns nas vivências de bissexuais para pensarmos possibilidades de um direito à cidade que as abarquem, é também salientar as diferentes formas de ser bissexual, entendendo que as infinitas possibilidades de intersecções identitárias produzem experiências espaciais e sociais diversas.

Além disso, entendendo que fazemos negociações com as matrizes de poder (BUTLER, 2018; 1993; 2017), ou seja, negociamos e manipulamos (na medida do possível) as nossas identidades para tornar a nossa vivência espacial mais agradável (e possível), concluímos que a metodologia dos *Relief Maps* salienta melhor esse ‘jogo das identidades’ (HALL, 1996) no espaço, e logo, ela contribui de forma mais satisfatória para alcançarmos nossos resultados.

Como poderá ser visto no Capítulo I, os *Relief Maps* foram desenvolvidos por Maria Rodó-de-Zárate em sua pesquisa de doutorado em Geografias Feministas

(2014), professora que, gentilmente, aceitou a tarefa de me co-orientar e construir este trabalho conosco. A autora se dedicou a pesquisar o acesso de jovens ao espaço público urbano na cidade catalã de médio porte, Manresa, por uma perspectiva interseccional. Em sua pesquisa, a autora considerou as categorias de gênero, orientação sexual, origem geográfica, idade e classe social e sua metodologia a possibilitou compreender como as diferentes intersecções identitárias possibilitavam vivências espaciais distintas entre jovens.

Os *Relief Maps* são, portanto, uma metodologia para estudar as desigualdades sociais por uma lente interseccional, combinando categorias identitárias, espaciais e emocionais. Com base nos *Relief Maps* de 13 bissexuais que habitam Ponta Grossa - Paraná, construímos os Capítulos II e III.

Para a elaboração do Capítulo II, intitulado 'Direito "bi" à Cidade: uma análise através das Emoções', utilizamos os dados da planilha baixada da plataforma dos *Relief Maps*. Estes dados nos possibilitaram a realização de uma análise coletiva das categorias espaciais elencadas, através das emoções expressas pelas pessoas entrevistadas em seus *Relief Maps*. Deste modo, pudemos compreender como pessoas bissexuais vivenciam o direito à cidade e os espaços urbanos em Ponta Grossa - Paraná. Dito isso, para fins de análise, organizamos o Capítulo II em cinco Seções, cada uma contendo a análise de duas espacialidade que, historicamente, foram lidas como antagônicas ou complementares, sendo elas: 'Internet e Vizinhaça'; 'Espaços de Lazer e Trabalho'; 'Espaços Públicos em Geral e Casa'; 'Coletivos Políticos e Instituições de Ensino'; e por fim, 'Corpo e Cidade'.

O Capítulo III, intitulado "*Relief Maps* Bissexuais: Diferentes guarda-chuvas, mesma tempestade", compreende os *Relief Maps* individuais das 13 pessoas que entrevistamos, seus processos de identificação com a bissexualidade e as negociações que elas fazem com o espaço urbano pontagrossense para vivenciarem suas diversas identidades interseccionadas.

Se no Capítulo II fizemos uma análise coletiva das espacialidades, no Capítulo III fizemos uma análise individual de cada *Relief Map*, demonstrando que mesmo ao considerarmos as mesmas categorias identitárias interseccionadas (aqui sendo sexualidade, gênero e classe), observamos experiências espaciais distintas entre as pessoas, uma vez que estas intersecções identitárias podem aumentar ou reduzir suas autonomias no espaço urbano.

É sabido que toda metodologia apresenta lacunas, mas buscamos reduzi-las ao explorar todas as potencialidades dos *Relief Maps* bem como as suas diversas possibilidades de análise, seja através da individualidade, como através da coletividade.

Antes de começar essa pesquisa, por ter ouvido/lido tanto sobre como pessoas monodissidentes são “menos abjetas” que lésbicas e gays (como se pudéssemos quantificar isso), internalizei este discurso como uma verdade e por vezes, me vi na obrigação de reproduzi-lo. As leituras sobre bissexualidade, bem como com os relatos das pessoas que construíram esta pesquisa conosco, me fizeram redescobrir que a nossa “passabilidade hetero” não nos coloca em uma situação de privilégio constante (assim como a própria abjeção também é inconstante), mas sim expõe a nossa inexistência em um mundo organizado em torno da monossexualidade, especialmente da cis-heteronormatividade. Nossa sexualidade, por vezes, só serve às pessoas monossexuais, quando para satisfazer seus fetiches e/ou para somar números às suas pautas políticas. Todavia, nossos desejos, ambições, identidades, projetos, etc., são irrisórios, desnecessários, fúteis. E se isso não é uma forma de abjeção, o que é?

Este trabalho foi doloroso, não só para mim, mas sei que para as pessoas que o construíram comigo, mas também foi inebriante e aliviante poder, finalmente, ter a possibilidade de compartilhar nossas narrativas, nos fazer visíveis. Eu finalizo este trabalho orgulhosa destas pessoas, orgulhosa de suas trajetórias, suas lutas, suas resistências, que também são minhas e, através desta pesquisa, também serão de vocês leitoras/es/us.

CAPÍTULO 1

BISSEXUALIDADE, INTERSECCIONALIDADE E O DIREITO À CIDADE

A bissexualidade é um nome que damos para a nossa incapacidade de nos sentirmos confortáveis na distinção entre heterossexualidade e homossexualidade. Mas sabemos que esse não-lugar se expressa de diferentes maneiras, é constituído por diferentes desejos [...]. Mas já que demos esse nome pra essa inquietação, a esse não-lugar, e que nos entendemos como bissexuais, apesar da pluralidade de nossas vivências pessoais, é uma possibilidade de encontrarmos conforto, é importante para nós que as pessoas reconheçam que há gente que não se sente heterossexual nem homossexual.

(Tatiana R. Maurano, Regina Facchini e Fabiana K. Jesus - Carta a uma amiga bissexual)²

Este capítulo tem por objetivo realizar uma discussão teórica sobre a identidade, a interseccionalidade, a bissexualidade e o direito à cidade. Abordaremos estas categorias como conceitos, mas também como práticas, compreendendo que a criação e manutenção das identidades, das interseccionalidades e da bissexualidade, bem como a resistência e a luta por cidadania no espaço urbano, são performadas cotidianamente, consciente e inconscientemente.

A palavra “bissexualidade” possuiu diversas definições ao longo dos anos e, mesmo dentro da compreensão das orientações sexuais, ela ainda diverge em seu significado e seus limites conceituais. Apesar de ser uma das sexualidades menos discutidas cientificamente, socialmente e politicamente, como evidenciamos nesta dissertação, o que o campo e as produções científicas têm indicado é que existe uma diferenciação (ou mesmo um conflito) entre a bissexualidade como identidade e a bissexualidade como orientação sexual.

Joan Scott em ‘*The Evidence of Experience*’ (1991), traz a importância do resgate feito por historiadoras/es de narrativas do “Outro”, até então omitidas ou simplesmente não retratadas. Este resgate evidenciou narrativas de pessoas que vivem de forma fragmentada em/por instituições pré-impostas e que isso as impossibilita de enxergar o todo, bem como de pessoas dentro da norma enxergarem-nas. Segundo a autora, isso provocou uma crise na via ortodoxa da História, pois não apenas expandiu o campo, como o número de sujeitos, mas

² Ver texto completo em:

http://blog-espaco-b.blogspot.com/2010/06/carta-uma-amiga-bissexual_21.html.

também demonstrou que existem diversas perspectivas e pontos de partida para uma narrativa e que nenhuma delas é, completamente, verdadeira.

O resgate dessas narrativas, outrora ignoradas, evidenciam modos de vida diferentes e, com isso, a própria diversidade humana, que historicamente, socialmente e cientificamente se restringiu a figura do homem, branco, cisgênero, heterossexual, etc. Isso conseqüentemente produziu a ideia de naturalidade dessas identidades, marcando as demais como "Outras". Assim, para Joan Scott (1991), esse resgate histórico tem se ancorado na experiência, tanto da/o historiadora/or, quanto das pessoas donas das narrativas, a fim de legitimá-las.

O status da evidência, entretanto, é ambígua para historiadoras/es, porque ao mesmo tempo que novas evidências podem demonstrar falhas nas interpretações dominantes, elas ainda dependem de um referencial (assim como a perspectiva dominante), ou seja, é uma fragmentação da realidade (SCOTT, 1991). Todavia, "[q]uando a evidência oferecida é a evidência da 'experiência', a reivindicação de referencialidade é ainda mais reforçada - o que poderia ser mais verdadeiro, afinal, do que o próprio relato de um sujeito sobre o que ele ou ela viveu?"³ (p. 777). Neste sentido, quando a experiência é utilizada como evidência, os relatos individuais se tornam a base da explicação e, questões sobre a gênese dessas diferenças se tornam secundárias, pois a experiência evidencia que as diferenças são factuais.

Ao tornarmos experiências marginais visíveis, estamos evidenciando as matrizes de poder que as posicionaram na margem, mas também evidenciamos comportamentos e instituições alternativas, negociações e subversões à ordem, que não podem ser analisadas e enquadradas dentro dos moldes ortodoxos e dominantes, mas que carecem de uma revisão histórica para tal. "Para tanto, precisamos nos atentar para os processos históricos que, por meio do discurso, posicionam os sujeitos e produzem suas experiências. Não são indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos que se constituem por meio da experiência"⁴ (SCOTT, 1991, p. 779). A experiência, nessa perspectiva, não é a origem da nossa explanação, mas sim o que pretendemos explicar, pois, do contrário, ela

³ When the evidence offered is the evidence of "experience," the claim for referentiality is further buttressed-what could be truer, after all, than a subject's own account of what he or she has lived through? (SCOTT, 1991, p. 777). - tradução nossa.

⁴ For that we need to attend to the historical processes that, through discourse, position subjects and produce their experiences. It is not individuals who have experience, but subjects who are constituted through experience (SCOTT, 1991, p. 779). - tradução nossa.

naturalizaria a ideia de categorias/identidades como inerentes aos sujeitos e não como construções discursivas.

Para Joan Scott (1991), a experiência foi de grande valia para as historiadoras feministas (e aqui incluímos geógrafas/os feministas também) na contestação da neutralidade científica e do *status* de conhecimento objetivo e neutro. Em contrapartida, como aponta a autora, para algumas/uns historiadoras/es, o caráter discursivo da experiência é um paradoxo, pois se a experiência não pode ser de fato explicada, atribuí-la ao discurso, parece negar sua inexplicabilidade. Como visto em sua argumentação:

Os sujeitos são constituídos discursivamente, mas há conflitos entre os sistemas discursivos, contradições dentro de qualquer um deles, múltiplos significados possíveis para os conceitos que eles desenvolvem. E os sujeitos têm agência. Eles não são indivíduos unificados e autônomos que exercem o livre arbítrio, mas sim sujeitos cuja agência é criada por meio de situações e status que lhes são conferidos. [...] A experiência pode tanto confirmar o que já é conhecido (vemos o que aprendemos a ver) quanto perturbar o que foi dado como certo (quando diferentes significados estão em conflito, reajustamos nossa visão para levar em conta o conflito ou resolvê-lo - isso é o que significa "aprender com a experiência", embora nem todos aprendam a mesma lição ou a aprendam ao mesmo tempo ou da mesma maneira) (SCOTT, 1991, p. 793)⁵.

As condições de existência, pré-definidas discursivamente, possibilitam escolhas, as quais são mais ou menos limitadas, dependendo do sujeito e de suas identidades. Do mesmo modo, a ideia do que uma identidade significa muda ao longo do tempo e do espaço, bem como as possibilidades de identificação (e.g. a possibilidade de alguém se identificar como bissexual é muito recente na história e, certamente, ser bissexual no Brasil é diferente de ser bissexual em outros países). Deste modo:

Experiência não é uma palavra da qual possamos prescindir, embora, dado seu uso para essencializar a identidade e reificar o sujeito, seja tentador abandoná-la por completo. Mas a experiência é tão parte da linguagem cotidiana, tão imbricada em nossas narrativas que parece fútil argumentar por sua expulsão. Serve como uma forma de falar sobre o que aconteceu, de estabelecer diferenças e semelhanças, de reivindicar um conhecimento "inexpugnável" (SCOTT, 1991, p. 797)⁶.

⁵ Subjects are constituted discursively, but there are conflicts among discursive systems, contradictions within any one of them, multiple meanings possible for the concepts they deploy. And subjects do have agency. They are not unified, autonomous individuals exercising free will, but rather subjects whose agency is created through situations and statuses conferred on them. [...] Experience can both confirm what is already known (we see what we have learned to see) and upset what has been taken for granted (when different meanings are in conflict we re-adjust our vision to take account of the conflict or to resolve it-that is what is meant by "learning from experience," though not everyone learns the same lesson or learns it at the same time or in the same way) (SCOTT, 1991, p 793). - tradução nossa.

⁶ Experience is not a word we can do without, although, given its usage to essentialize identity and reify the subject, it is tempting to abandon it altogether. But experience is so much a part of everyday

Portanto, a experiência não é o início da explicação, mas sim o que se deseja explicar, como já dito anteriormente. Ela já é, *à priori*, uma interpretação e, ao mesmo tempo, algo que ainda pode ser interpretado. Dito isto, o que propomos neste capítulo é trazer à luz as diferenças e contradições entre a identidade sexual (e/ou política) e a orientação sexual, as quais também colocam a estabilidade de outras sexualidades em cheque. Entretanto, a perspectiva que adotamos na pesquisa é a identitária-interseccional, por um respeito à autonomia das pessoas, bem como pelo entendimento de que as pessoas possuem várias facetas, as quais estão sendo, constantemente, negociadas com as matrizes de poder para tornar a vivência espacial mais agradável. Do mesmo modo, como a proposta deste trabalho é compreender como as pessoas bissexuais vivenciam o direito à cidade, precisamos considerar que a afirmação de existências fazem-se necessárias para a construção de políticas públicas e, comumente, esta afirmação ocorre pela identidade.

Por mais que os trabalhos sobre o conceito de interseccionalidade mencionados aqui tenham sido publicados anteriormente aos trabalhos sobre o conceito de identidade, a construção do primeiro depende da compreensão do segundo, assim, a título de inteligibilidade da discussão, seguiremos esta ordem.

1.1 Dos paradoxos da Identidade aos jogos da Interseccionalidade

Na segunda metade do século XX, houve uma ascensão de grupos identitários (étnico-raciais, feministas, LGBTQIAPN+, religiosos, nacionalistas, etc.), reivindicando direitos direcionados para suas necessidades. Com isso, diferentes debates começaram a surgir sobre uma possível crise das identidades, a qual se ancorava no argumento de uma fragmentação, descentralização e deslocamento das identidades (HALL, 1996). Parte deste mesmo argumento discorre também sobre como a percepção que temos de nós mesmas/os vem mudando e como nossas identidades têm se transformado ao longo do tempo.

Em um texto intitulado *'The Question of Cultural Identity'*, Stuart Hall (1996) aborda três formas distintas em que a identidade vinha sendo concebida. Na primeira forma, a identidade é inerente ao sujeito, sendo revelada ao longo do

language, so imbricated in our narratives that it seems futile to argue for its expulsion. It serves as a way of talking about what happened, of establishing difference and similarity, of claiming knowledge that is "unassailable." (SCOTT, 1991, p. 797). - tradução nossa.

tempo, mas sempre contínua e imutável, sendo considerada pelo autor como uma forma individualista de se conceber os sujeitos. Na segunda forma, a identidade é concebida pela relação social, não estando exatamente sob o nosso controle, mas sendo constituída pela relação com “outros significantes”⁷ (p. 597), que media o nosso contato com o mundo. Segundo o autor, essa perspectiva de se conceber a identidade, preenche a lacuna entre *insider* e *outsider* e, uma vez que os sujeitos internalizam e se apropriam das identidades culturais, ambos sujeito e cultura tornam-se unificados e previsíveis. Esta relação, segundo o autor, é o que desestabiliza e fragmenta as identidades, produzindo então a terceira forma que Stuart Hall (1996) define como identidade do sujeito pós-moderno, entendendo-a como algo transitório, sendo produto das nossas relações sociais históricas, onde assumimos diferentes identidades em diferentes tempos e espaços.

Após analisar o caso do Juiz Thomas, em que podemos observar uma análise interseccional das identidades do juiz e de sua geopolítica, Stuart Hall (1996) elabora algumas considerações sobre o que ele chama de “o jogo das identidades”⁸. A primeira trata sobre a contradição das identidades, as quais podem anular ou deslocar umas às outras. A segunda argumenta que as contradições das identidades operam tanto “fora” (do corpo) quanto dentro das mentes das pessoas. A terceira afirma que nenhuma identidade tem a capacidade de servir como um grande guarda-chuva para todas as outras. A quarta é sobre como o campo político vem se fragmentando devido à descentralização de algumas identidades (especialmente a de classe) e o surgimento de outras (feminista, étnico-racial, LGBTQIAPN+, etc.). E a sua última consideração discorre sobre como as identidades são fruto de uma localização histórico-geográfica e, portanto, podem ser ganhadas ou perdidas. A bissexualidade passou, e em certos pontos ainda passa, por esse jogo das identidades, como poderemos observar na Seção 1.2.

Joan Scott (2005) em ‘O enigma da Igualdade’, assim como Stuart Hall (1996), discorre sobre a impossibilidade de haver uma identidade guarda-chuva que abarque todas as outras ou até mesmo um agrupamento menor de identidades, pois as pessoas são diferentes em todas as suas interseccionalidades⁹. Mas, como

⁷ “Significant others” (HALL, 1996, p. 597) – tradução nossa.

⁸ Por mais que o autor não utilize este conceito, podemos observar um argumento interseccional do que ele chama de “play of identities” (ver HALL, 1996, p. 600-601).

⁹ Assim como Stuart Hall (1996), Joan Scott (2005) não utiliza o conceito de interseccionalidade no seu texto, mas conseguimos identificar traços desta discussão.

pensar em políticas afirmativas de fato inclusivas e justas, quando as pessoas são reconhecidas como cidadãs, apenas quando inseridas em grupos? Existe uma demanda pessoal que só é visualizada e, possivelmente atendida, se o indivíduo pertencer a um coletivo.

O que então evidencia-se é que ao mesmo tempo em que estas identidades, grupais ou individuais, possuem pontos positivos, pois nos passam uma sensação de pertencimento e nos dão respostas acerca da nossa existência, estas também possuem pontos negativos, ao apagarem o que nos tornam únicas/os. Isso é o que Joan Scott (2005) considera como um dos paradoxos da identidade. Como veremos na Seção 1.2., este foi um problema para a identidade bissexual que custou a ser resolvido, pois como abarcar/limitar pessoas com uma sexualidade flúida em uma única categoria?

Outros dois paradoxos explanados pela autora tratam sobre como os problemas de uma identidade oprimida se tornam responsabilidade da mesma (e.g. o racismo se tornar um problema de não-brancas/os, o patriarcado se tornar um problema feminino, etc.), e de como ao reivindicarmos direitos, estamos tanto reconhecendo como negando a alteridade (e.g. a criação do termo “monossexual”¹⁰ para contrapor o termo “bissexual”).

Tanto Joan Scott (2005), quanto Rosaura Sánchez (2006), compreendem que a identidade não pode ser compreendida fora da matriz de poder, pois esta é fruto destas relações (BUTLER, 2018; 2017). Pensando ainda sob o argumento de Stuart Hall (1996), a elaboração das identidades bissexuais é resultado de “dentro” e “fora”. Em *‘On a Critical Realist Theory of Identity’*, Rosaura Sánchez (2006) reconhece que as políticas identitárias são, muitas vezes, produtos de manipulação de forças hegemônicas, mas uma política crítica da identidade pode fazer parte da organização política, desestabilizando discursos hegemônicos, mesmo que o foco de transformação não seja, *à priori*, na estrutura.

Nossas identidades são fruto de um espaço-tempo específico, com forças hegemônicas e estruturas sociais específicas. Assim, por mais que tenham existido pessoas com comportamentos bissexuais ao longo da história, a identidade bissexual não foi e nem poderia ser considerada, uma vez que ela é uma ‘criação’

¹⁰ Monossexuais é um termo utilizado para se referir a pessoas que se atraem por apenas um gênero. O uso deste termo tem implicações estratégicas na produção de uma identidade bissexual, como será explicado mais à frente (HEMMINGS, 2002).

recente. Entretanto, não nos reduzimos a isto, visto que estamos sempre cambiando em nossas relações, criando diferentes identidades e intersecções destas (SÁNCHEZ, 2006). Neste caminho, compreendemos que:

A identidade, é claro, não pode ser reduzida à localização ou à posição social, mas também não pode ser analisada de forma significativa sem levá-las em consideração. Na verdade, eu diria que a localização social e a identidade podem ser consideradas distintas, mas inseparáveis (SÁNCHEZ, 2006, p. 35)¹¹.

Portanto, para a autora, o processo de auto identificação pressupõe o reconhecimento das relações presentes entre posicionalidades sócio-espaciais. Mas, a identidade não é só sobre os pontos comuns, mas também envolve contradições e a não-identificação (HALL, 1996; SÁNCHEZ, 2006).

Enquanto Stuart Hall (1966) discorre sob uma perspectiva que simpatiza com uma possível descentralização das identidades modernas, Joan Scott (2005) expõe as incongruências das identidades e Rosaura Sánchez (2006) traz a influência das nossas posições espaço-temporais para nossas identidades, Mathias Le Bossé (2013), em 'As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas', busca revisar como a Geografia Cultural vem elaborando reflexões sobre a identidade. Para o autor, assim como para Joan Scott (2005), as políticas de identidade são estratégias complexas e paradoxais. Ele completa afirmando que são carregadas de valor e poder, tornando-se focos de resistência. Como visto em suas palavras:

Se, logo à primeira vista, a identidade apresenta-se como a resposta a um "o que é?" ", "quem são eles?", "quem somos nós?", e serve para dar substância e sentido a objetos ou pessoas, ela pressupõe que sejam estabelecidos critérios adequados a uma identificação, que, de sua parte, remete a dois processos distintos e complementares (LE BOSSÉ, 2013, p. 223).

O primeiro processo parte da necessidade de nomearmos algo e/ou alguém e o segundo processo nasce da necessidade que temos de criar relações que partam de um sentimento de pertencimento, sendo este processo dialético, ou seja, ao nos identificarmos com algo/alguém estamos nos desidentificando com outrem (HALL, 1996; LE BOSSÉ, 2013). O que é também fonte de um tensionamento histórico entre bissexuais-homossexuais e bissexuais-heterossexuais, pois bissexuais se identificam e não se identificam com as outras duas, simultaneamente. Por isso "é

¹¹ Identity, of course, cannot be reduced to social location or positioning, but it also cannot be analyzed in any meaningful way without taking it into account. In fact, I would argue, social location and identity could be said to be distinct but inseparable (SÁNCHEZ, 2006, p. 35) – tradução nossa.

preciso ressaltar que toda forma identitária apresenta-se como um equilíbrio de tensões entre o ser e o vir a ser” (LE BOSSÉ, 2013, p. 224), e que os processos de construção das identidades são percebidos de formas diferentes pelas pessoas, porque somos interseccionados por diversos referenciais, que fazem com que tenhamos diferentes experiências identitárias em uma mesma categoria (SCOTT, 1991).

Para Mathias Le Bossé (2013), o lugar é o foco das identidades, ainda que tenha sido apenas após a década de 1970 que a identidade passou a ser pensada na Geografia, assumindo as sociedades como agentes transformadores dos lugares. Deste modo, o lugar se torna a espacialidade das identidades, atuando em diferentes escalas: no corpo, na casa, no urbano, na região, no país, entre outras. E a rede de conexão das diferentes espacialidades, em diferentes escalas, cria também uma rede de identidades múltiplas, que também se dão em diferentes escalas. Portanto, para o autor, toda experiência identitária é espacial e se transcreve em diferentes escalas simultaneamente, mesmo que não percebida ou não teorizada. Essas experiências espaciais identitárias produzem reflexos no comportamento humano, e assim as pessoas utilizam da interseccionalidade (intencionalmente ou não) para produzirem uma experiência espacial e identitária mais agradável ou, no mínimo, menos interdita (SILVA; ORNAT, 2010).

Para Rogério Haesbaert (2013), assim como para Rosaura Sánchez (2006), a identidade é transitória, expressa em um espaço ou como parte de um espaço produzido histórico e socialmente, mesmo que algumas/uns pesquisadoras/es a tenham discutido como algo estático e imutável.

Ainda para o autor, no texto ‘Identidades territoriais’ (2013), a identidade sempre se dá em relação com um referente, comum ou Outro. Essa relação produz também diferenças e são essas diferenças que tendem a tornar ininteligível e estigmatizado o que enxergamos como diferentes de nós (HAESBAERT, 2013). Essa ininteligibilidade e estigmatização é muito presente na vida de pessoas bissexuais que, como pudemos acompanhar com as entrevistas, são pessoas que são fetichizadas e/ou desclassificadas como possuidoras de uma identidade/sexualidade legítima.

Segundo Rogério Haesbaert (2013), todas as identidades são espaciais. E o espaço opera na identidade com um propósito de condensar memórias de um grupo ou mesmo de indivíduos (POLLAK, 1992). Além de condensar as memórias, o

espaço também as guarda e as mistura, na medida em que outras identidades e outras memórias se formam.

A identidade e a identificação, como argumentado aqui pelas/os autoras/es que trouxemos, não podem ser analisadas fora da experiência e, por conseguinte, não podem ser analisadas a-espacialmente, pois toda experiência é vivida através de nossos corpos e pelo espaço de forma multi-escalar.

Apesar da escala ter sido interpretada por muito tempo, na história da Geografia, como algo vertical, com hierarquias e recortes rigidamente marcados (e.g. metáforas da escada, círculos concêntricos, matryoshka, etc.), privilegiando a escala global, como uma maior hierarquia, e desprivilegiando o corpo, como uma menor hierarquia, após a década de 1980 isso começou a mudar (HEROD, 2011). Com a crescente utilização da teoria marxista e da teoria feminista nas ciências humanas, a discussão sobre a escala se expandiu para novas perspectivas. Segundo Andrew Herod, em *'Scale'* (2011), houveram pesquisadoras/es que sugeriram analisar as escalas através da performatividade¹², ou seja, não as entendendo como algo dado, mas como algo produzido pela repetição de práticas que não só criam uma noção de normalidade e normatividade, mas que também as desestabilizam. Portanto:

1) não há escala mais ou menos válida, a realidade está contida em todas elas; 2) a escala da percepção é sempre ao nível do fenômeno percebido e concebido. [...] 3) a escala não fragmenta o real, apenas permite a sua apreensão (CASTRO, 2000, p. 132).

Por mais que hajam projetos de homogeneização das experiências humanas no espaço (HARVEY, 2008) (e, portanto, das identidades, pois como vimos elas se constituem na experiência), se considerarmos o corpo como algo sempre relacional, de forma multiescalar e multi-identitário, com outros espaços, nos é evidenciado que essa homogeneização não só é impossível, mas é violenta, principalmente com corpos que fogem à norma. Esta multi-identidade nas múltiplas espacialidades, por mais que tenha se desdobrado apenas recentemente no conceito de interseccionalidade, é um processo que é sentido e percebido, consciente e inconscientemente, como veremos com o relato de Sojourner Truth.

¹² Baseado no conceito de Judith Butler em *Gender Trouble* (2018) que diz que práticas realizadas repetidamente por nós, propagadas e vigiadas pelo discurso, criam uma ideia de naturalidade entre determinados corpos (e portanto entre gêneros e entre sexualidades) e criam um desejo, muitas vezes inconsciente, de pertencer a este 'natural'.

Em 29 de Maio de 1851, na Convenção de Direitos da Mulher em Ohio, Sojourner Truth proferiu um discurso que ficou marcado na história. Em sua fala, ela questionava os argumentos dos homens negros, das mulheres brancas e dos homens brancos (que para ela, mesmo não falando nada naquele momento, estavam de acordo com o que foi proposto) ali presentes, de que as mulheres eram frágeis e necessitavam de ajuda para tarefas simples, sendo que à ela nunca foi oferecida ajuda. Ao final de cada réplica, ela finalizava com a frase “e eu não sou uma mulher?”¹³ (1875, p. 134).

Ainda neste discurso, Sojourner Truth questionava a fala de um homem negro que afirmava que mulheres não poderiam ter os mesmos direitos que os homens, pois não era o que Cristo queria. Ela, sendo uma mulher muito ativa na sua igreja e com um vasto conhecimento bíblico, por mais que fosse analfabeta, rebateu perguntando “de onde seu Cristo veio? De Deus e de uma mulher. Homens não têm nada a ver com ele”¹⁴ (TRUTH, 1875, p. 135). Podemos considerar que esta fala é uma das primeiras, senão a primeira, referência escrita sobre aquilo que hoje nós temos denominado como interseccionalidade.

O que Sojourner Truth evidenciou com sua fala, é que os ativismos negros e/ou abolicionistas, e os ativismos pelos direitos das mulheres, por mais que possuíssem discursos que, em teoria, abrangiam todas as pessoas com marcadores raciais e todas as pessoas com marcadores de gênero, respectivamente, estes ativismos não a contemplavam. As lutas pela igualdade e liberdade de pessoas negras, voltavam-se apenas para os homens, e as lutas pela igualdade e liberdade de mulheres, voltavam-se apenas para mulheres brancas, mais comumente as pertencentes à classe média e à classe alta.

Uma outra ativista afro-estadunidense, 129 anos depois do discurso de Sojourner Truth, também expôs as incongruências da universalização das identidades em um texto intitulado ‘*Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference*’¹⁵ (2007), ela se chamava Audre Lorde. Diferentemente de Sojourner Truth, Audre Lorde adentrou o espaço da Academia, onde além de publicações literárias, publicou também trabalhos científicos. Assim como sua antecessora, ela

¹³ “[...] and ar’n’t I a woman?” (TRUTH, 1875, p. 134) - tradução nossa.

¹⁴ “Whar did your Christ come from? From God and a woman. Man had nothing to do with him” (TRUTH, 1875, p. 135) - tradução nossa.

¹⁵ A primeira versão do *paper* foi entregue em 1980 no ‘*Copeland Colloquium na Amerst College*’, mas aqui estamos utilizando a versão publicada no livro ‘*Sister Outsider*’ de 1984.

não utilizava a palavra “interseccionalidade”, apesar desta estar implícita no pensamento de ambas. Para além da raça, classe e gênero, Audre Lorde explorou a sexualidade e a idade como identidades.

Para Audre Lorde (2007), as nossas diversas identidades nos tornam diferentes, mas não são elas as responsáveis pelas divisões sociais, mas sim a nossa resistência em reconhecer que nossas diferenças existem. Para a autora, existe uma “norma *mítica*” em nossa consciência, com a qual, comumente, não nos identificamos. Esta norma mítica é detentora do poder que engendra a nossa sociedade e, as pessoas que não se enquadram no padrão da sociedade ocidental (e.g. homem, branco, heterossexual, cisgênero, etc.) se percebem como diferentes e acreditam que estas diferenças causam as opressões, quando muitas vezes, nós quem as (re)produzimos.

Assim como para Sojourner Truth, Audre Lorde (2007) acreditava que o feminismo, em sua maioria, voltava-se para as necessidades das mulheres brancas e heterossexuais (e cisgênero), tendo como inimigo o patriarcado. Já as comunidades negras, tendo o racismo como inimigo, muitas vezes esqueciam que membros de sua comunidade também sofriam com o patriarcado. Desta forma, tanto o feminismo hegemônico, quanto as comunidades negras, reproduziram silenciamentos e preconceitos como o geracional e o homofóbico.

Ao se identificar como uma mulher de meia idade, negra, lésbica, socialista e mãe, além de ser uma ativista dos direitos das pessoas de cor e das mulheres, Audre Lorde (2007) se sentia sendo forçada a viver de forma fragmentada. A autora se sentia impelida a sempre escolher evidenciar uma de suas identidades, em detrimento das outras. Entretanto, os momentos em que ela se sentia mais empoderada e mais energética para lutar pelas causas que abraçou e acreditava, eram aqueles em que ela abraçava todas as suas identidades abertamente. Portanto, para Audre Lorde (2007), para além de tentarmos escapar ou exterminar situações opressoras, precisamos reconhecer que em cada um de nós existem partes que são oprimidas, mas também há partes que oprimem. Assim, a mudança radical deve ser iniciada internamente.

Essa fragmentação é algo que percebemos nos relatos das pessoas que entrevistamos, pois estas são sempre lidas como pessoas heterossexuais, quando performam uma identidade de gênero dentro da matriz sexual (BUTLER, 2018; 1993; 2017), ou homossexuais, quando performam um gênero fora desta matriz, e

essa leitura binária de seus corpos promove um apagamento destas pessoas em relação à identidade bissexual, devido a um realce de suas identidades de gênero. Contudo, nos foi relatado um jogo com este apagamento bissexual, em que ele é utilizado por pessoas bissexuais para terem passabilidade em espaços que provocam mal-estar, como será visto nos Capítulos II e III.

Poucos anos após a publicação do texto de Audre Lorde (2007), Kimberlé Crenshaw cria o conceito de interseccionalidade (ou ao menos nomeia uma prática que já existia na análise de algumas mulheres afro-estadunidenses, como já visto aqui), em seu artigo de 1989 intitulado '*Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics*'.

A ideia de Kimberlé Crenshaw (1989) com o artigo é utilizar a figura das mulheres negras para demonstrar que análises que partem de apenas um eixo, tanto na análise feminista, quanto na análise antirracista, apagam as mulheres negras da identificação, remediação e conceituação dessas análises. Isso ocorre porque as mulheres negras são oprimidas tanto pelo racismo, quanto pelo patriarcado/sexismo simultaneamente. Para demonstrar seu argumento, a autora analisa três casos Título VII da Lei dos Direitos Civis de 1964¹⁶: DeGraffenreid vs. General Motors, Moore vs. Hughes Helicopter e Payne vs. Travenol.

Apesar de diferentes, em termos de abordagem dos casos, as três denúncias carregam em comum a invisibilidade da interseccionalidade entre raça e gênero das mulheres que moveram as ações. No caso DeGraffenreid vs. General Motors, a corte utilizou o histórico de trabalho de mulheres brancas na empresa, para recusar a acusação das mulheres negras. No caso de Moore vs. Hughes Helicopter, a corte rejeitou os dados utilizados pela acusação sobre as desigualdades de gênero realizadas pela empresa, alegando que eles eram amplos e que as mulheres negras não podiam representar todas as mulheres. No último caso, Payne vs. Travenol, em oposição ao caso anterior, a acusação pôde utilizar dados estatísticos sobre a empregabilidade de pessoas negras da empresa, mas a corte não aceitou que mulheres negras representassem pessoas negras, de uma forma geral, assim, homens negros não poderiam se beneficiar desta ação. Com estes casos, Kimberlé Crenshaw (1989) evidencia a invisibilidade das mulheres negras, tanto em relação à

¹⁶ 'Title VII of the Civil Rights Act of 1964' - O Título VII proíbe a discriminação no ambiente de trabalho com base na raça, cor, religião, sexo e nacionalidade (EEOC, s/d).

luta antissexista/feminista, quanto na luta antirracista, onde essas mulheres negras, muitas vezes, eram vistas como uma ameaça para essas pautas individualizadas. A autora também evidenciou que existem limitações e contradições em análises que partem de uma única identidade, e por isso uma perspectiva interseccional se faz necessária.

Apesar de já explorado em outras áreas, a interseccionalidade começou a ser explorada na Geografia mais tardiamente. Gillian Rose em seu livro '*Feminism and Geography*' (1993), denuncia a suposta neutralidade e imparcialidade que a Geografia, e as ciências de forma geral, pregavam. A autora expõe que esse discurso produziu ausências e lacunas na história da Geografia, a qual foi escrita, quase que exclusivamente, por homens brancos, cis-heteronormativos, europeus, dentre outras identidades "neutras".

Para Gillian Rose (1993), o sujeito do feminismo não é apenas marcado pelo gênero, mas possui experiências raciais/étnicas, classistas e sexuais, portanto, este sujeito não é unificado, mas sim múltiplo e repleto de contradições. É pensando nessas contradições que a autora vai elaborar o conceito de espaço paradoxal. Para a autora, o termo "políticas de localização"¹⁷, que vinha sendo utilizado dentro do feminismo para pensar as localizações das identidades, implica que qualquer pessoa pode estar localizada tanto nas matrizes de poder (*insider* / centro), como também nas de resistência e de subjetividade (*outsider* / margem). Assim, se as identidades são múltiplas e são espacializadas, então o espaço é também múltiplo, e se as identidades são contraditórias e paradoxais, o espaço é também contraditório e paradoxal. Em relação à bissexualidade, vemos isso acontecendo dentro de uma mesma identidade, pois ao serem identificadas como heterossexuais, as pessoas bissexuais seriam *insiders*. Mas, quando são lidas como homossexuais, essas pessoas seriam *outsiders*. Todavia, elas não são nem um/a e nem outra/o. Bissexuais estão no centro e na margem, simultaneamente, mas apesar disso continuam invisíveis.

Se Gillian Rose (1993) já havia demonstrado que as identidades são paradoxais, posicionadas, inseparavelmente, em espacialidades também paradoxais, Leslie McCall, em '*The Complexity of Intersectionality* (2005), traz a complexidade de se pensar a interseccionalidade e a sua possível aplicabilidade em termos metodológicos. Nesta perspectiva, ela descreve três abordagens que

¹⁷ "*Politics of location*" (ROSE, 1993, p. 170) - tradução nossa.

buscaram atender à demanda da complexidade da interseccionalidade, além de descrever os ganhos e as perdas destas abordagens sobre esta complexidade.

A primeira abordagem se chama "complexidade anticategórica"¹⁸ e se baseia na desconstrução de categorias analíticas. Para Leslie McCall (2005), esta é a abordagem mais bem sucedida, aparentemente, uma vez que a utilização de categorias de forma simplista passou a ser amplamente questionada.

A segunda abordagem, a "complexidade intracategórica"¹⁹, inaugurou os estudos de interseccionalidade. Esta abordagem estaria entre a primeira, que nega categorias, e a terceira, que as usa estrategicamente. Assim como a primeira abordagem, a segunda desafia os limites de definição e construção das categorias. Entretanto, ela também reconhece a estabilidade (espacial e temporal) de algumas categorias quando pensamos em relações sociais, assim como realizado pela terceira abordagem. Esta abordagem possui este nome, pois autoras/es com esta perspectiva tendem a focar em grupos específicos nos quais suas identidades/intersecções fogem das categorias identitárias tradicionais, evidenciando a complexidade de suas experiências (MCCALL, 2005).

Por fim, a terceira abordagem se chama "complexidade intercategórica"²⁰, a qual demanda o uso de categorias analíticas pré-existentes para descrever relações de desigualdade entre grupos sociais, além de modificar configurações de desigualdade em múltiplas dimensões. Para Leslie McCall (2005), esta abordagem não é muito utilizada e nem muito conhecida.

A autora faz ainda quatro ressalvas: 1) nem toda pesquisa interseccional se enquadra nessas três abordagens; 2) Algumas pesquisas ficam na fronteira entre uma abordagem e outra (o que acreditamos ser o caso da metodologia dos *Relief Maps*); 3) Sua categorização em relação a alguns trabalhos poderá estar errada; 4) Pesquisas citadas na mesma categoria, obviamente não são iguais, pois a produção de subjetividade é imensurável. Portanto, todas as abordagens podem ser consideradas representativas, produzindo apenas diferentes perspectivas sobre um fenômeno.

Tanto a abordagem anticategórica, quanto a abordagem intracategórica, possuíam uma discussão sobre como a categoria gênero foi construída e como

¹⁸ *Anticategorical complexity* (MCCALL, 2005) - tradução nossa.

¹⁹ *Intracategorical complexity* (MCCALL, 2005) - tradução nossa.

²⁰ *Intercategorical complexity* (MCCALL, 2005) - tradução nossa.

utilizar uma categoria guarda-chuva exclui uma diversidade de experiências e identidades que não se encaixam dentro deste guarda-chuva (MCCALL, 2005), algo semelhante ao proposto por Stuart Hall (1996) e Joan Scott (2005). Portanto, a desconstrução de categorias como gênero, raça, classe e sexualidade é entendida pela abordagem anticategórica como uma forma de desconstrução da própria desigualdade, pois romperia com pressupostos normativos em torno delas, possibilitando a compreensão da diversidade. Vale ressaltar que, mesmo dentro desta abordagem, há o entendimento de que é impossível escapar completamente de sistemas categóricos, pois eles estão presentes de forma estrutural em nossas vidas, recriando novas matrizes de poder. Portanto, para reivindicações políticas, categorias identitárias ainda seriam utilizadas.

Neste sentido, Leslie McCall (2005) aponta duas consequências: uma filosófica e uma metodológica. A consequência filosófica diz respeito à criação de categorias que precedam a experiência, ou seja, adotar certas identidades no início da pesquisa e empurrá-las/forçá-las como as identidades mais significativas na vida das pessoas entrevistadas. A consequência metodológica diz respeito sobre se manter atenta/o sobre o processo de categorização e sobre a pesquisa ser baseada nessas categorias, pois ele pode levar a demarcações, exclusões e desigualdades.

As metodologias mais utilizadas pela abordagem anticategórica então são a genealogia e a etnografia. Para Leslie McCall (2005), apesar dessas metodologias possuírem influência nos estudos feministas, elas ocorrem especificamente na abordagem anticategórica, não sendo tão presentes nas críticas de feministas não-brancas (e adicionamos também os estudos transfeministas, onde algumas pessoas trans reivindicam o reconhecimento identitário dentro do binômio homem-mulher). Já na abordagem intracategórica, que segundo a autora inaugurou os estudos sobre interseccionalidade, encontramos narrativas pessoais ou de um único grupo, os estudos de caso. Esta categoria foi inaugurada por mulheres não-brancas, como algumas que já citamos aqui. A complexidade dessa abordagem vem então da análise dos pontos de intersecção destas pessoas. Os estudos de caso são utilizados para evidenciar grupos e/ou identidades até então não vistas e/ou não discutidas, pois salientam as diferenças entre um determinado grupo. Desta forma:

As categorias tradicionais [gênero, raça, classe, e até mesmo algumas categorias sexuais] são usadas inicialmente para nomear grupos não estudados anteriormente em vários pontos de intersecção, mas a/o

pesquisador/a está igualmente interessada/o em revelar - e de fato não pode evitar - a gama de diversidade e diferença dentro do grupo (MCCALL, 2005, p. 1782)²¹.

Assim, apesar de um grupo específico ser pesquisado nesta abordagem, busca-se evidenciar as diferenças dentro dele e comparações são feitas com grupos que já foram pesquisados anteriormente. Como é o caso de pesquisas sobre a monodissidência²², que evidenciam suas diferenças dentre as identidades individuais, como dentro da monodissidência, como ainda em comparação com identidades monossexuais.

A terceira abordagem explanada por Leslie McCall (2005), a complexidade intercategórica, observa que existem relações de desigualdade entre múltiplos grupos sociais bem constituídos e, por mais que eles sejam passíveis de mudanças, esta abordagem busca explicar estas relações desiguais ao trazê-las para o centro da análise. Portanto, os sujeitos dessa abordagem são os múltiplos agrupamentos, e a sua abordagem metodológica se dá pela comparação, ou seja, se a categoria x for objeto de análise, isso presume que dois ou mais agrupamentos desta categoria serão comparados (e.g. mulheres cisgênero e homens cisgênero, pessoas brancas e pessoas negras, pessoas jovens e pessoas idosas, etc.).

Desta forma, acreditamos que a metodologia dos *Relief Maps* estaria na fronteira entre a complexidade intracategórica e a intercategórica (assumindo que teríamos de classificá-la em alguma abordagem), pois ela evidencia tanto diferenças dentro de categorias identitárias, como semelhanças, dependendo da intenção de cada pesquisadora/or. Apesar de ser um sistema fechado, pois elegemos categorias identitárias para então realizarmos o questionário, a plataforma não nos limita na eleição destas categorias (mas há, claro, um limite teórico e físico, tanto das pessoas entrevistadas, quanto das/os pesquisadoras/es) e as possibilidades de combiná-las também são vastas.

Do mesmo modo, tão complexa quanto a eleição de categorias identitárias em uma pesquisa, é a escolha de categorias espaciais. Como ficou evidente com as/os autoras/es que trouxemos, o espaço, por muitas vezes, foi ofuscado nas análises interseccionais. Apesar de compreendermos que o espaço é

²¹ Traditional categories are used initially to name previously unstudied groups at various points of intersection, but the researcher is equally interested in revealing—and indeed cannot avoid—the range of diversity and difference within the group (MCCALL, 2005, p. 1782) - tradução nossa.

²² Termo originado nas redes sociais para designar sexualidades que fogem à norma monossexual, ou seja, a bissexualidade, pansexualidade, polissexualidade, omnissexualidade, entre outras.

multidimensional, temos um impasse metodológico e teórico ao o analisarmos. Elegemos categorias espaciais mais amplas com o objetivo de explicar um fenômeno, o que gera um apagamento de suas singularidades. Entretanto, precisamos ter um ponto de partida, que no caso desta pesquisa, foi o Estatuto da Cidade (2008).

Dito isso, “[s]e os relacionamentos estruturais são o foco da análise, em vez da suposição ou contexto subjacente da análise, a categorização é inevitável²³” (MCCALL, 2005, p. 1786). Portanto, assim como Joan Scott (2005) já apresentava um paradoxo entre as identidades, aqui temos um paradoxo das interseccionalidades e das espacialidades, onde há uma ambivalência entre não homogeneizar as experiências humanas, bem como não homogeneizar o espaço, e a impossibilidade de eliminar a categorização para a elaboração de análises.

Gill Valentine (2007), em *‘Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography’*, assim como Leslie McCall (2005), também demonstra um interesse em pensar a aplicabilidade metodológica da interseccionalidade, mas com uma preocupação espacial, que até então não havia sido muito explorada.

Como feito por Gillian Rose (1993), Gill Valentine (2007) também tece críticas à ciência geográfica, questionando-a pelo seu baixo número de geógrafas e pelas suas tentativas falhas de incorporação da mulher em seu debate. Um dos primeiros mecanismos de incorporação da pauta feminista na Geografia, foi a discussão do patriarcado e como o mesmo produz espaços desiguais para homens e mulheres. Mas esse debate, sozinho, não dava conta de abarcar todo o sistema de opressão, assim como o debate acerca das lutas de classes, também não é suficiente.

Para Gill Valentine (2007), o debate sobre interseccionalidade nasce então da necessidade de se compreender o sistema de opressão, sem privilegiar uma categoria sobre a outra, entendendo que estas categorias de experiências são interconectadas e interdependentes.

Devido ao fato de teóricas/os sobre interseccionalidade terem prestado pouca atenção à análise espacial, a Geografia encontrou dificuldade de tratar deste fenômeno empiricamente. Essa dificuldade se deu também por este fenômeno não

²³ “If structural relationships are the focus of analysis, rather than the underlying assumption or context of the analysis, categorization is inevitable” (MCCALL, 2005, p. 1786) - tradução nossa.

ser facilmente compreendido pelo modelo da Geografia tradicional, devido à demanda de tempo de pesquisa e recursos para tal.

Ao analisar as histórias de Jeanette, uma mulher branca, surda, de meia idade e “lésbica”²⁴, Gill Valentine (2007) demonstra empiricamente o argumento de Audre Lorde (2007) e de Gillian Rose (1993), sobre uma identidade sobressair outras dependendo do espaço em que estas pessoas se localizam, não por uma escolha necessariamente consciente, mas porque o nosso meio nos demanda identidades específicas. Com isso, podemos inferir que as pessoas estão em constante negociação entre suas identidades e os diversos espaços-tempo.

Nas primeira história apresentada por Gill Valentine (2007), vemos que tanto por conviver com homens (morando com seus tios), quanto por ser a única surda em um lar de ouvintes (desconhecendo outras possibilidades de existência, pois não acessava a TV, rádio, etc.), os tradicionais papéis de gênero eram os mais demandados em Jeanette, enquanto que sua identidade surda era apagada por seu meio. Assim, por mais que a autora evidencie que aqui a identidade de gênero de Jeanette era a que estava destacada, uma vez que era a mais demandada, acreditamos que por ela ser a única surda neste ambiente, isto gerou também uma marcação, mesmo que até este momento ela não tivesse desenvolvido uma identidade surda ainda.

Na segunda história, Jeanette está casada com um homem surdo, Donald, com quem teve uma filha. Jeanette falava em língua de sinais, mas Donald preferia se comunicar oralmente. Como Donald era um homem violento e conservador, ele impôs que sua casa fosse um ambiente “oral”. Além disso, a coagiu a parar de se comunicar com outras pessoas fora de casa. Apesar das marcas de violência em seu corpo, ninguém em seu ambiente de trabalho demonstrou se importar. Por sorte, um tempo depois, Jeanette reencontrou um amigo que a resgatou de seu lar abusivo. Neste contexto, para Gill Valentine (2007), as identidades de Jeanette que se destacam são as de mãe e de esposa, mas destacamos mais uma vez, que por ser oprimida por falar em língua de sinais, sua identidade surda (aqui já consolidada) é também marcada e oprimida.

²⁴ Apesar de Jeanette ter sido casada com um homem e em seguida se relacionado com uma mulher, tanto Jeanette quanto Gill Valentine a identificam como lésbica. Com isso temos um exemplo do que está sendo apresentado nas Seções 1 e 2, de que há uma divergência, ou mesmo conflito, entre identidade sexual e orientação sexual.

Na terceira história, já separada de seu antigo marido e de volta ao clube de surdas/os, Jeanette se apaixonou e começou um relacionamento com uma mulher²⁵, mas diferentemente de seu ex-marido, sua nova companheira contribuiu para o fortalecimento de sua identidade surda. Entretanto, outras/os membras/os deste clube começaram a hostilizá-las por estarem em um relacionamento. Aqui, sua identidade surda e a sexual são as destacadas, a primeira por um sentimento de aceitação e pertencimento e a segunda por um sentimento de abjeção.

Na quarta história, entendemos porque a Jeanette teve problemas em enxergar a surdez como identidade enquanto crescia, pois ela estudou em uma escola para surdas/os e estava acostumada a ver várias pessoas como ela. Mas isso mudou quando Jeanette se graduou e foi para o mercado de trabalho.

Na quinta história, Jeanette está trabalhando como digitadora em uma empresa com uma cultura androcêntrica. Por ter algumas dificuldades com a língua escrita, Jeanette pegava os textos mais simples para digitar, mas quando seus colegas de trabalho souberam disso, passaram a agredi-la e pararam de se comunicar com ela. Essa violência no trabalho ocorreu simultaneamente à sua violência doméstica. Apesar de vir de um lar de ouvintes, esta foi a primeira vez em que Jeanette sentiu-se desconfortável por ser surda. Aqui sua identidade em maior evidência, de acordo com Gill Valentine (2007), é a identidade surda, mas destacamos que, neste contexto, ela está entrelaçada a sua identidade de classe.

Na sexta e última história, vemos que Jeanette não pôde mais trabalhar em sua área, pois, por ter se tornado mãe solo, ela precisou encontrar um trabalho cujo horário não prejudicasse sua maternagem. O único trabalho que Jeanette encontrou que não chocava com os horários de sua filha, foi em uma fábrica, em uma posição diferente daquela em que ela estava acostumada e recebendo um salário baixo em relação ao trabalho anterior. Apesar de entediada, Jeanette se orgulhava do seu trabalho, mas isso incomodou suas/seus colegas que pediam que ela desacelerasse, com receio de que o mesmo comportamento fosse cobrado delas/es. Frustrada com a falta de ambição de suas/seus colegas, Jeanette abandonou o trabalho na fábrica e se tornou professora de língua de sinais para pessoas ouvintes.

²⁵ A autora utiliza o termo “relacionamento lésbico” (VALENTINE, 2007, p. 16), mas, como mostraremos na Seção 1.2., existe um histórico de apagamento da bissexualidade por homossexuais e heterossexuais. Por mais que respeitamos a identidade de Jeanette, abrimos essa ressalva.

Segundo Gill Valentine (2007), nesta situação, a identidade materna entrou em conflito com sua identidade profissional e de classe.

O que observamos com as histórias de Jeanette, é que mesmo ela sendo uma mulher, surda, lésbica, mãe, classe trabalhadora, dentre outras identidades que ela possuía simultaneamente, as diferentes espacialidades e temporalidades que Jeanette vivenciou, centralizavam algumas identidades em detrimento de outras. Essa fragmentação de experiências faziam com que a própria Jeanette não se enxergasse em algumas identidades, e além disso, fazia com que ela não se sentisse inteiramente aceita e pertencente a nenhum espaço, algo semelhante ao relatado por Audre Lorde (2007).

Assim como Gillian Rose (1993) e Gill Valentine (2007), Joseli M. Silva, em 'Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica' (2009a), também desenvolveu uma crítica sobre a falta de trabalhos que discutissem a perspectiva de gênero na Geografia. No entanto, sua pesquisa se espacializa no Brasil e trouxe ainda uma crítica à Geografia anglófona, que até então possuía o maior volume de trabalhos com esses temas.

Neste capítulo a autora busca investigar a origem da resistência de geógrafas/os brasileiras/os em desenvolver trabalhos sob a perspectiva de gênero. Para isso, a autora examinou tanto a divisão sexual do trabalho, quanto as estruturas de poder presentes no corpo docente de ensino superior em Geografia e, além disso, analisou as concepções epistemológicas utilizadas por geógrafas/os brasileiras/os. Com essa investigação, Joseli M. Silva (2009a) demonstra que a ausência de trabalhos geográficos com a perspectiva de gênero não ocorria por uma ausência de geógrafas, já que o volume de docentes no ensino superior do gênero feminino estava em uma crescente nas últimas duas décadas. A ausência desses trabalhos ocorria devido a uma deslegitimação orquestrada pelas estruturas de poder e pelos preceitos da ciência moderna que ditavam (e ainda ditam) o que possuía caráter científico ou não, logo, por não serem considerados 'científicos' temas relacionados à gênero, sexualidade, racialidade/etnicidade, etc., foram abordados tardiamente na Geografia nacional.

Em 'Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica' (2009b), Joseli M. Silva baseia-se em Gill Valentine (2007) ao propor a utilização da interseccionalidade, como base metodológica para compreensão da complexidade, na Geografia. Neste trabalho, a

autora explora a intersecção entre classe, sexualidade, nacionalidade e gênero ao analisar a vivência de mulheres cisgênero, brasileiras e imigrantes ilegais em seus trabalhos como prostitutas na Espanha. Assim como sua antecessora, Joseli M. Silva (2009b) mostra como a negociação entre as identidades de suas entrevistadas, e de seus clientes, com as estruturas de poder ocorre nas diversas espacialidades. Do mesmo modo, a autora nos mostra quão paradoxais são as identidades e os espaços quando aplicamos uma lente interseccional, pois o que lhe foi apresentado em alguns momentos é que neste território de prostituição, as prostitutas estariam no centro das relações de poder e não seus clientes, ou mesmo suas/seus cafetinas/ãos.

Yvette Taylor em '*Complexities and Complications: Intersections of Class and Sexuality*' (2010), assim como Leslie McCall (2005), demonstra que algumas combinações interseccionais sobressaíram outras e com isso, temos algumas brechas, como a intersecção entre sexualidade e classe. Para a autora, a teoria *queer* possui críticas às lacunas discursivas dos feminismos negros, lésbicos, socialistas, dentre outras vertentes da Primeira e da Segunda Onda. Uma das críticas realizadas a estas vertentes é de que, mesmo em análises interseccionais, elas criaram generalizações.

Desta forma, a teoria *queer* trouxe à luz uma série de identidades sexuais e de gênero que não eram discutidas. Todavia, ao criticar vertentes feministas já consolidadas, esqueceram-se da importância também de categorias identitárias clássicas e de que estas não foram vencidas. Assim, temos trabalhos sobre raça e classe, raça e gênero, gênero e classe, gênero e sexualidades, etc., mas poucos sobre sexualidade e classe, e quando nos voltamos para a bissexualidade, eles se tornam ainda mais irrisórios.

A teoria *queer* focou nas subjetividades e nas complexidades das múltiplas identidades sexuais e de gênero, e apesar de buscar romper com universalismos, muitas vezes não conseguiu se alinhar com a materialidade, o que dificultou os meios em que as diversas sexualidades poderiam se articular e se tornar visíveis (TAYLOR, 2010). A própria identidade *queer*, segundo a autora, centraliza os sujeitos mais privilegiados. Se pensarmos na própria etimologia da palavra e no fato dela não poder ser traduzida para outros idiomas, isto já demonstra essa centralidade (MUÑOZ, 2010).

Em contrapartida, para Yvette Taylor (2010), a identidade de classe foi comumente tratada como algo dado, onde estudos materialistas se concentraram em aspectos econômicos, logo, o lado emocional/identitário, positivo e negativo, foi muitas vezes suprimido. Segundo Elizabeth McDermott, em '*Multiplex Methodologies: Researching Young People's Well-Being at the Intersections of Class, Sexuality, Gender and Age*' (2010), isso vem mudando dentro da teoria *queer*, a qual vem prestando mais atenção na materialidade.

Quando saímos dos estudos da sexualidade e estudos *queer*, as identidades sexuais têm suas existências 'reconhecidas', mas permanecem não sendo consideradas um eixo estruturante da nossa sociedade (MCDERMOTT, 2010). A sexualidade, aponta a autora, muitas vezes é interpretada apenas como uma identidade e não como uma categoria de organização social, como classe, raça e gênero. Ela ressalta que a sexualidade (bem como qualquer outra categoria) não deve ser vista como obrigatória nos estudos interseccionais, mas esta deve ser concebida como uma categoria também central em estudos que buscam explorar as múltiplas dimensões da desigualdade social.

Elizabeth McDermott (2010, p. 238) salienta que “[a] teoria *queer* desafia a investigação social ao propor que, ao invés da sexualidade ser um ‘complemento’, a vida social só é totalmente compreensível através de uma análise da sexualidade - em particular o binário homo / heterossexual - como central”²⁶. Isso deixa claro que as intersecções entre as categorias e identidades sociais não podem ser compreendidas dentro de uma análise estrutural enquanto a sexualidade não for também endereçada, pois a linearidade entre sexo-gênero-desejo e, portanto, a matriz heterossexual (BUTLER, 2018; 1993), também molda e organiza a sociedade moderna.

Para Elizabeth McDermott (2010), apesar do número de trabalhos sobre sexualidade ter crescido nas últimas décadas, estes focaram em pessoas com identidades mais centrais, como: classe média, homens e mulheres (cisgênero), gays e lésbicas, habitantes de centros urbanos, etc. Portanto, esses estudos não fornecem informações sobre pessoas e grupos mais invisibilizados e interditos, além de criar uma ideia homogênea dessas experiências, que por mais que não sejam

²⁶ Queer theory challenges social enquiry by proposing that, rather than sexuality being an extra ‘add in’, social life is only fully comprehensible by having an analysis of sexuality – in particular the homo/heterosexual binary – as central (MCDERMOTT, 2010, p. 238). - tradução nossa.

cis-heteronormativas, ainda são cis-homonormativas. Apesar da autora estar se referindo à uma prática anglófona, visto que é neste ponto que ela se posiciona, essa prática se repete também no Brasil, como poderá ser melhor observado na Seção 1.2 deste capítulo.

Maria G. S. N. Silva e Joseli M. Silva, no livro 'Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial' (2011), fazem uma introdução sobre o conceito de interseccionalidade, utilizando algumas autoras que já foram aqui citadas, como muitas outras/os. Para elas, o conceito de interseccionalidade buscava analisar as identidades para além de uma perspectiva binária, entendendo-as como um processo com múltiplas combinações no espaço e no tempo. Portanto, para as autoras, é nesta perspectiva que a Geografia pode contribuir para a análise interseccional e vice e versa.

Segundo Maria G. S. N. Silva e Joseli M. Silva (2011), o uso da interseccionalidade, ao explorarmos as espacialidades das identidades, nos permite uma análise mais complexa das relações humanas e do próprio espaço, pois, como já dito anteriormente, se as identidades são móveis, complexas, paradoxais e são espaciais, então o próprio espaço não pode ser analisado como algo rígido e imóvel.

Maria Rodó-de-Zárate, no texto '*Interseccionalidad y malestares por opresión a través de los Mapas de Relieves de la Experiencia*' (2011), assim como suas antecessoras Leslie McCall (2005) e Gill Valentine (2007), aponta críticas sobre como a interseccionalidade vinha sendo trabalhada de forma vaga, ambígua, fragmentada e sem nenhuma direção metodológica. Apesar de Gill Valentine (2007) ter sido uma das precursoras em trazer o debate da interseccionalidade para a Geografia, demonstrando como nossas identidades não são só fluidas e móveis através do tempo, mas também através dos espaços, ela não sanou o impasse metodológico de se trabalhar este conceito espacialmente. Nesta perspectiva, buscando sanar esta lacuna metodológica, Maria Rodó-de-Zárate desenvolveu os *Relief Maps* (RM), como explicado anteriormente, também chamados de Mapas de Relevo da Experiência.

Ainda no que tange os RM, William Hanke e Marcio J. Ornat no livro 'Zonas de Sentido' (2019), ao discutirem como os espaços compõem a vivência de gays em Ponta Grossa - Paraná sob a perspectiva interseccional, elaboraram uma nova forma de trabalhar com esta metodologia. Enquanto os RM, propostos por Maria Rodó-de-Zárate (2011), possuíam, inicialmente, um caráter individual de análise, ou

seja, eram ancorados nas experiências interseccionais individuais de cada pessoa, William Hanke e Marcio J. Ornat (2019) elaboraram os 'Mapas Coletivos', que possibilitam uma análise coletiva de experiências compartilhadas, pois são agrupados a partir das espacialidades comuns vividas pelos sujeitos entrevistados. Os Mapas Coletivos inspiraram parte de nossa análise, como poderá ser visto no Capítulo II.

Marcio J. Ornat e Joseli M. Silva, em 'Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, prostituição e cafetinagem no sul do Brasil' (2014), propõem uma releitura do conceito de território considerando as suas multiescalas e as posicionalidades tanto de quem observa os territórios, quanto de quem os compõem. Para os autores, a fronteira, *as/os insiders* e *as/os outsiders*, são elementos que constituem os conceitos de território, então não devem partir de uma única interpretação.

Apesar de não trabalharem com interseccionalidade neste artigo, vemos elementos semelhantes à perspectiva de Joseli M. Silva (2009b) neste trabalho, evidenciado que no território de prostituição travesti, o que um/a pesquisador/a pode interpretar como *outsider* (os clientes), é na verdade *insider* durante a interação sexual. Portanto, utilizando os preceitos de Michel Foucault (1988), sobre relações de poder multi-relacionais e interdependentes, bem como o espaço paradoxal de Gillian Rose (1993), Marcio J. Ornat e Joseli M. Silva (2014) elaboram o conceito de território descontínuo paradoxal. Neste trabalho, que tem como fenômeno o território de prostituição travesti, os autores demonstram que as travestis não estão apenas na margem das espacialidades e das relações sociais, sexuais e comerciais, mas também no centro delas, pois este território é constituído por relações de poder inconstantes, multiescalares e, adicionamos, interseccionais.

Como exposto por Yvette Taylor (2010) e Elizabeth McDermott (2010), a intersecção entre classe e sexualidade foi pouco explorada, principalmente quando consideramos a bissexualidade, como argumentado por Lori E. Ross, Laurel O'Gorman, Melissa A. MacLeod, Greta R. Bauer, Jenna MacKay e Margaret Robinson em '*Bisexuality, poverty and mental health: A mixed methods analysis*'²⁷ (2016). Segundo as autoras, estudos sobre saúde mental, em especial depressão e

²⁷ Uma pesquisa semelhante também foi realizada em Portugal, comparando bissexuais e homossexuais com heterossexuais, com isso, foi demonstrado que minorias sexuais possuem maior tendência ao suicídio, com um nível global de desconforto, consideravelmente, maior em mulheres bissexuais (ver NUNES, 2019).

ansiedade, vem demonstrando uma associação entre a incidência dessas doenças e a situação socioeconômica das pessoas afetadas. Duas grandes hipóteses vêm sendo utilizadas para demonstrar essa ligação: 1) a seleção social e 2) a causalidade social. A primeira discorre sobre as doenças mentais resultarem em desigualdades socioeconômicas e a segunda, a mais utilizada, diz o contrário, onde as desigualdades socioeconômicas resultariam em doenças mentais. Estas hipóteses foram utilizadas para analisar diversos grupos sociais, mas poucos trabalhos as interseccionam com identidades sexuais não-heterossexuais. Dentre estes poucos trabalhos, podemos ver que há disparidades salariais entre heterossexuais e lésbicas, gays e bissexuais.

Após usarem dados do *US General Social Survey*, as autoras demonstram que, aproximadamente, homens não-heterossexuais recebem 22% a menos que heterossexuais. As mulheres não-heterossexuais, por outro lado, recebem mais que mulheres heterossexuais. Entretanto, como as mulheres são menos remuneradas que homens, de forma geral, os lares com casais de mulheres possuem uma renda familiar menor que lares que possuem um homem como parceiro. Ainda com esses dados, as autoras puderam inferir que lares de casais de mesmo gênero possuem uma renda inferior à lares em que o casal é cis-feminino e cis-masculino. Isso impacta também nas famílias com crianças, pois filhas/os de um casal de mesmo gênero são mais suscetíveis a viverem em situação de pobreza que filhas/os de casais cis-masculinos e cis-femininos.

Ainda acerca da saúde mental, Lori E. Ross, Laurel O'Gorman, Melissa A. MacLeod, Greta R. Bauer, Jenna MacKay e Margaret Robinson (2016) demonstram que por bissexuais sofrerem homofobia e lesbofobia (quando lidas/os como gays ou lésbicas), mas também bifobia, elas/es possuem um 'fardo' acumulado, sendo um dos motivos das taxas de doenças mentais serem mais comuns entre elas/es que entre lésbicas e gays. As autoras ainda salientam que apesar de estudos demonstrarem que a população bissexual é maior que a população gay e lésbica, a bissexualidade tem sido menos estudada que as demais (como pode ser visto na Seção 1.2.).

Por mais que a maioria dos estudos que interseccionam saúde e classe social utilizem pessoas heterossexuais como referência, os poucos que mencionam a bissexualidade demonstram que as pessoas bissexuais possuem uma tendência maior a terem uma saúde comprometida que lésbicas e gays. Do mesmo modo,

como colocado pelas autoras, pesquisas que examinam exclusivamente a bissexualidade (por mais que muitas vezes ela esteja associada com outras sexualidades), demonstram que bissexuais possuem menores salários e são mais suscetíveis a viverem em situação de pobreza que pessoas de outras sexualidades.

Margaret Robinson (2017), como no trabalho previamente citado, explora as intersecções entre etnia/raça, religião, gênero e sexualidades em *'Two-Spirit and Bisexual People: Different Umbrella, Same Rain'*. Neste artigo, para além das violências já retratadas em seu trabalho anterior em colaboração com outras autoras, ela demonstra que quando a bissexualidade e a classe se interseccionam também com a raça/etnia, as pessoas bissexuais se mostram mais ainda em situação de vulnerabilidade econômica e social.

Em virtude do que foi retratado, compreendemos que a bissexualidade não só é uma orientação sexual, mas também é uma identidade sexual (e/ou política), uma vez que ela é atravessada e (trans)formada através de negociações com as matrizes de poder, e não só um poder de fora, subordinador e sujeitador que assegura a ordem, mas também um poder de dentro, que molda nossas existências e o qual dependemos para manter a estabilidade delas (FOUCAULT, 1988; BUTLER, 2018; 1993; 2017).

Apesar de entendermos que as identidades são formadas através dessas negociações e que a bissexualidade também as utiliza, tendo em vista que as relações de poder determinam a trajetória de nosso desejo (Judith BUTLER, 2017), essa sexualidade permaneceu invisível, apagada e intocada, mesmo entre teóricas/os das sexualidades e teóricas/os *queer*.

Deste modo, dedicamos a próxima Seção à bissexualidade, fazendo um resgate de como esta sexualidade foi vista ao longo da história, bem como reforçando que esta é uma identidade legítima (ao menos tão legítima quanto uma identidade pode ser) e que não é e nem busca ser rígida e estática, pois é interseccionada por outras identidades, o que resulta em uma bela miscelânea de experiências.

1.2 Os Paradoxos da Bissexualidade

Apesar da bissexualidade já ser uma sexualidade bem consolidada no imaginário social, uma vez que ao falarmos esta palavra, as pessoas já possuem uma ideia em suas mentes do que ela pode significar (diferentemente de outras

sexualidades monodissidentes), ela ainda possui interpretações muito diferentes entre as pessoas, mesmo entre bissexuais (como poderá ser visto no Capítulo III). Isso pode ter origem em alguns fatores: 1) a palavra “bissexualidade” possuiu muitos significados ao longo da história; 2) pesquisadoras/es prestaram pouca atenção a ela, incluindo as/os que tinham como foco de pesquisa as sexualidades, se atendo ao binômio heterossexualidade-homossexualidade²⁸; 3) existe uma interpretação literal sobre o prefixo “bi”, o qual reforçou a ideia de que a bissexualidade estaria ligada à binaridade de gênero/sexo; 4) existe uma concepção de que pessoas bissexuais são essencialmente promíscuas e não-monogâmicas, uma vez que podem se atrair por mais de um gênero (simultaneamente ou não). Esses quatro pontos serão explorados ao longo desta Seção.

Clare Hemmings, em *‘Locating Bisexual Identities: discourses of bisexuality and contemporary feminist theory’* (1995) e um pouco mais tarde em *‘Bisexual Spaces: a Geography of Sexuality and Gender’* (2002), argumenta que os poucos trabalhos científicos sobre a bissexualidade foram feitos por pessoas que se auto-identificam bissexuais, por mais que trabalhos sobre sexualidade já vinham sendo desenvolvidos há anos. Para ela, isso demonstra que há uma falta de interesse das pessoas monossexuais em pesquisarem sobre isto. A autora ainda argumenta que por mais que comunidades lésbicas e gays tenham discutido sobre desejo, inclusive desejo por pessoas do sexo oposto, mantiveram suas identidades políticas monossexuais (1995). Além disso, por ser vista como um meio-termo, um ‘não-lugar’ e não como uma sexualidade em si mesma, a bissexualidade foi rejeitada como ferramenta analítica, tanto em termos epistemológicos, como ontológicos (2002).

Para Clare Hemmings (2002), a carência de trabalhos que abordam a bissexualidade, bem como qualquer engajamento com esta identidade, está ancorada ao fato do termo ter possuído, majoritariamente, três significados ao longo do tempo. Em primeiro lugar, a bissexualidade teve seu significado atribuído como um sinônimo de hermafroditismo²⁹, significado que persiste até a atualidade em trabalhos da biologia. Em segundo lugar, a bissexualidade também foi associada a

²⁸ Por mais que reconheçamos que as vivências sociais, políticas, espaciais e históricas de pessoas lésbicas sejam diferentes das de pessoas gays, as agruparemos na categoria "homossexual" quando nos referirmos a comportamentos comuns de bifobia entre ambas identidades. Quando pretendermos realçar comportamentos específicos de cada identidade, as mencionaremos separadamente.

²⁹ Existência simultânea dos dois sexos ou de caracteres secundários dos dois sexos num mesmo indivíduo (MICHAELIS, 2021).

características psicológicas “masculinas” e “femininas” em um mesmo indivíduo. E por fim, um outro significado levantado pela autora é da bissexualidade atrelada à atração sexual tanto por mulheres, quanto por homens, sendo o significado mais difundido (para acompanhar a cronologia do termo, ver Apêndice D). Em adição, ou correção, ao terceiro ponto elencado pela autora, é importante ressaltar que a visão binária em torno da bissexualidade é vista, atualmente, como uma má interpretação desta, sendo o prefixo “bi” analisado de forma literal, assim como a pansexualidade³⁰ não significa a atração por tudo, por conter o prefixo “pan”. O ‘Manifesto Bissexual’ escrito em 1990 já demonstrava isso:

A bissexualidade é uma identidade completa e fluida. Não presuma que a bissexualidade é binária ou dual por natureza; que devemos ter "dois" lados ou que devemos estar envolvidos simultaneamente com os dois gêneros para sermos seres humanos realizados. Na verdade, não presuma que existam apenas dois gêneros. Não confunda nossa fluidez com confusão, irresponsabilidade ou incapacidade de comprometimento. Não compare promiscuidade, infidelidade ou comportamento sexual irresponsável com bissexualidade. Essas são características humanas que cruzam TODAS as orientações sexuais. Nada deve ser presumido sobre a sexualidade de ninguém - inclusive a sua própria (BAY AREA BISEXUAL NETWORK, 1990)³¹.

Com isso, percebemos que existe uma dificuldade na definição dos limites e/ou da extensão da bissexualidade, mesmo dentre as pessoas que se identificam como bissexuais, como é o caso das/os autoras/es que trazemos aqui, como também das pessoas que entrevistamos. Do total de pessoas entrevistadas, três (3) se atraíram e/ou se relacionaram apenas com pessoas cisgênero³². E assim, baseando-se em suas experiências, acreditam que a bissexualidade pode ser apenas cis-binária (atração por homens cisgênero e por mulheres cisgênero apenas). Em contrapartida, dez (10) acreditam que a bissexualidade abarca a atração por múltiplos gêneros, incluindo pessoas não-binárias. Isso faz com que não

³⁰ A pansexualidade representa a atração sexual e romântica independentemente do gênero, às vezes também intitulada como *gender blind* (cega para o gênero). Em algumas vezes, pansexualidade e bissexualidade se sobrepõem e se misturam (bem como com a omnissexualidade, polissexualidade, etc.) (CENTER FOR POSITIVE SEXUALITY, 2021).

³¹ Bisexuality is a whole, fluid identity. Do not assume that bisexuality is binary or dougamous in nature; that we must have "two" sides or that we MUST be involved simultaneously with both genders to be fulfilled human beings. In fact, don't assume that there are only two genders. Do not mistake our fluidity for confusion, irresponsibility, or an inability to commit. Do not equate promiscuity, infidelity, or unsafe sexual behavior with bisexuality. Those are human traits that cross ALL sexual orientations. Nothing should be assumed about anyone's sexuality—including your own (BAY AREA BISEXUAL NETWORK, 1990). - Tradução nossa.

³² Morgana nos relatou ter se relacionado com um homem trans, entretanto, quando eles se relacionaram, seu namorando não havia exposto sua transgeneridade e nem havia iniciado o processo de transição, logo, sua passabilidade era de mulher cisgênero.

só a bissexualidade como conceito seja de difícil concepção e apreensão, como também a bissexualidade como uma identidade, que é a nossa proposta de abordagem para este trabalho.

A proposta de Clare Hemmings (1995; 2002) é compreender como a bissexualidade foi trabalhada ao longo dos anos, principalmente sob a luz das contribuições feministas para as discussões sobre sexualidade, bem como as contribuições da teoria *queer*, com uma ênfase nas políticas identitárias (elaboradas entre as décadas de 1960 e 1970) e nas políticas da diferença (elaboradas entre o final dos anos de 1980 e a década de 1990).

Os movimentos feministas ocidentais do Norte global iniciaram suas discussões e suas práticas a partir da diferenciação sexual, ou seja, mulheres seriam diferentes dos homens, todos os homens seriam iguais e todas as mulheres seriam iguais. Obviamente essa generalização privilegiou apenas uma classe de mulheres, como já mencionamos, uma vez que outras identidades não estavam sendo levadas em consideração. Logo, as feministas afro-estadunidenses começaram argumentar que suas experiências eram diferentes das de outras mulheres, uma vez que elas eram interseccionadas pela raça e, muitas vezes, também pela classe (LORDE, 2007; CRENSHAW, 1989). Essas discussões provocaram uma transição nos movimentos feministas, que começaram a teorizar sobre as diferenças (BUTLER, 2018; HEMMINGS, 1995).

Na perspectiva radical do feminismo, as mulheres bissexuais eram vistas como ameaças, pois iriam de encontro com os ideais de igualdade entre todas as mulheres (tanto em relação às mulheres heterossexuais, quanto em relação às lésbicas). Elas eram vistas como culpadas por serem transmissoras do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) para mulheres lésbicas. Contudo, como apontado por Clare Hemmings (1995), em workshops sobre HIV, nunca se discutiam práticas de sexo seguro entre mulheres, nem tampouco em outros espaços.

Segundo Clare Hemmings (1995), a introdução da interseccionalidade na pauta feminista possibilitou às mulheres lésbicas a discussão sobre desigualdades dentro de sua comunidade, correlacionando-as com outras identidades e trazendo à luz violências cometidas entre mulheres por mulheres. Por mais que mulheres heterossexuais e bissexuais sempre estiveram presentes nos movimentos feministas, a bissexualidade virou pauta destes mais recentemente, pois ela era vista como algo que havia ainda resíduos do patriarcado, uma vez que mulheres

bissexuais (e heterossexuais), teoricamente, ainda se atrairiam por homens. Para a autora, este pensamento começou a mudar dentro dos movimentos feministas também após a introdução das discussões sobre diferenças.

Por não repudiar nenhuma escolha de objeto, que até então era visto como algo necessário para se caracterizar uma identidade sexual (BUTLER, 2018; 1993), a bissexualidade era vista como uma falha identitária, como uma variação de outras identidades sexuais, como uma falha em ser lésbica, ou gay, ou heterossexual, ou mesmo como algo em processo de formação de uma identidade (gays ou lésbicas no armário), um 'não-lugar' (HEMMINGS, 2002).

Nesta perspectiva, para Clare Hemmings (2002) a bissexualidade se torna um perigo para a linearidade entre sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2018), pois ela demonstra que a cis-heteronormatividade talvez não seja uma norma, mas sim uma outra forma de desvio. Ainda para a autora, se uma identidade de gênero x determina e é determinada pela atração pelo gênero oposto³³, a 'ilimitada' possibilidade de atração sexual bissexual, coloca em cheque o alicerce e a estabilidade do seu próprio gênero, bem como de suas/seus parceiras/os.

Um feminismo bissexual contemporâneo, nestas condições, possui um paradoxo de acordo com Clare Hemmings (1995), pois busca consolidar uma identidade tão legítima quanto a daquelas/es que as/os deslegitimam, ao mesmo tempo em que contribui para a desestabilização dos limites das identidades sexuais.

A [mulher] bissexual é retratada como pronta para transgredir os limites da identidade lésbica (e também da heterossexualidade, é claro, mas isso não tem as mesmas implicações políticas para o feminismo atualmente). Ela é retratada como decidida - ao invés de estática, eu acho - na cerca proverbial, deliberadamente enganando, deliciando-se com o baile de máscaras, fora de controle, apolítica, incapaz de aceitar a responsabilidade pelo desejo e relacionamentos do mesmo sexo (porque, é claro, não há responsabilidade nas relações do sexo oposto), e assim a lista continua (HEMMINGS, 1995, p. 42)³⁴

De acordo com a autora, as pessoas bissexuais, especialmente mulheres, eram vistas como a-políticas, em comparação com mulheres lésbicas, pois o que é

³³Aqui utilizada a identidade de gênero, pois mesmo em relacionamentos homossexuais, existe uma projeção social de que uma das pessoas do relacionamento desempenhará papéis masculinos, enquanto a outra desempenhará papéis femininos.

³⁴The bisexual is portrayed as ready to transgress the boundaries of lesbian identity (and also heterosexuality of course, but this does not have the same political implications for feminism at present). She is depicted as poised—rather than sitting, I think—on the proverbial fence, deliberately deceiving, delighting in masquerade, out-of-control, apolitical, unable to accept responsibility for same-sex desire and relationships (because, of course, there is no responsibility in opposite-sex relationships), and so the list goes on (HEMMINGS, 1995, p. 42) - tradução nossa.

entendido como político neste contexto, é a oposição ao sistema hetero-patriarcal, realizada por lésbicas, e por bissexuais apenas no contexto de relacionamento com outras mulheres.

Assim como as feministas, para Clare Hemmings (2002) pesquisadoras/es *queer* também falharam em reconhecer a bissexualidade como uma identidade e/ou uma sexualidade. Para a autora, por mais que estas/es teóricas/os tenham reconhecido a importância da bissexualidade dentro das estruturas de poder (apesar de não considerar a existência de resistências bissexuais), abordagens sobre a performatividade (BUTLER, 2018; 1993) falharam em discutir a bissexualidade profundamente. Ainda para a autora (2002, p. 9), “[n]os esquemas de Butler e de outras/os teóricas/os *queer*, performances de gênero específicas são possibilitadas pela repudição da escolha de objeto heterossexual ou homossexual e incorporadas como perda em uma ordem social homofóbica”³⁵ e, por bissexuais não repudiarem nenhuma escolha de objeto, elas/es são ignoradas/os ou vistas/os como uma falha de performance e não como possíveis desestabilizadoras/es da matriz.

Isto demonstra uma lacuna nas primeiras discussões da teoria *queer*, pois as análises sobre a performatividade voltaram-se para as categorias de objeção e abjeção na formação das identidades de gênero e sexuais, as quais se ancoravam na ideia de que existe uma predisposição à bissexualidade, que culminaria no desenvolvimento sexual homossexual ou heterossexual. Nesta perspectiva, a bissexualidade seria apenas um estágio transitório entre identidades monossexuais. Assim, parafraseando Ana Fani A. Carlos (2007a), na perspectiva supramencionada, a bissexualidade seria um não-lugar, sendo um produto de uma não-identidade.

Isso nos leva a um segundo paradoxo, pois ao mesmo tempo em que os corpos bissexuais são deslegitimados, invisibilizados ou mesmo apagados, também lhes são atribuídos um grande poder de destruição sobre as outras identidades. Assim, como um corpo que não existe, como uma identidade que não existe, como um não-lugar poderia por outros em risco? Isso levou Clare Hemmings (1995) a inferir que a oposição e organização binária estruturaria tanto a perspectiva feminista sobre as políticas identitárias, quanto a perspectiva feminista sobre as políticas de diferença. Portanto, a bissexualidade não pode ser compreendida dentro destas

³⁵In Butler's and other queer theorists' schemas, specific gender performances are enabled by the repudiation of heterosexual or homosexual object choice, and embodied as loss in a homophobic social order (HEMMINGS, 2002, p. 9) - tradução nossa.

estruturas feministas, pois elas possuem um histórico de exclusão da bissexualidade.

As dificuldades em torno da bissexualidade não se restringem à estabilidade da atração sexual monossexual, como argumenta Clare Hemmings (2002), pois mesmo que a possibilidade de atração sexual por múltiplos gêneros se tornasse inteligível e aceitável, a cronologia ainda seria um problema. Um dos argumentos utilizados como alicerces das identidades monossexuais é a sua consistência ao longo do tempo.

Assim, por exemplo, uma lésbica que sai do armário aos 40 anos pode sustentar que sempre foi lésbica, desde que seu passado contendo uma escolha de objeto do sexo oposto possa ser ressignificado como indesejado, não questionado ou estratégico. E uma mulher heterossexual pode entender seu breve antigo caso com sua melhor amiga como um caso de identidade equivocada (desejo pela amizade), ou experimentação em preparação para algo sério, sem comprometer seu próprio entendimento, ou de outras pessoas, sobre ela como heterossexual (HEMMINGS, 2002, p. 25-26)³⁶.

Essas 'incongruências' no comportamento sexual são permitidas, desde que vistas como falhas. Pessoas que tiveram relacionamentos com múltiplos sexos e/ou gêneros, ainda podem se identificar e serem identificadas como monossexuais, como ocorrido com Jeanette (VALENTINE, 2007). Deste modo, a bissexualidade se torna um lembrete a pessoas monossexuais de seus passados, gerando questionamentos de suas próprias autenticidades, enquanto que para as pessoas bissexuais, o que as/os levariam a questionar sua identificação, é o presente (HEMMINGS, 2002). Isso significa dizer, por exemplo, que se uma pessoa bissexual monogâmica se casa, o seu momento presente a faria questionar a estabilidade e veracidade de sua identidade, que até então era comprovada pela diversidade e volatilidade de suas/seus parceiras/os.

Isso nos leva a mais um impasse, segundo Clare Hemmings (2002), que é a monogamia. Como argumentado por Friedrich Engels na 'Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado' (1984), a monogamia foi e é um forte instrumento de controle familiar e controle dos corpos (principalmente corpos femininos), sobretudo dentro do sistema capitalista, sendo um comportamento que foi institucionalizado e adotado como natural, pois como argumentado por Judith Butler

³⁶ So, for example, a lesbian who comes out in her fortieth year can maintain that she has always been a lesbian, as long as a past containing opposite-sex object choice may be resignified as undesired, unquestioned, or strategic. And a heterosexual woman may understand her brief early affair with her best girlfriend as a case of mistaken identity (desire for friendship), or experimentation in preparation for the real thing, without compromising her own, or other people's, understanding of her as heterosexual (HEMMINGS, 2002, p. 25-26) - tradução nossa.

(2017), o poder não vem apenas de fora, mas o internalizamos e negociamos com ele.

Deste modo, Clare Hemmings (2002) aponta que a monossexualidade, ao adotar a monogamia, perpetua um comportamento que é simultaneamente estereotipado e coercitivo, pois ao mesmo tempo em que ela desacredita que bissexuais podem ser monogâmicas/os, ela as/os compele a possuir uma única escolha de objeto. Portanto, se desconsiderarmos a monogamia, a inconstância da atração bissexual através do tempo não seria mais um problema, mas como esta é uma das estruturas da nossa sociedade, nem todas as pessoas bissexuais são não-monogâmicas, muito pelo contrário, algumas buscam se afirmar dentro dela.

Com isso vemos que a existência da identidade bissexual está sempre sendo contestada, silenciada, invisibilizada e mesmo apagada, como demonstrado por Kenji Yoshino, no texto '*The epistemic contract of bisexual erasure*' (2000), que como já abordado por Clare Hemmings (1995; 2002), é perpetuado tanto por pessoas heterossexuais, quanto por lésbicas e gays, dentro e fora da Academia.

Para Kenji Yoshino (2000), ao discutirmos a invisibilidade bissexual, precisamos assumir que existe uma categoria de indivíduos que podem ser denominados como bissexuais. O autor ressalta, no entanto, que ele não está assumindo as sexualidades como algo dado naturalmente, pois por mais que todas as formas de sexualidade de fato existam, as categorizações (ou identidades) são produtos do discurso, e portanto, não é porque pessoas possuem comportamentos sexuais semelhantes, que as mesmas serão e/ou poderão ser classificadas em uma mesma categoria, e vice-versa. É necessário um aprofundamento entre as discussões sobre a bissexualidade como uma categoria ontológica e a bissexualidade como categoria empírica, pois existem diferenças entre o que seriam comportamentos bissexuais e o que seria a identidade bissexual, como já argumentamos aqui. Então, a real pergunta realizada pelo autor, não é exatamente por que a bissexualidade é apagada, mas sim porque categorizamos as pessoas de tal forma, que algumas categorias tendem a suprimir a existência do desejo bissexual.

Mesmo compreendendo que as categorias identitárias são construções sociais, elas possuem consequências materiais, políticas e espaciais (SÁNCHEZ, 2006; HAESBAERT, 2013), logo, isolar a heterossexualidade, a homossexualidade, a bissexualidade, a assexualidade, a pansexualidade e mais, possui um valor

analítico e discursivo. Para Kenji Yoshino (2000), ser bi-ssexual implicaria a existência de dois sexos e, por mais que a bissexualidade seja vista como uma desestabilização da binaridade entre sexos (HEMMINGS, 1995), ela também ratifica a premissa de que existem apenas dois. Isso passou a ser questionado na medida em que a intersexualidade obteve mais visibilidade. No entanto, segundo o autor, a intersexualidade não é vista como um sexo, logo, uma pessoa atraída por apenas um sexo e por intersexuais, continuaria sendo monossexual. Ainda para o autor, a bissexualidade sugeriria que os sexos seriam definidos 'biologicamente' e não culturalmente, e portanto, por mais que exista uma ideia de separação entre sexo e gênero, a atração por múltiplos gêneros que possuem o mesmo sexo, ainda não seria considerada bissexualidade. Nessa perspectiva, ele demonstra que há uma assimetria entre bissexualidade e intersexualidade, uma vez que ambas estariam, respectivamente, 'entre' duas orientações sexuais e dois sexos. Logo, destacar a primeira, enquanto a segunda permanece invisível, criaria uma ironia. Assim, da mesma forma em que a bissexualidade é utilizada para desestabilizar as concepções de sexo, a intersexualidade pode ser utilizada para desestabilizar as concepções de orientação sexual.

O argumento de Kenji Yoshino (2000) se mostra diferente do de Clare Hemmings (1995; 2002) nesse sentido, pois para a autora, a bissexualidade não só desestabiliza a ideia de categorias binárias sexuais, como também a ideia de binarismo do próprio gênero, por mais que autora ainda se refira à bissexualidade como uma atração por dois sexos. Isso ocorre, talvez, porque o autor adota a perspectiva clássica da biologia sobre divisão sexual e não a perspectiva de que mesmo o que entendemos por sexo foi construído discursiva e culturalmente (LAQUEUR, 2001; ROUGHGARDEN, 2004, FAUSTO-STERLING, 2013).

No entanto, ele reconhece que a teoria *queer* trouxe um grande debate sobre as implicações de gênero e sexo, mencionando inclusive os argumento de Judith Butler (2018) de que o sexo não é pré-discursivo, e que considerar as identidades de gênero, ao invés do sexo, geraria diferentes interpretações sobre a forma em que nos organizamos socialmente, algo que pode ser observado no Capítulo III. Sua opção seria fruto, supostamente, do fato da teoria *queer* ter se engajado irrisoriamente em seus primórdios com a bissexualidade (HEMMINGS, 2002).

Ao buscar uma razão para a invisibilidade bissexual, Kenji Yoshino (2000) demonstra que essa sexualidade é menos vista, política, socialmente e por

consequente, espacialmente, que a homossexualidade. Também demonstra que esta invisibilidade não está associada a uma não-existência de bissexuais, ou seja, não está relacionada com um menor número de bissexuais em relação às outras sexualidades, mas sim a um apagamento da bissexualidade. O autor sugere que o apagamento das pessoas bissexuais estaria ligado à um investimento das identidades monossexuais, que por mais que tenham seus próprios atritos, teriam selado o que ele chama de "contrato epistêmico de apagamento bissexual" (2000, p. 3)³⁷. O autor descreve estes investimentos como:

(1) um interesse em estabilizar a orientação sexual; (2) um interesse em manter o sexo como uma métrica dominante de diferenciação; e (3) um interesse em defender as normas da monogamia. Eu desagrego cada interesse em seus três componentes: (1) o componente compartilhado por heterossexuais e gays; (2) o componente mantido apenas por heterossexuais; e (3) o componente mantido apenas por gays³⁸ (YOSHINO, 2000, p. 3).³⁹

O primeiro ponto, que diz respeito sobre a estabilização da orientação sexual, seria do interesse da monossexualidade, pois marcaria o 'lugar' de cada sexualidade na ordem social, reduzindo a ansiedade do autoquestionamento sobre si (HEMMINGS, 2002). Heterossexuais teriam ainda um interesse específico de se manterem detentores da sexualidade hegemônica e não-marcada. Homossexuais, não necessariamente de forma proposital, buscam uma estabilidade da sexualidade como forma de validação política de sua própria. A bissexualidade as desestabilizariam, pois provocaria um autoquestionamento e demandaria provas de suas estabilidades e de seus limites identitários. Se heterossexuais se atraem por pessoas do sexo oposto e bissexuais também, as pessoas heterossexuais precisam então buscar outros argumentos para demonstrarem a sua demarcação identitária e sexual, e o mesmo ocorreria para pessoas homossexuais. A fluidez da bissexualidade contrasta com a rigidez da monossexualidade, sendo vista como um desafio para a segunda (HEMMINGS, 2002). Do mesmo modo, a desestabilização do 'lugar' da monossexualidade posiciona a bissexualidade em um não-lugar, não

³⁷ The epistemic contract of bisexual erasure (YOSHINO, 2000, p. 3) - tradução nossa.

³⁸ Por mais que o autor cite apenas gays ao falar do contrato epistêmico de apagamento bissexual, como apontado por Clare Hemmings (1995; 2002), vemos um comportamento de apagamento da identidade bissexual vindo também de lésbicas.

³⁹ (1) an interest in stabilizing sexual orientation; (2) an interest in retaining sex as a dominant metric of differentiation; and (3) an interest in defending norms of monogamy. I disaggregate each interest into its three components: (1) the component shared by both straights and gays; (2) the component held only by straights; and (3) the component held only by gays (YOSHINO, 2000, p. 3) - tradução nossa.

necessariamente como uma oposição ao primeiro, mas como uma nova possibilidade de significação, sociabilização e identificação.

Neste ponto, temos também uma tensão sobre o que Gill Valentine (1993) chamou de 'o mito da dicotomia entre público e privado'. Bissexuais teriam passabilidade ao se relacionarem com pessoas do gênero oposto em locais públicos, enquanto homossexuais não possuem essa possibilidade, algo que gera tensão entre estas sexualidades. Contudo, quando bissexuais estão se relacionando com alguém do mesmo gênero, são tão hostilizadas/os quanto homossexuais na mesma situação, como poderá ser visto no Capítulo III com os *Relief Maps* das pessoas entrevistadas. Assim, pessoas bissexuais são deslegitimizadas em ambas as situações.

O segundo ponto, sobre o interesse de manter a diferenciação de sexos como a métrica dominante, pertence tanto a heterossexuais quanto a homossexuais, pois as normas sexuais são lidas através da matriz heterossexual (BUTLER, 2018). Esta matriz mantém a heterossexualidade como dominante e a homossexualidade como o extremo oposto, sendo também de interesse desta segunda (não necessariamente de forma consciente), pois demarcaria territórios e comunidades baseadas nessa premissa. A bissexualidade tensiona essa matriz, pois não necessariamente possui uma escolha de objeto, demonstrando que existem outras possibilidades discursivas (BUTLER, 2018; 1993; HEMMINGS, 2002).

O terceiro ponto, no que tange a monogamia, seria de interesse de monossexuais, por ser um fator ético dominante de sociedades ocidentais, concedendo certos privilégios. Para heterossexuais, este interesse se baseia também no estereótipo de que bissexuais são promíscuas/os e transmissoras/es de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) (especialmente HIV), adquirindo as infecções das pessoas homossexuais e transmitindo para as pessoas heterossexuais (YOSHINO, 2000).

Do mesmo modo, como já apresentado aqui, mulheres lésbicas reproduziam esse mesmo discurso em relação à mulheres bissexuais serem vetores de ISTs (HEMMINGS, 1995), mostrando que este estereótipo é perpetuado por ambas as sexualidades monossexuais. O interesse da população homossexual na monogamia, seria o de se assemelhar com o padrão familiar heterossexual e neste sentido, a bissexualidade seria vista como desestabilizadora desta norma, pois

bissexuais são vistas/os como essencialmente não-monogâmicas/os (YOSHINO, 2000; HEMMINGS, 2002).

Tendo estes três pontos e seus desdobramentos em mente, Kenji Yoshino (2000) buscou demonstrar como a bissexualidade é apagada. Como dito anteriormente, a palavra “bissexualidade” possuiu vários significados ao longo da história, e mesmo em se tratando da orientação sexual, ela ainda possui várias interpretações. Assim, antes de afirmar que existe um apagamento bissexual, é necessário definir quais bissexuais são estas/es e sob quais circunstâncias elas/es seriam apagadas/os.

Definir a invisibilidade bissexual é um tanto difícil, visto que a bissexualidade existe na intersecção de muitos tipos diferentes de invisibilidade social. [...] Existem pelo menos três causas para a invisibilidade bissexual, e será útil falar de cada uma delas como criadoras de um tipo diferente de invisibilidade. As três invisibilidades podem ser vistas como aninhadas uma na outra: a primeira afeta heterossexuais, gays e bissexuais ; a segunda afeta apenas gays e bissexuais; e a terceira afeta apenas bissexuais (YOSHINO, 2000, p.5)⁴⁰

Apesar de dissertar sobre todas as três, Kenji Yoshino (2000) foca na última, a invisibilidade que afeta, apenas, bissexuais. A primeira invisibilidade partiria da necessidade de que as diferentes formas de sexualidades, bem como a prática sexual em si, se mantenha invisível e não discutida, partindo de um lugar moralista sobre os corpos. A segunda invisibilidade estaria atrelada ao apagamento das relações sexuais entre pessoas de mesmo sexo, partindo da política de vigilância discursiva, como na expressão brasileira de "entre quatro paredes vale tudo, mas o que acontece aqui, fica aqui". Portanto, não afetaria apenas homossexuais, mas também bissexuais que se relacionam com pessoas do mesmo sexo. Mas os espaços, mesmo privados, são projetados ainda sob a matriz heterossexual, de tal forma que mesmo a vizinhança, a casa e seus comôdos ainda são opressores para não-heterossexuais (VALENTINE, 1993, PASCUAL-BORDAS; RODÓ-ZÁRATE, 2022).

A terceira invisibilidade se baseia na ausência de trabalhos que abordam a bissexualidade, uma vez que a maior parte dos trabalhos sobre sexualidade voltam-se para a heterossexualidade, a homossexualidade ou a relação entre as

⁴⁰ Defining bisexual invisibility is somewhat difficult, as bisexuality exists at the intersection of many different kinds of social invisibility. [...] There are at least three causes of bisexual invisibility, and it will be useful to speak of each as creating a different kind of invisibility. The three invisibilities can be seen as nested within each other: the first affects straights, gays and bisexuals; the second affects only gays and bisexuals; and the third affects only bisexuals. In this article, I focus on the last kind of in-visibility (YOSHINO, 2000, p. 5) - tradução nossa.

duas, como também foi observado por Clare Hemmings (1995; 2002). Além disso, o autor aponta que legislações costumam se basear também em relações monossexuais, onde mesmo as conquistas LGBTQIAPN+ voltam-se muito mais para gays e lésbicas que outras identidades.

Como evidência de que existe uma invisibilidade exclusivamente bissexual, Kenji Yoshino (1995) argumenta que a quantidade de resultados de busca na internet sobre a homossexualidade, por exemplo, é consideravelmente maior que em relação à bissexualidade. Do mesmo modo, a produção acadêmica sobre a primeira é também, significativamente, maior que a segunda. Sua busca voltou-se para os Estados Unidos. Mas no Brasil, 22 anos depois, essa discrepância continua sendo considerável.

Em uma busca no Google⁴¹ com as palavras “lésbica”, “gay”, “heterossexual” e “bissexual” obtivemos os seguintes resultados:

Quadro 1 - Resultados de busca no Google sobre diferentes sexualidades, 2022.

Identidade	Resultado e o tempo de busca (2021)	Resultado e o tempo de busca (2022)
Gay	≅ 3.230.000.000 (0,84 segundos)	≅ 5.340.000.000 (0,7 segundos)
Lésbica	≅ 19.300.000 (0,45 segundos)	≅ 108.000.000 (0,39 segundos)
Bissexual	≅ 6.550.000 (0,65 segundos)	≅ 21.500.000 (0,35 segundos)
Heterossexual	≅ 6.500.000 (0,49 segundos)	≅ 10.100.000 (0,42 segundos)

Fonte: Google. Disponível em: <<https://www.google.com.br/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2022.

Com isso percebemos que, dentre as quatro identidades no ano de 2022, gay é a mais expressiva de todas, correspondendo à 97,45% dos resultados de busca, em seguida a lésbica com 1,97%, bissexual com 0,39% e heterossexual com 0,18%. Ressaltamos que as três primeiras serem mais buscadas que a heterossexual, não significa que a última seja a mais invisível, muito pelo contrário, como é a sexualidade não marcada, não questionada e definida como natural, não se busca sobre.

⁴¹ Primeira busca realizada em 30 de outubro de 2021, às 11:29. Segunda busca realizada em 31 de março de 2022, às 15h58. Considerando que o Google é o maior site de buscas do mundo, bem como o mais popular, para esta demonstração, não vimos necessidade de coletar dados de outros sites.

Realizamos também uma pesquisa no Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴², por ser a maior fundação brasileira vinculada ao Ministério da Educação nacional e por atuar em todos os Programas de Pós-graduação no país. Utilizando as mesmas sexualidades como termos de busca, encontramos ⁴³:

Quadro 2 - Resultado de busca no Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES, 2022.

Identidades	Resultado Geral		Resultado na Geografia	
	2021	2022	2021	2022
Gays	649	804	10	14
Lésbicas	560	722	6	9
Bissexuais	449	570	6	8
Heterossexuais	642	737	3	5

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações, CAPES, 2021. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2022.

Essa invisibilidade bissexual, social e estatística, em relação à lésbicas e gays, principalmente, ocorre porque bissexuais são invisíveis tanto em relação à heterossexuais, quanto em relação à homossexuais. Como trazido por Kenji Yoshino (2000), mas também confirmado com o campo, bissexuais são lidas/os como gays/lésbicas ou como heterossexuais, dependendo de com quem estejam se relacionando ou de como performam suas identidades de gênero, pois a monodissidência nunca é considerada, e esta leitura muitas vezes é reproduzida também por pessoas monodissidentes. Ao tentarmos ampliar nosso escopo de busca utilizando também os termos “bissexual” e “bissexualidade”, encontramos apenas mais um trabalho, totalizando assim nove ao total, como demonstrado no Quadro 3:

⁴²Primeira busca realizada em 30 de outubro de 2021, às 12:11. Segunda busca realizada em 04/04/2022, às 14h06.

⁴³ No início de cada ano, cada Programa de Pós-Graduação deve elaborar o “Relatório Sucupira”, tendo por referência o ano anterior, no qual todas as atividades deste programa foram realizadas. Estão incluídas nestas atividades as defesas de dissertação e tese. Estas informações estão relacionadas a data de defesa da dissertação ou tese, nome dos membros da banca, título, resumo, abstract, palavras-chave, keywords, vinculação da dissertação ou tese com projetos de pesquisa desenvolvidos no referido PPG, além da demanda de indicação do repositório no qual a dissertação está disponível na IES, e a versão na extensão .pdf da dissertação ou tese homologada após a banca de defesa. Após o envio deste relatório, estas informações relacionadas a dissertações e/ou teses passam a fazer parte do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES.

Quadro 3- Dissertações e teses que abordam a bissexualidade na Geografia, CAPES, 2022.

Autoria	Título	Tipo	Ano	Orientador/a	Universidade
Aleamar M. Sousa	O Espaço que ousa dizer seu nome: Territórios GLTBS De Goiânia.	D	2005	Alecsandro J. P. Ratts	Universidade Federal de Uberlândia
Leandro R. D. Forno	A Festa da Diversidade em Cruz Alta - RS como Território de Exercício da Sexualidade LGBT e de seu Reconhecimento Social.	D	2013	Benhur P. da Costa	Universidade Federal de Santa Maria
Márcia T. Carneiro	Vivências Espaciais da Saúde no Grupo de Travestis e Transexuais na Cidade de Ponta Grossa – Paraná.	D	2014	Marcio J. Ornat	Universidade Estadual de Ponta Grossa
Bruno Freitas	Cidade, Gênero e Territorialidades LGBT em Uberlândia, MG.	D	2016	Beatriz R. Soares	Universidade Federal de Uberlândia
Talitha C. Machado	Cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença.	T	2016	Alecsandro J. P. Ratts	Universidade Federal de Uberlândia
Jorgeanny de F. R. Moreira	Do movimento social à festa: as microterritorialidades festivas e efêmeras da parada LGBT em Goiânia, Goiás.	T	2016	Carlos E. S. Maia	Universidade Federal de Goiás
Aleamar M. Sousa	Espacialidades do Envelhecimento LGBTt's nas Cidades Pequenas de Goiás	T	2020	Beatriz Ribeiro Soares	Universidade Federal de Uberlândia
Vinicius N. Fileto	Colorindo a luta pela terra: espacialidades LGBT nos movimentos socioterritoriais do campo brasileiro	D	2020	Marcelo Cervo Chelotti	Universidade Federal de Uberlândia
Maria T. W. V. Senra	Sífilis em São João Del Rei (MG): Um Estudo Socioespacial	D	2021	Ivair Gomes	Universidade Federal de São João Del-Rei

Fonte: Catálogo de Teses e Dissertações, CAPES, 2021. Disponível em: <<https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2022.

Estes trabalhos estão localizados nas regiões Sul e Centro-oeste, especialmente na Universidade Federal de Uberlândia, evidenciando que as instituições periféricas têm demonstrado mais atenção a temas dissidentes que as instituições centrais que, em sua maioria, se localizam no Sudeste. Observamos ainda que os trabalhos encontrados datam dos últimos 10 anos, com exceção da dissertação de Aleamar M. Sousa, que data de 2005, demonstrando que o interesse sobre esta sexualidade é ainda mais recente no Brasil que em países anglófonos.

Realizamos também uma busca no Observatório da Geografia Brasileira (OGB)⁴⁴ organizado pelo Grupo de Estudos Territoriais, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (GETE/UEPG). Na data da busca⁴⁵, o OGB possuía um volume de 31.263 artigos *online*, entre os anos de 1939 e 2020. Com o termo de busca “bissex”⁴⁶ foram encontrados apenas oito artigos que mencionam a bissexualidade, totalizando 0,03% de toda a produção, como visto no Quadro 4. No entanto, todos os 8 artigos possuem uma discussão que generaliza a identidade/orientação sexual bissexual com as experiências de outras identidades/orientações sexuais, algo que historicamente ocorre com frequência (HEMMINGS, 1995; 2002; YOSHINO, 2000).

Quadro 4 – Artigos que abordam a bissexualidade, OGB, 2020.

Autoria	Título	Ano
Paulo J. Vieira	Aeminiumqueer, a Cidade Armário: Quotidianos Lésbicos e Gays em Espaço Urbano	2010
Bruno Freitas; Anderson Portuguesez	Consumo, Exclusão Social e a Dinâmica de Produção do Território LGBT na Área Central de Uberlândia, MG	2013
Luana B. Araújo; Maria C. L. Bandeira; Tiago L. C. V. Silva	Prostituição de Luxo: Gênero, Trabalho e Sociabilidade na Cidade de Belém	2015
Maria C. C. Araújo	A Vivência, os Desafios na Educação Escolar Para os LGBT's: Uma Escola Para Todos	2016
Jorgeanny F. R. Moreira; Carlos E. S. Maia	Estratégias Espaciais na Parada LGBT em Goiânia, Goiás	2017
Ana P. N. Vasconcelos; Otávio J. L. Costa	Os Percursos e as Vivências LGBT em Quixadá-CE	2018
Guilherme R. Passamani; Alexandre M. Vasconcelos; Marcelo V. Rosa; Renato P. Ishii	Pobres, Pretos/as, Periféricos/as, Jovens e em Escolarização: A Constituição dos Sujeitos da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS.	2020
Willians V. F. Souza; Carlos A. Feliciano	Mapeamento dos Crimes de Ódio Contra Lgbt: Uma Leitura Socioespacial da Violência entre os anos de 2017 e 2018.	2020

Fonte: Observatório da Geografia Brasileira, 2021. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2022.

Como já mencionado, nenhum dos trabalhos encontrados nos bancos de dados, tanto da CAPES como do OGB, possuem a bissexualidade como foco de

⁴⁴ Atualmente sob coordenação/gestão da Dra. Joseli M. Silva (GETE/PPGEO/UEPG), do Doutorando Vagner A. M. Pinto (GETE/PPGEO/UEPG) e da Dra. Tamires R. A. de O. Cesar (GETE/UEPG).

⁴⁵ Busca realizada em 01 de Abril de 2022, às 9h46.

⁴⁶ A escolha por esse termo se deu, pois o OGB concentra resultados com um mesmo prefixo.

pesquisa, mas sim sobre a população LGBTQIAPN+ como um todo, alguns, inclusive, mencionam esta sexualidade apenas ao introduzirem a sigla em seus textos. Com isso, percebemos que assim como outras ciências prestaram pouca atenção à bissexualidade, a Geografia também o fez. Entretanto, gostaríamos de destacar o trabalho de Guilherme R. Passamani, Alexandre M. Vasconcelos, Marcelo V. Rosa e Renato P. Ishii (2020), que ao realizarem uma pesquisa com a população LGBTQIAPN+ presente na 18ª Parada LGBT de Campo Grande, ocorrida em 2019, demonstram que a maior parte das pessoas presentes se autodeclararam bissexuais (24,4%). Além disso, os autores destacam a contradição acerca da invisibilização sofrida por bissexuais, visto que neste evento, elas/es foram maioria. Salientamos também que, apesar de não terem se debruçado sobre a identidade bissexual, estes trabalhos são de grande importância para os estudos das sexualidades na Geografia nacional, já que são pioneiros neste subcampo.

Ao discutir sobre o apagamento bissexual com suas/seus colegas, Kenji Yoshino (2000) ficou impressionado com:

a quantidade de pessoas que concordavam que os bissexuais eram invisíveis em relação aos homossexuais sem acreditar que os bissexuais estavam sendo apagados. Na opinião delas/es, a escassa visibilidade de bissexuais em relação aos homossexuais não significava seu "apagamento", mas refletia, precisamente, seus números relativamente menores (YOSHINO, 2000, p. 7)⁴⁷.

O autor chama isso de “tese da não-existência relativa” (p. 7) e, para demonstrar que esse argumento é inverídico, ele define o conceito de bissexualidade que ele adota, bem como faz um apanhado histórico das tentativas de se quantificar a sexualidade humana. Segundo Kenji Yoshino (2000), a orientação sexual foi abordada, principalmente, por três eixos: 1) auto-identificação; 2) comportamento; e 3) desejo. O autor utiliza este último como parâmetro de sua análise, com duas ressalvas “(1) Eu defini desejo como apetite sexual; e (2) eu exigi mais do que desejo incidental para ambos os sexos antes de classificar um indivíduo como bissexual” (p. 11)⁴⁸.

Por mais que o autor tenha optado por definir a orientação sexual baseada apenas no desejo, ressaltamos que essa abordagem pode resultar ainda em quatro

⁴⁷ In discussing this project with peers, I was struck by how many of them agreed that bisexuals were invisible relative to homosexuals without believing that bisexuals were being erased. In their view, the scant visibility of bisexuals relative to homosexuals did not signify their "erasure," but rather accurately reflected their smaller relative numbers (YOSHINO, 2000, p. 7) - tradução nossa.

⁴⁸ (1) I defined desire as sexual appetite; and (2) I required more than incidental desire for both sexes before classifying an individual as bisexual (YOSHINO, 2000, p. 11) - tradução nossa

problemas: 1) A perspectiva freudiana (HEMMINGS, 2002) de que todo mundo teria uma predisposição inata à bissexualidade; 2) A perspectiva de que para alguém ser verdadeiramente bissexual, deveria desejar todos os gêneros igualmente ao longo de sua vida e, nesses parâmetros, ninguém seria bissexual, realisticamente falando; 3) Precisaríamos confiar que todas as pessoas entrevistadas possuiriam uma auto-análise e uma consciência clara de seus desejos sexuais; e 4) A bissexualidade poderia continuar sendo vista como uma transição entre monossexualidades, sendo vista como um não-lugar.

Do mesmo modo, se considerarmos apenas o comportamento sexual ainda teríamos problemas, pois muitas pessoas que se identificam como homossexuais ou heterossexuais, seriam na verdade bissexuais, e com isso passaríamos por cima da autonomia das pessoas de se auto identificarem, como o caso de Jeanette (VALENTINE, 2007). Por fim, se considerarmos só a auto-identificação, encontraremos contradições já mencionadas aqui, pois muitas pessoas que possuem desejo e/ou comportamentos bissexuais não necessariamente se identificam como tal. Portanto, compreendemos aqui que existe uma diferenciação entre orientação sexual e identidade sexual e, visando a exequibilidade deste trabalho, bem como respeitando a autonomia de cada indivíduo, entrevistamos pessoas que se identificam como bissexuais.

Muitas/os pesquisadoras/es buscaram quantificar a sexualidade humana desde meados do século XX até anos mais recentes, como: Kinsey (1948 e 1953); Gebhard (1972); Gagnon e Simon (1973); Hunt (1974); Pietropinto e Simenauer (1977); Gebhard e Johnson (1979); Fay, Turner, Klasser e Gagnon (1989); Harry (1990); McWhirter (1990); Smith (1991); Janus e Janus (1993); Billy, Tafner, Grady e Klepinger (1993); Taylor (1993); Laumann, Gagnon, Michael e Michaels (1994); Wellings (1994); Binson, Michaels, Stall, Coates, Gagnon e Catania (1995); Sell, Wells e Wypij (1995); Bagley e Tremblay (1998); Mosher, Chandra e Jones (2005); *National Survey of Sexual Health and Behaviour* (2010); e Chandra, Mosher, Copen e Sionean (2011) (KINSEY INSTITUTE, 2019).

O estudo sobre comportamento sexual proposto por Alfred Kinsey, é considerado a primeira tentativa de se quantificar a sexualidade humana, tendo influenciado quase todos, senão todos, os estudos que o sucederam. Este estudo foi realizado com homens cisgênero (1948) e mulheres cisgênero (1953) e teve como parâmetro de orientação sexual, o que Alfred Kinsey definiu por desejo (baseado na

combinação de experiência sexual e resposta psicosssexual), desconsiderando a auto-identificação. Com isso ele criou a Escala de Kinsey⁴⁹.

Com essa escala, após entrevistar 5300 homens cisgênero brancos⁵⁰ e 5940 mulheres cisgênero brancas, Kinsey chegou no seguinte resultado:

- 37% dos homens e 13% das mulheres tiveram pelo menos alguma experiência homossexual declarada até o orgasmo;
- 10% dos homens eram mais ou menos exclusivamente homossexuais e 8% dos homens foram exclusivamente homossexuais por pelo menos três anos entre as idades de 16 e 55 anos. Para mulheres, Kinsey relatou uma variação de 2-6% para experiências/respostas mais ou menos exclusivamente homossexuais.
- 4% dos homens e 1-3% das mulheres eram exclusivamente homossexuais desde o início da adolescência até o momento da entrevista (KINSEY INSTITUTE, 2019).⁵¹

A Escala de Kinsey varia de 0 a 6. Segundo Clare Hemmings (2002), as pessoas que se enquadraram no 0 eram consideradas as ‘verdadeiras’ heterossexuais, as no 6 eram as ‘verdadeiras’ homossexuais e as no 3 seriam as ‘verdadeiras’ bissexuais, por desejarem igualmente homens e mulheres.

Apesar da Escala de Kinsey não considerar outras sexualidades, como a bissexual, Kenji Yoshino (2000) recategoriza esta escala como: 1) as pessoas classificadas no 0 e no 1 seriam heterossexuais; 2) as pessoas classificadas no 2, 3 e 4 seriam bissexuais; e 3) as pessoas classificadas no 5 e no 6 seriam homossexuais. Com essa recategorização, o autor demonstra que 50% dos homens que Kinsey entrevistou estariam nos números 2, 3 e 4 (ou seja, seriam bissexuais), enquanto que dentre as mulheres, 4% das solteiras e 1,5% das casadas estariam entre os números 2, 3 e 4 (também bissexuais).

Outros testes que consideravam a auto-identificação, como o de Janus e Janus (1993) que possuía apenas este critério, não obteve uma grande discrepância entre bissexuais e monodissidentes, como a Escala de Kinsey. Contudo, no relatório foi sugerido que muitas pessoas que se declararam heterossexuais ou

⁴⁹ O teste pode ser realizado no seguinte link: <<https://www.idrlabs.com/pt/escala-kinsey/teste.php>>.

⁵⁰ A amostra masculina original é de homens institucionalizados (KINSEY INSTITUTE, 2019). Disponível em: <https://kinseyinstitute.org/research/publications/historical-report-diversity-of-sexual-orientation.php>. Acesso em: 01/11/2021.

⁵¹ ● 37% of males and 13% of females had at least some overt homosexual experience to orgasm; 10% of males were more or less exclusively homosexual and 8% of males were exclusively homosexual for at least three years between the ages of 16 and 55.

- For females, Kinsey reported a range of 2-6% for more or less exclusively homosexual experience/response.
- 4% of males and 1-3% of females had been exclusively homosexual after the onset of adolescence up to the time of the interview (KINSEY INSTITUTE, 2019) - tradução nossa.

homossexuais, tiveram relacionamentos com pessoas dos dois sexos (YOSHINO, 2000). Isso reforça nosso argumento de que existe uma diferença entre orientação sexual e identidade sexual e que métodos de quantificação, por mais importantes que sejam, dependendo do que se deseja alcançar, não conseguem abarcar toda a complexidade humana.

Um exemplo disso no Brasil, foi uma pesquisa experimental divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), realizada pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS, 2019) que buscou contabilizar as identidades sexuais no país entre pessoas com 18 anos ou mais. Para a coleta dos dados:

Seguindo a metodologia da pesquisa, o entrevistado foi selecionado aleatoriamente, dentre os moradores do domicílio no momento da entrevista, para responder sobre sua orientação sexual. Ele respondeu à pergunta “Qual é sua orientação sexual?” e teve as seguintes opções de resposta: heterossexual; homossexual; bissexual; outra orientação sexual; não sabe; e recusou-se a responder (IBGE, 2022).

A fim de dar mais privacidade à pessoa entrevistada, tendo ciência de que este tema é ainda muito sensível, o Dispositivo Móvel de Coleta (DMC) foi disponibilizado para que a própria pessoa respondesse o questionário. Com isto, os dados encontrados demonstram que: 94,8% se declararam heterossexuais; 1,2% homossexuais; 0,7% bissexuais; 1,1% não sabiam sua orientação sexual; 2,3% não quiseram responder; e 0,1% declararam outra orientação sexual. Além disso, esta pesquisa demonstra que a população de homossexuais e bissexuais é maior entre os que têm nível superior e maior renda, e que os jovens de 18 a 29 anos (4,8%) tiveram maior percentual de pessoas que se declararam homossexuais e bissexuais. Parte destes dados se alinham com os nossos, uma vez que todas as pessoas que entrevistamos tiveram acesso, em algum momento, ao ensino superior e sua maioria possui menos de 30 anos.

Apesar de ser uma pesquisa com dados experimentais, estes números se tornam alarmantes, pois se considerarmos as paradas do orgulho LGBTQIAPN+ como um parâmetro de comparação, especificamente a Parada de São Paulo, que é a maior do Brasil e do mundo, tivemos uma concentração de 3 milhões de pessoas em 2019 (G1, 2019), mesmo ano em que a PNS foi realizada. É sabido que as paradas possuem também pessoas aliadas e não apenas LGBTQIAPN+, mas se somente uma delas concentra um volume aproximado do total de LGBTQIAPN+ da pesquisa, se fossemos considerar paradas menores de outras cidades ou mesmo

idades que não possuem nenhum tipo de celebração pública destinada à esta população, percebemos que por mais que seja uma pesquisa pioneira e ainda em fase experimental no Brasil, ela apresenta incoerências significativas com a realidade do país.

Com base no que foi exposto, corroboramos com o argumento de Kenji Yoshino (2000) de que não só há uma invisibilização da bissexualidade, como também há um apagamento desta. Para o autor, existem três explicações sobre a invisibilidade da bissexualidade em relação às sexualidades monossexuais: A primeira seria a ôntica, que afirma que entendemos o que existe de forma binária, porque de fato seria binário. Historicamente organizamos o mundo através de oposições, e desta forma, a homossexualidade e a heterossexualidade seriam verdadeiras, por serem "opostas". Logo, a bissexualidade é apagada, porque esta não existe, porque não se opõe.

A segunda explicação para a invisibilidade bissexual seria a cognitiva, que se alinha com a primeira, pois diz respeito à uma tendência humana de organização do mundo de forma binária (SCOTT, 1991). Enquanto a primeira pressupõe que as coisas seriam binárias "naturalmente", a segunda discorre sobre a nossa interpretação binária do que as coisas são. Assim, a bissexualidade se apagaria nessa perspectiva, por não ser enxergada dentro de um binarismo *à priori*.

A terceira explicação para a invisibilização da bissexualidade seria a política, em que algumas categorias seriam de difícil apreensão, por estarem localizadas dentro de um conflito político. Neste sentido, a bissexualidade não seria apagada por estar dentro de um espectro das sexualidades, mas porque as nossas experiências políticas são divididas de forma binárias.

Estas são algumas explicações elencadas por Kenji Yoshino (2000) para o que ele chamou de o contrato epistêmico do apagamento bissexual. A longevidade deste contrato se justificaria considerando que bissexuais não seriam prejudicadas/os (ou mesmo que se beneficiam com ele), ou ainda que por bissexuais serem constantemente impedidos de se compreenderem como bissexuais, elas/es não conseguiriam dissolver o contrato. Para o autor, essas duas explicações não são mutuamente exclusivas, uma vez que a bissexualidade é abarcada por diferentes pessoas e, portanto, as duas explicações podem ser verídicas.

Uma das alternativas de pesquisadoras/es bissexuais legitimarem a identidade bissexual foi através da criação do termo 'monossexual', o qual englobaria as sexualidades que possuem apenas uma escolha de objeto (e.g. heterossexuais, lésbicas e gays). Contudo, como apontado por Clare Hemmings (2002), essa nomeação, por vezes, apaga as diferentes negociações dentro das matrizes de poder realizadas por essas sexualidades e mesmo as tensões entre elas. Além disso, homogeniza o tratamento recebido pela bissexualidade por estas outras sexualidades, que por mais que tenham pontos comuns, como demonstrado pela autora e por Kenji Yoshino (2000), ainda são muito diferentes. No entanto, ao agruparmos a heterossexualidade e a homossexualidade como monossexuais, colocamos a bissexualidade como antagônica à esta categorização e, com isso, buscamos criar a ideia de que há uma oposição natural. Então, para fins políticos, essa binaridade se faz necessária (assim como qualquer outra).

Uma outra alternativa para a legitimação da identidade bissexual, foi o resgate histórico de figuras bissexuais. Esse resgate foi e é feito tanto de figuras bissexuais que foram ignoradas, quanto de figuras bissexuais que foram identificadas como possuidoras de outras sexualidades. Para Clare Hemmings (2002), uma vez que sabemos que a bissexualidade não é rara em seres humanos, essa má-nomeação é repressiva. Neste sentido, o processo de algumas pessoas bissexuais saírem do armário, pode ser retardado pela falta de representatividade bissexual na mídia, na Academia e em outras escalas (YOSHINO, 2000). Assim, pessoas que são bissexuais provavelmente não se darão conta do que são, por não saberem "o quê" caracterizaria uma pessoa bissexual. Destarte, mesmo após bissexuais terem saído do armário para algumas pessoas, elas/es ainda sentem-se pressionadas/os para "optarem" por uma sexualidade monossexual. E mesmo se a bissexualidade não for mais uma questão para essas pessoas e, elas a expuserem publicamente, ainda serão lidas, provavelmente, como heterossexuais ou como lésbicas/gays, pois a monodissidência nunca é cogitada.

Uma terceira alternativa apontada por Clare Hemmings (2002) de avanço na discussão bissexual, foi mudar o foco da identidade, para a epistemologia. Dito isso, ao invés de questionarem o que definiria a bissexualidade, o foco estaria em compreender como a bissexualidade pode ser utilizada na discussão da categoria de gênero e da categoria sexual, sob uma perspectiva desconstrutivista. Para a autora, a abordagem bissexual epistemológica tomou três formas: 1) compreende a

bissexualidade fora das categorias tradicionais de gênero e sexualidade; 2) compreende a bissexualidade dentro dessas categorias tradicionais; e 3) discute a importância de compreender a bissexualidade como produtora de outras identidades. Contudo, para a autora, essa perspectiva epistemológica reproduziu aquilo que buscava criticar e, no que tange o ponto três, outros conflitos surgiram.

Como ponderado por Stuart Hall (1996), Joan Scott (2005) e por Leslie McCall (2005), a designação de um termo como guarda-chuva de outras identidades pode ser bem problemático. Corey E. Flanders em '*Under the Bisexual Umbrella: Diversity of Identity and Experience*' (2017), alega que para algumas pessoas, estar dentro do guarda-chuva da bissexualidade produz um senso, metafórico, de pertencimento, pois, como argumentado por Clare Hemmings (1995; 2002) e Kenji Yoshino (2000), assim como bissexuais sentem-se deslocadas/os com pessoas heterossexuais, o mesmo ocorre em discussões e encontros de gays e lésbicas. Entretanto, para outras pessoas, criar um termo guarda-chuva vai de encontro com a essência das identidades monodissidentes: a sua heterogeneidade e fluidez.

O guarda-chuva bissexual geraria então um paradoxo já abordado aqui: ao mesmo tempo em que une pessoas e cria um senso de pertencimento, além de possibilitar e facilitar a luta política, também esmaga as suas individualidades e o que as tornam únicas. A sociedade, em todas as suas escalas, comumente dificulta os critérios identitários do guarda-chuva da bissexualidade por criar generalizações sob sexualidades monodissidentes, agrupando-as dentro do guarda-chuva, mesmo quando elas, não necessariamente, se identificam com ele. Isto gera um apagamento de identidades monodissidentes não-bissexuais (e.g. pansexualidade, omnissexualidade, polisssexualidade, *queer*, fluida/o, etc.).

Para Corey E. Flanders (2017, p. 2) “[o] guarda-chuva bissexual, então, não é uma fachada estática e imutável, mas sim uma construção que muda de forma, expandindo e contraindo dependendo de uma variedade de fatores que empurram e puxam uns contra os outros”⁵². Neste sentido, quais seriam então as vantagens de um guarda-chuva, considerando todas as problemáticas citadas?

Muitas pessoas monodissidentes enfrentam problemas estruturais semelhantes, como a forma que a cultura monossexual prega e reforça relações,

⁵² The bisexual umbrella then is not a static, unchanging façade, but rather a shape-shifting construct, expanding, and constricting depending upon a variety of factors that push and pull against one another (FLANDERS, 2017, p.2). - tradução nossa.

desejos e sentimentos por apenas um gênero (HEMMINGS, 1995; 2002; YOSHINO, 2000). Outro fator é que haveriam mais similaridades que diferenças entre identidades/sexualidades monodissidentes, fazendo mais sentido a união de forças e adesão do guarda-chuva. Ainda dois outros importantes fatores que advogam pelo uso do guarda-chuva bissexual, e que são codependentes, se referem ao maior índice de pobreza e de doenças (mentais e físicas) que pessoas monodissidentes enfrentam em relação à população monossexual (ROSS *et al*, 2016). Assim, o enfrentamento desses problemas seria facilitado com a junção de forças das identidades/sexualidades monodissidentes (FLANDERS, 2017).

Em contra-partida, o custo de um guarda-chuva bissexual seria o apagamento das diferenças dentre as múltiplas sexualidades sob ele, a fim de favorecer o todo. Uma das complexidades dentre sexualidades monodissidentes, as quais já mencionamos aqui, é que muitas de suas descrições variam entre as pessoas que com elas se identificam. Se existe uma dificuldade de definição dentro de identidades individuais, este problema seria ainda maior dentro de um termo guarda-chuva. As pessoas são interseccionadas por múltiplas identidades, não apenas sexuais e/ou de gênero, mas toda uma miscelânea de identidades, as quais modificam suas experiências espaciais (HAESBAERT, 2013), afetando também, seus sentimentos de inclusão ou desconexão com o guarda-chuva.

As restrições não se encontram apenas no guarda-chuva em si, mas em como nomeá-lo, como demonstrado por Corey E. Flanders (2017). Há uma resistência em denominá-lo de “bissexual”, pois uma vez que já existe uma identidade com essa terminologia, isso causaria uma generalização com as outras identidades, apagando-as. “*Queer*” também foi sugerido como um termo guarda-chuva, mas as pessoas de outras identidades (e.g. gays, lésbicas, etc.) também utilizam esta terminologia. Além disso, como explicado por Judith Butler (2017), *queer* não foi pensada, *a priori*, para ser uma identidade, mas sim utilizada para nomear o inefável da sexualidade. Algumas pessoas utilizam ainda não-monossexuais, mas este termo está baseado no não ser, e assim a objeção em utilizá-lo. Há ainda pessoas que utilizam plurissexuais, multissexuais, e aqui, como pôde ser observado, optamos por “monodissidentes”, pela própria etimologia da palavra, uma vez que essas pessoas são dissidentes da monossexualidade (não sendo apenas o Outro da monossexualidade). Portanto, o contrato epistêmico de apagamento bissexual vem sendo lentamente desestabilizado pela via

teórica-acadêmica e prática-política, de forma individual e coletiva (HEMMINGS, 1995; 2002; YOSHINO, 2000; FLANDERS, 2017).

Os primeiros movimentos bissexuais, que temos documentado, surgiram nos Estados Unidos após a 'Revolta de *Stonewall*' (1969), tendo como um marco inicial o surgimento do '*National Bisexual Liberation*' (1970). Na década de 1980, os movimentos bissexuais passaram a demandar mais reconhecimento. Para o Kenji Yoshino (2000), essa mudança pode ter acontecido tanto por um amadurecimento da identidade bissexual dentro destes movimentos (com um aumento de organizações bissexuais surgindo nos Estados Unidos), quanto pela crise de HIV/AIDS, que tomou uma maior proporção e visibilidade na mesma década. Na década de 1990, movimentos bissexuais começam a ser vistos mundialmente e o 'Manifesto Bissexual' foi publicado.

Os movimentos bissexuais são, naturalmente, diversos e possuem pautas que convergem e divergem com outros movimentos sexuais e de gênero. Ao mesmo tempo que pessoas bissexuais fazem parte da "comunidade" LGBTQIAPN+, estas pessoas possuem pautas específicas como a erradicação da bifobia (perpetuada também por pessoas da "comunidade"). Todavia, Kenji Yoshino (2000) ressalta que ao mesmo tempo em que existe um investimento de monossexuais no apagamento da bissexualidade, também existem investimentos para a sua visibilidade, onde as pessoas homossexuais teriam um interesse em utilizar a bissexualidade como aliada na desestabilização da heterossexualidade, enquanto pessoas heterossexuais teriam um interesse em utilizar a bissexualidade para a desestabilização da homossexualidade. Portanto, para o autor, é pela ascensão dos movimentos bissexuais que o contrato epistêmico do apagamento bissexual pode ser, de fato, dissolvido.

Enquanto as discussões sobre bissexualidade ascendiam no Norte global, bem como o surgimento de movimentos políticos bissexuais, o Brasil estava sob o regime da ditadura militar (1964-1985) e, por mais que houvessem enfrentamentos como o 'Jornal Lampião de Esquina' (1978-1981) e o 'Chana com Chana' (1981-1987), a bissexualidade não era muito abordada nestes espaços.

Assim como ocorreu nos Estados Unidos, a bissexualidade também foi vista como um vetor de transmissão de HIV/AIDS no Brasil, e logo, nas décadas de 1980 e 1990 a visibilidade dada à bissexualidade era apenas por uma via negativa. A resignificação da bissexualidade ocorreu no Brasil apenas após os anos 2000, com

o surgimento das primeiras publicações e mobilizações políticas, como colocado por Helena M. Monaco em “A gente existe!”: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente’ (2020).

Por não ter sido considerada uma identidade inicialmente no Brasil, pessoas bissexuais não puderam reivindicar direitos e/ou criar um senso de comunidade como gays e lésbicas fizeram (SEFFNER, 2003 *apud* MONACO, 2020), gerando-lhes esta condição de não-lugar. Do mesmo modo como ocorreu no Norte Global (HEMMINGS, 1995; 2002; YOSHINO, 2002), no Brasil a bissexualidade também não foi bem recebida nos movimentos gays e lésbicos dos anos 1990, sendo alvo de piadas, comentários negativos, vista como uma falta de coragem em se assumir homossexual e, ao mesmo tempo, sendo vista como uma sexualidade evolutiva, a sexualidade do futuro, o que gerava um apagamento desta identidade no presente (MONACO, 2020).

Diferentemente de como aconteceu nos Estados Unidos, onde movimentos bissexuais consolidados foram conquistando seus espaços com outras identidades (HEMMINGS, 2002; YOSHINO, 2000), no Brasil esse processo partiu do presidente do CORSA (Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor), sob influência ainda de organizações internacionais. Foi apenas em 1999 que a sigla GLBT foi adotada na Parada do Orgulho em São Paulo, mas antes disso contou com alguns questionamentos sobre a inclusão de ‘bissexuais’ e ‘transgêneros’. O CORSA começou a utilizar esta sigla e em seguida ela passou a ser adotada por outros coletivos (MONACO, 2020). Entretanto, no 11º Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, de 2003, a bissexualidade foi removida, sob o argumento de não haver uma organização bissexual. Mas, como Helena M. Monaco (2020) apresenta, a bissexualidade não foi aceita dentro do movimento GLBT, sofrendo bifobias já mencionadas aqui.

A participação de bissexuais em movimentos sociais e políticos no Brasil sempre foi muito limitada por outras identidades, como apontado por Helena M. Monaco (2020). Durante um encontro em 2005 da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT), a participação bissexual passou a ser questionada, o que culminou na criação do Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) que durou até 2008. Outra iniciativa nesse sentido, foi a criação de um espaço de acolhimento a pessoas bissexuais, bem como não-bissexuais, em São Paulo, intitulado Espaço B (2004-2008). Uma iniciativa

similar ao Espaço B, foi a criação do Núcleo Bis em 2003, que contribuía para a produção de inteligibilidade em torno da bissexualidade, bem como servia como um espaço de acolhimento.

Em 2010 surge ainda o coletivo bi-sides (SP), no mesmo ano surge também o Coletivo B (SP), em 2013 o Coletivo BIL (Coletivo de Bissexuais e Lésbicas, MG), em 2014 o MovBi (Movimento de Bissexuais, PB). Além disso, em 2014 temos um outro marco histórico, a mudança do Seminário Nacional de Lésbicas (Senale) para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (Senalesbi), que diferentemente do que aconteceu em 1999 na Parada do Orgulho, aqui temos uma reivindicação de mulheres bissexuais para serem incluídas (Bi-Sides, 2014). Outros coletivos também surgiram na internet como ComBI (Coletiva de Mulheres e pessoas Não-Binárias Bissexuais, SC), Coletivo Amora (RS), Maria Quitéria (Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, PB), Frente BI (PI), Bisibilidade (RJ), dentre outros (ESQUERDA ONLINE, 2021).

Um marco recente, mas muito importante, foi a criação da Frente Bissexual Brasileira em 2020, que busca fortalecer, validar, fornecer apoio, promover, valorizar e fomentar os movimentos sociais e políticos bissexuais, bem como a própria identidade bissexual, além de combater a bifobia. Esta Frente redigiu ainda um Manifesto Bissexual Brasileiro (2021) e está construindo um censo demográfico voltado para pessoas bissexuais (FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA, 2021). Com isso, temos que esta espacialização virtual possibilita às pessoas que se identificam como bissexuais em se articular politicamente de forma a se tornarem visíveis em outras escalas espaciais, para assim reivindicá-las e modificá-las.

Em virtude do que foi apresentado, percebemos que a bissexualidade sofreu e sofre diversas interdições, tanto dentro da cis-heteronormatividade, quanto dentro da própria “comunidade LGBTQIAPN+”, o que ocasionou uma tardia articulação política de bissexuais. Acreditamos que o retardamento da compreensão da bissexualidade como uma identidade política seja também fruto das múltiplas interpretações que esta identidade possui. Como exposto pelas/os autoras/es que trouxemos nesta Seção, bem como poderá ser observado pelo relato das pessoas entrevistadas no Capítulo III, existe quase que um consenso sobre o que a bissexualidade não é, mas não sobre o seu oposto.

Percebemos ainda que, apesar das supracitadas interdições sofridas por bissexuais, tanto no Brasil quanto fora dele, estas pessoas se reafirmam e

permanecem lutando por reconhecimento e respeito. É pensando nisso, bem como compreendendo que a luta identitária não se dá fora do espaço, que buscaremos demonstrar e compreender como as pessoas bissexuais vivenciam o direito à cidade em Ponta Grossa - Paraná. Para tanto, realizamos uma discussão na próxima Seção partindo de Henri Lefebvre, criador do conceito de direito à cidade, passando por autoras/es feministas que o sucederam e, por fim, analisaremos o conceito através da ótica e da legislação brasileira, a qual nos possibilita realizar uma análise interseccional deste direito ao uní-lo, através das emoções, com as múltiplas identidades.

1.3 Os paradoxos do Direito à Cidade

O direito à cidade é um conceito concebido, inicialmente, pelo filósofo e sociólogo Henri Lefebvre. Com uma forte influência marxista, Lefebvre escreveu mais de 60 livros englobando o cotidiano, o espaço, o urbanismo, o capitalismo, a modernidade, o corpo (SILVA; ORNAT, 2016) e o próprio 'Direito à Cidade' em um livro de mesmo nome, publicado em 1968, como uma forma de homenagear o legado de Karl Marx.

Sua obra inspirou diversas/os autoras/os que re-elaboraram seu conceito, tanto ainda dentro da perspectiva marxista, com o foco na luta de classes, como pela perspectiva racial, feminista e *queer*, evidenciado que a primeira desconsiderou uma gama de pessoas que não são apenas marcadas por sua classe, mas por uma série de identidades que também interferem em suas vivências espaciais. A segunda perspectiva será de grande importância para a nossa análise, pois ela demonstra a importância da interseccionalidade para a leitura e construção do espaço (algo que pode ser observado com os *Relief Maps* no Capítulo III), manifestada através das emoções. Entretanto, não deixamos de salientar a importância também da primeira perspectiva.

Para Henri Lefebvre (2008), a cidade é um projeto inacabado, pois está sempre em construção e sempre em transformação. A renovação urbana influencia o nosso cotidiano e possui um caráter revolucionário, pois só pode ser realizada efetivamente através do suporte social. Em virtude de sua veia marxista, o autor argumenta que é apenas com a colaboração da classe trabalhadora, mas não se restringindo a ela, que a reforma urbana pode acontecer, pois esta é a classe criadora da cidade-obra. Para ele, é no seio da luta social que direitos são

demandados e criados (e.g. direitos da mulher, direitos étnico-raciais, direitos à cultura, direitos à habitação, direitos ao lazer, entre outros).

Nesta perspectiva, temos o direito à cidade, o qual:

[...] se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. Direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade estão implicados no direito à cidade) (LEFEBVRE, 2008, p. 134).

Deste modo, o direito à cidade é como um apelo à existência e uso pleno dos espaços urbanos, ou seja, um direito à vida urbana plena, sendo alcançado apenas com o protagonismo da classe trabalhadora. Portanto, como dito anteriormente, para Henri Lefebvre (2008), o espaço urbano está sempre em construção, nunca encerrado no tempo presente, e por este motivo ele enxerga o direito à cidade como uma utopia.

Chamamos atenção ainda para a perspectiva de direito à cidade do autor no que tange o “direito à liberdade” e “a individualização na socialização”, pois como pode ser visto no Capítulo II e III, estes direitos serão os mais caros para as pessoas bissexuais. Ao interseccionalizarmos a bissexualidade com o gênero e a classe social encontramos que, para mulheres e pessoas não-binárias bissexuais de classe de renda baixa, o direito à liberdade e à solitude são, de fato, utopias, tanto nos espaços públicos quanto muitas vezes nos privados.

Em *‘What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work’* (1980), Dolores Hayden propõe novas formas de planejamento urbano, considerando as necessidades das mulheres, especialmente das mulheres que precisavam conciliar o tempo de trabalho remunerado com o tempo de trabalho não remunerado (ligados, principalmente, ao cuidado da casa e de membros da família).

Dolores Hayden (1980) demonstra que os incentivos financeiros à moradias no início do século XX, criados por indústrias privadas, tinham como objetivo aumentar a produtividade do trabalhador, aumentar o consumo familiar e fomentar a divisão sexual do trabalho, uma vez que as mulheres foram “promovidas” à gerentes de seus lares e os homens tornaram-se provedores desses. Segundo a autora, essa organização fez com que o gênero se tornasse uma auto-definição mais importante que a classe, além de chamar mais atenção para o consumismo.

É nesse período também que a criação e o consumo de eletrodomésticos foram promovidos sob a ideia de uma melhor organização do espaço privado, da casa. Para tanto, houve um forte investimento em propagandas em diversos meios de comunicação, destinadas, especialmente, para mulheres “donas de casa” (HAYDEN, 1980). Para a autora, foi devido a este aumento do consumo que estas mulheres precisaram entrar no mercado de trabalho, a fim de manterem, ou mesmo alcançarem, a qualidade de vida propagandeada como ideal. Com isso, temos também o aumento de mulheres sendo submetidas à dupla jornada de trabalho.

O que Dolores Hayden (1980) demonstra é que a dupla jornada de trabalho das mulheres surtiu efeito na utilização dos espaços e recursos urbanos. As mulheres passaram a ser as maiores utilizadoras de transportes públicos, tanto por terem uma maior jornada de trabalho, quanto por possuírem menos carteiras de habilitação. No Brasil, apenas 35% das carteiras de habilitação pertencem às mulheres e o Paraná é o 3º estado com o maior número de motoristas mulheres, com 1,9 milhão (UOL, 2021). Apesar disso, a autora demonstra que os transportes públicos, tal qual a cidade como um todo, são planejados por e para homens, já que também são utilizados para controlar o deslocamento da população, como pode ser visto no Capítulo seguinte.

Dolores Hayden (1980) aponta que problemas familiares, comumente depositados às mulheres, são considerados problemas pessoais, como: espaços de cuidados para crianças, idosos e pessoas com deficiência (PCD); os horários, a quantidade e as localizações dos transportes; e a alimentação. No Brasil, alguns contratos de trabalho oferecem auxílio alimentação e auxílio transportes, mas em muitos casos, esses auxílios não são suficientes para cobrir todos os gastos familiares. Assim, a autora apresenta um paradoxo, onde as mulheres não podem melhorar seus status domésticos sem que suas classes econômicas sejam alteradas. Em contrapartida, não podem assumir cargos mais altos e/ou melhor remunerados no mercado de trabalho, sem que o trabalho doméstico sofra também uma alteração. Com isso a autora levanta a questão:

[S]e arquitetos e designers urbanos fossem reconhecer todas as mulheres empregadas e suas famílias como constituintes para novas abordagens no planejamento e design, e fossem rejeitar todas as presunções sobre o "lugar da mulher" em casa, o que poderíamos fazer? É possível construir bairros e cidades não sexistas? Como eles seriam? (HAYDEN, 1980, p. 176)⁵³

⁵³ If architects and urban designers were to recognize all employed women and their families as a constituency for new approaches to planning and design and were to reject all previous assumptions

Para responder essas perguntas, a autora expôs alguns projetos realizados na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, os quais buscavam concentrar áreas para o cuidado de crianças, por exemplo, servindo como suporte tanto para mães/pais solo, quanto para mães/pais que precisavam sair para trabalhar. Entretanto, esse projetos apresentavam várias falhas, pois ainda concentravam o trabalho de cuidado sob as mulheres.

Assim, a solução dada por Dolores Hayden (1980) para a reorganização da sociedade de forma que atenda pais e, especialmente, mães trabalhadoras/es seria o HOMES (*Homemakers Organization for a More Egalitarian Society*⁵⁴). Para a execução desse projeto, a autora argumenta que mulheres e homens, especialmente do mercado de trabalho, deveriam ter uma participação igualitária, ativa e bem organizada neste espaço. Além disso, HOMES ofereceria também abrigo às vítimas de violência doméstica e suas/seus filhas/os. Para tanto, HOMES teria uma participação de grupos feministas e de construtoras. Além da moradia, a autora aponta que outros serviços precisariam ser oferecidos, como: áreas externas de cuidado infantil; lavanderia; cozinhas coletivas tanto para o cuidado infantil, quanto para outras pessoas em vulnerabilidade social na vizinhança; um mercado com acesso à cooperativas locais; uma garagem com vans disponíveis para o transporte diário e para delivery de alimentos; área para cultivo de hortas; e um escritório que oferecesse ajuda a pessoas em situação de vulnerabilidade. Por fim, sua proposta para a solucionar a divisão sexual do trabalho, seria atacar a divisão tradicional entre o que seria público e o que seria privado.

Em *'The Right to the Gendered City: Different Formations of Belonging in Everyday Life'* (2005), Tovi Fenster tece críticas a Henri Lefebvre, pois para ela a análise do autor pecou ao pensar o direito à cidade de forma não-generificada e ignorando o sistema patriarcal. Sua proposta é desenvolver um direito à cidade através das experiências cotidianas e dos sentimentos de mulheres no espaço urbano, semelhante à Dolores Hayden (1980).

Segundo Tovi Fenster (2005), estudos das últimas décadas sobre cidadania têm denunciado discriminações e violências sofridas por mulheres em diversos espaços e escalas. No entanto, a maior parte destes estudos estão recortados sob a

about 'woman's place' in the home, what could we do? Is it possible to build non-sexist neighborhoods and design non-sexist cities? What would they be like?" (HAYDEN, 1980, p. 176) - Tradução nossa.

⁵⁴ Organização de Donas de Casa para uma Sociedade Mais Igualitária - Tradução nossa.

escala do Estado. Contudo, o patriarcado é uma força hegemônica multi-escalar agindo, simultaneamente, no corpo, na casa, no bairro, na cidade, etc., algo que pode ser observado com os *Relief Maps* das mulheres cisgênero entrevistadas no Capítulo III, especialmente com os relatos de Camélia, Morgana e Sophia. Destarte, compreender as facetas do patriarcado na escala urbana se faz necessário, se buscamos desafiá-lo no cotidiano.

Como visto, o que Henri Lefebvre (2008) definiu por direito à cidade pode ser resumido ao direito de participação, direito de apropriação e ao direito de habitar. Mas, para Tovi Fenster (2005), o autor não foi sensível para as diferenças individuais e coletivas das sociedades. Para a autora, a argumentação de Henri Lefebvre sobre o direito à cidade não desestabiliza e não desafia nenhuma matriz de poder, para além da estrutura urbana capitalista.

Um ponto falho na análise lefebvriana (2008) ancora-se no fato de o autor ter focado sua discussão apenas no espaço público, desconsiderando o espaço privado, algo comum em análises não-sexualizadas, não-generificadas e não-racializadas. Segundo Tovi Fenster (2005), por Henri Lefebvre (2008) não abordar a vida privada, o direito à moradia é concebido de forma homogênea dentre as identidades de mesma classe social, como se os acessos e vivências fossem universais, uma vez conquistados. Contudo, teóricas feministas têm evidenciado que mesmo o espaço privado é passível de interdições, pois, por ser uma escala indissociável das demais, o espaço doméstico pode ser também um espaço de opressão e luta (HAYDEN, 1980; hooks, 1984; VALENTINE, 1993; PASCUAL-BORDAS; RODÓ-ZÁRATE, 2022). Desta forma, precisamos interpretar o direito à cidade de forma multiescalar, tanto por meio de análises que abordam o espaço público, quanto compreensões que perpassam o espaço privado (HAYDEN, 1980; FENSTER, 2005).

Através dos relatos obtidos com entrevistas realizadas com londrinas/os e jerosolimitanas/os, Tovi Fenster (2005) argumenta que a separação entre público e privado muitas vezes reforça a subordinação feminina no espaço privado e a sua invisibilização em espaços públicos, algo já demonstrado por Dolores Hayden (1980). Em se tratando de LGBTQIAPN+, existe uma castração no espaço privado e uma abjeção em espaços públicos (VALENTINE, 1993; SILVA; ORNAT, 2010). Para Tovi Fenster (2005), o sentimento de pertencimento é intrínseco ao direito de uso, e

portanto, para alcançarmos um direito à cidade pleno, necessitamos nos sentir pertencentes aos espaços cotidianos.

O conceito de performatividade da Judith Butler (2018; 1993), como demonstrado aqui, influenciou diversas/os autoras/es, nas mais diversas áreas de conhecimento. Neste sentido, Gillian Rose (1999) elabora o conceito de espaços performados, ou seja, espaços que são também construções articuladas por repetições de performances que criam a sensação de naturalidade e de pertencimento, mas, em contrapartida, criam também espaços de abjeção. Por não sentirem-se seguras em espaços públicos, ou mesmo em espaços privados (pensando em vítimas de violência doméstica), as mulheres não se consideram pertencentes a eles (HAYDEN, 1980; FENSTER, 2005).

Historicamente, as pessoas com poder de decisão e participação dos espaços urbanos são homens, brancos, heterossexuais, cisgêneros, etc., e por isso pessoas que fogem destes padrões normativos sentem-se deslocadas, não-representadas e mesmo interditas nos espaços urbanos (HAYDEN, 1980; FENSTER, 2005; SILVA; ORNAT, 2010). Portanto, assim como proposto por Henri Lefebvre (2008), o direito à cidade atrela-se aos direitos de participação e de uso, logo, quanto maior poder de escolha as pessoas de diferentes identidades tiverem, maior será a representatividade dessas pessoas no espaço urbano e maior será seu sentimento de pertencimento. O que Tovi Fenster (2005) demonstra sobre esse argumento, é que o espaço da casa é indissociável do espaço urbano e ao ignorá-lo em nossas análises, estamos corroborando com a invisibilização de metade da população mundial, logo, o direito à cidade será impossível.

No que tange a Geografia Urbana brasileira, Ana F. A. Carlos é indubitavelmente uma de suas maiores referências. Suas primeiras reflexões sobre o direito à cidade se iniciam em 2003 no VII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, mas sua primeira publicação sobre o tema foi em 2005 em um artigo intitulado 'O "Direito à Cidade" e a Construção da Metageografia', e dois anos depois publica um capítulo de mesmo nome em seu livro 'O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade' (2007b). Para a nossa reflexão, traremos também suas obras mais recentes: 'O Poder do Corpo no Espaço Público: O Urbano Como Privação e o Direito à Cidade' (2014) e 'Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o "direito à cidade"' (2020).

A sua reflexão sobre o direito à cidade se desdobra sobre o entendimento de que este se faz em um "espaço-tempo diferencial da realização possível da vida humana" (CARLOS, 2007b, p. 109). Para a autora, existe um debate superficial sobre o "direito", compreendido como um sinônimo de "qualidade de vida", quando na verdade, a luta pelo direito à cidade surge quando há uma transformação da cidade-obra em cidade-produto, algo semelhante ao proposto pelo próprio Henri Lefebvre (2008).

Ana F. A. Carlos (2007b; 2020) aponta que num nível prático, para que alcancemos o direito à cidade, a vida humana precisa ser realizada plenamente na sociedade urbana e, para isso, precisamos alterar as relações cotidianas da forma que as conhecemos para então transformar a cidade. Em nível teórico, o direito à cidade seria alcançado através de uma crítica radical do espaço urbano pela Geografia (CARLOS, 2020), mas uma Geografia unificada, uma 'metageografia' (CARLOS, 2007b).

Assim como exposto por Henri Lefebvre (2008), para Ana F. A. Carlos (2007b; 2020), se quisermos estabelecer uma crítica radical às relações humanas no espaço urbano, para então alcançarmos o direito à cidade, precisamos compreender que a cidade-obra tem se distanciado de suas/seus criadoras/es. Isso gera uma limitação no uso da cidade e uma fragmentação da vida (e.g. trabalhadoras/es que não moram no mesmo bairro que trabalham e, portanto, gastam horas se deslocando). Para a autora, é no plano do habitar, do espaço vivido, que práticas cotidianas são criadas e performadas. Assim, é o habitar que evidencia as contradições presentes na cidade, e em outros espaços, tendo em vista que este plano é multi-escalar e é através dele que a mudança em busca da cidadania pode ser realizada (CARLOS, 2007b; 2020).

Ainda segundo a autora (2007b; 2020), a cidade-produto, promovida por empresas privadas com o suporte do Estado, estratifica os espaços e tempos, reduz o habitar ao *habitat* e reduz a casa à propriedade privada. Além disso, cria condomínios fechados, programas de moradia, dentre outros planos de organização urbana, que separa as classes, as pessoas, esvazia as ruas e espaços públicos em geral, incentivando o consumo de espaços privados. Com isso temos uma nova faceta do consumismo doméstico abordado por Dolores Hayden (1980), onde além da compra de eletrodomésticos, há um incentivo à compra de *gadgets*, serviços de *streaming* e outros produtos que são consumidos em espaços privados sob o

preceito da facilidade, rapidez e segurança. O esvaziamento dos espaços públicos gera a falta de segurança, que é utilizada como argumento para a promoção de espaços privados de lazer, criando um ciclo de alimentação do consumo. Assim, a cidade passa a ser vista como uma espacialidade hostil e insegura, bem como outra série de afetos negativos, ao invés de aconchegante (*geborgenheit*) e geradora de afetos positivos (HUTTA, 2019).

Para Ana F. A. Carlos (2007b), o 'Estatuto da Cidade', criado em 2001, é um grande avanço na discussão do direito à cidade no Brasil, entretanto, o que se transcreve neste documento, reduz o direito à cidade ao *habitat*, pois se refere ao direito à moradia e direito aos serviços e bens públicos como um simples direito de uso, demonstrando, mais uma vez, uma discussão rasa em torno do tema. Entretanto, ressaltamos que 215 dos municípios paranaenses (53,8% do estado) não conseguem acessar recursos de empréstimo junto ao Sistema de Financiamento de Ações nos Municípios do Paraná (SFM), por estarem em situação irregular. Com isso percebemos como estamos distantes de uma implementação do Estatuto da Cidade, dentre outras políticas urbanas.

Apesar das limitações, como ponto de partida para definir quais direitos estão englobados no direito à cidade, compreendendo que as pessoas buscam reivindicá-los junto ao Estado para ter acesso ao espaço urbano e à políticas públicas urbanas, partiremos também do 'Estatuto da Cidade' (2008), entendendo que o poder legislativo é de fundamental importância para a consolidação e aplicabilidade de direitos, especialmente no Brasil. Assim, podemos inferir que o que se define como direito à cidade na legislação brasileira se aglutina em cinco pontos: direito à moradia, direito à bens e serviços públicos, direito ao deslocamento, direito ao trabalho e direito ao lazer.

Do mesmo modo, junto aos direitos aqui citados, está também o direito de participar da elaboração e da revisão de Planos Diretores (ESTATUTO DA CIDADE, 2008) e o direito de participação na elaboração de planos de desenvolvimento regional (ESTATUTO DA METRÓPOLE, 2015). Dentro disso, destacamos que o plano diretor de Ponta Grossa foi elaborado em 2006⁵⁵ pela prefeitura do município e revisado em 2018 pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/1283>>. Acesso em: 12/05/2022.

Grossa (Iplan)⁵⁶. Entretanto, nem todas as informações foram atualizadas, como o planejamento da mobilidade urbana que refletirá em diversos problemas para as pessoas que entrevistamos, como será observado no Capítulo II e III. Uma vez que em ambas as leis há a obrigatoriedade da elaboração participativa nestes planos urbanos, a participação popular se coloca como elemento do direito à cidade. Portanto, utilizamos estas legislações como pontos de partida para a elaboração da dimensão geográfica dos *Relief Maps*, como poderá ser visto no Capítulo II.

Apesar de ser contemporânea à Tovi Fenster (2005), Ana F. A. Carlos possui uma análise do direito à cidade voltada, exclusivamente, para a discussão de classes (2007b; 2014; 2020), não se distanciando do que foi proposto por Henri Lefebvre (2002). Destacamos que em obras recentes, encontramos discussões sobre o corpo como um espaço relacional com as diferentes escalas (algo também proposto por seu antecessor [SILVA; ORNAT, 2016]), além de mencionar a casa e as dicotomias entre espaço privado e espaço público. Entretanto, ainda vemos uma homogeneização das experiências espaciais humanas (e.g. a palavra "homem" sendo utilizada como sinônimo de humanidade) e por mais que a autora mencione os movimentos sociais como agentes de mudança, ela considera apenas o capitalismo como força hegemônica opressora, o que indiretamente apaga as interdições de pessoas marcadas por outras matrizes de poder. Não significa dizer que suas obras não sejam de extrema importância para os estudos urbanos, ou ainda fazer uma crítica anacrônica de seus escritos, mas que suas análises produzem generalizações, nas quais o único diferencial estaria na classe social.

David Harvey (2012; 2013), assim como Henri Lefebvre (2008) e Ana F. A. Carlos (2007b; 2014; 2020), discorre sobre o direito à cidade. Para o autor, o direito à cidade é uma construção social política e inalienável, o qual não chega a ser uma utopia, como proposto por seu criador, mas não é algo que esteja ou que será dado, mas sim algo que precisa ser construído consciente e coletivamente. Deste modo, a perspectiva de David Harvey (2013) melhor se assemelha à de Ana F. A. Carlos (2020), pois para a autora o direito à cidade está entre o presente e a utopia (o futuro), ou seja, o direito à cidade é o caminho. O autor possui ainda outras obras que discorrem sobre o direito à cidade e urbanismo, mas assim como sua/seu antecessor/a, ele não considera outras estruturas de poder para além da classe,

⁵⁶ Disponível em: <<https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo/>>. Acesso em 12/05/2022.

além disso, ele apresenta uma visão homogeneizante do espaço doméstico, a qual já demonstramos ser equivocada.

Em '*Searching for the Just City: debates in urban theory and practice*' (2009), livro organizado por Peter Marcuse, James Connolly, Johannes Novy, Ingrid Olivo, Cuz Potter e Justin Steil, temos autores de todo o mundo buscando, como o título sugere, uma cidade justa. Esta colaboração global traz aspectos específicos de cada região, os quais contribuem para o enriquecimento da discussão sobre o direito à cidade.

Nesta obra, Susan F. Fainstein (2009) reconhece a influência que teóricas/os pós-estruturalistas trouxeram para o debate social, além de pontuar as discussões de gênero, raça, etnicidade, sexualidade, imigração, entre outras, mesmo não sendo seu foco central. Além disso, ela também apresenta críticas ao trabalho de David Harvey, as quais já ponderamos aqui.

Ainda neste livro, Frank Fischer (2009) chama a atenção de que, se nos organizamos em torno do trabalho, é necessário que compreendamos que a identidade da/o trabalhador/a é interseccionada por muitas outras, logo, os movimentos sociais urbanos precisam ser diversos e precisam se preocupar com todas essas identidades, porque elas criam experiências distintas de trabalho, bem como funções trabalhistas específicas (e.g. o trabalho do cuidado que é, comumente, designado às mulheres como uma característica 'natural' do ser mulher). Dito isso, como pode ser visto no Capítulo III, bissexuais que trabalham em ambientes conservadores, não temem apenas sofrer bifobia neste ambiente, mas temem ser demitidas/os de seus cargos, além disso, mulheres cisgênero e pessoas transgênero apresentam um duplo trabalho mental, planejando e controlando não apenas suas atividades profissionais, mas suas performatividades de gênero de forma que as suas identidades não se tornem tão marcadas nesta espacialidade.

James DeFilippis (2009) discorre sobre a importância do reconhecimento da diversidade para a construção de uma cidade justa, mas ressalta que muitas vezes este termo é adotado acriticamente. O autor ressalta três tipos de reconhecimento: o afirmativo, o indiferente e o hostil. O reconhecimento afirmativo envolve o reconhecimento de uma identidade de um grupo *x* associado com suas necessidades e aspirações, buscando uma divisão de recursos e do próprio poder. Para o autor, isso pode gerar tensões com outras identidades menos privilegiadas que não concordam com as suas reivindicações. Aqui fazemos um paralelo com os

movimentos gays, principalmente do século passado, cujas pautas não necessariamente abarcavam outras identidades sexuais e de gênero.

O reconhecimento indiferente não reconhece a identidade de um grupo, nem tampouco suas demandas. Isso leva a atos velados de discriminação e de dominação do grupo, além disso, por não conseguirem se esabelecer como uma identidade legítima, muitas vezes não percebem esta marginalização. Aqui conseguimos traçar um paralelo com o contrato epistêmico de apagamento bissexual, proposto por Kenji Yashino (2000) e sobre a dificuldade das pessoas bissexuais em dissolvê-lo.

O terceiro e último reconhecimento, é o hostil, o qual destrói a imagem do grupo ao representá-la como um risco para a cidade e para outras identidades. O grau de destruição da imagem é igualmente proporcional ao quanto o grupo é visto como uma ameaça e ao espaço que esse grupo ocupa. Aqui fazemos um paralelo com pessoas trans, especialmente mulheres trans e travestis, às quais muitas vezes são vistas como escórias e submetidas às mais brutais violências (SILVA; ORNAT, 2010; BENEVIDES; NOGUEIRA, 2020).

Nesta perspectiva, se entendermos o direito à cidade como a participação das pessoas no planejamento, na organização e administração do espaço urbano, bem como no acesso aos benefícios que o mesmo proporciona (HAYDEN, 1980; DIKEÇ, 2009), considerando o contrato epistêmico de apagamento bissexual (YOSHINO, 2000), podemos afirmar que as pessoas bissexuais têm o seu direito à cidade negado, e se não negado *per se*, sofrem um constrangimento que as limitam a viver o espaço urbano de forma plena.

Sobre a transformação do habitar em *habitat* e da casa em propriedade privada, como argumentado por Ana. F. A. Carlos (2007b; 2020), temos mais uma obra de Peter Marcuse, desta vez com David Madden, '*In Defense of Housing*' (2016). Como o nome sugere, os autores propõem realizar uma crítica às estruturas de moradia, bem como defendê-la como um direito básico e inalienável.

Talvez por ser uma obra mais recente, encontramos uma discussão marxiana alinhada com pautas identitárias. Neste livro, David Madden e Peter Marcuse (2016) apontam que a segurança ontológica (algo debatido dentre teóricas/os de moradia), precisa levar em consideração a estabilidade e controle da moradia por suas/seus moradoras/es, bem como buscar uma economia doméstica funcional, o que está diretamente ligada aos papéis de gênero e aos trabalhos não-remunerados.

Segundo David Madden e Peter Marcuse (2016) a dimensão política da moradia está sendo negligenciada, pois ela comumente é discutida como um problema isolado e não como algo estrutural. Desta forma, grupos em situação de vulnerabilidade recebem soluções individuais, que não eliminam o problema e ainda os nomeiam e os culpam como vítimas. Para os autores, o problema de moradia é sempre relacionado à falta de espaço e/ou baixos salários, ou seja, ele é sempre reduzido à uma questão econômica (uma característica comum em discussões sobre classe, como já apontado por Yvette Taylor [2010] e Elizabeth McDermott [2010]), desconsiderando outras matrizes de poder, mas

[...] há muitas maneiras em que a moradia pode facilitar a opressão das mulheres. Por exemplo, as mulheres podem ser submetidas a assédio sexual e agressão por parte de seus proprietários, uma forma de opressão que não é tão amplamente discutida como o assédio sexual no local de trabalho, mas que é, na verdade, uma invasão aterrorizante do espaço doméstico. [...] É claro que nem todas as mulheres estão sujeitas às mesmas formas de opressão residencial. Mulheres trans e *queers*, mulheres com deficiência, mulheres idosas e mulheres de cor, todas enfrentam formas distintas de exclusão e subjugação na habitação (MADDEN; MARCUSE, 2016)⁵⁷.

Com isso, vemos que análises que consideram apenas a identidade de classe para discorrer sobre a casa, como a de David Harvey (2008; 2012; 2013), pecam ao homogeneizar esta espacialidade como neutra ou de alívio, uma vez que ela também pode se apresentar como controversa ou ainda opressiva (como poderá ser visto no Capítulo II e III). David Madden e Peter Marcuse (2016) reforçam ainda que as identidades de gênero e identidades raciais não são as únicas que interseccionam com a moradia. E aqui retomamos os argumentos de Yvette Taylor (2010) e Elizabeth McDermott (2010), para salientar que a sexualidade é também uma categoria que estrutura a sociedade, logo, ela precisa receber mais atenção em discussões interseccionais. Portanto, dizer que o plano do habitar é político, significa dizer que a leitura deste só é possível por via interseccional, pois ela é inseparável das matrizes de poder.

Sob a influência de Fenster (2005), Maria Rodó-de-Zárate no artigo ‘¿Quién

⁵⁷ [...] there are many ways that housing can facilitate women's oppression. For example, women can be subjected to sexual harassment and assault by their landlords, a form of oppression that is not as widely discussed as sexual harassment in the workplace but which is in fact a terrorizing invasion of domestic space. Of course not all women are subjected to the same forms of residential oppression. Queer and transgender women, disabled women, female seniors, and women of color all confront distinct forms of exclusion and subjugation in housing (David MADDEN; Peter MARCUSE, 2018, l.1035-1041). - tradução nossa.

tiene Derecho a la Ciudad? Jóvenes Lesbianas en Brasil y Cataluña desde las Geografías Emocionales e Interseccionales' (2016), se propõe a pensar o direito à cidade para mulheres lésbicas jovens, sob uma perspectiva interseccional à partir das emoções, com o recorte espacial das cidades de Ponta Grossa-Paraná, Brasil e Manresa-Cataluña, Espanha. Assim como Elizabeth McDermott (2010), a autora argumenta que apesar de já existirem estudos anglófonos sobre gays e lésbicas em contexto urbano, estes englobam apenas pessoas brancas em espaços metropolitanos.

Maria Rodó-de-Zárate (2016) não pretende fazer comparações das experiências de jovens lésbicas com jovens gays e nem pretende comparar as espacialidades estudadas com metrópoles. O objetivo da autora com este trabalho é mostrar como jovens lésbicas negociam sua transição pelos espaços da cidade, considerando que estes espaços são adultos e heteronormativos. Além disso, ela analisa o grau de limitação do direito à cidade para estas mulheres. Portanto, sua análise de direito à cidade se volta ao de direito de apropriação e do uso do espaço.

Com base nos relatos de suas entrevistadas, Maria Rodó-de-Zárate (2016) percebe que espaços públicos são locais de medo e interdição para jovens lésbicas, pois elas não se sentem confortáveis em expor suas sexualidades, ao mesmo tempo que, ao exporem, são repreendidas por outrem. Assim, a autora constata que a heteronormatividade esmaga existências sexuais desviantes nos espaços. Essas mulheres não deixam de usar os espaços públicos, mas os utilizam com preocupação e com medo de expressarem sua sexualidade. Em contrapartida, elas também criam espaços de resistência em meio a todas estas interdições, o que demonstra uma demanda por um direito à cidade que considere a interseccionalidade de diferentes identidades e não apenas a classe social.

As teóricas feministas, como já apontado aqui, vêm demonstrando que esta análise espacial 'neutra' e 'objetiva' é irrealista e infactível⁵⁸. Ainda para Tovi Fenster (2005), o sentimento de pertencimento está diretamente atrelado à conquista do direito à cidade e nesta perspectiva, Maria Rodó-de-Zárate (2016) demonstra a

⁵⁸ Como a proposta de Milton Santos, em 'Por uma Geografia Nova: Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica' (2004, p. 191), que diz que: "Em última análise, a *realidade* de uma cidade, de um campo cultivado, de uma rua, *é a mesma para todos os indivíduos*. É a realidade de cada indivíduo que o autoriza e o leva a ver as coisas sob um ângulo particular. Mas, como um resultado do trabalho humano - um artefato - o espaço guarda seu caráter objetivo durante suas próprias transformações. A base do conhecimento e da interpretação da realidade espacial não pode, pois, ser encontrada nas sensações ou na percepção. Tal base é sem substância, pois ela é falsa. Só através de sua própria produção é que o conhecimento do espaço é atingido".

importância da Geografia das Emoções para criar uma aproximação com este direito, pois as emoções trazem uma complexidade para as análises em virtude das suas diversidades e personalidades. As emoções denunciam espaços de opressão e desigualdade, bem como espaços de alívio e de aconchego. Assim, a autora demonstra através dos *Relief Maps*, que não apenas a sexualidade sofre sanções em algumas espacialidades, mas também a identidade de gênero e a idade.

Outro ponto importante elencado na pesquisa de Maria Rodó-de-Zárate (2016), influenciado por Gill Valentine (1993), é o paradoxo presente em discursos cis-heteronormativos, que cobram uma privacidade para pessoas com sexualidades e/ou gêneros dissidentes, mas expõem e performam a cis-heterossexualidade em espaços públicos constantemente, ao ponto de torná-la invisível, de tão comum (YOSHINO, 2000).

No que tange o espaço privado, assim como proposto por David Madden e Peter Marcuse (2010), Maria Rodó-de-Zárate (2016) evidencia que o espaço da casa é um espaço controverso, pois pode ser tanto um lugar de bem-estar para mulheres lésbicas, quando possuem suas próprias casas, quanto podem ser um lugar de mal-estar, em se tratando de jovens lésbicas que ainda moram com familiares que não aceitam sua sexualidade (algo também observado dentre as pessoas que entrevistamos, como poderá ser visto com os *Relief Maps* no Capítulo III). Do mesmo modo, a autora demonstra como o gênero feminino também sofre interdições dentro do espaço doméstico. Nessa perspectiva, a autora, assim como Tovi Fenster (2005), tece críticas a como o direito à cidade voltou-se, majoritariamente, aos espaços públicos e pouco se interessou sobre o interior das casas, por mais que estes espaços sejam inseparáveis da esfera urbana.

Maria Rodó-de-Zárate (2016) evidencia a importância de pensarmos o direito à cidade em espaços públicos e privados para mulheres lésbicas jovens, pois elas sofrem violências em todas estas esferas. Nesta perspectiva, Margaret Robinson (2017) demonstra que as existências bissexuais, especialmente femininas, não escapam dessas violências, pois:

[u]m estudo nacional realizado nos Estados Unidos constatou que 46,1% das mulheres bissexuais foram estupradas em comparação com 17,4% das mulheres heterossexuais e 13,1% das lésbicas (Walters et al., 2013). homens e mulheres bissexuais também relataram as taxas mais altas de

violência por parceiro íntimo (Walters et al., 2013) (ROBINSON, 2017, p. 15)⁵⁹.

Com isso vemos que a sexualidade precisa ser uma categoria de análise para a construção do direito à cidade, pois enquanto ela não for considerada dentro dos estudos urbanos, não poderemos romper o ciclo de violências sofridas por pessoas LGBTQIAPN+. Salientamos que apesar destes dados serem dos Estados Unidos, como apresentado na Seção 1.2., vemos um padrão comportamental da sociedade ocidental em relação à bissexualidade. Portanto, por mais que tenhamos apresentado, em menor proporção, as violências sofridas pelas pessoas entrevistadas em virtude de suas identidades sexuais, acreditamos que o censo demográfico que será promovido pela Frente Bissexual Brasileira será de grande importância para trazer à luz violências sofridas por bissexuais de todo o país, bem como a potência que esta sexualidade representa.

Maria Rodó-de-Zárate (2016) destaca também que a localização geográfica não é e não deve ser o único fator a ser considerado em análises sobre as experiências cotidianas, mas que uma série de identidades interseccionadas proporcionam diferentes experiências espaciais, para diferentes pessoas. Desta forma, restringir nossa análise a identidades específicas, sem considerar que há uma pluriversidade de existências que fogem à nossa capacidade de teorização, produzem um falso senso de neutralidade, tanto das experiências humanas, quanto na própria ciência que estamos construindo.

Ainda no que tange as interdições urbanas sofridas por mulheres, temos o texto 'O Direito à Cidade sob a Perspectiva de Gênero' (2018) de Fernanda Cordeiro. Nele a autora demonstra que as mulheres, em especial as de baixa renda, têm seus deslocamentos urbanos limitados, impactando diretamente o sentimento de pertencimento dessas mulheres, bem como o uso dos espaços e dos recursos urbanos, algo semelhante ao que as autoras do Norte Global já estavam discutindo (HAYDEN, 1980; FENSTER, 2005; RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016). Todavia, Fernanda Cordeiro aponta alternativas criadas por entidades no Brasil para mitigar estas interdições, como a campanha 'Cidade Segura para as Mulheres'⁶⁰ promovida pelo

⁵⁹A national study conducted in the United States found that 46.1% of bisexual women had been raped compared with 17.4% of heterosexual women and 13.1% of lesbians (Walters et al., 2013). bisexual men and women also reported the highest rates of intimate partner violence (Walters et al., 2013) (Margaret ROBINSON, 2017, p. 15) - tradução nossa.

⁶⁰ A campanha pode ser acessada no seguinte link: <<https://actionaid.org.br/participe/campanhas/>>.

ActionAid Brasil desde 2014, o projeto ‘Se essa Rua fosse Nossa’⁶¹, de cunho mais informal, e o ‘Instituto Vamos Juntas’⁶², o qual visa a promoção da participação política de mulheres, algo imprescindível para a transformação dos espaços urbanos.

Nesta perspectiva, apesar do conceito de Direito à Cidade ter sido desenvolvido, inicialmente, no Norte Global, cientistas e juristas brasileiras/os vêm adotando-o e moldando-o para atender demandas latino-americanas, como apresentado no texto de Cristhian M. De Marco, Paulo Jr. T. dos Santos e Gabriela S. Möller, intitulado ‘Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora’ (2020). Para a/os autora/es, é através da gentrificação que o paradoxo entre o aumento da urbanização e o aumento da pobreza na cidade se faz possível, pois ela é um reflexo da colonialidade do poder, e não apenas um resultado de uma sociedade competitiva. Assim, as formas de resistência que se efetivariam na reconfiguração do urbano, seriam feitas por uma matriz decolonial, ou seja, contrapondo a colonialidade.

As transformações físicas das cidades promovidas pelo Estado, ocorrem com o objetivo de melhorar a utilização dos espaços públicos, pois comumente buscam facilitar o trânsito, o turismo, os serviços, etc. Entretanto, essas melhorias beneficiam apenas algumas classes em detrimento de outras (CARLOS, 2007b; 2020; DE MARCO; SANTOS; MÖLLER, 2020). Um exemplo disso na cidade de Ponta Grossa, e que também ocorre em outros municípios do Brasil, é a não-instalação (ou mesmo retirada, em alguns casos) de assentos nos pontos de ônibus, forçando suas/seus utilizadoras/es a ficarem em pé, por mais que o transporte público não seja pontual e/ou eficiente. Essa política de "higienização" da cidade se direciona para as pessoas mais pobres, em especial moradores de rua.

O Estado é um agente mediador entre as diferentes classes, criando políticas públicas de reorganização espacial e contribuindo para a lógica de valor de troca da cidade (DE MARCO; SANTOS; MÖLLER, 2020; CARLOS, 2020). Neste sentido, uma outra medida estatal brasileira de obnubilação da gentrificação, segundo Cristhian M. De Marco, Paulo Jr. T. dos Santos e Gabriela S. Möller (2020), é a criação de moradias afastadas dos centros da cidade voltadas para a população

⁶¹ O projeto pode ser acessado no seguinte link: <<https://www.facebook.com/seessaruafossenossa/>>.

⁶² O instituto pode ser encontrado pelo seguinte link: <<https://institutovamosjuntas.org/>>.

mais pobre, como é o caso de algumas modalidades do 'Minha Casa, Minha Vida' (MCMV). Esta política foi criada em 2009 e encerrada em 2020 pelo atual presidente, o qual criou um projeto semelhante em 2021, intitulado 'Casa Verde Amarela'. Durante o seu período de atuação, o MCMV construiu mais de 4 milhões de unidades habitacionais, beneficiando 16,5 milhões de pessoas (BRASIL DE FATO, 2021), dentre elas estão duas (2) das pessoas que entrevistamos.

Ainda segundo Cristhian M. De Marco, Paulo Jr. T. dos Santos e Gabriela S. Möller (2020), o Estado é essencial neste contexto gentrificador da América Latina, em especial no Brasil, pois ele contribui com a narrativa privada de que a pobreza está relacionada com a criminalidade, executando assim, uma "limpeza da criminalidade", ou seja, eliminando a pobreza de seu campo de visão. Ainda para a/os autora/es:

O capital não reconhece o local, particularidade, move-se sem fronteiras físicas, políticas ou ideológicas. Disso decorre que não somente os *gentrys* de classe média e alta são brancos, mas sua expressão cultural-paisagística, seus aspectos estéticos são predominantemente brancos, refletindo assim sua cultura e história no espaço urbano (DE MARCO; SANTOS; MÖLLER, 2020, p. 5).

Em se tratando de Ponta Grossa, vemos elementos marcantes deste embranquecimento e deste colonialismo, uma vez que várias espacialidades fazem alusão e prestam homenagens a países europeus como Holanda, Polônia, Ucrânia, etc. Considerando que o Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão e que, não obstante, continua massacrando os povos originários, saber a origem de seu sobrenome, bem como sua árvore genealógica, para prestar homenagens aos seus antepassados europeus, é um enorme privilégio.

Nesta perspectiva, Cristhian M. De Marco, Paulo Jr. T. dos Santos e Gabriela S. Möller (2020, p. 8) argumentam que "o direito à cidade deve ser parte do movimento decolonial, pois expressa uma forma de insurgência social". Assim, o direito à cidade é uma síntese de muitos direitos, englobando o direito à vida, direito à liberdade, direito ao acesso pleno e direito à participação política. Esse direito permite manifestações em busca de melhores condições de vida como a Parada do Orgulho LGBTQIAPN+, o Levante de 2013 que movimentou o Brasil inteiro se opondo ao aumento das passagens dos transportes públicos, os protestos das/os professoras/es da rede pública por aumento salarial e melhores condições de trabalho, entre outras manifestações que tiveram como palco as cidades brasileiras.

Tendo em vista o que apresentamos até aqui, podemos inferir sobre a efetividade do direito à cidade estar assegurada no campo jurídico brasileiro, logo, não nos compete apenas questionar quais direitos à cidade temos, mas, principalmente, quem os possui, ou ainda como as pessoas vivenciam estes direitos.

Paula Sanz e Carmen Gil influenciadas tanto por Tovi Fenster (2005), quanto por Maria Rodó-de-Zárate (2016), em seu artigo '*The Right to the City from the Perspective of Feminist Ethnography: Politicizing Emotions and Resistance in the Urban Space*' (2020), propõem trazer à luz emoções sentidas no cotidiano e que são suprimidas e ignoradas pelos movimentos sociais, sendo estes considerados pelas/os teóricas/os do direito à cidade os agentes transformadores da realidade (CARLOS, 2014).

Trazendo uma crítica epistemológica, Paula Sanz e Carmen Gil (2020) argumentam que a dicotomia entre razão e emoção, tão presente na história da Ciência, produziu um mito de neutralidade, resultando em espaços e discursos androcêntricos, eurocêntricos, não-racializados e cis-heteronormativos, os quais desqualificaram espaços e discursos 'Outros'. Deste modo, as autoras propõem uma retomada destas emoções através da etnografia feminista, a fim de desestabilizar o viés positivista das Ciências e politizar a subjetividade no fazer científico.

Com este trabalho, Paula Sanz e Carmen Gil (2020) buscam evidenciar, através da construção de identidades (gênero, sexualidade, classe e raça) no exercício do direito à cidade, emoções que nos movem como seres humanos. Assim como suas antecessoras feministas, as autoras criticam o eurocentrismo e a homogeneidade das experiências humanas (separadas apenas por classes) no conceito de direito à cidade lefebvriano, prática ainda perpetuada por muitas/os teóricas/os urbanistas, como demonstramos aqui. Contudo, como exposto, o espaço urbano, a cidade, não podem ser neutros e nem homogêneos, pois são construídos por pessoas repletas de subjetividades e imparcialidades, e assim, planejar espaços para atender a um único padrão de existência (e.g. homem, branco, cis, hétero, etc.), é ilógico e incoerente.

Para além de mostrar as interdições sofridas por pessoas interseccionadas por gêneros, sexualidades, etnias, raças e classes não dominantes, Paula Sanz e Carmen Gil (2020) pretendem demonstrar tipos de resistências e como essas pessoas modificam os espaços para seu uso, apesar das limitações. Precisamos ampliar a ideia de direito à cidade para abarcar sujeitos que fujam dos padrões

normativos e nos sensibilizar com as diferentes experiências no espaço que cada indivíduo, em sua complexidade, vive. Uma alternativa para evitar a homogeneização do espaço urbano e das pessoas, é considerar o sentimento de pertencimento, a identidade. É nessa perspectiva que as autoras desenvolvem três dimensões do desenvolvimento de sentimentos de pertencimento.

A primeira dimensão se atrela às posições ocupadas socialmente, desta forma, cada indivíduo, com suas interseccionalidades, experimenta o espaço urbano de uma forma única. A segunda dimensão se refere a como as diferentes experiências no espaço e as identificações que fazemos com este ocorrem na vida cotidiana, pois é nesta escala que as vivências adquirem significado. A terceira e última dimensão levantada por Paula Sanz e Carmen Gil (2020), se refere à criação de sentimentos de pertencimento, frutos da nossa vida cotidiana, através da participação ativa e equitativa na produção do espaço.

As autoras são céticas a respeito da militância em torno do direito à cidade, pois a militância, comumente, não abarca todas as camadas da sociedade que são expropriadas deste direito. Como já demonstramos com Joan Scott (2005), as identidades grupais massacram as particularidades dos indivíduos. Por isso, Paula Sanz e Carmen Gil (2020) buscam abordá-lo através de estruturas informais que giram em torno do cotidiano, principalmente, por julgarem que esta perspectiva vem sendo pouco abordada. Para as autoras, “[a]s resistências cotidianas são protagonizadas por indivíduos que, privados do direito à cidade, ‘normalizam’ a violência como parte de suas narrativas de vida e percebem a cidade como inóspita e hostil”⁶³ (SANZ; GIL, 2020, p. 16). Assim, seu trabalho tem como base os sentimentos, as memórias e as experiências no espaço.

O medo, segundo as autoras, é uma das emoções mais presentes na relação de gênero (e sexualidade) e espaço. O sistema de gênero (mas não só) é um dos agentes de regulamentação do espaço urbano, sendo responsável por criar imaginários de medo que limitam as experiências espaciais de mulheres, mas também de LGBTQIAPN+. Imaginários que traçam desde o deslocamento destas pessoas à escolha da localização da moradia (VALENTINE, 1993). Para as pessoas que entrevistamos, na categoria espacial da Cidade, o controle, a preocupação e o

⁶³ These everyday resistances are protagonized by individuals who, deprived from the right to the city, “normalize” violence as part of their life narrative and perceive the city as inhospitable and hostile (SANZ; GIL, 2020, p. 16) - tradução nossa.

medo são os sentimentos mais presentes ao interseccionarmos esta espacialidade às identidades de gênero, demonstrando que, de fato, as emoções mais negativas são as mais presentes na Cidade

Ainda sobre o sentimento de pertencimento, mesmo lugares que são tidos como um marco/símbolo em alguma cidade, podem ser espaços interditos para algumas pessoas, pois muitos deles são cis-heteronormativos, patriarcais e brancos, debilitando o senso de pertencimento, logo, o direito à cidade. Algo que também foi demonstrado com os *Relief Maps* das pessoas entrevistadas, já que na categoria espacial dos Espaços de Lazer, os sentimentos de preocupação, medo e controle também foram mais intensos que emoções positivas nas intersecções com a identidade de gênero e sexual. Em contrapartida, essas pessoas interditas produzem outros espaços, relacionados à memória afetiva, locais em que geram sentimento de segurança, intimidade e aconchego (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016; HUTTA, 2019; SANZ; GIL, 2020).

Assim, o que percebemos com a argumentação de Tovi Fenster (2006), Maria Rodó-de-Zárate (2016), e Paula Sanz e Carmen Gil (2020), é que ao mesmo tempo em que sujeitos sentem-se não-pertencentes à determinado espaço, por diferirem dos padrões normativos e por temerem por seus corpos e suas vidas, essas pessoas criam alternativas de acesso ao espaço urbano, seja por traçar diferentes rotas, seja pelo deslocamento em grupo, pela criação de espaços seguros, etc. Logo, ao mesmo tempo que a cidade é interdita, existem mecanismos de resistência, mecanismos de utilização e mecanismos de subversão à ordem espacial vigente.

A cidade de Ponta Grossa não se difere das outras no que tange as interdições espaciais sofridas por pessoas que fogem do padrão cis-heteronormativo, como já apontado por Maria Rodó-de-Zárate (2016), mas também por Mariana B. de Souza e Marcio J. Ornat em 'Existe vida LGBTQIAPN+ além da cidade grande: reflexões sobre o direito à cidade em Ponta Grossa-Paraná' (2021). Neste trabalho a/o autor/a argumentam que a cidade de Ponta Grossa é um território hostil para esta população, uma vez que essas pessoas sentem-se inseguras neste espaço urbano.

Por ser um trabalho mais recente e por não ter sido publicado em uma revista geográfica brasileira, ele não foi computado na busca sistemática que fizemos no OGB, desta forma, gostaríamos de destacar que o mesmo chama a atenção

também para a identidade bissexual e pansexual, não apenas para as identidades monossexuais. Em especial sobre a bissexualidade, este artigo evidencia que uma mulher bissexual pontagrossense se sente segura apenas na sala de atendimentos de sua psicóloga, salientando o medo e a insegurança que pessoas bissexuais sentem em Ponta Grossa, mesmo em espaços privados. Com isso, Mariana B. de Souza e Marcio J. Ornat (2021) apontam que para que o direito à cidade se concretize, é necessário que asseguremos um direito à diferença, onde as pessoas com as mais diversas identidades interseccionadas possam ser reconhecidas e respeitadas como cidadãs.

Este capítulo demonstrou a trajetória da bissexualidade em se consolidar como uma identidade (política), bem como salientar que ela não é unidimensional (assim como nenhuma outra), não é a-espacial e não é estática. Portanto, uma abordagem geográfica interseccional se fez indispensável. Demonstramos também que, por mais que estudos apontem que pessoas bissexuais estão em maior número, isso não impediu as outras sexualidades de combaterem-nas, violentá-las, interdita-las e apagá-las. Como demonstrado por Kenji Yoshino (2000), um contrato epistêmico de apagamento bissexual foi selado entre a monossexualidade, o qual impossibilitou as pessoas bissexuais de se enxergarem e se consolidarem como identidade, o que dificultou as articulações políticas dessas pessoas. Mas, isso vem mudando, especialmente na última década.

Como dito anteriormente, sabemos que ao priorizarmos algumas escalas espaciais em detrimento de outras, perdemos parte das singularidades do espaço, bem como do próprio direito à cidade. Assim, para além de um paradoxo das identidades, das interseccionalidades e da bissexualidade, temos um paradoxo também das espacialidades. Todavia, como argumentado por Leslie McCall (2005), a categorização é inevitável se o foco da análise são os relacionamentos estruturais.

É pensando nessas categorias paradoxais que utilizamos os *Relief Maps*, entendendo-os como uma metodologia que possibilita a análise interseccional entre espacialidades e identidades, através das emoções. O Direito à Cidade se manifesta em todas as escalas do cotidiano, não sendo acessado homoganeamente, mas sim negociado pelas pessoas com as matrizes de poder nas diversas espacialidades, como demonstrado no Capítulo seguinte.

CAPÍTULO 2

DIREITO “BI” À CIDADE: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DAS EMOÇÕES

Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro.

(José Saramago - O Caderno)

Neste Capítulo, nos baseamos nos Mapas Coletivos, uma ressystematização, realizada por William Hanke e Marcio J. Ornat (2019), da metodologia dos *Relief Maps*, desenvolvida por Maria Rodó-de-Zárate (2011). Os Mapas Coletivos nos inspiraram a pensar os dados fornecidos em nosso projeto de *Relief Maps* de forma coletiva, através de agrupamentos por espacialidade.

A nossa proposta é partir das categorias espaciais presentes no projeto de *Relief Maps*, onde utilizaremos as frequências das emoções das pessoas que entrevistamos para compreender como elas vivenciam o direito à cidade em Ponta Grossa - Paraná, com as suas intersecções identitárias.

Inicialmente, quando foram desenvolvidos, os *Relief Maps* eram feitos manualmente pelas/os pesquisadoras/es juntamente com as pessoas entrevistadas. Contudo, esta metodologia já está disponível de forma *online*⁶⁴. Este também foi um dos motivos da nossa escolha por essa metodologia, uma vez que estamos enfrentando a pandemia de Covid-19, onde encontros pessoais foram impossibilitados entre os anos de 2020 e 2021. Além disso, a plataforma possui um *layout* mais interativo e mais visual, tornando o processo das entrevistas mais dinâmico.

Sobre a realização de entrevistas *online*, Elizabeth McDermott (2010) afirma que:

Metodologicamente, os métodos virtuais facilitaram a exploração de uma ampla gama de categorias de identidade sexual e de gênero utilizadas por jovens. [...]

Não sabemos quem pode, ou não, estar inclinada/o a usar o ciberespaço em relação às suas identidades sexuais e de gênero ou como isso pode ser mediado por outras categorias de desigualdade, como classe e etnia.[...] Na medida em que os métodos online aumentam sua popularidade, não devemos repetir o erro dos métodos offline em recrutar impensadamente amostras dominadas por participantes brancas/os, escolarizadas/os e privilegiadas/os. É porque uma metodologia virtual oferece tanto

⁶⁴ A versão online dos *Relief Maps* está disponível aqui: <<https://reliefmaps.cat/pt/about>>.

possibilidades quanto limitações para pesquisas LGBT, que estudos futuros que visem investigar as identidades sexuais e de gênero, classe, juventude e bem-estar precisarão incorporar métodos online e offline (MCDERMOTT, 2010, p. 250)⁶⁵.

À vista disso, por mais que a plataforma dos *Relief Maps* possa ser preenchida pelas pessoas entrevistadas sem a presença da/o pesquisadora/or (sendo, inclusive, a proposta do *website*), optamos por fazê-lo em conjunto com as pessoas entrevistadas pelo *Google Meet*, por pensarmos de forma contrária à Annette Markham (2004), ou seja, acreditávamos que a presença da pesquisadora possibilitaria uma abertura maior das pessoas entrevistadas, e além disso, nos faria compreender melhor as subjetividades de seus *Relief Maps*.

Os resultados expõem que nossa abordagem se mostrou correta (mas não significa dizer que Annette Markham (2004) estaria errada), pois tivemos acesso a relatos muito pessoais e bem detalhados (com um total aproximado de 40 horas e com uma média de 3 horas por entrevista). Todavia, complementamos que a posicionalidade da pesquisadora contribuiu para o acesso a essas informações, uma vez que ela também possui uma sexualidade monodissidente, e logo, tem experiências parecidas que ao serem compartilhadas, tornaram o momento da entrevista mais pessoal e acolhedor. Acreditamos que a utilização de ferramentas *online*, com a pessoalidade de entrevistas *offline*, se mostrou uma combinação bem sucedida.

Annette Markham (2004) *apud* Elizabeth McDermott (2010), argumenta que na modalidade *online*, onde há uma substituição da oralidade pela textualidade, a entrevista se torna mais fluida e encoraja as pessoas entrevistadas a compartilharem aspectos mais pessoais de suas vidas, por não haver a presença da/o pesquisadora/or no momento. Elizabeth McDermott (2010) ainda afirma que esse tipo de entrevista gera dados 'do momento', diferentemente de entrevistas feitas pessoalmente. Mas, como apontado por Michael Pollak (1992), contra-argumentamos que a interpretação de mundo que temos hoje é fruto de

⁶⁵ Methodologically, virtual methods facilitated the exploration of a wide range of sexual and gender identity categories used by young people. [...]

We do not know who may, or may not, be inclined to use cyberspace in relation to their sexual and gender identities or how this may be mediated by other categories of inequality such as class and ethnicity. [...] As online methods increase in popularity, we must not repeat the mistake of offline methods and thoughtlessly recruit samples dominated by white, educated and privileged participants. It is because a virtual methodology offers both possibilities and limitations to LGBT research that future studies which aim to investigate sexual and gender identities, class, youth and well-being will need to incorporate both online and offline methods (MCDERMOTT, 2010, p 250). - tradução nossa.

construções e experiências, individuais e coletivas, ao longo de nossas vidas, logo, são partes da nossa memória, mesmo quando tratadas no tempo presente.

Algumas/uns geógrafas/os buscaram trabalhar o tempo e o espaço metodologicamente, gerando a corrente geográfica conhecida como Geografia Histórica e com isso, demonstraram que as diversas temporalidades influenciaram a construção e a percepção das espacialidades atuais. Os espaços são fruto de construções histórico-temporais, condensando as memórias de diferentes pessoas, de diferentes momentos (POLLAK, 1992; HAESBAERT, 2010). Tempo e espaço são indissociáveis quando consideramos sua concretude (SANTOS, 2004), mas podem ser separados analiticamente, pois

[o] movimento e a pausa qualificam a existência e reprodução dos processos e formas, permitindo falar em temporalidade e espacialidade. Ambos estão inter-relacionados, mas guardam uma relativa autonomia e por isso podem ser analisados separadamente (CORRÊA, 2019, p. 286-7).

Os *Relief Maps*, em si, não apresentam a dimensão do tempo, sendo uma das críticas levantadas à metodologia. Todavia, esta não é a sua proposta, uma vez que ela se volta para as emoções sentidas através das negociações e elaborações que as pessoas fazem com suas identidades e com as espacialidades. Apesar de não ser o foco da metodologia, a temporalidade pode ser ainda observada em comentários tecidos pelas pessoas entrevistadas, ao revelarem, por exemplo, um acontecimento da infância ou um evento que ocorreu em um turno específico do dia.

Quando estamos trabalhando com memórias, o tempo não segue sua cronologia usual, pois apesar de algo ter acontecido em um tempo-espaço específico, sentimentos são elaborados a partir deste acontecimento, tomando outras proporções. Além disso, não é possível realizar uma periodização em razão das temporalidades de memória das pessoas entrevistadas serem distintas. Sentimentos surgem em tempos e espaços específicos, mas não se restringem a eles, pois as memórias existem fora do tempo, possuindo um começo, mas não necessariamente um fim.

No que tange às potencialidades da metodologia, a plataforma disponibiliza diferentes formatos de *download* dos *Relief Maps*, sendo eles JPEG, PNG e PDF, além do formato SVG, que possibilita a edição do arquivo em outros aplicativos. Ademais, é possível realizar o *download* de uma planilha em formato XLS contendo os dados de todo o projeto, como as emoções selecionadas, os comentários tecidos, os lugares de opressão, controversos, neutros e de alívio (eixo x, assim ordenados

no *layout*), bem como uma gradação que varia de 0 à 100 a respeito do cursor de bem-estar e mal-estar (eixo y).

Além dos *Relief Maps* individuais, a plataforma disponibiliza o recurso dos *Relief Maps* agregados, que podem ser filtrados por diferentes identidades (e.g. *Relief Map* agregado das mulheres cisgênero), sendo realizados por média ou por mediana. A média e/ou mediana é efetuada pela gradação de 0 à 100 (eixo y) e pela categorização entre lugares de opressão, controversos, neutros e de alívio (eixo x), contabilizados pela plataforma. Os *Relief Maps* agregados foram desenvolvidos a fim de possibilitar comparações entre identidades distintas dentro de um mesmo universo (e.g. mulheres cisgênero bissexuais em comparação com homens cisgênero bissexuais), semelhante à complexidade intercategórica elaborada por Leslia McCall (2005) e exposta no Capítulo I desta dissertação.

Esta metodologia apresenta um grande potencial para os estudos das identidades/interseccionalidades, pois ela fornece uma autonomia para as pessoas entrevistadas, como já argumentado também no Capítulo I. Por mais que a/o autora/or de uma determinada pesquisa pré-defina os parâmetros que serão analisados, são as pessoas entrevistadas que preenchem as informações que gerarão os mapas, elas quem dão substância às categorias. Ao final, o *Relief Map* é gerado e tanto a/o entrevistada/o, quanto a/o pesquisadora/or, poderão acessá-lo e visualizá-lo. Portanto, esta metodologia concede uma participação mais ativa das pessoas entrevistadas na pesquisa, diferentemente da passividade encontrada em entrevistas mais tradicionais.

Dito isto, optamos por não utilizar os *Relief Maps* agregados, pois as pessoas que entrevistamos falavam de espacialidades distintas, com exceção da Universidade, uma vez que todas as pessoas estudaram/estudam na UEPG, e da cidade de Ponta Grossa. Apesar de termos eleito categorias espaciais abrangentes na elaboração do projeto, caso utilizássemos os *Relief Maps* agregados, estaríamos desconsiderando as especificidades fornecidas pelas pessoas que entrevistamos sobre as suas negociações com as diferentes especialidades .

Para encontrarmos as pessoas entrevistadas utilizamos a técnica de bola de neve, ou *snowball sampling*, proposta por Leo A. Goodman (1961), onde um indivíduo de uma amostra *x* indica outras pessoas da sua rede de convívio que também se encaixam na amostra. Nesta perspectiva, o Grupo de Estudos Territoriais (GETE/UEPG) contribuiu significativamente com as indicações das pessoas

entrevistadas, uma vez que o mesmo possui um histórico de pesquisa nas áreas de gênero e sexualidades, sendo amplamente reconhecido e possuindo uma extensa rede de contatos. Esta técnica nos possibilitou encontrar 13 pessoas (ver Apêndice A). Uma vez que nossa pesquisa está sendo realizada de forma remota, salientamos também que as redes sociais *WhatsApp* e *Instagram* desempenharam um papel importante de 'ponto de encontro'.

Elizabeth McDermott (2010) advoga sobre a importância que a internet e o ciberespaço vem desempenhando na construção da identidade sexual e da identidade de gênero de jovens. Por ser um espaço de múltiplas informações, 'sem' censura e um espaço de encontro, a internet possibilita uma maior exploração de identidades sexuais e de gênero, para além das identidades lésbicas e gays. Ainda segundo a autora, uma das características dos resultados das entrevistas qualitativas *online* dizem respeito à uma reflexividade textual, a qual possibilita uma articulação entre as subjetividades das pessoas e os dados encontrados. Algo que, como já explicamos, foi possível através da elaboração dos *Relief Maps* e da utilização do *Google Meet* juntamente com as pessoas que entrevistamos.

Para a elaboração do Projeto dos *Relief Maps*, realizamos um campo exploratório com quatro pessoas bissexuais (*i.e.* duas mulheres cisgênero, um homem cisgênero e uma pessoa não-conformista de gênero) a fim de minimizarmos as consequências dos estudos interseccionais apontadas por Leslie McCall (2005). Desenvolvemos dois projetos-teste antes de finalizarmos o projeto oficial que foi utilizado pelas pessoas que entrevistamos.

Em nosso primeiro teste consideramos a identidade de gênero, a identidade de classe, a identidade bissexual, a identidade racial e a identidade religiosa. Além disso, selecionamos o maior número de emoções disponibilizadas pela plataforma. Ao final, o projeto possuía 50 interfaces (ver Apêndice B). Comumente, os projetos de *Relief Maps* possuem entre 15 e 25 interfaces, para que não se torne um processo cansativo, então nossa proposta se mostrou audaciosa. Entretanto, o nosso teste não funcionou, pois as interfaces não carregaram. Testamos por horas em navegadores diferentes (*Google Chrome*, *Firefox* e *Microsoft Edge*), considerando que talvez fosse uma falha momentânea da plataforma, mas o projeto continuou não carregando.

Optamos por criar um outro projeto, desta vez tentando otimizá-lo em seu máximo, pois acreditávamos que a sua extensão era o problema. Então eliminamos

a identidade religiosa, ficando com 40 interfaces, e elegemos apenas nove emoções, as quais consideramos serem as mais amplas dentre as disponíveis na plataforma. O projeto funcionou, e assim decidimos testá-lo com amigas/os próximos, as/os quais reclamaram sobre a sua longevidade.

Com isso, fizemos mais um projeto, eliminando a identidade racial, visto que a identidade de gênero e de classe se mostraram mais relevantes em nosso campo exploratório. Assim sendo, nosso projeto final abarca dez espacialidades, três identidades e nove emoções, possuindo 30 interfaces. Pensando também que poderíamos encontrar pessoas neurodivergentes⁶⁶, incluímos cinco *emojis*, como pode ser visto em uma das páginas do questionário (ver Apêndice B). Sobre isso, a plataforma se apresenta problemática, já que ela não exibe os resultados dos *emojis* escolhidos, nem no *Relief Map*, nem na planilha.

Destarte, para além da identidade bissexual, selecionamos também a identidade de gênero e a identidade de classe para os *Relief Maps*. Todavia, salientamos que outras identidades nos foram apresentadas ao longo das entrevistas, as quais não ignoramos, por mais que, por motivos de exequibilidade, não possamos trabalhá-las com profundidade, sendo elas: raça, religiosidade, idade, maternidade/parternidade, monogamia, poliamorismo e filha/o/e⁶⁷.

Para a escolha das espacialidades, nos baseamos, *à priori*, no Estatuto das Cidades (2008), selecionando:

- 1) A Casa - Aqui considerando apenas a ideia de casa (lar) das pessoas que entrevistamos, mas que, muitas vezes, era também a casa de suas famílias. Destacamos que algumas pessoas mesmo não morando mais com suas famílias, ainda possuíam a ideia de casa atrelada à elas, gerando respostas ambivalentes, como pode ser visto na Seção 3.3. deste Capítulo e também no Capítulo III;
- 2) Os espaços de lazer - Aqui consideramos tanto os espaços públicos como privados, e.g. restaurantes, bares, baladas, centros esportivos, festivais, etc.
- 3) Os Espaços Públicos em Geral - o que inclui ruas, praças, feiras, etc., como também bens públicos, como ônibus, banheiros, postos de saúde, etc.;

⁶⁶ Cujos desenvolvimento neurológico é atípico, divergente, que se difere do que pode ser considerado padrão para a maioria das pessoas (DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS, 2021)

⁶⁷ Durante a pesquisa utilizamos a linguagem binária, compreendo que esta é uma barreira a ser quebrada na escrita acadêmica brasileira, contudo, ao falarmos sobre as pessoas que entrevistamos, em respeito às pessoas não-binárias que utilizam pronomes neutros, utilizaremos linguagem neutra.

4) O Trabalho - Como já argumentamos, estamos trabalhando com as memórias das pessoas, então muitas informações sobre o ambiente de trabalho não eram, necessariamente, sobre um trabalho atual;

5) As Instituições de Ensino - Aqui também estamos nos baseando na memória, uma vez que muitas pessoas não são mais estudantes;

6) Os Coletivos Políticos - e.g. Organizações Não-Governamentais (ONGs), Diretório Central dos Estudantes (DCE), etc.

7) A Cidade - Uma vez que nosso recorte é a cidade de Ponta Grossa - Paraná.

Após o campo exploratório incluímos mais as seguintes espacialidades:

8) O Corpo - Essa foi a espacialidade mais presente no discurso das pessoas que entrevistamos no campo exploratório (ver BRITO, 2021), pois como exposto no Capítulo I, a bissexualidade tem um histórico de apagamento e de hostilização muito grande, tanto socialmente, quanto espacialmente, restando apenas o corpo como uma espacialidade última de refúgio;

9) A Internet - Como apontado por Elizabeth McDermott (2010), a internet é uma espacialidade que possibilita o encontro de pessoas com sexualidades dissidentes, algo que se confirmou em nosso campo exploratório e nas nossas entrevistas, já que algumas pessoas que entrevistamos conheceram a bissexualidade através da internet;

10) A Vizinhança - Pessoas que possuíam casa própria, mas moravam em condomínios, relataram problemas com vizinhas/os. Assim, adicionamos também esta espacialidade já que ela é construída de forma coletiva e faz parte de nosso cotidiano (CERTEAU, 1998).

Para a dimensão psicológica dos *Relief Maps*, ou seja, as emoções, utilizamos aquelas que já estavam disponíveis na plataforma. Por emoção, estamos adotando uma compreensão semelhante à de Jan S. Hutta (2019), ou seja, compreendemos que as emoções resultam das interações entre os corpos, os quais interagem no e com o espaço. Elas são fruto de uma reação, mas também influenciam a ação. Dito isso, selecionamos quatro emoções positivas (aceitação, alívio, liberdade e segurança,), quatro negativas (controle, preocupação, medo e discriminação) e uma neutra (indiferença). Para a graduação dos *Relief Maps*, escolhemos Bem-estar e Mal-estar, por ser a opção mais ampla dentre as opções disponíveis (Medo - Segurança e Controle - Liberdade também estavam disponíveis), a qual será melhor explorada no Capítulo III.

A plataforma também disponibiliza uma interface onde informações socioeconômicas podem ser coletadas (ver Apêndice C). Assim, selecionamos os seguintes marcadores:

- 1) Identidade de Gênero: Mulher cis, Homem cis, Mulher trans, Homem trans, Transgênero, Não-binária, Bigênere, Outros e Não definida;
- 2) Idade: 18-23, 24-29, 30-35, 36-41, 42-47, 48-53, 54-59, 60-65, 66-71, 72-77, 78-83, 84-89 e mais de 90;
- 3) Identidade Religiosa: Agnóstico/a, Ateísta, Budista, Católico/a, Evangélico/a protestante, Cristão ortodoxo, Hinduísta, Islâmico/a, Judeu/Judia, Sijismo, Taoísta, Testemunha de Jeová, Outros e Não definida;
- 4) Classe social: renda familiar com mais de 20 salários mínimos⁶⁸, renda familiar entre 10 e 20 salários mínimos, renda familiar entre 4 e 10 salários mínimos, renda familiar entre 2 e 4 salários mínimos e renda familiar com menos de 2 salários mínimos;
- 5) Deficiência: deficiência física, deficiência mental, deficiência intelectual, outras e sem deficiência;
- 6) Raça autodeclarada: branca, preta, parda, indígena e amarela.

Optamos por não entrevistar pessoas menores de idade, pois precisaríamos da autorização de suas/seus responsáveis e, como sabemos, identidades sexuais e de gênero dissidentes nem sempre são bem recebidas no âmbito familiar.

As categorizações por classe e por raça foram elaboradas segundo os parâmetros do IBGE. Sabemos que estas categorizações massacram a diversidade étnicorracial do Brasil, bem como nos alienam sobre a realidade econômica do país, tanto sobre o número de famílias que possuem uma renda maior que 20 salários mínimos, quanto pelas milhares de famílias que vivem com menos de 2⁶⁹. Entretanto, mais uma vez recorreremos às categorias pré-estabelecidas, a fim de tornar a pesquisa exequível e mais inteligível para as pessoas que entrevistamos, visto que são categorias utilizadas há anos pelo IBGE e por outras instituições públicas e privadas do país.

Dito isso, através da planilha XLS disponibilizada pela plataforma com as informações do projeto, elaboramos o Quadro 5 a seguir:

⁶⁸ O salário mínimo brasileiro em 2021 foi de 1.110 reais mensais.

⁶⁹ Especialmente durante a pandemia de Covid-19, uma vez que o Brasil possuía 12 milhões de desempregados e 4,8 milhões de desalentados ao final de 2021 (IBGE, 2022).

Quadro 5- Características socioeconômicas das pessoas entrevistadas, Ponta Grossa, 2021.

(continua)

Pseudônimo	Identidade de Gênero	Idade	Identidade Religiosa	Classe Social	Deficiência	Raça	Bairro	Coabitante(s)	Escolaridade	Profissão
Camélia	Mulher cis	24-29	Agnóstico/a	Renda familiar: entre 4 e 10 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Uvaranas	Companheiro e filho	Mestrado incompleto	Professora e Pesquisadora Acadêmica
Estrela	Mulher cis	30-35	Umbandista	Renda familiar: entre 2 e 4 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Uvaranas	Companheiro	Doutorado incompleto	Pesquisadora Acadêmica
Charlie	Não-binária	18-23	Agnóstico/a	Renda familiar: entre 2 e 4 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Jardim Carvalho	Mãe e irmão	Graduação completa	Biólogo
Skywalker	Homem cis	24-29	Ateísta	Renda familiar: menos de 2 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Uvaranas ¹	Mãe e avó	Graduação incompleta	Estudante
Jonas	Homem cis	24-29	Agnóstico/a	Renda familiar: entre 4 e 10 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Boa Vista	Irmão, sobrinho e pets	Graduação incompleta	Analista de Marketing Digital Pesquisadora Acadêmica e terapeuta holística
Morgana	Mulher cis	24-29	Espiritualista	Renda familiar: menos de 2 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Órfãs ¹	Sozinha	Mestrado incompleto	
Proletario	Homem cis	24-29	Ateísta	Renda familiar: entre 2 e 4 salários mínimos	Sem deficiência	Parda	Boa Vista	Irmão, filho e namorada ²	Graduação incompleta	Mecânico e metalúrgico
bell	Não-binária	18-23	Não definida	Renda familiar: menos de 2 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Centro	Companheiro	Mestrado incompleto	Pesquisadora Acadêmica e cozinheira
Zaira	Não-binária	30-35	Espírita Kardecista	Renda familiar: entre 2 e 4 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Jardim Carvalho ¹	Companheiro	Doutorado incompleto	Pesquisadora Acadêmica
Sophia	Mulher cis	30-35	Ateísta	Renda familiar: entre 10 e 20 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Oficinas	Mãe, a filha e pets	Doutorado completo	Professora
Dandara	Não-binária	18-23	Ateísta	Renda familiar: entre 2 e 4 salários mínimos	Sem deficiência	Preta	Cará-cará	Mãe e pai	Graduação Completa	Professora

Quadro 5- Características socioeconômicas das pessoas entrevistadas, Ponta Grossa, 2021.

(conclusão)

Pseudônimo	Identidade de Gênero	Idade	Identidade Religiosa	Classe Social	Deficiência	Raça	Bairro	Coabitante(s)	Escolaridade	Profissão
Kena	Mulher cis	18-23	Católica	Renda familiar: entre 4 e 10 salários mínimos	Sem deficiência	Preta	Cará-Cará (Santa Mônica)	Mãe, pai, irmão	Graduação incompleta	Estudante
Nery	Homem trans	24-29	Ateísta	Renda familiar: entre 2 e 4 salários mínimos	Sem deficiência	Branca	Jardim Carvalho	Companheiro	Graduação Completa	Profissional de educação física

(¹) Espacialidade duplicada entre suas próprias casas e a casa dos pais. (²) Proletário possui guarda compartilhada do filho, portanto não moram juntos em tempo integral. Sua namorada também não mora oficialmente com ele, mas está em sua casa com frequência. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2021.

Reconhecemos que obtivemos um agrupamento de pessoas, relativamente, homogêneo, se interseccionando em muito mais do que em suas identidades bissexuais. Todas tiveram acesso, em algum momento, ao ensino superior público, tendo o finalizado ou não. Quatro (4) delas possuem graduação incompleta, três (3) possuem graduação, três (3) possuem mestrado incompleto, duas (2) possuem doutorado incompleto e uma (1) possui doutorado.

Também não há uma grande variação etária, pois quatro (4) das pessoas entrevistadas possuem entre 18 e 23 anos, seis (6) possuem entre 24 e 29 anos e três (3) possuem entre 30 e 35 anos, ou seja, todas as pessoas são da geração Y e Z⁷⁰. Esta pequena variação é resultado da técnica snowball. O grupo é um grupo de convívio, com características socioeconômicas aproximadas. Como apresentado no Capítulo I, a compreensão da identidade bissexual é muito recente no Brasil, bem como a sua difusão, e portanto, acreditamos ser esta a razão de não termos encontrado pessoas da geração X ou mesmo *babyboomers*. Deste modo, inferimos que a alta escolaridade e a faixa etária das pessoas entrevistadas podem ter contribuído para a utilização bem-sucedida dos *Relief Maps*, por mais que o preenchimento da plataforma *online* seja intuitiva.

⁷⁰ *Babyboomers* compreende as pessoas nascidas entre 1946-1964, Geração X entre 1965-1980, Geração Y ou *Millennials* entre 1981-1996 e Geração Z entre 1997-2012 (DIMOCK, 2019).

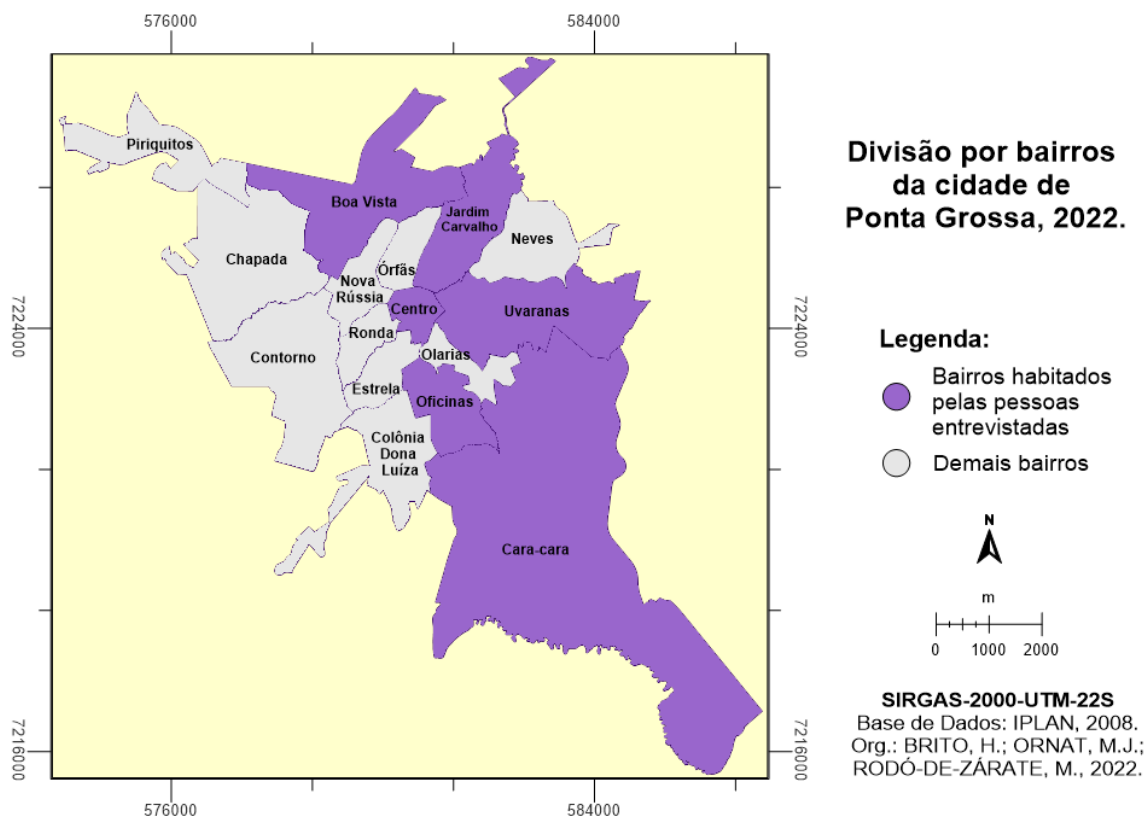
Destacamos que cinco (5) das pessoas entrevistadas são ateístas e três (3) agnósticas, algo que em contraposição com a população brasileira (visto que a maioria é cristã) se mostra intrigante. Entretanto, a população jovem vem apresentando uma crescente no número de pessoas que se identificam sem religião (BBC BRASIL, 2022). Quando recortamos ainda para jovens LGBTQIAPN+, as/os quais apresentam um histórico de terem sofrido experiências negativas em instituições religiosas formais, incluindo as pessoas que entrevistamos, os dados da pesquisa mostram-se dentro do parâmetro esperado. Salientamos ainda que outras identidades nos foram apresentadas, possuindo o mesmo número de praticantes (uma (1) pessoa), sendo elas: Umbandista, Espírita Kardecista, Católica, Espiritualista e Não definida.

No que diz respeito à identidade racial das pessoas que entrevistamos, dez (10) pessoas se auto-identificam como brancas, duas (2) como pretas e uma (1) como parda. Esta assimetria entre os agrupamentos raciais se justifica pela própria distribuição da população pontagrossense por raça, como demonstrado na Introdução deste trabalho. Sobre a diversidade de gênero das pessoas entrevistadas, temos que cinco (5) se identificam como mulheres cisgênero, quatro (4) se identificam como pessoas não-binárias, três (3) se identifica como homens cisgênero e uma (1) se identifica como homem transgênero.

Em relação à classe social e econômica, três (3) pessoas possuem uma renda familiar inferior a 2 salários mínimos. Chamamos atenção para o fato das pessoas abarcadas nesta porcentagem serem bolsistas de mestrado da CAPES (R\$ 1.500,00) e de iniciação científica (R\$ 400,00) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), além de possuírem trabalhos informais e ajuda de familiares como complemento de suas rendas. Seis (6) pessoas possuem uma renda familiar entre 2 e 4 salários mínimos, dentre elas estão as pessoas que recebem bolsa de doutorado da CAPES (R\$ 2.300,00), pessoas assalariadas e pessoas que ainda moram com suas famílias. Três (3) pessoas possuem uma renda familiar de 4 a 10 salários mínimos, sendo aquelas que são assalariadas e que ainda moram com suas famílias. Por fim, apenas uma (1) pessoa possui uma renda familiar entre 10 e 20 salários mínimos, sendo também a única pessoa que possui título de doutorado e que trabalha como docente na universidade.

A situação econômica, como supracitado, impacta a modalidade de moradia das pessoas que entrevistamos, onde quatro (4) possuem casa própria, a qual foi adquirida através de financiamento pelo MCMV, quatro (4) dividem aluguel com companheiras/os/es e/ou membros da família (sem relação hierárquica), três (3) moram com suas famílias (com relação hierárquica e dependência financeira), sendo também as pessoas que apresentaram desconforto em suas casas devido às suas identidades de gênero, e ainda uma (1) mora em república de estudantes. Além disso, a situação econômica das pessoas entrevistadas influencia não apenas em suas modalidades de moradia, mas também nos bairros habitados por elas, como pode ser visto no Mapa 2 a seguir, uma vez que apenas uma (1) mora no Centro.

Mapa 2 - Bairros habitados pelas pessoas entrevistadas, Perímetro Urbano do Município de Ponta Grossa-PR, 2022.



Fonte: IPLAN, 2008.

Com isso, temos que o bairro Uvaranas e o bairro Jardim Carvalho são os mais habitados, cada um compreendendo três (3) das pessoas entrevistadas, em seguida o Cará-Cará e o Boa Vista com duas (2) cada e os demais com uma (1) cada. Com isso, vemos que as pessoas entrevistadas ocupam 43,75% dos bairros pontagrossenses.

Quando elaboramos o projeto de *Relief Maps*, acreditamos que as nove emoções escolhidas eram amplas o suficiente. Entretanto, ressaltamos que no decorrer das entrevistas outras emoções se apresentaram à nós, sendo elas: ódio, cansaço, raiva, insegurança, acolhimento, pobreza, tristeza, desconforto, tranquilidade, silenciamento, conforto, pressão, opressão, empoderamento, privilégio, apagamento, pertencimento e adoração.

Durante a elaboração dos *Relief Maps*, as pessoas que entrevistamos não tinham limites de escolha dentre as emoções, podendo escolher todas se fossem pertinentes, inclusive. Ao final, quando o *Relief Map* é gerado, podemos observar quais emoções foram escolhidas no próprio mapa, em cada intersecção entre espacialidades e identidades. Além disso, podemos baixá-las através de uma planilha XLS com todas as informações concedidas ao Projeto, semelhante ao Quadro 5. Através desta planilha pudemos contabilizar a frequência das emoções e organizá-las em gráficos que serão apresentados nas próximas Seções. As emoções foram organizadas iniciando pelas positivas, passando pelas neutras e encerrando com as negativas, como poderá ser visto a seguir.

Analisaremos as espacialidades através das emoções coletivas das pessoas entrevistadas e as classificamos em pares que, historicamente, foram vistos como antagônicos e/ou complementares. Estes pares serão divididos em Seções neste capítulo, sendo eles: 1) Internet e Vizinhança; 2) Espaços de Lazer e Trabalho; 3) Espaços Públicos em Geral e Casa; 4) Coletivos Políticos e Instituições de Ensino; e por fim 5) Corpo e Cidade.

2.1 A Internet e a Vizinhança

Iniciamos com a Internet e a Vizinhança, duas espacialidades que surgiram no campo exploratório e que aqui fazemos um paralelo, pois a Internet, como um ciberespaço, também pode passar um senso de Vizinhança. Temos pessoas que nos acolhem nas duas espacialidades, podemos encontrar pessoas que nos detestam e que nos violentam, as duas espacialidades também possuem um grande apelo à fofoca, etc. Ambas são espaços de encontro, mas também de preocupação. São espaços de exposição, mas que com um fechar de portas e/ou um botão de desligar podem tornar-se, momentaneamente, inexistentes.

Por mais que Elizabeth McDermott (2010) aponte a Internet como uma espacialidade que favorece a exploração e a compreensão de identidades sexuais e de gênero, algo que se mostrou verdadeiro em certa medida, ela sugere que esta espacialidade seria “sem censura”, algo que como pode ser visto com o Gráfico 2 a seguir, está longe de ser uma realidade no Brasil. Em especial sobre a bissexualidade, ao mesmo tempo em que esta espacialidade fornece informações sobre esta identidade que nos auxiliam à entendê-la melhor, temos também, em mesma medida, acesso à discursos de ódio e aplicações do contrato epistêmico de apagamento bissexual. Deste modo, se considerarmos que a ausência de censura está conectada ao sentimento de liberdade, como poderá ser visto a seguir, este sentimento na Internet não é muito diferente da Vizinhança, onde há ainda uma forte bifobia, mas expressa de outras maneiras e em outra medida.

Outrossim, para Pierre Mayol (1998), a Vizinhança é a principal espacialidade da sociabilização, tanto pelo fato da área ser bem conhecida por suas/seus habitantes, quanto pelo fato das/os próprias/os habitantes se conhecerem entre si. Além disso, por habitarem a mesma área, estas pessoas compartilhariam um senso de identidade, algo que, parcialmente, também se mostra verdadeiro, especialmente no que tange à identidade de classe. Todavia, quando consideramos as identidades de gênero e as identidades sexuais, esse senso de identidade muda e a Vizinhança, que até então era uma espacialidade também de encontro, se torna hostil, similarmente à Internet.

Ainda segundo o autor, existe uma espécie de acordo silencioso, onde o indivíduo abdica de suas necessidades pessoais para viver coletivamente e se beneficiar deste coletivo. Mas para isso ela/e precisa se comportar (ou performar) de uma maneira específica, tida como a norma dessa sociedade. Mais uma vez podemos traçar este paralelo com a Internet, que com a cultura do cancelamento e uma constante vigilância do que é publicado, há também uma expectativa de performance. Esse contrato social é o que torna o cotidiano possível, tanto na Vizinhança quanto na Internet.

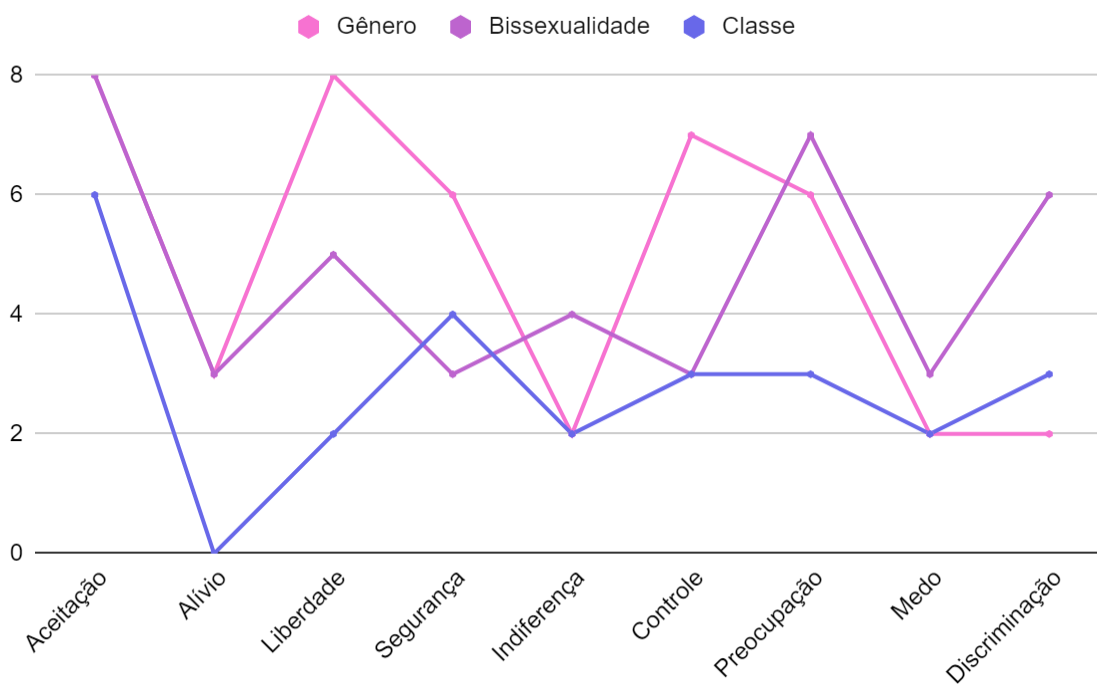
Ainda sobre suas semelhanças, a Internet e a Vizinhança têm uma autonomia de mudança, que por vezes é subestimada devido às suas escalas. Todavia, ao nos reunirmos em ‘comunidades’, tanto fisicamente em nossos bairros, como em alusão aos grupos das redes sociais, temos a possibilidade de compartilhar ideias e construir novas possibilidades de existência. Por serem espaços que requerem a

presença de um coletivo de pessoas para existir e por serem mais acessíveis e mais próximos de nós, nos sentimos acolhidas/os e marginalizadas/os ao mesmo tempo. Assim, como pode ser observado nos Gráficos 1 e 2 a seguir, temos:

Gráfico 1 - Emoções de bissexuais em suas Vizinhanças, Ponta Grossa, 2021.



Gráfico 2 - Emoções de Bissexuais na Internet, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: *Relief Maps*. Disponível em: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2021.

Como pôde ser visto nos Gráficos 1 e 2, no que diz respeito a como as pessoas que construíram essa pesquisa conosco se sentem, temos que o sentimento de aceitação sobre o gênero e a bissexualidade é maior na Internet, para oito (8) das pessoas entrevistadas em ambas identidades, que na Vizinhança para quatro (4) e duas (2) delas, respectivamente. Já em relação à classe, sete (7) pessoas entrevistadas a sentem na Vizinhança e na Internet, seis (6). Isso porque apesar da Internet, como apontado por Elizabeth McDermott (2010), ser um espaço de encontro para identidades dissidentes, ela é também uma espacialidade de ostentação e uma grande causadora do FoMO (*Fear of Missing Out*)⁷¹, logo, as diferenças entre as classes se mostram mais gritantes que na Vizinhança onde, teoricamente, todas as pessoas compartilham da mesma situação socioeconômica.

Sobre o sentimento de alívio, temos que ele é maior também na Internet, mas esta diferença não é tão significativa quando comparada com o sentimento de aceitação. Em relação ao gênero, três (3) pessoas se sentem aliviadas na Internet e uma (1) na Vizinhança. Em se tratando da bissexualidade, a frequência é também de três (3) para a Internet, mas na espacialidade da Vizinhança o alívio se mostra inexistente. Em contrapartida, o alívio em relação à classe social na Internet não existe, mas na Vizinhança temos ele é sentido por duas (2) pessoas. Isso ocorre sob a mesma justificativa dada sobre o sentimento de aceitação.

A liberdade em relação à identidade de gênero, por motivos já apresentados neste Capítulo, bem como no Capítulo a seguir, é consideravelmente maior na Internet, para oito (8) pessoas, que na Vizinhança, para cinco (5). No que diz respeito à identidade bissexual, temos uma diferença pequena onde cinco (5) pessoas sentem-se livres na Internet (cinco (5) pessoas) e quatro (4) na Vizinhança, já que a invisibilidade, por vezes, confere passabilidade. Apesar das pessoas entrevistadas sentirem-se mais aceitas e mais aliviadas na Vizinhança que na Internet em relação às suas classes sociais, elas sentem-se mais livres na segunda, contando com duas (2) pessoas, que na primeira, com uma (1).

Em relação à identidade de gênero, o sentimento de segurança é sentido por sete (7) pessoas na Vizinhança e por seis (6) na Internet. Sobre a bissexualidade, seguimos o mesmo padrão do alívio e da aceitação, pois a Internet é segura para três (3) pessoas e na Vizinhança para uma (1). Em relação à classe, como já

⁷¹ Um tipo de ansiedade provocada pelas redes sociais, causada pela comparação com a vida alheia e pelo medo de estar perdendo oportunidades (ver GUPTA; SHARMA, 2021).

explicamos, por mais que algumas pessoas entrevistadas possuam uma diversidade socioeconômica em suas Vizinhanças (como o caso de Camélia, Zaira e Sophia), a maioria (dez (10) pessoas) está rodeada de pessoas da classe trabalhadora, e logo, a Vizinhança se mostra segura para seis (6) pessoas e na Internet para quatro (4).

A emoção de indiferença está atrelada à ausência de afetos (HUTTA, 2019), tanto positivos quanto negativos. Apesar de sofrerem mais discriminação em relação aos seus gêneros na Vizinhança, as pessoas que entrevistamos sentem mais indiferença também por esta espacialidade (três (3)) que na Internet (duas (2)). Sobre a bissexualidade, a indiferença é maior na Internet (quatro (4) pessoas) que na Vizinhança (duas (2) pessoas). Em contrapartida, por razões já apresentadas aqui, a indiferença é maior no que diz respeito à classe na Vizinhança (três (3) pessoas) que na Internet (duas (2) pessoas).

A emoção de controle ao ser associada com a Internet, expressa uma auto-vigilância das pessoas entrevistadas em não se exporem demais com medo de possíveis sanções e violências, bem como a fim de não contribuírem com a cultura de ostentação. Isso também acontece com o controle relacionado com a Vizinhança, mas nesta espacialidade, as pessoas que entrevistamos relataram com maior intensidade um controle vindo de fora, por olhares, por assédios, outras formas de vigilância dos corpos, algumas mais sutis, outras mais agressivas. Desta forma, temos que tanto as identidades de gênero, bissexual e de classe são mais controladas na Internet para sete (7), três (3) e três (3) pessoas, respectivamente, que na Vizinhança, a qual é sentida por cinco (5), três (3) e duas (2) pessoas, também respectivamente.

A preocupação em relação à identidade de gênero e à bissexualidade está empatada tanto na Internet quanto na Vizinhança, sentida por seis (6) e sete (7) pessoas, respectivamente. Contudo, em relação à classe, a preocupação é maior na Vizinhança (quatro (4) pessoas) que na Internet (três (3) pessoas), já que em alguns casos, a discrepância de moradias na Vizinhança gera um sentimento de desconforto e de inadequação, como pode ser visto em maior detalhes no Capítulo seguinte com os *Relief Maps* de Camélia, Zaira e Sophia.

Apesar do sentimento de segurança, em relação à identidade de gênero, ser maior na Vizinhança, o medo também o é para quatro (4) pessoas, e para duas (2) delas na Internet. No que se refere à bissexualidade, o sentimento de medo é mais uma vez superior na Vizinhança, compreendendo seis (6) das pessoas

entrevistadas, para três (3) na Internet. Isso ocorre porque mulheres cisgênero e pessoas não-binárias são constantemente assediadas em vias públicas, algo que poderá ser visualizado com os *Relief Maps* presentes no próximo Capítulo.

Curiosamente, as pessoas que entrevistamos temem mais por sua identidade bissexual que por suas identidades de gênero, demonstrando que uma suposta passabilidade não ameniza suas vivências espaciais, mas que é fruto de um constante medo de uma violência iminente. No que diz respeito à classe social, temos um empate, com duas (2) pessoas cada, onde o medo, neste contexto, está relacionado ao (não) poder de consumo.

Por fim, no que tange a discriminação, por mais que ela seja, em alguns casos, relacionada à crimes de ódio, ela está também associada a um sentimento de desconforto causado pelas ações de outrem. Por este motivo, estamos adotando a discriminação também como um sentimento nesta pesquisa. Dito isso, vemos que três (3) pessoas se sentem discriminadas na Vizinhança e duas (2) na Internet, uma vez que entrevistamos pessoas com gêneros dissidentes e que conseguem se blindar na segunda espacialidade, mas não necessariamente na primeira. Em contrapartida, como já argumentamos no Capítulo I, a bissexualidade sofre um apagamento epistêmico (YOSHINO, 2000; HEMMINGS, 2002), mas na Internet, especialmente com as redes sociais, temos a possibilidade de torná-la mais visível, algo que apresenta uma maior dificuldade fora do ciberespaço, pois pessoas bissexuais são sempre lidas como monossexuais, como poderá ser acompanhado no Capítulo III com os *Relief Maps* e os relatos das pessoas entrevistadas. Por isso, a discriminação com pessoas bissexuais é mais sentida na Internet, por seis (6) pessoas, que na Vizinhança, por cinco (5). Sobre a identidade de classe, tanto a Internet quanto a Vizinhança são discriminatórias para três (3) entrevistadas/es/os.

Com isso, percebemos que no tocante às identidades de gênero e à identidade bissexual, a Internet é a espacialidade com menos sanções e violências, sendo de fato um espaço de encontro, relativamente acolhedor, mas não imune à censuras, como sugerido por Elizabeth McDermott (2010). Em contrapartida, com as redes sociais, a Internet se tornou um espaço de ostentação, fomentando ansiedades específicas como o FoMO, onde a identidade de classe se associa à afetos negativos, pois somos expostos a bens de consumo e estilos de vida que não temos contato em nosso cotidiano, algo que, por vezes, nem sabíamos que existiam.

Nesse sentido, ao considerarmos a classe, a Vizinhança se mostra mais acolhedora, já que por mais que ainda existam disparidades econômicas à nossa volta, nos deparamos com mais frequência com pessoas que compartilham da nossa classe social. Todavia, ressaltamos que a Vizinhança ainda está marcada por emoções negativas, como a preocupação e o medo.

2.2 Os Espaços de Lazer e o Trabalho

Nesta Seção abordaremos os Espaços de Lazer e o Trabalho, categorias espaciais que são vistas, historicamente, como antagônicas, especialmente em estudos que focam na categoria de classe. Contudo, como dito no Capítulo I, isolar uma única identidade em detrimento de outras fragmenta a análise, bem como a própria experiência humana (LORDE, 2007; SCOTT, 1991; MCCALL, 2005). Em vista disso, os Gráficos 3 e 4 apresentam como as pessoas que entrevistamos se sentem nestas duas espacialidades, no que tange às suas classes sociais, mas também às suas identidades de gênero e identidade bissexual.

Ainda como exposto no Capítulo I, a intersecção entre as categorias de Classe e Sexualidade não foram muito exploradas. Com isso, este antagonismo entre espaços de lazer e espaços de trabalho foi melhor explorado por geógrafas/os marxistas e críticas/os, ou seja, considerando quase que exclusivamente a identidade de classe. Segundo David Harvey (2008), em uma sociedade organizada por classes, o tempo do não-trabalho, ou seja, tempo do lazer, é tão importante quanto o tempo do trabalho, da produção, já que o consumo é essencial para a manutenção desta sociedade.

Apesar da indissociabilidade ontológica destas categorias espaciais e sociais estar clara para a manutenção desta sociedade classista, tanto para David Harvey (2008), quanto para Ana Fani A. Carlos (2020), a sua separabilidade material na cidade é indispensável para fomentar uma fragmentação humana. Com esta fragmentação, outras formas de lucro e de desapropriação humana são geradas através do deslocamento de uma espacialidade para outra. Deslocamento este, que como visto a seguir, também reproduz uma lógica classista.

Mesmo sendo categorias espaciais indispensáveis para a estruturação do atual sistema de reprodução sociometabólico, uma atmosfera de competitividade é instaurada nas duas espacialidades, gerando uma ideia de que sua utilização é

indispensável para a existência humana. Neste sentido, estas espacialidades, como todas as demais, adotam padrões normativos e se submetem às matrizes de poder, e logo, as pessoas possuidoras de identidades dissidentes, não só a de classe, são forçadas a performar dentro desta norma e se submeter também a esta matriz.

Mesmo ao criarem alternativas espaciais dentro da categoria do Trabalho e do Lazer, como pode ser observado nesta Seção, bem como no Capítulo III com maiores detalhes, estes espaços alternativos não fogem totalmente da normatividade, visto que as matrizes de poder operam em todas as escalas. Assim sendo, as nossas interações com estas espacialidades produzem afetos positivos, mas principalmente negativos, como exposto nos Gráficos 3 e 4. Deste modo, percebemos que estas categorias espaciais são tanto antagônicas quanto complementares, já que sua codependência é indispensável para a manutenção das matrizes de poder que engendram a nossa sociedade.

Dito isso, ao falarmos do Trabalho e dos Espaços de Lazer, estamos considerando-os como categorias espaciais amplas. Como resultado, perdemos algumas de suas especificidades, mas para que este trabalho pudesse ser exequível, estas escolhas categoriais se fizeram necessárias. Assim, ao falarmos em Espaços de Lazer, estamos englobando especificidades espaciais que nos foram confiadas pelas pessoas entrevistadas, sendo elas: Praças, Bares, Baladas, Centros Esportivos, Festivais, Cinemas, Cafés, Estádios de Futebol e o DCE.

Como pode ser visto nos Gráficos 3 e 4 a seguir, as pessoas entrevistadas sentem que suas identidades de gênero e sua bissexualidade são mais aceitas no Trabalho (seis (6) e sete (7), respectivamente) que nos Espaços de Lazer (cinco (5) e seis (6), respectivamente). Como exposto por Bell e Dandara, embora pessoas transexuais não-binárias tenham um duplo trabalho, indo além da carga profissional comum, mas carregando um autocontrole sobre seus comportamentos, bem como um esforço extra para que seus trabalhos sejam tão valorizados quanto o de pessoas cisgênero, sentimento semelhante ao de mulheres cisgênero, como apresentado por Estrela e por Sophia, esta espacialidade ainda apresenta uma maior aceitação, já que os Espaços de Lazer possuem um grande histórico de violências à identidades não-hegemônicas, sendo, muitas vezes, incentivadas.

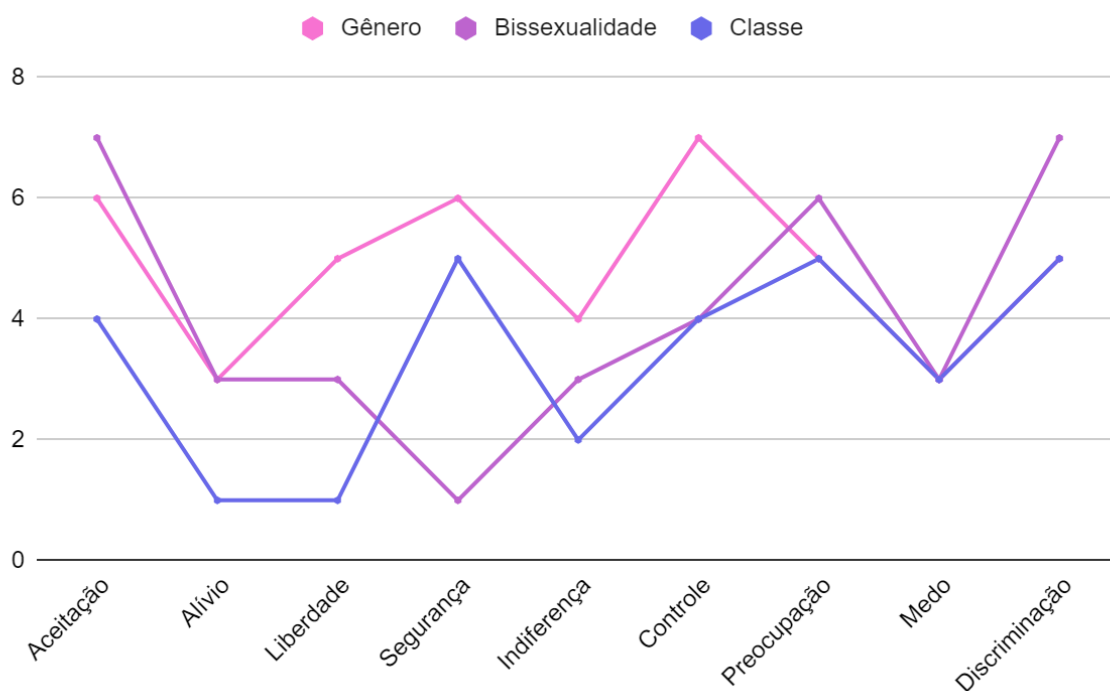
Se por um lado o sentimento de aceitação é maior no Trabalho sobre as identidades de gênero e a identidade bissexual, nos Espaços de Lazer a aceitação da classe é um pouco maior para cinco (5) pessoas, que na primeira com quatro (4),

já que as pessoas entrevistadas tem uma predileção por espaços de lazer alternativos e/ou para estudantes, como pode ser conferido a seguir:

Gráfico 3 - Emoções de bissexuais nos Espaços de Lazer, Ponta Grossa, 2021.



Gráfico 4 - Emoções de bissexuais no Trabalho, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: *Relief Maps*. Disponível em: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2021.

O sentimento de alívio, assim como o de aceitação, é maior também no Trabalho no tocante ao gênero e à sexualidade, sentido por três (3) pessoas nas duas identidades, que nos Espaços de Lazer, sentido por duas (2). Já sobre a identidade de classe, há um empate entre as duas espacialidades, sendo sentido por uma (1) pessoa cada, demonstrando que este sentimento é muito brando nos dois espaços.

Tanto o Trabalho como os Espaços de Lazer são espaços de liberdade para apenas uma (1) pessoa cada. No entanto, o mesmo não ocorre sobre as outras identidades. A identidade de gênero apresenta um sentimento de liberdade maior no Trabalho, para cinco (5) pessoas, que nos Espaços de Lazer, para quatro (4), considerando que nesta segunda, o assédio sexual é mais frequente que na primeira. Todavia, o inverso ocorre sobre a bissexualidade, já que seis (6) pessoas se sentem livres nos Espaços de Lazer (seis (6) pessoas), e apenas metade, três (3), no Trabalho, visto que sete (7) delas optam por não revelar suas sexualidades por temerem demissões e/ou hostilizações.

Na espacialidade do Trabalho, o sentimento de segurança é sentido por seis (6) pessoas, em relação à identidade de gênero, e por quatro (4) nos Espaços de Lazer. Em relação à classe, na primeira espacialidade cinco (5) pessoas se sentem seguras, e na segunda três (3). Apesar das duas espacialidades apresentarem um sentimento ínfimo de segurança no que concerne à identidade sexual, temos que duas (2) pessoas se sentem seguras nos Espaços de Lazer, já no Trabalho apenas uma (1), pelos motivos supracitados.

O sentimento de indiferença, outra vez associado à falta de afetos, no que diz respeito ao gênero e à sexualidade, vemos uma maior intensidade no Trabalho (quatro (4) e três (3) pessoas, respectivamente) que nos Espaços de Lazer (duas (2) e uma (1) pessoa, respectivamente), mas em se tratando da classe social, ela é sentida por duas (2) pessoas em ambas espacialidades. Isso se dá uma vez que gênero e sexualidade são identidades menos expostas no Trabalho que nos Espaços de Lazer, especialmente a segunda, já que como exposto por Camélia e por Morgana, para além do medo de uma possível hostilização, a exposição de suas sexualidades podem levá-las a uma demissão.

O sentimento de controle, representando um controle vindo de fora, na medida em que negociamos nossas identidades com as matrizes de poder, quanto um autocontrole, também fruto dessa negociação, apresenta a mesma intensidade

no Trabalho quantos nos Espaços de Lazer no que diz respeito ao gênero das pessoas entrevistadas. A bissexualidade e a classe, entretanto, apresentam um maior controle nos Espaços de Lazer (cinco (5) e sete (7) pessoas, respectivamente) que no Trabalho (quatro (4) pessoas nas duas espacialidades). Como exposto anteriormente, Ponta Grossa é uma cidade conservadora e que vem apresentando um crescimento econômico desproporcional para a sua classe trabalhadora⁷². Com isso, muitos dos relatos apontaram que o público alvo dos Espaços de Lazer pontagrossenses são pessoas cis-heteronormativas de classe alta. Isto demonstra que estes lugares não são apenas inacessíveis economicamente, mas interditos para dissidentes sexuais e de gênero, corroborando com a necessidade de pensarmos as categorias de Classe e Sexualidade conjuntamente. Do mesmo modo, muitas pessoas entrevistadas trabalham em locais em que há a presença de outras/os colegas LGBTQIAPN+, o que também contribui para que hajam afetos positivos.

O sentimento de preocupação, em todas as identidades, é consideravelmente maior nos Espaços de Lazer que no Trabalho. À respeito da identidade de gênero, ele é sentido por oito (8) pessoas nos Espaços de Lazer, e por cinco (5) no Trabalho. O mesmo ocorre com a bissexualidade, gerando preocupação para nove (9) pessoas na primeira espacialidade e para seis (6) na segunda e por fim, a classe social preocupa sete (7) pessoas na primeira espacialidade e cinco (5) na segunda. Este sentimento não está apenas associado às violências explícitas que estão compartilhadas no Capítulo III, mas também está conectado ao sentimento de não-pertencimento, visto que a maioria das espacialidades pontagrossenses são cis-heteronormativas (ou mesmo homonormativas), brancas e de classe alta.

Como os ônibus são os únicos meios de transporte públicos de Ponta Grossa, tendo linhas e horários também limitados de funcionamento, encerrando à meia noite em linhas centrais e ainda mais cedo em linhas periféricas (SMIP, 2022), a utilização de espaços urbanos se torna também limitada. Se considerarmos as pessoas que habitam áreas periféricas da cidade isso se intensifica, já que, como exposto por Charlie, isso “limita os teus espaços de lazer e o teu horário que você pode ficar, porque fica preso aos horários dos ônibus” (06/10/2021, por *Google*

⁷²

Ver

mais

em:

<https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/240-economia/2599-numero-de-novas-empresas-abertas-em-ponta-grossa-e-inferior-a-2021>.

Meet). Por mais que existam meios privados de locomoção (e.g. veículo próprio, Táxi, Uber, etc.), eles também não são acessíveis para todas as classes e não solucionam o deslocamento urbano, pelo contrário.

O medo no tocante à identidade de gênero e à identidade bissexual é maior para as pessoas entrevistadas nos Espaços de Lazer (sete (7) e quatro (4) pessoas, respectivamente) que no Trabalho (três (3) pessoas em ambas identidades). Reiteramos que, como poderá ser visto no Capítulo III, os Espaços de Lazer apresentam um histórico de assédio sexual direcionado tanto às mulheres cisgênero, quanto às pessoas não-binárias entrevistadas, e além disso, estes assédios são também direcionados às pessoas entrevistadas por elas serem bissexuais.

Mesmo havendo uma predileção unânime por Espaços de Lazer alternativos, especialmente destinados à população LGBTQIAPN+, as pessoas entrevistadas não foram poupadas de hostilizações, já que como explicado anteriormente, nenhuma espacialidade foge da força das matrizes de poder. A classe social, entretanto, possui uma frequência maior do medo no Trabalho (três (3) pessoas) que nos Espaços de Lazer (duas (2) pessoas), uma vez que, como dito anteriormente, o índice de desemprego no Brasil cresceu consideravelmente na pandemia de Covid-19.

Sobre a discriminação, há um empate acerca dos Espaços de Lazer e do Trabalho à respeito da bissexualidade, com sete (7) pessoas, e da classe, com cinco (5) pessoas, embora ao considerarmos o gênero, a segunda espacialidade, com cinco (5) pessoas, apresente uma maior discriminação que a primeira, com apenas uma (1). Como apresentado no Capítulo I e ainda no Capítulo seguinte, a bissexualidade não é uma sexualidade presente no imaginário social, e assim, as pessoas bissexuais são lidas como homossexuais, caso se relacionem com uma pessoa do mesmo gênero ou heterossexuais, caso se relacionem com alguém do gênero oposto. Esta invisibilidade confere uma passabilidade para pessoas bissexuais, que muitas vezes resultam em um trânsito mais tranquilo pelos espaços urbanos, mas que é também associada a um grande mal-estar. Do mesmo modo, como dito anteriormente, apesar de Ponta Grossa possuir mais pessoas da classe trabalhadora, o fato de sua estrutura urbana se voltar para as camadas mais ricas da sociedade, também gera um grande desconforto às pessoas entrevistadas.

Em vista disso, observamos que os Espaços de Lazer despertam a maior incidência de afetos negativos nas pessoas que entrevistamos em todas as suas identidades. Em contrapartida, naturalmente o Trabalho provoca mais afetos positivos. Desta forma, os impactos do trabalho mental realizado por mulheres cisgênero e por pessoas não-binárias para se sentirem no controle e se sentirem respeitadas em seus empregos devido às suas identidades de gênero está claro. Além disso, estas pessoas temem ser hostilizadas (e até demissões, como pode ser conferido no Capítulo III com o relato de Camélia) em virtude de suas sexualidades.

Do mesmo modo, por mais que os Espaços de Lazer escolhidos por elas sejam, em sua maioria, espaços de acolhimento para LGBTQIAPN+, este acesso ainda é interdito para dissidentes sexuais e de gênero, e/ou pessoas de classes de renda mais baixa. Isso corrobora com o sentimento de não-pertencimento e sentimento de fragmentação do ser nas pessoas entrevistadas, com a cidade de Ponta Grossa.

2.3 Os Espaços Públicos em Geral e a Casa

No Capítulo I deste trabalho, demonstramos que por muitos anos o espaço doméstico foi negligenciado em análises urbanas. As discussões acerca da moradia se restringiam ao acesso à mesma, em sua forma mais básica (FENSTER, 2005, MADDEN; MARCUSE, 2016). Do mesmo modo, o planejamento urbano voltava-se para a ideia dicotômica entre público e privado, especialmente na Geografia, visto que esta ciência tem um histórico de criar e reproduzir dualidades (e.g. Urbano vs. Rural, Ser Humano vs. Natureza, Geografia Física vs. Geografia Humana, etc.).

A organização do espaço doméstico não era considerada no planejamento urbano, uma vez que este era tido como um espaço privado e, tendo em vista a própria etimologia da palavra, ele sugeriria uma pessoalidade, uma confidencialidade e mesmo uma restrição, não sendo visto como um espaço de conflito dentro de seus muros.

Por não se enxergarem nos espaços urbanos, públicos e privados, e por não possuírem participações ativas em cargos de decisão acerca do planejamento destes, planejadores feministas e *queer* começaram a expor que o acesso à cidade é unilateral, seletivo e paradoxal, destinado à uma única corporalidade, a do homem cisgênero, heterossexual, branco e sem deficiências (HAYDEN, 1980; VALENTINE,

1993; FENSTER, 2005; RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016; SANZ; GILL, 2020; KERN, 2021). Outrossim, exporam que os espaços domésticos também possuem tensionamentos, não sendo uma escala que escapa das matrizes de poder, e ogo, a Casa também precisava ser pauta de políticas do Estado e de políticas públicas, não apenas no que diz respeito ao acesso à moradia, mas também sobre a organização e a manutenção desta.

A ideia de que a Casa, por ser um espaço familiar, é uma espacialidade essencialmente acolhedora vem sendo rompida. Júlia Pascual-Bordas e Maria Rodó-Zárate (2022) expõem que o patriarcado e a cis-heteronormatividade possuem um grande peso também no espaço doméstico, organizando-o sob sua égide. Por analisarem exclusivamente o espaço doméstico e seus cômodos, observamos que esta espacialidade engloba ainda múltiplas escalas, as quais carregam emoções distintas e diferentes intensidades entre bem e mal-estar. Com isso, observamos que mesmo o espaço doméstico não é homogêneo e que as matrizes de poder operam nesta escala de diferentes formas e em diferentes intensidades.

No Capítulo seguinte, com os relatos individuais das pessoas entrevistadas, apesar de englobarmos espacialidades distintas, não só em escala urbana, mas continental, tivemos a oportunidade de demonstrar o argumento supra referido, uma vez que o espaço doméstico em Ponta Grossa se mostrou como uma espacialidade também de conflito. Estes conflitos geram emoções tanto no que diz respeito à identidade de classe, englobando inseguranças acerca da manutenção de necessidades básicas de subsistência, quanto no que concerne à identidade de gênero e a bissexualidade, especialmente de pessoas mais jovens que ainda moram com suas famílias e dependem financeiramente delas.

Dito isso, nesta Seção abordaremos a Casa e seu antagonista histórico, os Espaços Públicos, demonstrando que são espacialidades complementares e que, em alguns casos, causam emoções similares, já que são marcadas e reguladas pelas mesmas matrizes de poder.

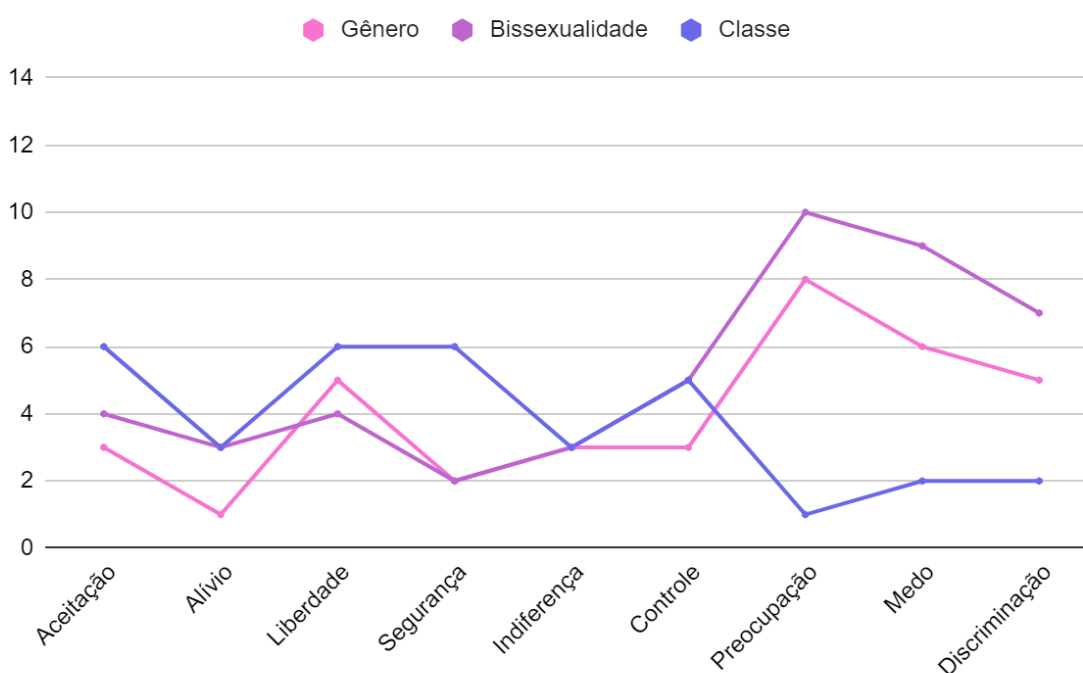
Assim como ocorrido com os Espaços de Lazer, os Espaços Públicos em Geral (como o título sugere), é uma categorização que abrange uma série de particularidades espaciais e bens públicos, tais como: Ruas, Praças, Banheiros e Ônibus. Ressaltamos também que Shoppings Centers também foram mencionados nesta categoria espacial, pois por mais que não sejam públicos *per se*, possuem

acesso ao público em geral e são usados amplamente no Brasil como pontos de encontro, mesmo que não haja algum tipo de consumo no local.

A Casa, como pode ser conferido com os *Relief Maps* no Capítulo III, também é uma espacialidade ambígua, já que para três (3) das pessoas entrevistadas, ela compreende não apenas suas próprias casas, mas também as casas de suas famílias, com as quais podemos observar uma grande vinculação afetiva, dessarte a duplicidade de emoções nesta categoria.

Como pode ser observado nos Gráficos 5 e 6 a seguir, seis (6) pessoas se sentem aceitas a respeito de suas identidades de classe nos Espaços Públicos em Geral e quatro (4) na Casa. Como três (3) das pessoas entrevistadas moram com suas famílias e possuem uma absoluta dependência financeira delas, a identidade de classe não se mostra em tanta evidência quanto em locais públicos, onde nos deparamos com pessoas das mais diversas classes, despertando-nos um sentimento de aceitação ou não. Assim, temos:

Gráfico 5 - Emoções de bissexuais nos Espaços Públicos em Geral, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: *Relief Maps*. Disponível em: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2021.

Gráfico 6 - Emoções de bissexuais em suas Casas, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: *Relief Maps*. Disponível em: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2021.

Em contrapartida à identidade de classe, a identidade bissexual possui uma maior aceitação no ambiente doméstico para treze 13 pessoas, e apenas para quatro (4) nos Espaços Públicos em Geral. Salientamos que esta é a única intersecção identitária-espacial que apresenta uma unanimidade sobre uma emoção positiva, e com isso percebemos que por maiores que sejam as violências sofridas por bissexuais, fruto do contrato epistêmico de apagamento bissexual, a Casa é ainda um lugar de acolhimento e aceitação. Todavia, quatro (4) das pessoas entrevistadas ainda apresentam uma relação de dependência familiar, seja financeira e/ou emocional. Assim, por não terem exposto suas identidades sexuais para suas famílias, esta aceitação é uma conjectura, baseada em suas interações familiares até então.

Assim como ocorrido com a bissexualidade, oito (8) pessoas se sentem aceitas sobre suas identidades de gênero na Casa e apenas três (3) nos Espaços Públicos em Geral. Diferentemente da bissexualidade, a identidade de gênero não apresenta uma unanimidade, pois quatro (4) das pessoas entrevistadas relataram algum tipo de conflito nesta intersecção identitária com o espaço doméstico.

O sentimento de alívio foi consideravelmente maior na Casa que nos Espaços Públicos em Geral em todas as três identidades. No que diz respeito ao gênero, oito (8) pessoas sentem-se aliviadas na Casa, assim como com o sentimento de aceitação, e apenas uma (1) nos Espaços Públicos, os quais apresentam um histórico de assédios, dentre outras violências, para com dissidentes de gênero e mulheres, e logo, a pouquidade desta emoção nestes espaços. No que concerne a bissexualidade e a classe, as suas intensidades são também superiores na Casa (seis (6) e sete (7) pessoas, respectivamente) que nos Espaços Públicos em Geral (três (3) pessoas em ambas identidades).

O sentimento de liberdade, no tocante às identidade de gênero e bissexual, está mais presente na Casa para nove (9) e dez (10) pessoas, respectivamente, que nos Espaços Públicos em Geral, sendo sentida por cinco (5) e quatro (4) pessoas, respectivamente. Como poderá ser visto no Capítulo III, todas as pessoas entrevistadas temem sofrer alguma violência caso sejam percebidas em um relacionamento *queer*. Por isso, considerando que nove (9) delas não moram com os pais ou outras/os membras/os da família em relação hierárquica, a Casa se apresenta como um lugar de refúgio, dessarte a liberdade. Todavia, o sentimento de liberdade acerca da identidade de classe é maior nos Espaços Públicos, para seis (6) pessoas, que na Casa, para duas (2) pessoas, considerando as preocupações como a prestação do financiamento ou o aluguel, alimentação, contas de água, de luz, etc., que desestabilizam os espaços domésticos.

A segurança, que é um sentimento, mas também um direito salvaguardado no Parágrafo Único do Artigo 1º do Estatuto da Cidade, é significativamente maior na Casa que nos Espaços Públicos em Geral, em todas as identidades. Na primeira espacialidade, a identidade de gênero é atravessada pelo sentimento de segurança para oito (8) pessoas, e sobre as identidades de classe e bissexual, para dez (10) pessoas. Na segunda espacialidade, as identidades de gênero e bissexual estão seguras para de duas (2) pessoas, já a de classe está segura para seis (6). Com isso, vemos que, no tocante às identidades bissexual e de gênero, a Casa se mostra quatro vezes mais segura que os Espaços Públicos.

Sendo um espaço paradoxal, repleto de afetos negativos e positivos, é esperado que a indiferença esteja ausente, ou ao menos se apresente minimamente nos espaços domésticos. Dito isso, na Casa, no que tange às identidades de gênero e bissexual, não há indiferença, já na identidade de classe temo que uma (1) pessoa

se sente indiferente. A indiferença nos Espaços Públicos é presente para três (3) pessoas em todas as identidades, sendo um sentimento expresso pelos homens cisgênero entrevistados, uma vez que a vivência nestes espaços para possuidores de uma corporalidade que performa dentro da masculinidade hegemônica é “tranquila”, como pode ser conferido em suas palavras:

Tranquilo, não tenho problema, eu vivo numa sociedade patriarcal ainda, vivo em uma sociedade onde ser homem é muito tranquilo, ser homem branco, na verdade, é muito tranquilo (SKYWALKER, 08/10/2021, por *Google Meet*).

Eu acho que não tenho nenhum sentimento assim quanto a isso, nesse sentido, até porque eu me identifico e sempre me visto dentro do padrão heteronormativo. Nunca me senti oprimido assim, nem nada do gênero. Acho que eu me sinto dentro do privilégio que eu tenho (JONAS, 09/10/2021, por *Google Meet*).

É tranquilo, né?! Tipo, eu sou homem, tipo homem cis e tal, então eu não tenho assim em relação ao meu gênero, inclusive a gente é mais ouvido, a gente tem uns espaços de privilégio (PROLETÁRIO, 14/10/2021, por *Google Meet*).

Como exposto anteriormente neste Capítulo e como poderá ser melhor conferido no Capítulo seguinte, para algumas pessoas que ainda moram com suas famílias, suas identidades de gênero se tornam pontos de conflito e por isso, por mais que os Espaços Públicos em Geral apresentem um histórico de violências estruturais com corporalidades não-hegemônicas, este tensionamento direto com pessoas que, supostamente, deveriam nos apoiar e nos respeitar, transformam a Casa em uma espacialidade de afetos negativos. Por esta razão, o sentimento de controle, acerca da identidade de gênero, é maior na Casa (quatro (4) pessoas) que nos Espaços Públicos em Geral (três (3) pessoas). Por outro lado, a identidade bissexual e a identidade de classe apresentam um controle maior nos Espaços Públicos (cinco (5) pessoas nas duas identidades) que na Casa (três (3) e duas (2) pessoas, respectivamente).

Na Seção anterior vimos que os meios de transporte públicos causam uma grande preocupação nas pessoas que entrevistamos, seja pela escassez de ônibus, pelo horário de funcionamento deles ou mesmo a respeito da distribuição dos carros. Podemos compreender sobre estes três pontos com o relato de Camélia:

[A passagem de ônibus] Tá 4,30, só que é ruim, porque como é lá do outro lado, eu tenho que pegar dois busão, aí eu tenho que sair 5h50 daqui de casa pra pegar o busão de 6h05 no terminal pra tá 7h00 lá na escola. Quando a gente vai de moto, eu ACORDO 6h20. Os ônibus são pontuais, o problema é que não são suficientes. Porque, por exemplo, aqui no terminal de Uvaranas, tem 6h05, 6h07, 6h10, 6h13, 6h16, 6h20... é a cada três minutos. O problema é que assim, se eu não descer e pegar esse de 6h05, na hora que da 6h07, chega ônibus de mais três bairros ali, todos vão ter que pegar esse central pra ir lá pro terminal central. Aí, se eu não tô ali, eu

não consigo pegar esse ônibus, vou pegar o bonde só 6h40 só, porque vira tipo uma estação da Sé [Estação da cidade de São Paulo] assim. E todo mundo entra no trabalho 7h00/ 8h00 né? Aí se eu não pego esse de 6h05, pode saber que eu vou chegar muito em cima da hora lá no centro, isso porque daqui até o centro dá 10 minutos, né?! Daí eu tenho que pegar o ônibus 6h05, pra chegar lá 6h15 no terminal e esperar meu outro ônibus que é 6h45. Se eu perder esse ônibus de 6h45, só tem outro 7h30, aí eu já perdi a primeira aula, né?! [A aula] Começa 7h10. Daí são 3 ônibus que passam no mesmo lugar ali e os três saem no mesmo horário, daí não adianta. Aí os próximos ônibus são só uma hora depois, AS MESMAS 3 LINHAS. São bem burros (CAMÉLIA,02/10/2021, por *Google Meet*).

Apesar de Camélia nos informar que o valor da passagem estava R\$ 4,30, ressaltamos que pouco menos de dois meses após realizarmos sua entrevista, a passagem de ônibus aumentou para R\$ 5,50. A Viação Campos Gerais, empresa responsável pelo transporte público em Ponta Grossa, apresenta ainda mais três tipos de cartão de transporte: Estudante; Isento; e Passe Livre (VCG, 2021). Este é o mesmo valor do transporte coletivo da cidade de Curitiba, capital do estado do Paraná, e é um valor superior ao transporte coletivo de capitais de outros estados, como São Paulo (R\$ 4,40) e Salvador (R\$ 4,90), as quais possuem ainda outros meios de transporte coletivo, como o metrô. Isto demonstra que este ajuste de passagem é desproporcional ao tamanho da cidade e à sua própria população, visto que todas as pessoas entrevistadas nos informaram que Ponta Grossa é uma cidade cara e como isto limita seus acessos.

A empresa responsável por realizar o transporte coletivo de Ponta Grossa, a Viação Campos Gerais (VCG), opera com 92 rotas (SMIP, 2022). A linha mais longa da VCG é a 152 GUARAGI, percorrendo mais de 24 km, possuindo 38 paradas, com 7 horários de partida do terminal e um intervalo médio de 50 minutos entre eles. A linha mais curta é a 069 TERMINAL CENTRAL/TERMINAL OFICINAS, percorrendo um pouco mais de 4 km, possuindo 13 paradas, com 92 horários de partida e um intervalo médio de 10 minutos entre eles (VCG).

Os terminais de ônibus concentram o maior número de carros e concentram um maior fluxo de pessoas, portanto tem uma maior demanda. Mas o que o relato de Camélia, bem como o de Dandara a seguir indicam, e os dados que encontramos sobre a malha viária da VCG nos mostram, é que há uma má distribuição dos carros ou mesmo uma falta de logística na distribuição das linhas de ônibus:

O Cara-cara mesmo é assim do outro lado da cidade, Uvaranas [bairro que se encontra a UEPG] é de um lado, Cara-cara é do outro, porém tem um pedaço do Cara-cara que é perto da rodovia e é esse pedaço que é aqui e que daí faz divisa com Uvaranas. [...] Até, por exemplo, linhas de ônibus, eu tenho que ir pro Terminal de Uvaranas pra pegar meu ônibus, sabe e daí eu

desço no ponto final. Nossa, meus amigos brincam assim que eu não moro, eu me escondo e que assim, quando tá vindo pra cá de carro, parece que tá indo viajar, porque é, literalmente, o caminho pra ir viajar pra você pegar a rodovia. [...] Mas quando eu só andava de ônibus assim na minha vida era uma tristeza chegar no horário, porque ou eu chegava antes, muito antes, ou eu chegava atrasada [...]. E tipo, ai, quando alguém desmarca algum compromisso, não podia desmarcar na hora, sabe?! Que eu já tava lá quase, já tava chegando. Tinha que se programar. [...] O ônibus aqui da Vila ele passa em outras cinco vilas, daí demora muito (DANDARA, 21/10/2022, por *Google Meet*).

Como visto, esta má distribuição de ônibus impacta o tempo do trabalho das/os habitantes de Ponta Grossa, bem como o tempo do lazer em se tratando de linhas mais afastadas, como o caso da 152, pois os ônibus dessas linhas se recolhem consideravelmente mais cedo que as linhas centrais nos dias úteis e, principalmente, nos finais de semana e feriados, como expresso na Seção anterior.

Segundo o Primeiro ponto do Artigo 2º no Capítulo I do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001) temos que o Estado em toda a sua política urbana deve garantir “direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao **transporte** e aos serviços públicos, **ao trabalho e ao lazer**, para as presentes e futuras gerações” (2008, p. 15, grifo nosso). Considerando os relatos de Dandara e Estrela, mas também os de Charlie na Seção 3.2 deste Capítulo, que demonstram que suas circulações pela cidade de Ponta Grossa, através de transportes públicos, está comprometida, seja pelo valor exacerbado da passagem, seja pela ausência de carros ou mesmo pelos poucos horários de circulação.

Pelas razões supramencionadas, uma maior preocupação em relação às identidades de gênero e bissexual ocorre nos Espaços Públicos em Geral, para oito (8) e dez (10) pessoas respectivamente, que na Casa, com quatro (4) e cinco (5) pessoas, respectivamente. Todavia, sobre a identidade de classe temos uma inversão, sendo presente para quatro (4) pessoas sobre a Casa e para uma (1) nos Espaços Públicos em Geral, uma vez que preocupações sobre os meios de subsistência (*i.e.* aluguel ou prestação da casa, impostos, alimentação, contas de água e luz, etc.) são mais recorrentes no ambiente doméstico.

Do mesmo modo, por haver uma constante preocupação sobre a manutenção do espaço doméstico, o sentimento de medo relacionado à identidade de classe é também maior na Casa, para três (3) pessoas, que nos Espaços Públicos, para duas (2). Em contraposição, o medo interconectado ao gênero é inexistente na Casa, já nos Espaços Públicos ele se apresenta para seis (6) pessoas, visto que as mulheres

cisgênero e as pessoas transgênero entrevistadas relataram ter sofrido algum tipo de assédio em vias públicas, o que as levam a temer possíveis violências.

Similarmente, no que diz respeito à bissexualidade, o medo nos Espaços Públicos é uma realidade para nove (9) pessoas e na Casa para duas (2) delas, pela mesma razão que em relação à identidade de gênero. Todavia, este medo é também vivido pelos homens cisgênero entrevistados, uma vez que por mais que eles aparentam performar dentro da masculinidade hegemônica, sua sexualidade dissidente rompe com a linearidade entre sexo-gênero-desejo, levando-os a temer possíveis sanções e violências.

Os Espaços Públicos em Geral apresentam uma maior frequência de discriminação, em relação à todas as identidades das pessoas entrevistadas, que a Casa. No tocante à identidade de gênero, cinco (5) pessoas se sentem discriminadas nos Espaços Públicos, e uma (1) na Casa. No que concerne à bissexualidade, sete (7) sentem-se discriminadas nos Espaços Públicos e duas (2) na Casa. Chamamos a atenção para este último dado, visto que tivemos uma unanimidade no sentimento de aceitação no espaço doméstico sobre a bissexualidade, como apresentado anteriormente.

Para as pessoas com sexualidades dissidentes, a Casa pode ser um refúgio quando estas pessoas moram sozinhas e possuem independência financeira, mas em se tratando de jovens que ainda vivem e dependem financeira e afetivamente de suas famílias, os espaços domésticos podem ser lugares de vigilância, de opressão ou mesmo controversos (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016; PASCUAL-BORDA; RODÓ-ZÁRATE, 2022). Isso evidencia a complexidade dos espaços domésticos, sendo estes espaços também paradoxais, já que podemos ser tanto acolhidas/os quanto discriminadas/os, podemos ser tanto *insiders* quanto *outsiders*, simultaneamente.

A identidade de classe, entretanto, não apresenta discriminação na Casa, uma vez que, geralmente, compartilhamos este espaço com pessoas de nossa classe. Já nos Espaços Públicos esta emoção, que também é uma violência, é sentida por duas (2) das pessoas entrevistadas.

Considerando o que fora apresentado, observamos que há um controle de corpos que habitam os bairros periféricos da cidade, controlando tanto o seu tempo de trabalho, como também o de lazer, já que muitas linhas de ônibus da VCG, responsáveis pelo transporte de pessoas que habitam estes bairros periféricos,

encerram-se ao final da tarde nos finais de semana. Deste modo, baseando-nos nesta falha de execução da Lei nº 10.257/2001, podemos afirmar que pessoas bissexuais, pessoas dissidentes de gênero e pessoas da classe trabalhadora tem seu acesso urbano negado em Ponta Grossa e, se não negado *per se*, tem um acesso consideravelmente limitado, o que expõe que o direito à cidade é seletivo, unilateral e paradoxal.

Outrossim, observamos que os afetos positivos, em especial a segurança, o alívio e a aceitação (esta última emoção tendo sido absoluta à respeito da identidade bissexual) são mais frequentes na Casa. Inversamente proporcional à isso, os afetos negativos são maiores nos Espaços Públicos em Geral, especialmente a discriminação, o medo e a preocupação. Esta oposição de sentimentos nas duas espacialidades se justifica, pois segundo Simon Hutta (2019), as situações de violência geram um rompimento com o espaço, rompimento este que será mantido através do sentimento de medo. Entretanto, por não sermos passivas/os às intervenções que sofremos, criamos alternativas espaciais, que nos levam a construir espaços de segurança, de aconchego. Para as pessoas bissexuais que entrevistamos, este espaço de aconchego (*geborgenheit*) é a Casa.

Vale ressaltar, entretanto, que nem toda casa é um lugar de acolhimento, já que as pessoas entrevistadas que ainda moram com suas famílias nos apresentaram situações de tensões e desconforto. Com isso, percebemos que esta espacialidade é mais complexa do que grande parte da literatura sobre o espaço urbano nos apresentou, uma vez que esta pode se apresentar como um espaço também de violências. Além disso, podemos nos sentir confortáveis quando consideramos algumas identidades e ainda o oposto quando consideramos outras, simultaneamente. Portanto, assim como o poder de participação, construção e experimentação dos espaços públicos é paradoxal, ele também o é nos espaços domésticos.

2.4 Os Coletivos Políticos e as Instituições de Ensino

Os Coletivos Políticos são instituições muito presentes nas universidades públicas brasileiras, visto que o ensino superior brasileiro é responsável por realizar e acolher muitos debates políticos em escala local, nacional e internacional, o que dá espaço para a instauração de coletivos independentes e/ou ligados a partidos

políticos. Desta forma, o agrupamento desta Seção entre os Coletivos Políticos e as Instituições de ensino é entendido como um agrupamento de espacialidades que se complementam e que se retroalimentam, em certa medida.

As pessoas entrevistadas focaram a maior parte de seus relatos na vida universitária, mas a vida escolar também teve menções, sendo a última espacialidade mais positiva que a primeira, como pode ser melhor conferido no Capítulo seguinte. Do mesmo modo, como dito anteriormente, utilizamos de categorias mais abrangentes a fim de apreendermos um maior volume de experiências espaciais. Entretanto, perdemos algumas particularidades de cada espaço. Assim, as emoções aqui presentes foram focadas, em sua maioria, em experiências da graduação e, para algumas pessoas, na pós-graduação também.

Estas duas espacialidades contribuem não só para a nossa formação política e intelectual individual, mas principalmente para a construção de nossa coletividade. Em contraposição, são espacialidades que também possuem um histórico de controle dos corpos, seja pela ideologia, seja pelo processo de sujeição em negociação com as matrizes de poder (CHAUÍ, 1981; BUTLER, 2017).

A relação entre Coletivos Políticos e as Instituições de Ensino, as quais não se restringem apenas às universidades, mas também atuando em algumas escolas, ampliaram as possibilidades de uma identidade estudantil e de sua agência sob estas espacialidades. Desde 1937 com a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE) e de 1986 com o registro da Associação Nacional de Pós-Graduandas/os (ANPG), movimentos políticos e o corpo discente se unem em prol de melhorias para a educação nacional (UNE, 2022). As influências que estas espacialidades possuem umas nas outras é inquestionável. Com isso, por mais que sejam espacialidades independentes, seus históricos de trabalho em conjunto as tornam complementares.

Dito isso, chamamos atenção para o fato de que quatro (4) pessoas entrevistadas não possuem vivências em Coletivos Políticos. Portanto, com exceção da indiferença, as emoções presentes nesta espacialidade foram compartilhadas conosco pelas outras nove (9). Com isso em mente, nos Gráficos 7 e 8 temos:

Gráfico 7 - Emoções de bissexuais nos Coletivos Políticos, Ponta Grossa, 2021.

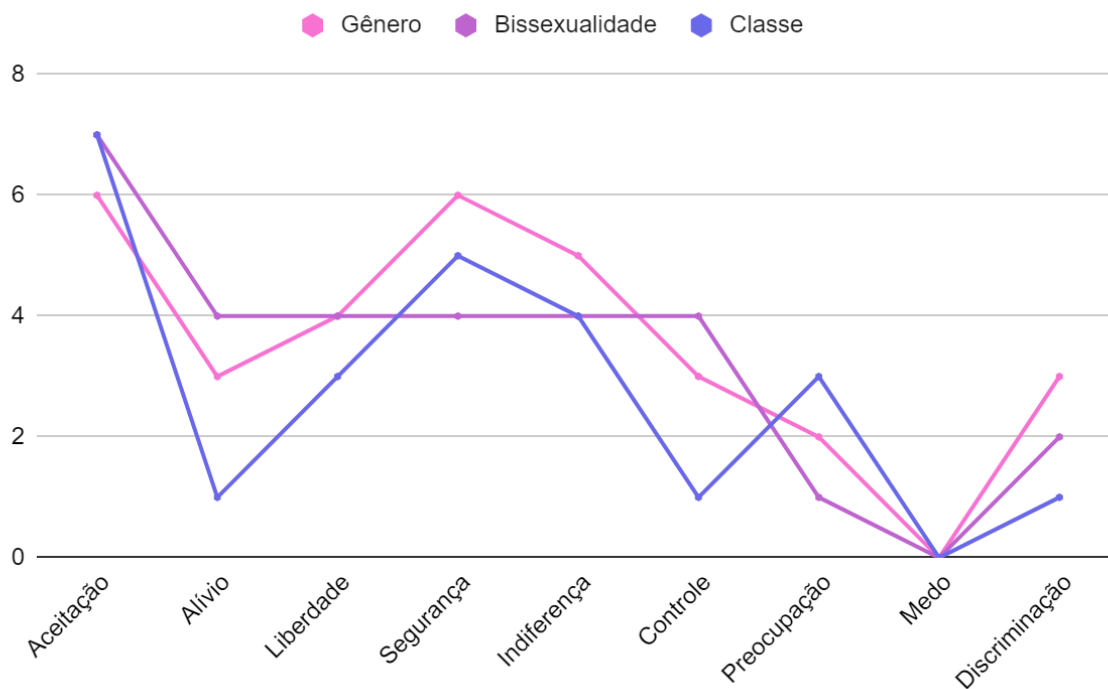
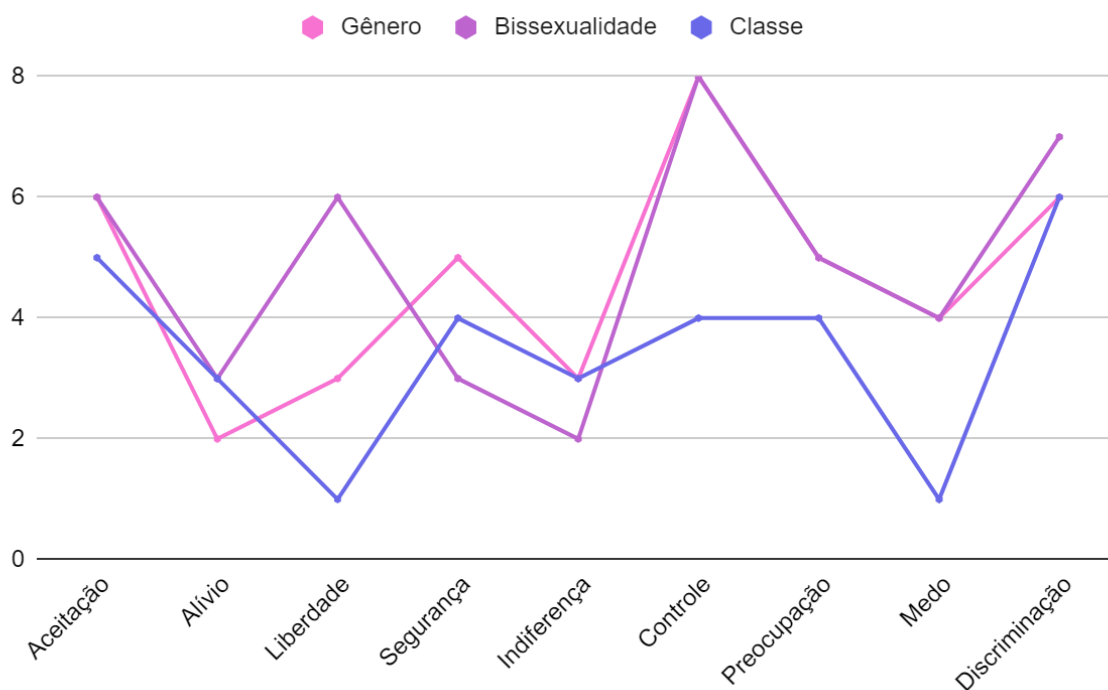


Gráfico 8 - Emoções de bissexuais nas Instituições de Ensino, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: *Relief Maps*. Disponível em: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2021.

O sentimento de aceitação a respeito da identidade de gênero, tanto nos Coletivos Políticos, quanto nas Instituições de Ensino é sentido por seis (6) das pessoas entrevistadas, como visto nos Gráficos. Já em relação à bissexualidade e à

identidade de classe, sete (7) pessoas se sentem aceitas sobre as duas identidades nos Coletivos Políticos, e seis (6) e cinco (5) pessoas, respectivamente, nas Instituições de Ensino.

Especialmente sobre a identidade de classe, como poderá ser visto no Capítulo III, as pessoas responsáveis pela organização dos coletivos se mostraram mais preocupadas com a participação e com a acessibilidade de suas/seus frequentadoras/es, enquanto que a universidade, por mais que seja uma instituição pública e gratuita, ainda se apresenta como uma instituição elitista em diversos aspectos.

O sentimento de alívio segue o mesmo padrão das outras espacialidades, apresentando um decaimento quando comparado ao sentimento de aceitação. No que se refere à identidade de gênero e identidade bissexual, os Coletivos Políticos apresentam um maior alívio, para três (3) e quatro (4) pessoas, respectivamente, que as Instituições de Ensino, com duas (2) e três (3) pessoas, respectivamente. No que concerne a identidade de classe, entretanto, há uma inversão, na qual as Instituições de Ensino são aliviantes para três (3) pessoas, e nos Coletivos Políticos para apenas uma (1).

O sentimento de liberdade, no que se refere às identidades de gênero e de classe, é sentido nos Coletivos Políticos por quatro (4) e três (3) pessoas, respectivamente, já nas Instituições de Ensino, é sentido por três (3) e uma (1), respectivamente. Em contraposição, no que se refere à bissexualidade, seis (6) pessoas se sentem livres nas Instituições de Ensino e quatro (4) nos Coletivos, já que três (3) das pessoas entrevistadas que tiveram experiências em algum coletivo político relataram ter vivido e/ou presenciado situações de bifobia, seja através de um ataque direto à bissexualidade como também através de um apagamento e silenciamento destas/es sujeitas/os e suas pautas, como exposto por bell (15/10/2021, por *Google Meet*):

A pessoa lê Marx e Engels e lê teóricos absurdamente complexos e ela não consegue entender o mínimo de qualquer discussão sobre sexualidade e gênero [...]. Não entendem que as nossas experiências tem tudo a ver com questões econômicas.

Apesar da bifobia estar presente nestas espacialidades, esta violência não anula a possibilidade de afetos positivos, incluindo o sentimento de segurança. Dito isso, observamos que seis (6) das pessoas entrevistadas se sentem seguras nos Coletivos Políticos no tocante aos seus gêneros, quatro (4) em relação à

bissexualidade e ainda cinco (5) no que concerne suas identidades de classe. Por outro lado, nas Instituições de Ensino, temos que cinco (5) das pessoas entrevistadas sentem-se seguras a respeito de suas identidades de gênero, três (3) em relação à bissexualidade e quatro (4) em relação às suas identidades de classe.

Chamamos a atenção para o fato de que a incidência desta emoção positiva é menor na categoria sexual, que nas outras categorias identitárias, demonstrando que a suposta 'passabilidade' que pessoas bissexuais possuem, não as possibilitam de experimentar uma maior segurança.

Como dito anteriormente, quatro (4) das pessoas entrevistadas não possuem experiências em coletivos políticos e/ou não tiveram contato suficiente com estes lugares para desenvolverem afetividades. Portanto, os Coletivos Políticos apresentam uma frequência do sentimento de indiferença maior que as Instituições de Ensino, tanto à respeito da identidade de gênero, para cinco (5) e três (3) pessoas, respectivamente, da identidade bissexual, para quatro (4) e duas (2) pessoas, respectivamente, e da identidade de classe, para quatro (4) e três (3) pessoas, respectivamente.

Ressaltamos que a indiferença ligada à identidade de gênero nas Instituições de Ensino é um sentimento comum entre os homens cisgênero entrevistados e a indiferença ligada à identidade de classe compreende parte das pessoas entrevistadas que ainda vivem com suas famílias e dependem financeiramente delas, o que faz com que esta identidade não seja conflitante nas Instituições de Ensino.

Como as instituições de ensino, em especial a universidade, carregam uma grande influência da colonialidade, naturalmente são instituições que também apresentam um demasiado controle dos corpos, ou, nas palavras de bell "a universidade é o lugar que controla os saberes" e "a escola é o espaço que no currículo se decide o que se deve ser ensinado e o que não é parte da educação necessária" (15/10/2021, por *Google Meet*). Posto isso, o sentimento de controle se mostra consideravelmente maior em relação à identidade de gênero, bissexual e de classe, nas Instituições de Ensino, para oito (8), oito (8) e quatro (4) pessoas, respectivamente, especialmente recortadas na universidade, que nos Coletivos Políticos, para três (3), quatro (4) e uma (1) pessoa, respectivamente.

O sentimento de preocupação apresenta baixos índices nos Coletivos Políticos. Dentre as pessoas entrevistadas, duas (2) se sentem preocupadas a

respeito de suas identidades de gênero, uma (1) se sente preocupada em relação à bissexualidade e três (3) em relação às suas identidades de classe.

Assim como a emoção de controle, a preocupação também é significativamente maior nas Instituições de Ensino que nos Coletivos Políticos, pelas razões supracitadas. Assim, temos que cinco (5) das pessoas entrevistadas se sentem preocupadas, tanto em relação às suas identidades de gênero, quanto em relação à bissexualidade e quatro (4) se sentem preocupadas no que diz respeito à identidade de classe.

Apesar dos Coletivos Políticos não serem isentos de reproduzir bifobias e o contrato epistêmico de apagamento bissexual, enfatizamos que de todas as categorias espaciais presentes em nosso projeto de *Relief Maps*, esta é a única em que o sentimento de medo está ausente em todas as três categorias identitárias. Isso evidencia que por mais que as pessoas bissexuais sintam-se invisibilizadas e silenciadas, estas violências não foram convertidas em um afeto tão negativo quanto o medo. Nas Instituições de Ensino, por outro lado, o sentimento de medo se faz presente nas identidades de gênero e bissexual em mesma proporção, para quatro (4) pessoas, além de estar também relacionado à identidade de classe, compreendendo uma (1) das pessoas entrevistadas, especialmente para as pessoas não-binárias.

Se por um lado a emoção do medo é menos frequente, o mesmo não pode ser dito sobre a discriminação, já que, esta emoção e prática violenta é recorrente sob as identidades de gênero, bissexual e de classe nas Instituições de Ensino para seis (6), sete (7) e seis (6) pessoas, respectivamente, e também nos Coletivos Políticos para três (3), duas (2) e uma (1) pessoa, respectivamente. Como pode ser observado com mais detalhes no Capítulo III, a universidade foi uma espacialidade que perpetuou violências de gênero com as pessoas não-binárias e transexuais que entrevistamos, através de situações de constrangimento ou mesmo de exclusão. Do mesmo modo, metade das mulheres cisgênero entrevistadas também expuseram situações de assédio sexual e intelectual. Com isso, percebemos o policiamento das matrizes de poder sob corporalidades que fogem da masculinidade hegemônica e que se constitui em todas as escalas e de diversas maneiras.

Com isso, vemos que apesar das Instituições de Ensino carregarem uma proposta de liberdade, autonomia e respeito mútuo, especialmente após as influências de Paulo Freire na educação brasileira, isso não é o que vem

acontecendo, já que estas estruturas educacionais, especialmente a universidade, espacialidade mais presente nas histórias das pessoas entrevistadas, se comporta como um eixo de controle de corpos dissidentes e periféricos.

Dentre as categorias espaciais eleitas para o nosso projeto de *Relief Maps*, as Instituições de Ensino apresentam um dos maiores índices de discriminação e um dos maiores índices de controle no que tange à bissexualidade. Esta categoria espacial é também responsável pelo maior índice de discriminação no tocante à classe, considerando que a própria universidade se organiza de forma a priorizar alguns cursos em detrimento de outros, como o relato de Dandara nos evidencia no Capítulo III.

Do mesmo modo, apesar de apresentarem uma incidência de emoções negativas em menor medida que nas Instituições de Ensino, os Coletivos Políticos, como qualquer outra categoria espacial, não fogem das matrizes de poder, mas estão nelas inseridos e com elas negociam. Desta forma, outros 'Outros' são criados e algumas estruturas são priorizadas em detrimento de outras. Mas como apontado por Joan Scott (1991) e por Audre Lorde (2007), apenas quando buscamos abarcar o todo, é que podemos nos aproximar de atender e compreender a complexidade humana. Reforçamos, entretanto, que os Coletivos Políticos são as únicas categorias espaciais em nosso projeto que não apresenta a categoria emocional do medo, indicando que por mais que ainda hajam interdições, estes espaços são, em sua maioria, espaços de acolhimento.

2.5 O Corpo e a Cidade

Como expresso no Capítulo I, após a década de 1980, sob a influência da teoria marxista e da teoria feminista nas ciências humanas, a discussão sobre a escala se expandiu para novas perspectivas. Joseli M. Silva e Marcio J. Ornat (2016) apontam que apesar da compreensão do Corpo como um espaço ativo e em constante transformação, e não como um dado natural estático, estar presente em trabalhos de teóricas/os femininas, raciais e *queer*, a ciência geográfica tardou a reconhecer esta cinesia.

Em décadas recentes, a compreensão do Corpo como uma escala espacial vem sendo elaborada com mais recorrência em estudos geográficos, principalmente quando relacionado ao conceito de Território, mas não se restringindo a ele. A sua

agência vem sendo considerada, uma vez que o Corpo não está à mercê das outras espacialidades, mas interage com elas e as modifica, na medida do possível (CARLOS, 2014; SILVA; ORNAT, 2016).

O Corpo e a Cidade se constituem e se transformam no/através do espaço e do tempo. Ambos condensam memórias e agrupam intersecções identitárias que conectam passado, presente e futuro, pois estão em eterna transformação e ressignificação. São escalas que se posicionam socialmente, temporalmente e espacialmente, e logo, não podem ser analisadas fora desta tríade (HAESBAERT, 2013; CARLOS, 2014; SILVA; ORNAT, 2016).

Parafraseando James Connolly e Justin Steil (2009), decisões tomadas em qualquer escala, que busquem uma transformação espacial, são de extrema importância, mas é na escala da Cidade e do Corpo que o direito de participação e de alteração da realidade são palpáveis como parte da vida cotidiana.

É através do Corpo que nos relacionamos com outras pessoas e com outras escalas, criando significados, memórias, realidades e afetos, positivos e negativos, através destas interações. É através do Corpo e da Cidade que as identidades são construídas e performadas, apesar de não se restringirem a estas espacialidades. É neste jogo de escalas que organizamos esta última Seção, com duas escalas, duas espacialidades que possuem o poder decisório de mudar a relação e a organização humana. Não de forma independente, mas através de uma relação dialógica entre si e entre outras escalas, e não de forma individual, mas de forma coletiva e mesmo participativa. É através da união destas duas escalas, destas duas categorias sociais e espaciais que um direito à cidade pode ser possível.

Ao desenvolvermos o nosso projeto de *Relief Maps*, elencamos a categoria espacial da Cidade, como uma síntese das experiências espaciais em Ponta Grossa das pessoas entrevistadas. Tendo o Direito à Cidade como um dos pilares desta pesquisa, não poderíamos ter omitido essa categoria, por mais que ela apareça parcialmente nas outras categorias utilizadas.

O Corpo, por outro lado, foi uma categoria que nos foi demandada em nosso campo exploratório, como elucidado anteriormente neste Capítulo. Esta foi a categoria espacial mais presente no discurso das pessoas entrevistadas em nossa pesquisa exploratória (ver BRITO, 2021), mostrando-se igualmente indispensável nesta dissertação, como pode ser observado nos Gráficos 9 e 10 a seguir:

Gráfico 9 - Emoções de bissexuais com seus Corpos, Ponta Grossa, 2021.

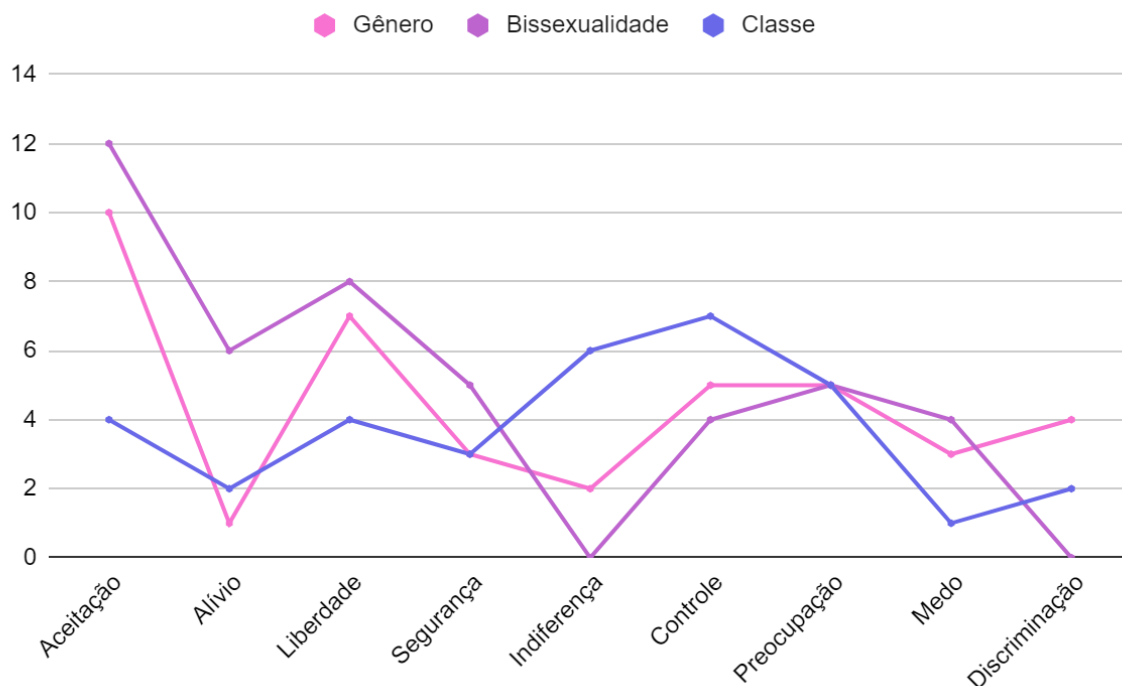
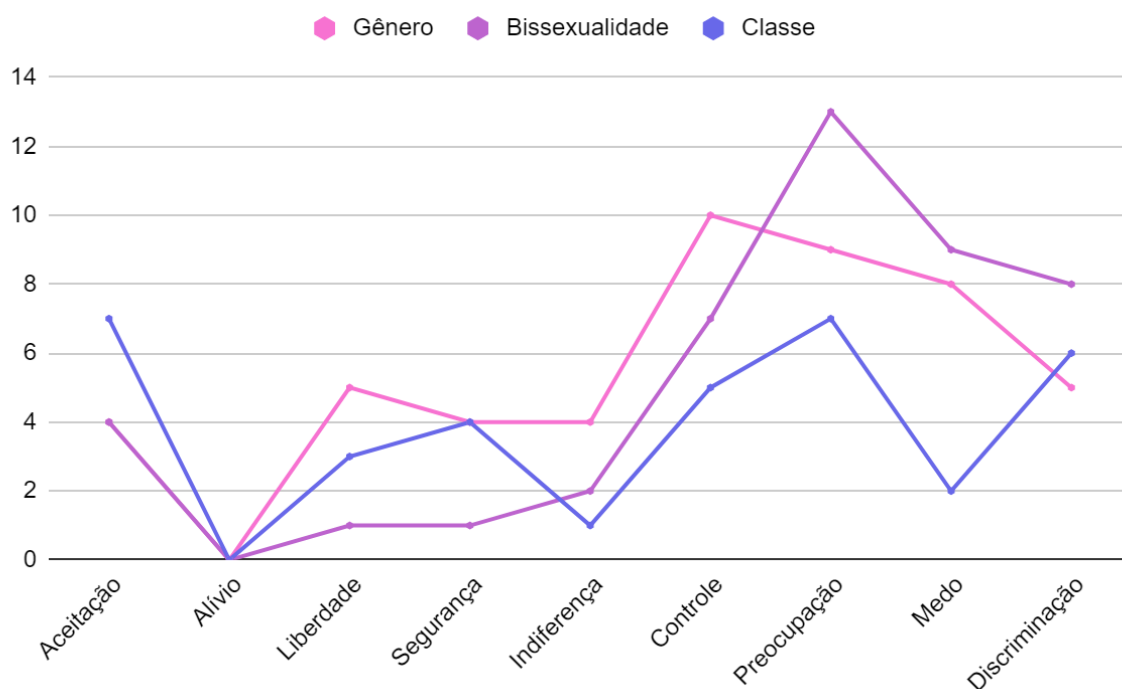


Gráfico 10 - Emoções de bissexuais na Cidade, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: *Relief Maps*. Disponível em: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2021.

No que concerne à identidade de gênero, o Corpo é a categoria espacial que apresenta a maior frequência do sentimento de aceitação para dez (10) pessoas. Por outro lado, a Cidade é a espacialidade que apresenta um dos menores índices

de aceitação, com quatro (4) pessoas. A bissexualidade também apresenta um alto índice de aceitação no Corpo, para 12 (doze) das pessoas entrevistadas, perdendo apenas para a Casa, com treze (13) pessoas. Já a Cidade, outra vez, apresenta um dos menores índices de aceitação, com quatro (4) das pessoas entrevistadas. Em relação à identidade de classe, entretanto, temos uma inversão, onde a Cidade apresenta uma maior frequência de aceitação, com sete (7) pessoas, que o Corpo, com quatro (4).

Salientamos que para 12 (doze) pessoas, a relação entre o Corpo e a classe não estava dada, à *priori*, carecendo de uma maior explicação e, mesmo após termos elaborado a questão com mais detalhes, esta relação ainda foi vista em alguns casos como indiferente. Por esta razão, temos um baixo índice de aceitação a respeito da identidade de classe no Corpo, quando comparada com as outras identidades nesta Categoria. Algo que se inverte proporcionalmente na Cidade, visto que embora Ponta Grossa se estruture, de forma a priorizar as classes mais altas, a maior parte de sua população pertence à classe trabalhadora, gerando um senso de identificação e, por conseguinte, uma maior aceitação.

O sentimento de alívio é nulo na Cidade em todas as identidades. Esta é a única categoria espacial em que esta emoção é inexistente, já que, como pode ser verificado com os *Relief Maps* das pessoas entrevistadas no Capítulo III, Ponta Grossa é uma cidade conservadora e por mais que hajam intervenções que se chocam com este conservadorismo, nas palavras de Camélia, “isso não conscientiza quem já tá aí há muito tempo sendo preconceituoso” (02/10/2021, por *Google Meet*).

Mesmo na categoria espacial do Corpo, o alívio é um sentimento pouco expressivo. Em relação à identidade de gênero, apenas uma (1) pessoa se sente aliviada com/em seus corpos. Sobre a bissexualidade, há um aumento para seis (6), carregando a mesma proporção encontrada na Casa. Já com a identidade de classe, temos duas (2) pessoas, proporção ainda mais baixa que com o sentimento de aceitação, pela mesma razão supramencionada.

A liberdade, assim como outras emoções positivas, se apresenta com maior frequência no Corpo que na Cidade. No tocante à identidade de gênero, no Corpo temos que sete (7) pessoas entrevistadas se sentem livres. Já na Cidade temos cinco (5). A bissexualidade, em comparação ao gênero, apresenta uma maior liberdade no Corpo, compreendendo oito (8) das pessoas entrevistadas. Na Cidade, ela diminui, com apenas uma (1). No que concerne a identidade de classe, a

liberdade permanece sendo maior no Corpo, com quatro (4) pessoas, que na Cidade, com três (3).

Outrossim, apenas quatro (4) das pessoas entrevistadas se sentem seguras na Cidade em relação à classe social e à identidade de gênero, e uma (1) em relação à bissexualidade. No Corpo, observamos também um baixo sentimento de segurança, já que como dito anteriormente, o conservadorismo presente em Ponta Grossa suprime existências que fogem à norma. Por isso, apenas três (3) das pessoas entrevistadas se sentem seguras no que concerne à intersecção entre identidade de gênero e o Corpo, cinco (5) na intersecção entre bissexualidade e Corpo, e três (3) na intersecção entre classe e Corpo.

O sentimento de indiferença, em relação ao gênero, é menor no Corpo, com duas (2) pessoas, que na Cidade, com quatro (4). No que tange à bissexualidade, a indiferença é inexistente no Corpo, mas é sentida por duas (2) das pessoas entrevistadas na Cidade. Como dito anteriormente, para as pessoas entrevistadas, a relação entre classe e corporalidade não estava clara inicialmente e mesmo após elaborarmos melhor os nossos questionamentos, esta relação se mostrou insignificante, resultando que seis (6) delas se sentem indiferentes à esta intersecção. Na Cidade, entretanto, onde conflitos de classe se realizam incessantemente, a indiferença está presente apenas para uma (1) pessoa.

Justamente por ser uma cidade conservadora que ainda limita identidades de gênero e sexualidades dissidentes, o sentimento de controle, sobre estas duas categorias identitárias é maior na Cidade, com dez (10) e sete (7) pessoas, respectivamente, que no Corpo, com cinco (5) e quatro (4) pessoas, respectivamente. Vale lembrar, entretanto, que este controle não parte apenas das matrizes de poder, não é um controle que vem de fora, exclusivamente, mas sim um autocontrole também, construído e mantido através das negociações que realizamos com estas matrizes de poder em nosso processo de sujeição (BUTLER, 2017).

Como contrapartida, o controle interligado à identidade de classe é maior no Corpo, com sete (7) pessoas, que na Cidade, com cinco (5) pessoas, isso porque, como dito anteriormente, apesar de Ponta Grossa se estruturar de forma a privilegiar a classe dominante, a maior parte de sua população ainda pertence à classe trabalhadora, o que gera um maior sentimento de aceitação e cria alternativas de experiência no espaço urbano. No Corpo, por outro lado, este controle se intensifica, uma vez que:

É um controle, porque você não tem formas de se manter, pensando que eu não consigo pagar, não consigo pagar um médico. Eu tenho um plano de saúde, porque a família do Nery paga, então graças a eles eu consigo ter um plano de saúde, porque a minha saúde também não é nada okay. [...] Por exemplo uma coisa: o controle de quem consegue engravidar e quem não, no sentido de quem não está num relacionamento hetero. As pessoas que conseguem engravidar e conseguem pagar, é quem tem muito dinheiro, aí você vê uma outra forma de controle, né?! [...] Questão de aborto também, quem pode e quem não pode (ZAIRA, 15/10/2021, por *Google Meet*).

É um controle que vem da gente e é um controle também que vem dos grupos, né?! Então assim, você passa a se relacionar com determinado tipo de grupo, então você sente a pressão, em termos corporais, pra você se adaptar, até pra você ser aceito. Então “ah, não gosto de usar muito esse tipo de roupa, mas tá todo mundo usando, então eu vou”, isso é uma forma de controle, né?! Um controle muito micro, mas é uma forma de controle que acontece em todas as sociedades que são gregárias, né?! (SOPHIA, 18 e 19/10/2021, por *Google Meet*).

Como visto, o controle dos corpos, especialmente de mulheres e de pessoas LGBTQIAPN+, se instaura desde pequenas coisas, como através da vestimenta e de outros signos que marcam o que é importante e o que não é naquele momento, ao nível macro, que interfere na saúde pública e nos direitos reprodutivos das pessoas. Por esta razão, o sentimento de controle no Corpo, quando interligado à classe, se apresenta com maior veemência para as pessoas entrevistadas.

Dentre as pessoas que entrevistamos, cinco (5) se preocupam sobre o Corpo em todas as três intersecções identitárias abarcadas nesta pesquisa, já que a interação com outros espaços e mesmo com outros corpos, é comumente marcada por constrangimentos, hostilizações, invisibilizações e até violências mais severas.

A Cidade é a espacialidade que apresenta uma maior recorrência do sentimento de preocupação, em todas as categorias identitárias. Sobre suas identidades de gênero, nove (9) das pessoas entrevistadas se sentem preocupadas. Do mesmo modo, no tocante à bissexualidade, a preocupação é uma emoção sentida por todas as pessoas entrevistadas. Esta é a única espacialidade em que uma emoção negativa é unânime, considerando todas as categorias identitárias que elencamos. Destarte, percebemos que o jogo de identidades performado pelas pessoas bissexuais, especialmente sobre o uso de sua “passabilidade”, não as protegem totalmente e não tornam suas experiências espaciais menos interditas. A identidade de classe também compreende um forte sentimento de preocupação na Cidade de Ponta Grossa, compreendendo sete (7) das pessoas entrevistadas.

O sentimento de medo, igualmente ao sentimento de preocupação, é em média duas vezes maior na Cidade, em todas as intersecções identitárias, que no Corpo, uma vez que:

É difícil, realmente, é difícil se sentir seguro aqui. Não sei se existe alguma cidade no Brasil, se existir me conte, que eu quero ir embora pra essa cidade, mas assim, aqui é muito gritante. É uma cidade muito conservadora, ao extremo. [...] Tô analisando tudo que eu respondi e daí eu “acho que eu tenho que ir embora, viu?”, mas pra onde, né?! (ZAIRA, 15/10/2021, por *Google Meet*).

É uma cidade muito provinciana ainda, é uma cidade de porte médio à grande, né?! Se for pensar, mas é muito provinciana, é uma cidade na qual o sobrenome ainda importa, tem isso aqui, tem esse conservadorismo, essa coisa. Bem estúpido (SOPHIA, 18 e 19/10/2021, por *Google Meet*).

É uma cidade muito tradicional, sabe?! Uma cidade provinciana, é antiga, sabe?! De colonos assim, então nossa, terrível (DANDARA, 21/10/2022, por *Google Meet*).

Por esta razão, o sentimento de medo, a respeito da identidade de gênero, é sentido por oito (8) das pessoas entrevistadas na Cidade e por três (3) no Corpo. A bissexualidade apresenta ainda um aumento neste sentimento, em comparação com o gênero, com nove (9) pessoas na Cidade e quatro (4) no Corpo. A respeito da identidade de classe, temos que duas (2) das pessoas entrevistadas sentem medo na Cidade e uma (1) sente medo no Corpo.

A discriminação, em todas as categorias identitárias, é maior na Cidade que em todas as outras categorias espaciais presentes neste trabalho (se equiparando apenas com as Instituições de Ensino). Em relação à identidade de gênero, temos que cinco (5) das pessoas entrevistadas se sentem discriminadas. Sobre a bissexualidade temos oito (8), sendo maior que a primeira, já que homens cisgênero também são afetados por esta discriminação. Já em relação à identidade de classe, seis (6) das pessoas entrevistadas se sentem discriminadas, pois como visto nas palavras de Skywalker, “nenhuma cidade é pensada para as camadas mais necessitadas, né?!” (08/10/2021, por *Google Meet*).

A discriminação no Corpo, em relação à bissexualidade, é nula, mas o mesmo não pode ser dito sobre as identidades de gênero e de classe. Considerando que parte das pessoas trans entrevistadas ainda apresentam um certo nível de disforia, que é ampliado pela abjeção da sociedade, temos que quatro (4) das pessoas entrevistadas sentem-se discriminadas em relação ao seu gênero. Acerca da classe social, aqui interseccionada também pela identidade racial e pela identidade trans,

temos que duas (2) das pessoas entrevistadas se sentem discriminadas em seus corpos.

Diante do que foi apresentado, inferimos que uma vez que as matrizes de poder operam em todas as escalas, nem mesmo os corpos das pessoas que entrevistamos são compreendidos por elas como um espaço de alívio. Do mesmo modo, está claro que na escala da Cidade a participação e o poder decisório de transformação do urbano é inexistente para pessoas dissidentes na prática, se efetuando apenas de forma teórica.

Neste Capítulo, pudemos compreender que a Casa se apresenta como a categoria espacial com a maior frequência de emoções positivas, mas não para todas as pessoas e não em sua totalidade, como postulado por urbanistas e geógrafas/os clássicas/os. O Corpo e os Coletivos Políticos se apresentaram também, em sua maioria, como categorias espaciais positivas, mas ressaltamos que esta última não foi vivenciada por todas as pessoas entrevistadas.

A Internet e a Vizinhança, por outro lado, se mostram como as espacialidades intermediárias (ou controversas), pois por mais que haja uma frequência significativa de emoções positivas, temos, similarmente, uma frequência significativa de emoções negativas.

O Trabalho, os Espaços Públicos em Geral, os Espaços de Lazer, as Instituições de Ensino e a Cidade, esta última tendo a maior incidência de emoções negativas, se configuram como espacialidades majoritariamente negativas também e, por vezes, interditas. Desta forma, por mais que tenhamos elencado categorias mais abrangentes e que com isso, tenhamos perdido particularidades espaciais contidas nestas categorias, é notório que o direito à cidade, como um direito último que une todos os direitos de acesso, participação e transformação do espaço urbano, é inexistente em Ponta Grossa para pessoas bissexuais, se apresentando como um direito seletivo, unilateral e paradoxal.

Neste Capítulo, utilizamos os dados fornecidos pela plataforma dos *Relief Maps* para fazermos uma análise geral das categorias espaciais elencadas através das emoções coletivas das pessoas entrevistadas. No Capítulo seguinte utilizamos os seus *Relief Maps* e seus comentários, de forma particular, para mostrar as diferentes formas de vivenciar a bissexualidade, interseccionada por identidades de gênero e de classe, em Ponta Grossa, Paraná.

CAPÍTULO 3

RELIEF MAPS BISSEXUAIS: DIFERENTES GUARDA-CHUVAS, MESMA TEMPESTADE⁷³

Podemos portanto dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

(Michael Pollak - Memória e Identidade Social)

Neste capítulo, nos dedicaremos às pessoas que entrevistamos a fim de salientarmos as diferentes formas de ser bissexual e de se viver a bissexualidade no espaço urbano, especificamente em Ponta Grossa - Paraná. Para tanto, utilizamos a metodologia dos *Relief Maps*, explicada no Capítulo anterior, visto que ela nos permite demonstrar as particularidades de cada pessoa pelas intersecções de suas identidades com os diferentes espaços, bem como demonstrar os pontos comuns de suas vivências.

Esta metodologia, como exposto no Capítulo II, busca compreender e demonstrar como somos atravessadas/os por diferentes matrizes de poder e como esses atravessamentos interferem na relação e nos sentimentos que temos com nossas identidades em convergência com os espaços. Para tanto, ela relaciona categorias identitárias, categorias espaciais e categorias emocionais. Através dessa relação tridimensional, podemos ainda conceber quatro possibilidades espaciais: locais de alívio; lugares controversos; lugares neutros; e, lugares de opressão. Com isso, temos uma metodologia de análise identitária-interseccional em relação às múltiplas espacialidades, através das emoções.

Para além de evidenciarmos as diferentes formas de vivenciar a bissexualidade em Ponta Grossa - Paraná, expondo também o contrato epistêmico de apagamento bissexual (YOSHINO, 2000), temos também como objetivo demonstrar o 'jogo de identidades' realizado pelas pessoas entrevistadas em seus processos de negociação com as matrizes de poder (HALL, 1996; BUTLER 2017; HEMMINGS, 2002), bem como em que medida estas pessoas se sentem pertencentes ao espaço urbano pontagrossense e participantes de um direito à cidade (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016; SANZ; GIL, 2020; SOUZA; ORNAT, 2022).

⁷³ Título baseado no texto de Margaret Robinson intitulado *Two-Spirit and Bisexual People: Different Umbrella, Same Rain* (2017).

Como explorado no Capítulo anterior e como pode ser visto no Apêndice A, utilizamos a técnica de bola de neve para encontrarmos as pessoas entrevistadas e com isso, nos deparamos com 13 pessoas que se auto-identificam como bissexuais, vivendo na cidade de Ponta Grossa, Paraná. Entrevistamos cinco mulheres cisgênero, quatro pessoas não-binárias, três homens cisgênero e um homem transgênero, com idades entre 18 e 35 anos, com rendas que variam de menos de dois salários mínimos à 20 salários mínimos.

Neste Capítulo demonstramos que o planejamento, a utilização e a transformação dos espaços urbanos são limitados para pessoas bissexuais. Entretanto, quando consideramos outras identidades interseccionadas (e.g. gênero e classe), suas autonomias na cidade podem reduzir ou aumentar. Além disso, como poderá ser visto a seguir, com o jogo de identidades realizado, bem como com o processo de sujeição às matrizes de poder, performamos, na medida do possível, de forma que nossa experiência espacial se torne menos interdita (HALL, 1996; BUTLER 2017; HEMMING, 2002; SILVA; ORNAT, 2010).

Antes de iniciarmos o processo de preenchimento do projeto de *Relief Maps*, realizamos ainda duas perguntas: “O que é ser bissexual para você?”; e “Como foi o seu processo?”. Além disso, no decorrer das entrevistas, visando compreender com mais profundidade as particularidades dos relacionamentos vividos por bissexuais e baseando-nos no contrato epistêmico de apagamento bissexual (YOSHINO, 2000), também lhes perguntamos sobre a monogamia e a bifobia. Isto posto, nossas análises se organizam em 13 Seções, cada uma dedicada aos *Relief Maps* das pessoas entrevistadas, bem como suas narrativas.

3.1 Camélia e seu *Relief Map*

Camélia⁷⁴ é uma mulher cisgênero, bissexual, mãe, mestranda, professora e habitante de Ponta Grossa há 10 anos. A bissexualidade, segundo ela, seria:

[U]ma forma de manifestar a minha sexualidade e que seja independente assim, se a gente constrói a atração pela essência da pessoa, né?! Não é aquela história assim “puts, você é bissexual, porque você não sabe o que você quer, porque você tá perdida ou você só quer sair pegando todo mundo” e não é assim, né?! (CAMÉLIA, 02/10/2021, por *Google Meet*).

⁷⁴ Pseudônimo escolhido pela própria pessoa, assim como ocorrido com as outras pessoas que entrevistamos.

Neste trecho de seu relato já vemos marcas do contrato epistêmico de apagamento bissexual (YOSHINO, 2000), quando ela menciona os questionamentos que recebeu acerca de sua sexualidade. Para Camélia, a bissexualidade não se restringe à atração sexual dentro da binaridade de gêneros, estendendo-se para todas as possibilidades do espectro.

Suas primeiras relações afetivas foram com mulheres, iniciaram aos 14 anos de idade, o que a fez acreditar ser lésbica por muitos anos, até que entre 17 e 18 anos, ela se percebeu atraída por homens e passou a se relacionar com eles também. Segundo Camélia, ela foi mais hostilizada ao se assumir bissexual, que ao se assumir lésbica:

Porque assim, na adolescência, na escola, é uma época que tem muita panelinha, né?! E assim, eu sendo lésbica, obviamente as minhas amigadas eram com meninas lésbicas. [...] E aí eu descobri que eu tinha atração por um amigo meu e aí a gente acabou ficando e namoramos por um tempo e tal. E daí foi nesse momento que eu me vi muito mais hostilizada. [...] As minhas próprias amigadas me cobraram. Cobraram a minha posição e assim, elas pararam de falar comigo, falaram que eu não queria nada com nada. (CAMÉLIA, 02/10/2021, por *Google Meet*).

Isso demonstra que a bifobia enfrentada por bissexuais, não é perpetuada apenas dentro da cis-heteronormatividade, mas que há também uma homonormatividade que cobra uma postura monossexual de pessoas monodissidentes (HEMMINGS, 1995; 2002; YOSHINO, 2000). As exigências feitas por suas amigas lésbicas, bem como por outras pessoas, foram internalizadas por Camélia, gerando um sentimento de desonestidade e insegurança:

Tipo assim “meu, você passou sua adolescência se relacionando com mulheres e agora você quer se relacionar com homens, você tem sentido atração por homens” Daí eu ficava assim “será que eu realmente não sei o que eu quero?! Será que realmente eu só quero sair pegando todo mundo e ser uma sem freio aí na vida?” E não é isso (CAMÉLIA, 02/10/2021, por *Google Meet*).

Importante destacar, no entanto, que para Camélia a heteronormatividade e a homonormatividade a impactaram de forma diferente, pois, nas palavras dela “eu fui mais hostilizada pelo movimento [LGBTQIAPN+] e virei muito fetiche para os héteros”. Embora as identidades monossexuais possuam pontos comuns e, para fim de comparação, muitas vezes utilizamos este guarda-chuva, não podemos reduzi-las a ele, já que elas partem de perspectivas distintas, onde a homossexualidade ainda é coibida pela heterossexualidade (YOSHINO, 2000; HEMMINGS, 2002; FLANDERS, 2017). Entretanto, não podemos omitir o fato de que a bifobia é cometida por todas elas.

Com sua aprovação no vestibular da UEPG, Camélia se mudou para Ponta Grossa dando início a sua vida universitária. Com esta transição, ela passou a acessar estudos de gênero e das sexualidades, além de ter feito amizades dentro do seu grupo de pesquisa, as quais ajudaram-na a compreender que ela estava suprimindo a sua sexualidade. Para Camélia, se identificar como bissexual não foi um processo fácil ou mesmo rápido, pois ela teve que vencer todos os preconceitos que ela havia internalizado, e mesmo ao fazê-lo, ainda teve que lidar com as discriminações e hostilizações praticadas por outras pessoas.

Bissexuais também enfrentam bifobia em seus relacionamentos amorosos (HEMMINGS, 1995), como exemplificado por Camélia:

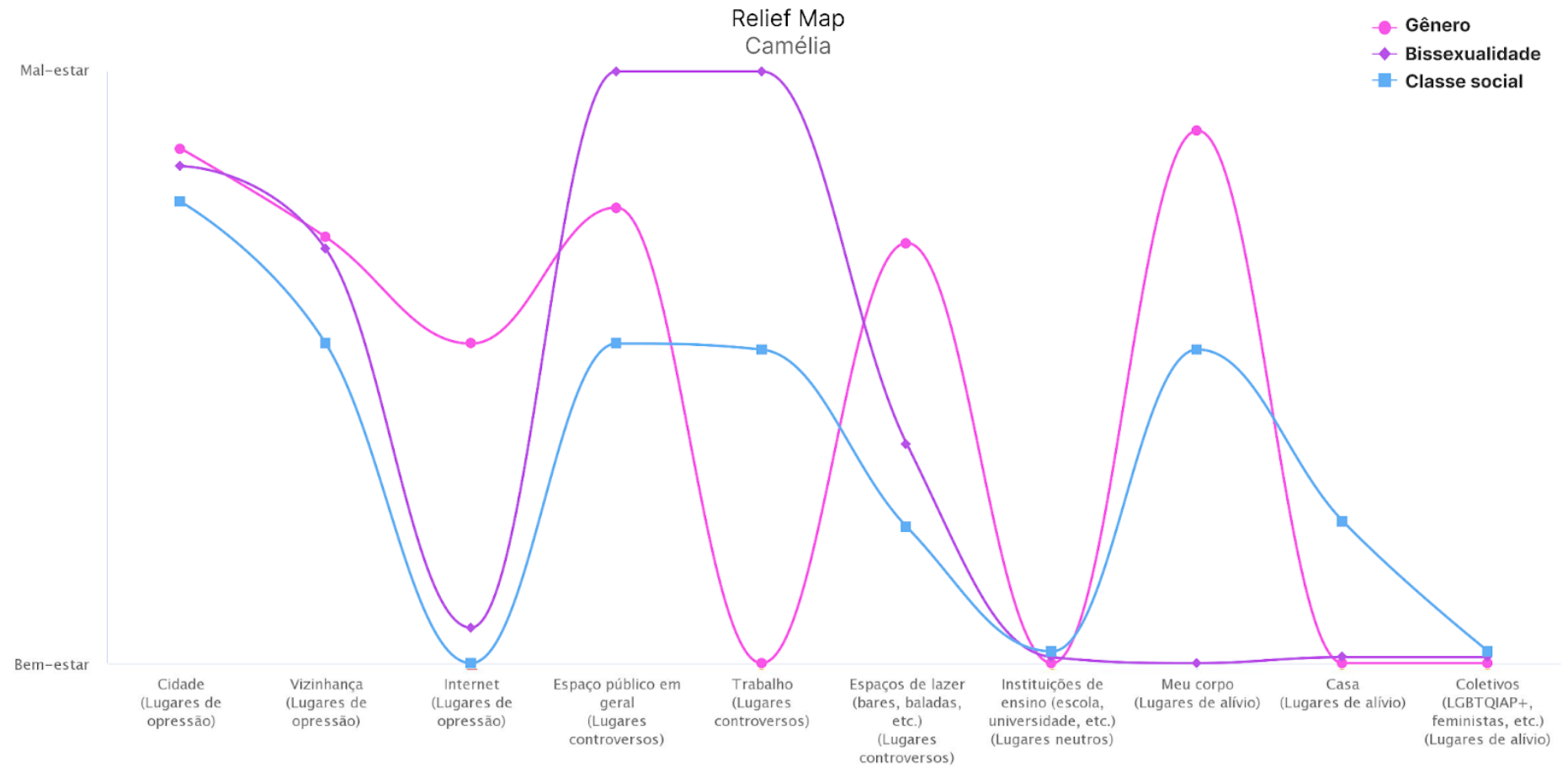
E daí no meu atual relacionamento também, [...] ele falava “eu gosto muito de você, mas eu tenho medo de você tá aqui comigo e pensando numa menina ou alguma amiga que você conhece. Você fala comigo que tá saindo com uma amiga, mas é uma mina que você tá ficando”, e daí isso gera bastante insegurança nas pessoas também. Na graduação tive um relacionamento com uma menina também que ela ficava nessa assim, que ela era sapatão, lésbica né?! E aí ela falava assim “ah, eu tenho medo de você me trocar por um cara” (CAMÉLIA, 02/10/2021, por *Google Meet*).

Diferentemente de monossexuais que atestam a veracidade de suas sexualidades pela estabilidade e constância de suas escolhas de objeto (HEMMINGS, 1995; 2002), bissexuais não podem fazer o mesmo, já que isto não lhes está dado, sendo visto como uma falta de compromisso, gerando julgamentos e cobranças em torno desta estabilidade.

Dito isso, como pode ser visto no *Relief Map* de Camélia a seguir (Figura 1), a cidade de Ponta Grossa foi elencada como um lugar de opressão, onde todas as três identidades apresentam um grande mal-estar. Em relação à sua identidade de gênero e sua bissexualidade, ela nos informa que Ponta Grossa é “cidade mais coxinha⁷⁵ do Paraná”, como se as pessoas tivessem “orgulho de serem conservadoras”. Isto nos leva a inferir que a cidade não é acolhedora para a população LGBTQIAPN+, ou pelo menos para bissexuais, apesar dos esforços empregados por movimentos políticos voltados para estas pessoas (SOUZA; ORNAT, 2021). Assim, temos:

⁷⁵ Gíria utilizada no Brasil para se referir à pessoas e/ou práticas conservadoras e de direita.

Figura 1- *Relief Map* de Camélia, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 2 de Outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Como pôde ser visto na Figura 1, sobre sua classe social em Ponta Grossa, Camélia apresenta um mal-estar, justificando-o por ser uma pessoa pobre vivendo em uma cidade que prioriza pessoas ricas. Camélia mora em um apartamento em um condomínio e afirma que sua vizinhança não é problemática neste recorte, mas como o seu bairro está em expansão imobiliária, ao transitar por ruas vizinhas que apresentam canteiros de obras, onde o assédio sexual é constante, ela diz “eu passo apurada e por causa dessa sensação, porque as vezes é ruim ser mulher e tá sozinha na rua”, dessarte o mal-estar.

Apesar de ter afirmado não ter nenhum problema em seu condomínio devido ao seu gênero, baseando-nos em seu *Relief Map* e seus comentários, percebemos que há um equívoco, uma vez que ela afirma que:

Quando você é mulher e você é mãe, as pessoas automaticamente colocam a gente numa forminha, né?! E se você não está nessa forminha, você é visto com maus olhos. [...] E daí, por exemplo, eles tem discriminação, faziam piada e tal com um vizinho nosso que morava aqui e ele é gay. E saíam piadinhas no grupo do condomínio. Então assim, a partir do momento que sabem assim que não estamos nos moldes da orientação sexual, eles têm certos preconceitos sim (CAMÉLIA, 02/10/2021, por *Google Meet*).

Isso demonstra que ela não percebe a conexão entre suas identidades, expondo uma fragmentação de sua compreensão de si (LORDE, 2007; SCOTT, 1991; HALL, 1996). Acerca da sua classe social, similarmente ao ocorrido em relação à cidade de Ponta Grossa, Camélia apresenta uma insegurança financeira, pois todas/os suas/seus vizinhas/os aparentam estar em uma classe social significativamente superior à dela.

No que tange à Internet, considerada também um lugar de opressão, Camélia demonstra um leve mal-estar por ser mulher, pois ela precisa medir suas palavras antes de fazer uma postagem e por não sentir que o que ela tem a dizer tem a mesma validade do que o que é dito por um homem, refletindo uma síndrome de impostora, comumente acometida à mulheres. Sobre a bissexualidade, há uma exposição desta apenas quando ela se sente confortável para isso, como em grupos específicos. Isso corrobora em partes com o argumento de Elizabeth McDermott (2010) sobre a Internet ser uma espacialidade de encontro, que possibilita uma maior exploração da sexualidade, mas não é uma espacialidade ‘sem’ censura, como sugerido pela autora, ao contrário. Sobre sua classe social há um bem-estar absoluto por haver uma indiferença sobre o tema.

Dentre os lugares controversos, estão os Espaços Públicos em Geral, nos quais há um grande mal-estar ao falar de sua identidade de gênero, porque, para ela, as mulheres são vistas como propriedades e não como pessoas em si mesmas. Ela ainda afirma que “a todo momento a gente tá tendo que provar que nós existimos, que a gente merece ser respeitada e não ser violada, independente da forma que seja”, sentimento semelhante ao que foi exposto sobre a Internet. Isso expõe que o patriarcado age de forma multiescalar, mas não de forma homogênea, sendo um sistema de opressão desigual e conectado com outras matrizes de poder (BUTLER, 2018).

No que se refere à sua bissexualidade, o *Relief Map* de Camélia nos mostra que há um mal-estar máximo nos Espaços Públicos, onde, muitas vezes, prefere omitir sua sexualidade para se esquivar de situações negativas, “porque as pessoas tendem a ser mais hostis com aquilo que elas não conhecem e a bissexualidade, as pessoas ainda não sabem o que é”. Esta omissão provoca um paradoxo indiretamente que retroalimenta o contrato epistêmico de apagamento bissexual (YOSHINO, 2000).

No que concerne à sua classe social, Camélia apresenta um sentimento mediano, pois atualmente se encontra em uma situação financeira melhor que durante a graduação, e logo, ela consegue acessar todos os direitos básicos que outrora não conseguia. Em contrapartida, alega que continua “pobre” e que ainda há limitações no seu padrão de vida.

O Trabalho é também um lugar controverso para Camélia, pois ao mesmo tempo que lhe causa extremo bem-estar em relação ao seu gênero, lhe causa igualmente mal-estar em relação à sua sexualidade. O seu trabalho se localiza em uma escola particular evangélica, voltada para o Ensino Fundamental I e II, cuja dona contrata apenas funcionárias mulheres, visando a segurança das crianças, pois para sua patroa “o assédio só viria de homens, o que não é real, mas mesmo assim, o único professor que dá aula lá é o irmão dela, o resto é só professoras”.

Por mais que Camélia discorde da crença de sua patroa sobre o assédio ser unilateral, o fato dela estar, quase que absolutamente, rodeada apenas de mulheres e crianças, lhe provoca extremo bem-estar. Em contrapartida, justamente por trabalhar em uma escola evangélica, vemos um mal-estar extremo em relação à sua bissexualidade. Ela afirma que suas colegas de trabalho não sabem de sua sexualidade, mas que ela teme que ela seja descoberta, pois “ali é um trabalho bom,

querendo ou não [...] eu não posso deixar que eles saibam a minha orientação sexual, senão eles vão me mandar embora e eu tenho contas pra pagar”.

O medo de retornar à insegurança financeira faz com que Camélia tema que sua sexualidade seja descoberta, bem como a impede de se expressar politicamente sobre o tema (ROSS *et al*, 2016). Acreditamos que este ato de esconder a sexualidade, que já foi mencionado por ela em outros momentos, representa um ‘jogo das identidades’ (HALL, 1996), pois ela omite a sua identidade sexual a fim de não perder a sua identidade profissional, ou seja, há um jogo de ganha/perde e esconde/expõe em que priorizamos algumas identidades em detrimento de outras, seja por uma autopreservação, seja porque um determinado contexto espacial e temporal nos demanda esta ‘escolha’ (VALENTINE, 2007). Portanto, sua identidade profissional suprime a sua identidade sexual, e assim o Trabalho se torna mais uma espacialidade em que a existência de Camélia está fragmentada (LORDE, 2007; SCOTT, 1991, HALL, 1996, VALENTINE, 2007; CARLOS, 2007b; 2020).

Ainda no tocante à classe social, por trabalhar em uma escola privada, ela sente o abismo que a separa da classe de suas/seus alunas/os e de sua chefe. Em especial sobre sua chefe, ela afirma que “ando à pé, enquanto minha chefe anda de Ranger. O preço da caminhonete dela dá 2 apartamentos meus, que eu tive que financiar em 30 anos pra ter”. Além disso, ela nos relatou problemas sobre a utilização de transportes públicos em seu deslocamento para o trabalho, evidenciando a falta de revisão do planejamento de mobilidade urbana de Ponta Grossa, como exposto no Capítulo II.

Outros lugares controversos são os Espaços de Lazer, que para Camélia:

São sempre associados a bebidas alcoólicas, que fazem as pessoas ficarem um pouco mais corajosas que o normal e sem noção também, né?! [...] Eu fico sempre muito preocupada na questão de deixar transparecer a minha orientação sexual. [...] Mesmo quando eu frequentava os lugares que eram destinados, [...] sempre tinham algumas pessoas que chegavam nesses lugares e ficavam assim “é, se você é bi, você tem que ficar comigo”, “você é bi, porque não sabe o que quer”, “você é bi, porque nenhum homem te pegou de jeito, vem que eu vou pegar”, uns negócios assim. Principalmente de mulheres homossexuais, que não aceitam que você é bi (CAMÉLIA, 02/10/2021, por *Google Meet*).

Mais uma vez vemos um relato que mostra que a bifobia não é cometida apenas por pessoas heterossexuais, mas sim uma violência perpetuada por todo o espectro monossexual. Sobre sua classe, apesar de haver um bem-estar, ele não é

pleno, pois ela precisa pré-selecionar os locais que ela frequenta, além de controlar a sua consumação incessantemente.

Sobre as Instituições de Ensino, marcadas como lugares neutros e recortadas, majoritariamente, pela universidade, Camélia apresenta bem-estar absoluto em todas as identidades, por ter sempre se sentido respeitada e ouvida.

O Corpo, apesar de ter sido categorizado como um lugar de alívio, apresenta um grande mal-estar em relação à sua identidade de gênero, pois a pressão estética em que as mulheres são submetidas lhe atravessa de forma direta, através de conversas com outras pessoas, mas também de forma sutil, como apresentado na mídia de forma geral. Isso ocorre porque a matriz do gênero estabelece sistemas de vigilância e de controle formais e informais, a fim de fomentar uma universalização do ser mulher que não condiz com a realidade (BUTLER, 2018). Em contrapartida ao seu gênero, a sua bissexualidade aqui se apresenta com bem-estar máximo e sobre sua classe, há uma indiferença.

A Casa também foi categorizada como um lugar de alívio e apresenta bem-estar absoluto em relação ao seu gênero e sua sexualidade. Nesta espacialidade, sua identidade de gênero está muito associada à sua identidade materna e, ao relatar seu processo como mãe solo de um menino, ela afirma:

Falei com meu filho esses dias “Ah, B**, a gente tem que limpar a casa” e ele “ai, mãe, limpa você. Você que é a mulher, você que é dona de casa”. Eu acho que ele ouviu isso lá na casa do pai dele, devem ter falado zoando e ele levou pro coração isso, aí ele veio aqui com esse assunto de que só mulher limpa a casa (CAMÉLIA, 02/10/2021, por *Google Meet*).

Camélia afirma não possuir um relacionamento saudável com o pai de seu filho, portanto a coparentalidade está descartada até o momento. Além disso, nos revela que gosta de ser mulher, mas não gosta de ser mãe, o que faz com que o ambiente doméstico não seja sempre o mais agradável. Relatos como estes vêm se estendendo nas redes sociais, expondo que a ausência da paternagem sobrecarrega as mães e, portanto, influencia negativamente seus relacionamentos com as/os filhas/os. Com o comportamento de seu filho, percebemos também a força da cultura masculinista hegemônica desde a tenra idade, a qual perpetua a ideia de que os cuidados domésticos são responsabilidades exclusivamente femininas (BUTLER, 2018, KERN, 2021).

Ainda sobre a casa, ela nos conta que há uma boa divisão de trabalho doméstico com seu atual companheiro (homem cisgênero e heterossexual), algo

que, quando ausente, causa também um grande desgaste emocional e físico no ambiente doméstico (KERN, 2021). No que concerne à sua classe, como já mencionado aqui, Camélia financiou sua casa pelo MCMV com parcelas que se estendem por 30 anos, por isso a ausência de um bem-estar pleno, especialmente com o governo do atual presidente.

Por último, os lugares também de alívio foram os Coletivos, recortados pelo DCE de sua universidade. Em todas as suas identidades podemos ver bem-estar máximo, pois, como dito por Camélia, ela “estava com os meus”.

3.2 Estrela e seu *Relief Map*

Assim como para Camélia, ter contato com um grupo de pesquisa na universidade foi de extrema importância na construção da identidade bissexual de Estrela. Ela nos revela que apesar de ter vindo de um lar progressista e de ter iniciado suas relações afetivas com mulheres apenas um pouco depois de tê-las iniciado com homens, a sua atração por mulheres era muito conflituosa, se efetivando de forma confidencial e em momentos de embriaguez. Para Estrela, as pessoas bissexuais se protegem ao performar uma heterossexualidade e por isso:

[E]u entendo muito quando as mulheres lésbicas não se relacionam com mulheres bissexuais. Acho foda, [...] mas eu compreendo muito bem, porque realmente isso aconteceu comigo muito tempo, de eu performar uma heterossexualidade, então eu não consigo dizer pra você, exatamente, o momento em que eu me entendi. [...] Porque eu vim para Ponta Grossa aos 20 anos, talvez tenha sido nesse momento, a entrada para um grupo de pesquisa que discutia gênero e sexualidade, fazer amizade com outras pessoas que discutiam e traziam essas questões, então talvez tenha sido esse o momento que eu aceitei, que eu aceitei a minha bissexualidade. Eu já sabia que ela existia, mas eu não dava espaço pra ela existir (ESTRELA, 06/10/2021, por *Google Meet*).

Diferentemente de Camélia, que foi abordada por mulheres lésbicas a cobrando uma retribuição de interesse por ela ser bissexual, o relato de Estrela nos mostra uma situação contrária, onde a bissexualidade seria um motivo de falta de interesse por parte de mulheres lésbicas. Todavia ressaltamos que ambas situações são fruto e retroalimentam o contrato epistêmico de apagamento sexual (YOSHINO, 2000).

Ainda se opondo a Camélia, que acredita que a atração bissexual engloba todos os gêneros, Estrela acredita que ser bissexual é amar homens e mulheres e, seguindo esse parâmetro, ela nos explica que teve sua bissexualidade confirmada

recentemente, ao iniciar um relacionamento poliamorista com seu atual companheiro (homem cisgênero heterossexual) e sua ex-namorada (mulher cisgênero bissexual):

Eu nunca tinha amado uma mulher e isso me botava em dúvida de se eu era bissexual. [...] Eu sou meio demissexual⁷⁶ assim, tenho que me relacionar com profundidade emocional assim, então essa questão de eu nunca ter amado uma mulher, me fazia ter dúvidas se eu era bissexual ou se eu só gostava de uma safadeza. E daí quando eu ameí outra mulher, eu percebi que sim, sou bissexual (ESTRELA, 06/10/2021, por *Google Meet*).

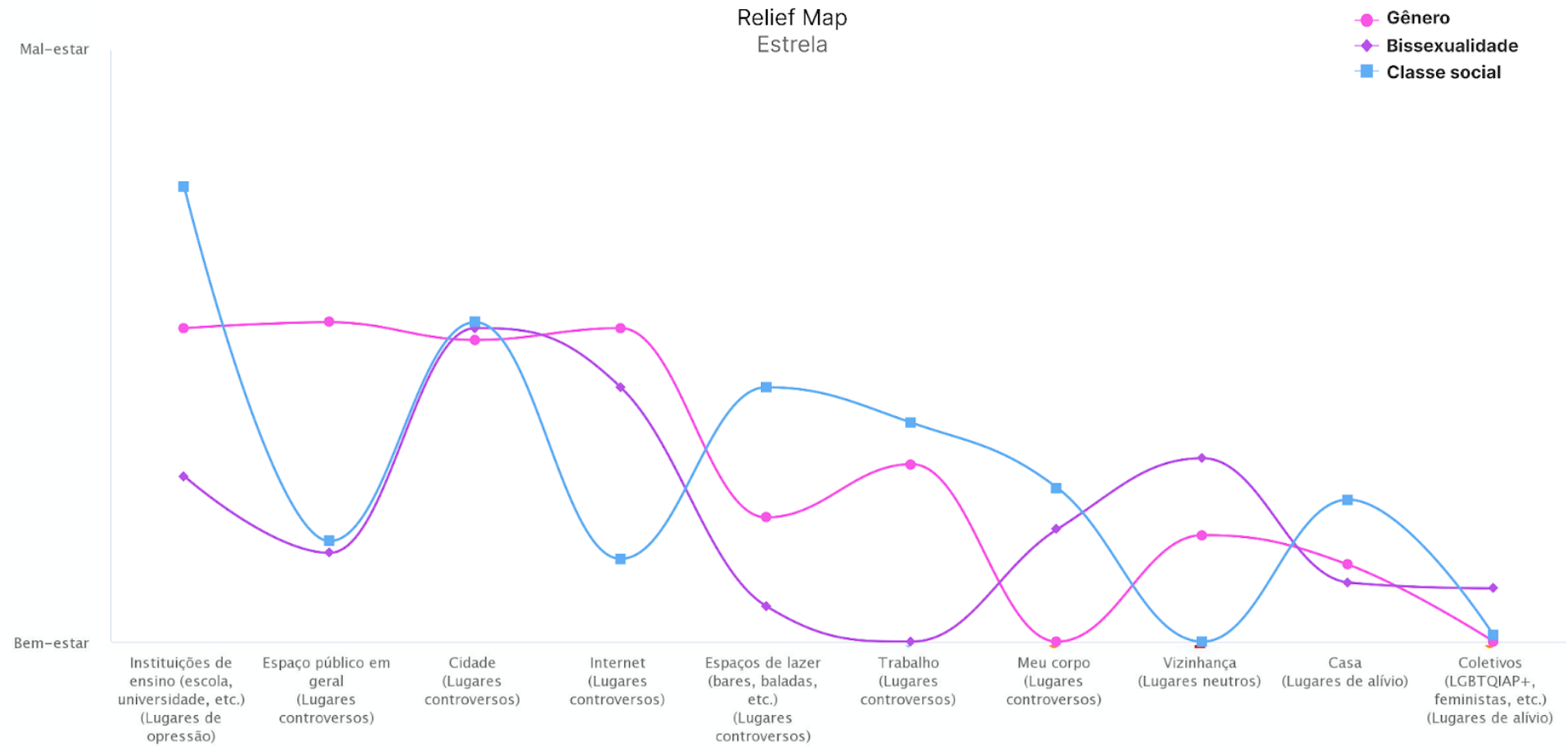
Como seus relacionamentos com mulheres eram, em sua maioria, efêmeros, e por estar casada há 10 anos com seu companheiro, o processo de identificação de Estrela se mostra, como ela mesmo nos fala, muito conflituoso. Ela nos revela ainda que apesar de ter um relacionamento aberto com seu companheiro há muitos anos, e por este formato de relação lhe permitir explorar sua sexualidade e, mais ainda, sua afetividade, em diversos momentos ela cogita ser lésbica. Com isso percebemos que há uma inconstância na sua identidade sexual, quiçá, fruto da ideia de consistência e estabilidade da escolha de objeto (BUTLER, 2018; HEMMING, 2002).

Para Camélia, as Instituições de Ensino são lugares neutros, mas para Estrela, são lugares de opressão, e, assim como a primeira, Estrela também focou o seu relato sobre a Universidade como pode ser visto em seu *Relief Map* (Figura 2). Sobre o seu gênero, observamos um sentimento comedido, pois houveram situações de assédio sexual, sofrido tanto por ela, quanto por mulheres próximas a ela. Além disso, segundo Estrela, “tudo era ruim por ser mina, tudo era um pouquinho mais trabalhoso que o normal assim”, pois esses assédios demonstravam as relações de poder perpetuadas por professores e também pelo Movimento Estudantil, onde o seu gênero também sofria interdições. Visto que as Instituições de Ensino também são utilizadas como instrumentos de vigilância e de sujeição às matrizes de poder, violências como as relatadas por Estrela acontecem inevitavelmente neste sistema (BUTLER, 2017).

Estas situações refletem em sua vivência nos diversos espaços que englobam a cidade de Ponta Grossa, como pode ser observado em seu *Relief Map* (Figura 2) a seguir:

⁷⁶ Pessoas demissexuais são pessoas do espectro assexual/arromântico/etc. que podem sentir atração apenas caso exista uma conexão especial prévia com quem é alvo da atração (ORIENTANDO, s/d).

Figura 2- *Relief Map* de Estrela, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 6 de Outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Ainda ao falar das Instituições de Ensino, onde vimos um grande mal-estar, Estrela afirma que a sua classe social foi algo que “pegou bastante” na Universidade, com acessos muito precários, tendo melhorado ao receber sua bolsa de mestrado, concedida pela CAPES, sendo considerada uma ascensão social.

Sobre a sua bissexualidade, ao mencionar a escola, Estrela nos revelou ter sido uma adolescente confiante e, por mais que ela se relacionasse de forma escondida com mulheres, algumas pessoas sabiam destes relacionamentos, mas por ela performar dentro da heterossexualidade, não houveram situações desagradáveis neste ambiente.

Já na graduação, ela afirma não ter sofrido nenhuma violência, mas ter vivido situações desagradáveis com colegas e amigas/os, mas que isso ocorria pela falta de entendimento que essas pessoas possuíam sobre o que é a bissexualidade, algo semelhante ao relato de Camélia.

Os Espaços Públicos em Geral são considerados lugares controversos para Estrela, pois por mais que ela goste de “estar no espaço público”, “caminhar na rua”, e se sinta “livre realmente” e “até empoderada”, ela reconhece que a marcação da sua corporalidade feminina a limita em algumas situações. Todavia, por ser uma mulher branca, ela acredita que aparenta ser da classe média, fator que ameniza a sua interdição nesses espaços. Reitera-se com isso que apesar de sermos atravessadas/os, simultaneamente, por estruturas e identidades diversas, espacialidades e temporalidades específicas salientam algumas delas em detrimento de outras, promovendo uma maior ou menor autonomia na cidade (VALENTINE, 2007; RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016)

A respeito de sua bissexualidade, Estrela apresenta um bem-estar comedido, pois quando ela está andando com seu companheiro, por serem lidos como um casal heterossexual, sua vivência no espaço público se torna tranquila, ou mesmo indiferente. Entretanto, em seu antigo relacionamento com uma mulher, ela revelou ter sido assediada inúmeras vezes na companhia de sua namorada, mais até do que quando está sozinha.

A sua classe social também gera sentimentos mistos, pois atualmente ela apresenta uma vida economicamente estável, mas, como dito anteriormente, Estrela possui um passado de limitações financeiras. Sobre isso, ela nos relata que a utilização de transporte público foi repleta de situações de assédio, dentre outras violências, algo suprimido com a vinda da empresa *Uber* para Ponta Grossa e

também com a compra de um carro próprio. Com isso, ela afirma se sentir mais livre no momento atual por poder se deslocar na cidade de forma mais segura.

Ao nos falar sobre a Cidade, um lugar também controverso, Estrela nos revela que por ser de médio porte, Ponta Grossa opera sob uma lógica conservadora, afetando sua identidade de gênero, especialmente em comparação com sua cidade natal, Curitiba, apesar de haver uma maior segurança em sua moradia atual.

Sobre a sua sexualidade, ela afirmou se sentir muito discriminada por ter relacionamentos poliamoristas, mesmo dentro de seu ciclo de amizades, pois elas/es:

Achavam que eu procurava bagunça e eu acho que até em relação com a própria orientação sexual assim, porque eu acho, eu acho não, eu tenho certeza, que uma das minhas decisões de ter um relacionamento aberto é poder me relacionar com mulheres. [...] E durante um tempo eu sentia que meus amigos achavam assim que eu tava procurando ‘sarna pra se coçar’, tipo umas coisas assim e não entendiam que [...] eu tava pela primeira vez experienciando coisas que eu nunca tinha me permitido experienciar de forma livre (ESTRELA, 06/10/2021, por *Google Meet*).

Apesar de ser umbandista atualmente e se sentir aceita em seu terreiro, Estrela frequentava a igreja católica e, ocasionalmente, cultos evangélicos, quando era mais nova. As suas experiências nesses espaços religiosos conservadores fizeram-na se sentir culpada por se atrair e por se relacionar com mulheres, sentimento este que ela carregou por muitos anos em seus relacionamentos e que ela está perdendo com o poliamor, o qual a possibilita explorar relações mais saudáveis com mulheres, sem precisar encerrar seu casamento. A falta de inteligibilidade de suas/eus amigas/os sobre o poliamorismo e mesmo sobre a sua bissexualidade, junto à ‘culpa católica’ que Estrela ainda carrega, influenciam a sua vivência em Ponta Grossa e sua percepção sobre a cidade.

Sobre a sua classe ela nos revela que apesar de poder acessar muitas espacialidades de Ponta Grossa, especialmente com a bolsa de doutorado concedida pela CAPES, Estrela sente que esta cidade possui políticas específicas de policiamento de corpos periféricos, como a Lei nº 11.025/2012:

Sabia que tem uma lei aqui em Ponta Grossa que não pode beber na rua? Ela tem uns 7 anos, mais ou menos, 6 anos. [...] É uma lei de controle da periferia mesmo. Vendem chopp na praça, vendem coisas assim. [...] Então existe um pouco esse controle em Ponta Grossa de você não poder exercer da sua liberdade mesmo assim. Se você for fazer um encontro numa rua assim e tipo “vamo lá batucar umas latas”, vai baixar polícia (ESTRELA, 06/10/2021, por *Google Meet*).

Chamamos atenção para a menção de Estrela sobre a lei nº 11.025/2012, pois apesar dela, de fato, proibir o consumo de bebidas alcoólicas em via pública, em seu artigo primeiro há exceções como o entorno de “bares, quiosques, lanchonetes, restaurantes e casas de eventos, compreendendo as áreas de atendimento destes estabelecimentos nos limites determinados pelo Poder Público e desde que a bebida seja proveniente do mesmo” (CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, 2012). Com isso, a venda de bebidas nas praças, mencionadas por ela, se justifica, mas de fato, esta política afeta as pessoas mais pobres localizadas na periferia, as quais não possuem meios de frequentar espaços privados de lazer.

A Internet, assim como a Cidade, é um lugar controverso para Estrela. Semelhante à Camélia, Estrela aponta sentir-se forçada a se encaixar dentro de um determinado padrão corporal. Sobre a sua bissexualidade, ela nos revela que ao mesmo tempo que é possível encontrar espaços de acolhimento nas redes sociais, há também situações desagradáveis, partindo, inclusive, de pessoas LGBTQIAPN+:

Em relação à comunidade, não tenho muito essa identidade assim, mas... Quando a própria, as próprias pessoas bissexuais, lésbicas, os gays e tudo mais, colocam algumas coisas como, por exemplo [...] “ah, não é porque eu sou bissexual, que eu vou fazer parte do seu trisal” e tipo, “uepa, pode, não pode?!”. [...] O exemplo que me veio foi esse, mas existem outras ‘regras’ que são politicamente corretas para ser uma pessoa bissexual e isso me incomoda um pouco, porque ataca outras coisas que eu tenho como pilares assim na minha vida, como por exemplo a não-monogamia (ESTRELA, 06/10/2021, por *Google Meet*).

Como já apontamos no Capítulo I, o terceiro ponto do contrato epistêmico de apagamento bissexual é a asseguuração da monogamia e a ideia de que bissexuais são incapazes de mantê-la. Outrossim, Kenji Yoshino (2000) argumenta que bissexuais também, provavelmente, teriam uma participação na sustentação deste contrato, e assim, algumas/ns bissexuais defenderão a monogamia e/ou serão anti-poliamoristas a fim de salientarem o seu comprometimento, como monossexuais supostamente o fazem.

No que se refere à sua classe social, Estrela demonstra um grande bem-estar, pois convive, exclusivamente, com pessoas da sua classe. Em contrapartida à Internet, temos um recuo no seu bem-estar nos Espaços de Lazer, pois, por mais que ela privilegie frequentar espaços alternativos, por vezes, ela opta por frequentar espaços com um alto valor de consumo.

Em relação ao seu gênero, há também uma contenção em seu bem-estar, já que embora ela frequente os Espaços de Lazer com pessoas de sua confiança, por serem espaços onde, usualmente, há consumo de álcool e de drogas ilícitas, o

medo e preocupação são recorrentes. Em relação à sua sexualidade, quando está se relacionando com mulheres, o medo também se faz presente, mas por estar em um relacionamento com um homem há mais de uma década, temos um bem-estar quase em seu máximo.

Ela nos relatou estar no mesmo ambiente de trabalho há 12 anos e que por mais que seja um grupo de estudos de gênero, em muitos momentos ela não sentiu que sua contribuição foi respeitada, tanto por uma hierarquia de idade, quanto de formação, interseccionadas com o seu gênero. Como demonstrado por Maria Rodó-de-Zárate (2016), além das identidades de gênero, classe, etnia e sexualidade, a idade também pode ser um fator que torna a utilização dos espaços urbanos mais ou menos interditos.

Por outro lado, diferentemente de outros trabalhos, esse processo hierárquico foi questionado em alguns momentos por ela e outras/os colegas, por isso é uma espacialidade que lhe causa bem-estar. Sobre a sua sexualidade, vemos um bem-estar pleno, pois foi neste grupo que ela iniciou seu processo identitário com a bissexualidade, como dito anteriormente. Sobre a sua classe, ela nos contou que por muito tempo não teve condições financeiras de acessar espacialidades que outras/os colegas acessavam, como eventos científicos, o próprio deslocamento para os eventos, alimentação, etc., coisas que muitas vezes foram pagas por sua orientadora. Isso expõe a precarização das universidades públicas brasileiras, demonstrando que ainda são espaços limitados ou mesmo interditos para as classes mais pobres.

Para Estrela, o Corpo também é um lugar controverso, pois apesar de se sentir muito bem por ser mulher, ela se cobra a performar dentro da sua identidade sexual, para não ser vista como uma mulher heterossexual ou lésbica, o que gera um grande conflito interno. Com isso, vemos que há uma expectativa acerca de uma performance de bissexualidade perfeita, algo que, como argumentamos no Capítulo I e como exemplificado aqui, está longe de existir. Já em relação à sua classe, por mais que haja bem-estar, observamos uma retração deste, pois Estrela gostaria de poder fazer tratamentos e exames médicos, os quais ela demoraria a acessar pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e não possui meios financeiros de acessá-los de forma privada.

A Vizinhança foi o único lugar marcado como neutro, pois Estrela se sente indiferente à ela a maior parte do tempo, com exceção de quando está se

relacionando com mulheres, neste caso, o medo do julgamento e do comportamento de suas/eus vizinhas/os se torna presente.

A Casa de Estrela é um lugar de alívio, pois ela e seu companheiro possuem uma boa divisão de trabalho doméstico, assim como relatado por Camélia. Sobre a sua sexualidade, há também um grande bem-estar. Entretanto, Estrela nos relatou que estar em um relacionamento poliamorista provoca tensões em sua vivência doméstica nos momentos em que ocorrem discussões e situações de ciúmes.

Assim como Camélia, Estrela financiou a sua casa pelo MCMV e por viver em um condomínio em que todas/os estão na mesma classe que ela, observamos o sentimento de bem-estar. Todavia, por ter recebido a última parcela de sua bolsa de doutorado, Estrela acredita que, pela primeira vez em seu relacionamento, se tornará dependente financeiramente de seu companheiro, algo que pode levar instabilidade para o seu relacionamento e, portanto, para dentro de casa.

Sobre os Coletivos, lugares também de alívio, Estrela destaca o Coletivo Amapô⁷⁷ e a Frente de Mulheres do DCE, grupos com poucas pessoas e com um grande alinhamento de ideias, por isso o sentimento de bem-estar extremo ao falar de sua corporalidade feminina. Sua classe também apresenta bem-estar extremo, uma vez que todas as mulheres possuíam a mesma classe que ela e se preocupavam em realizar reuniões em lugares de fácil acesso para todas. Sobre a sua bissexualidade, há um recuo de bem-estar, apesar de ainda ser uma espacialidade muito positiva, isto se deu devido a alguns posicionamentos políticos vindo de mulheres lésbicas em relação às mulheres bissexuais, algo que mencionamos anteriormente.

Apesar de Camélia e Estrela terem tido pontos em comum em seus relatos, chamamos atenção para o fato de que a amplitude do bem-estar e mal-estar de Estrela não ter variado tanto, onde a maioria das espacialidades vivenciadas por ela lhe causam mais bem-estar, que em comparação com a primeira, que possui espacialidades de extremo bem-estar, mas também extremo mal-estar.

3.3 Charlie e seu *Relief Map*

Similarmente à Estrela, Charlie também é demissexual e também questiona a sua bissexualidade constantemente, “inclusive é uma coisa que falam muito na

⁷⁷ Amapô, do pajubá, mulher ou pessoa feminina.

internet, que o negócio de ser bi é você se questionar todo dia”. A internet teve um papel importante na identificação de Charlie com a bissexualidade, pois em sua infância e pré-adolescência, ele conhecia apenas sexualidades monossexuais, e com isso, as redes sociais lhe mostraram outras possibilidades identitárias. O ciberespaço se mostrou como uma espacialidade de encontro e de descobertas (MCDERMOTT, 2010). Dito isso, para ele:

De certa forma, toda sexualidade é inventada, assim né?! E assim, bi seria um grupo de pessoas que se identificou, de certa forma, se juntou e falou “somos bissexuais e essas são nossas pautas”. Bom, uma pessoa bissexual vai se atrair por um ou mais gêneros e se identificar com a palavra, né?! (CHARLIE, 06/10/2021, por *Google Meet*).

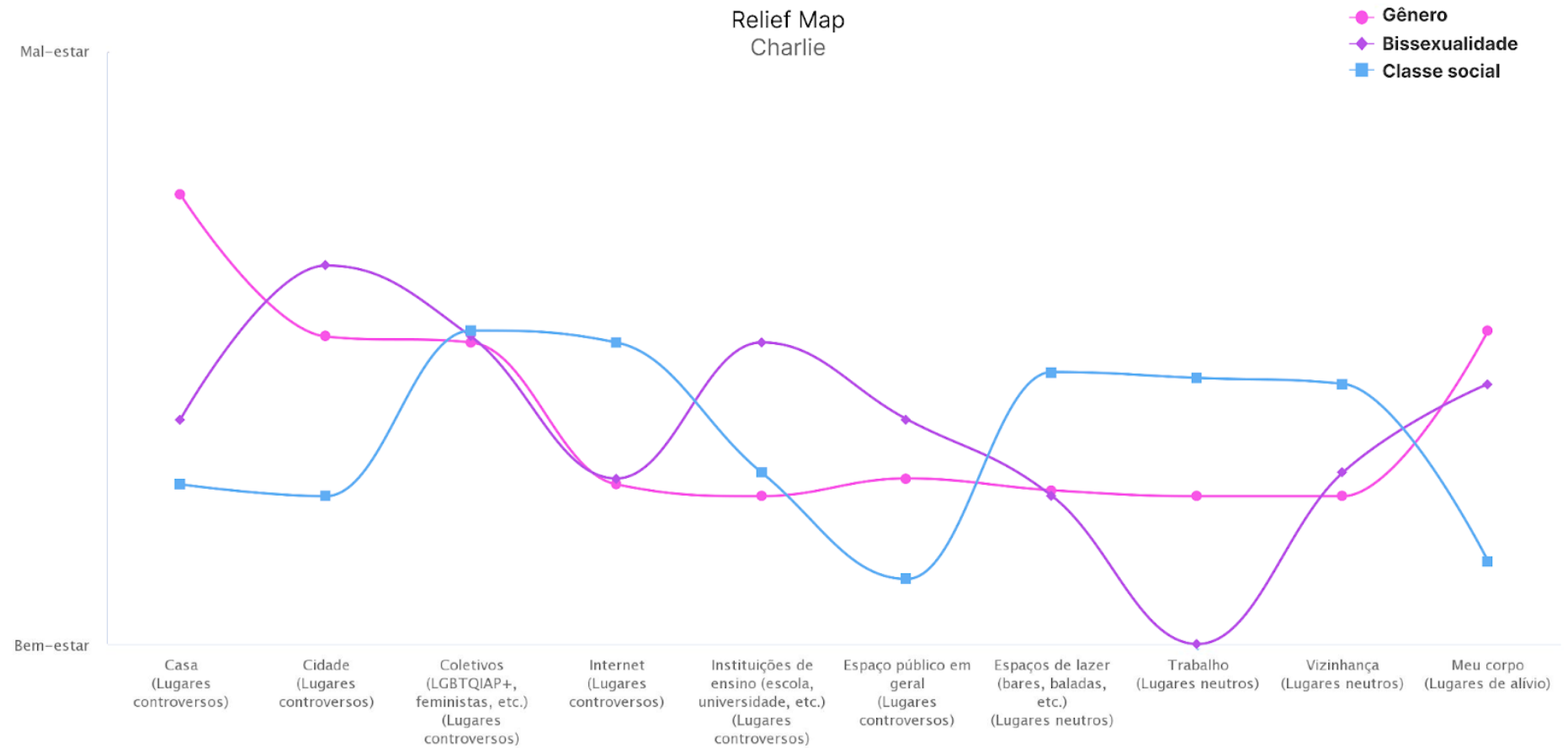
Assim, podemos ver que a compreensão de Charlie sobre a bissexualidade se alinha tanto com a de Camélia, sobre o espectro da escolha de objeto (BUTLER, 2018; HEMMINGGS, 2002), quanto com a de Estrela, sobre o questionamento contínuo da sua identidade.

Um dos primeiros pontos que chamamos atenção para o *Relief Map* de Charlie (Figura 3) é a ausência de lugares de opressão e a Casa, que para Camélia e Estrela é um lugar de alívio, para ele é um lugar controverso. Charlie é uma pessoa não-binária e dias antes de realizarmos sua entrevista, sua mãe descobriu a sua transexualidade, o que justifica o seu mal-estar, apesar dele ainda estar elaborando seus sentimentos sobre o ocorrido. Em suas palavras:

Assim, eu não sei se eu tô meio em processo de negação, porque tipo assim, eu acho que tá okay, mas eu sei que não são boas as coisas. [...] Nem sei direito o que eu tô sentindo. [...] A gente conversou duas vezes sobre, mas assim, não tá entrando direito na cabeça dela [mãe], mas bom, eu ainda estou em casa, então já é um ponto positivo (CHARLIE, 06/10/2021, por *Google Meet*).

Ao falar de sua bissexualidade, ele revela que sua família foi mais receptiva sobre esta identidade que sobre a sua não-binariedade. No entanto, afirma que sua mãe ainda lhe cobra performances dentro da matriz heterossexual (BUTLER, 2018). Esta relação conflituosa no espaço doméstico, como exposto no Capítulo I, é comum entre pessoas LGBTQIAPN+ e suas famílias, o que desfavorece o sentimento de pertencimento nesta espacialidade (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016; PASCUAL-BORDAS; RODÓ-ZÁRATE, 2022). Por esta razão temos na Figura 3:

Figura 3- *Relief Map* de Charlie, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 6 de Outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Os pais de Charlie são divorciados e, por mais que seu pai seja mais receptivo que sua mãe sobre a sua identidade sexual (e possivelmente de gênero), por medo de desestabilizar o relacionamento com sua mãe, ele permanece morando com ela. Após o divórcio de seus pais, Charlie e seu irmão se mudaram com sua mãe, mas afirma estar vivendo melhor financeiramente desde então. Consideramos isto curioso, pois as rendas de seus pais se dividiram com o divórcio em dois lares distintos, e logicamente, isso deveria impactar negativamente em seus estilos de vida. Ainda sobre a casa de seu pai, Charlie nos revelou ter sido assaltado em seu entorno, dessarte o bem-estar comedido.

A Cidade, assim como a Casa, é também um lugar controverso para Charlie. Ele aponta que existem pessoas que o apoiam e o compreendem, mas afirma que Ponta Grossa se assemelha às cidades pequenas, pois possui uma população bastante idosa e conservadora, impactando a livre expressão de sua corporalidade trans. Ainda sobre sua identidade de gênero, ele teme não conseguir entrar no mercado de trabalho, desejando migrar para uma cidade maior. Sobre a sua bissexualidade, ele afirma não ser muito diferente de como é tratado em relação à sua identidade de gênero, pois ao mesmo tempo que a cidade possui um número significativo de pessoas LGBTQIAPN+, também possui um grande número de pessoas que se opõem abertamente às suas existências, como também exposto por Camélia. Ao falar de sua classe social, assim como Camélia e Estrela o fizeram, Charlie chama atenção para o transporte público, especialmente para o preço da passagem e seu medo de não conseguir mais pagá-la, embora sua família esteja em uma situação econômica melhor que outrora, já que como exposto no Capítulo II, seu valor é muito elevado para o tamanho da cidade e os serviços prestados.

Apesar dos Coletivos terem sido marcados como lugares controversos, Charlie nos informou não ter participado de nenhum. Por esse motivo, há uma indiferença em todas as suas identidades. Em contrapartida, um lugar também controverso, mas de extrema importância no desenvolvimento identitário de Charlie, é a Internet. Como dito anteriormente, esta espacialidade não foi somente importante para a construção de sua identidade bissexual, mas também para a sua identidade de gênero e por mais que haja “uma ridicularização do pronome, quanto de pessoas trans em geral”, Charlie afirma que “dá pra entrar numa bolha na internet de pessoas que te aceitam e que entende a sua identidade”. Embora seja uma espacialidade importante para a consolidação de suas identidades (MCDERMOTT,

2010), a Internet foi também a única espacialidade em que Charlie sofreu bifobia, mas por não terem sido recorrentes, ainda podemos observar um sentimento de bem-estar.

No que concerne à sua classe, por conseguir perceber as diferenças sociais mais nitidamente na Internet que em seu entorno, tanto ao entrar em contato com a realidade de pessoas bilionárias, quanto de pessoas abaixo da linha da pobreza, observamos uma redução em seu bem-estar nesta identidade, especialmente ao compararmos com outras espacialidades e suas outras identidades.

As Instituições de Ensino também são lugares controversos para Charlie. Ele afirma que se sentia diferente das meninas e dos meninos quando frequentava a escola, mas só tomou conhecimento de sua identidade de gênero quando estava na Universidade. Por ter se graduado em Biologia e ter encontrado suporte de colegas e de um professor, esta espacialidade apresenta bem-estar. À respeito de sua bissexualidade, Charlie nos revela ter sentido medo de não ser heterossexual quando estava no ensino fundamental, pois as piadas feitas por colegas, davam a entender que isso seria algo ruim:

Eu lembro duma vez uma menina me falando [...] “ah, não faz isso, porque quando as meninas fazem isso, elas querem ser homem”, acho que tinha bastante isso, não das pessoas me atacando, mas “não faça isso, pra não ser assim” e eu tipo “eu sou assim” (CHARLIE, 06/10/2021, por *Google Meet*).

Com isso, vemos que pessoas LGBTQIAPN+ são fiscalizadas e cobradas desde a tenra idade, por instituições formais e informais, para manterem uma linearidade entre sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2018). No ensino médio, as piadas continuaram, mas ao se tornar amigo de uma pessoa pansexual, Charlie estabeleceu uma rede de apoio que o deixou mais confortável com sua sexualidade. Contudo, foi apenas na Universidade que Charlie se sentiu completamente aceito, especialmente por ter outras/os colegas LGBTQIAPN+ em sua turma.

No tocante à sua classe, Charlie nos revela ter estudado em um colégio privado no ensino fundamental, o que o fez conviver com pessoas com um poder aquisitivo muito maior que o dele. Por outro lado, quando iniciou sua graduação em uma universidade pública, houve uma inversão, onde ele se tornou a pessoa com a maior estabilidade financeira de sua turma, por isso o bem-estar minimizado.

Os Espaços Públicos em Geral são, igualmente, lugares controversos para Charlie. Por se preparar antes de sair de casa, buscando performar dentro da

cis-heteronormatividade, Charlie nos revela ter uma grande passabilidade (BUTLER, 1993), o que lhe confere um deslocamento tranquilo na cidade, com exceção de quando está em um relacionamento *queer*, neste caso, que por mais que ele busque escondê-lo, há ainda uma angústia. Ele afirma ainda ter uma aversão a ser percebido como uma pessoa cis-hetero, por mais que ele performe dentro desta matriz, e por isso está tendo problemas em se relacionar com homens. Com isso, percebemos que a relação de Charlie com sua dissidência sexual e de gênero é muito conflituosa. Em contraposição, sobre sua classe, há apenas indiferença.

Para Charlie, os Espaços de Lazer são lugares neutros, pois por ser uma pessoa LGBTQIAPN+, assim como Camélia e Estrela, ele busca frequentar lugares com este público alvo, pois “algumas vezes eu fui em lugares mais com pessoas héteros e era bem estranho assim, tipo não só em relação de gênero e sexualidade, mas o comportamento em si é muito diferente, as piadas, as conversas”. Ao falar sobre a sua classe social, Charlie chama atenção mais uma vez para o transporte público ao relatar uma situação em que ele desejava voltar para casa após uma festa, mas os horários dos ônibus haviam encerrado. Apesar dos preços na *Uber* estarem muito altos na ocasião, ele se viu forçado a solicitar um carro, pelo medo de ser violentado, e por isso, nesta espacialidade, sua classe é a mais conflitante.

A única experiência profissional de Charlie foi durante o estágio da faculdade. Baseando-se nisso, ele posicionou o Trabalho como um lugar neutro. Ao falar de seu gênero, seu *Relief Map* (Figura 3) apresenta bem-estar, pois por não ter retificado seus documentos e por possuir passabilidade, optou por performar dentro da cis-heteronormatividade para se proteger de possíveis transtornos (BUTLER, 1993). Em relação à sua sexualidade, temos a única intersecção em seu *Relief Map* apresentando bem-estar absoluto, pois em seu estágio haviam pessoas com alta escolaridade e outras/os colegas também LGBTQIAPN+, o que o deixou mais confortável em compartilhar sua própria identidade sexual. No que tange à sua classe, temos a presença dos transportes públicos mais uma vez, pois o tempo utilizado no deslocamento para o trabalho era muito extenso, provocando um enorme cansaço, algo não experienciado por colegas que possuíam carro.

Como dito anteriormente, Charlie vive com sua mãe atualmente, e assim, sua Vizinhaça é categorizada como um lugar neutro. Tanto sobre seu gênero, quanto sobre sua sexualidade, observamos bem-estar, pois sua casa se localiza em uma área central da cidade, apesar de ainda ser cauteloso ao estar em uma relação

queer. À respeito de sua classe, ele relata que quando morava em seu antigo bairro, Palmeirinha, ele evitava sair de casa, pois se sentia muito inseguro, algo resolvido em sua nova casa.

Em relação ao seu Corpo, o único lugar de alívio em seu *Relief Map* (Figura 3), ao falar sobre seu gênero, Charlie afirma tê-lo estranhado durante a puberdade, especialmente por causa de seus seios. Apesar de já ter cogitado se submeter a cirurgias, ele nos revela estar buscando aceitar sua atual corporalidade, já que o processo de transgenerização oferecido pelo SUS é muito demorado. Ainda que Charlie busque aceitar sua corporalidade, ele revela temer ser percebido como mulher, pois “a pessoa designada como mulher quando nasce, então tem bastante questão de corpo e como ele é visto e percebido. Eu acho que é medo de ser percebido e assediado, no caso também de fazerem coisas que eu não quero, de tocarem, etc.”, em função disso, observamos um mal-estar.

Dado as situações de desconforto vivenciadas com homens cisgênero, Charlie tem optado por se relacionar apenas com mulheres e outras pessoas não-binárias. Por conseguinte, sua sexualidade se torna um processo ainda mais difícil com seu corpo, tanto por ser bissexual, como por ser demissexual. Sobre a sua classe social e seu corpo, vemos um bem-estar, uma vez que não possui disforia e gostaria apenas de fazer algumas intervenções estéticas. Com isso, temos que o *Relief Map* (Figura 3) de Charlie, assim como o de Estrela (Figura 2) tem uma baixa amplitude em todas as suas identidades e não apresenta mal-estar absoluto.

3.4 Skywalker e seu *Relief Map*

Mesmo vindo de um lar acolhedor e progressista, a ‘culpa católica’ atrasou o processo de descoberta sexual de Skywalker, semelhante ao processo de Estrela. Foi aos 14 anos, durante a Copa do Mundo de Futebol, que Skywalker notou uma certa atração pelos jogadores, e neste mesmo período ele iniciou um rompimento com a sua religião. Contudo, ele se auto cobrava uma performance dentro da heteronormatividade, evidenciando a força desta matriz (BUTLER, 2018):

Eu meio que falei “okay, então tá. Eu acho homens bonitos e me dão coisas que também quando olho pra mulheres”, mas fiquei meio que ainda assim. Aí com o passar do tempo eu fui só aceitando, porque tinha muita aquela questão né de você falar “bom, eu só fiquei com mulher, então isso deve ser só passageiro. Nunca fiquei com homem, então isso não decreta”. O tempo

foi passando, mas esse sentimento nunca passou, então eu comecei a aceitar, né?! (SKYWALKER, 08/10/2021, por *Google Meet*).

A heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2018), influenciada também pelos pilares do catolicismo, policiou a descoberta da identidade sexual de Skywalker e, apenas após o rompimento com estas matrizes de poder, que ele se percebeu como uma pessoa bissexual. À vista disso, seu entendimento sobre a bissexualidade se baseia em “‘Deus fez Adão e Eva, então eu vou beijar os dois’. E eu acho que ser bissexual é justamente isso, acho que é uma forma bonita de você aceitar todo mundo do jeito que é assim, sabe?!”. Com isso, vemos que apesar de terem sofrido influências semelhantes que lhes limitaram no desenvolvimento de suas sexualidades, Estrela e Skywalker possuem compreensões diferentes acerca da (não)escolha de objeto de pessoas bissexuais (HEMMINGS, 2002).

Assim como o *Relief Map* de Camélia (Figura 1), o de Skywalker (Figura 4) apresenta grande amplitude entre bem-estar e mal-estar, salvo pela bissexualidade, que apresenta mal-estar quase que constante. Como para além da heterossexualidade compulsória, homens são cobrados a performar um tipo específico de masculinidade (BUTLER, 2018), a qual Skywalker também não executa, seus níveis de desconforto nas espacialidades devido à sua identidade sexual, estão conectados com a sua identidade de gênero:

Mulher quando fala que é bissexual, ela entra no fetiche [...] já o homem, parece que é doido, porque quando você diz que é bissexual, entra a parte de tipo “ah, então você fica com homem também, então você é gay, cara. Nossa, você é meio gay”. [...] Isso é muito até em relacionamento aberto, né?! Quando a menina diz que tá num relacionamento aberto, fica meio num okay até, quando o homem diz, ele é o corno [...]. É muito doido, porque parece que é unilateral (SKYWALKER, 08/10/2021, por *Google Meet*).

Em suas falas, além da matriz heterossexual, vemos também uma forte marcação do contrato epistêmico de apagamento bissexual (YOSHINO, 2000), em que há uma cobrança por uma única escolha de objeto e abjeção das outras possibilidades, contrato este que, como expresso anteriormente, não é mantido apenas por pessoas heterossexuais, mas também pessoas da população LGBTQIAPN+:

É que antes de tá no relacionamento, de ficar “pô mas, e aí será que você não é mais propício a trair, não?”, “como é que é isso?”, sempre acham que é um oba oba [...]. É muito doido que até mesmo no meio, na comunidade, você é invalidado. [...] Se você não ficou com o mesmo sexo, você não é. [...] É muito louco como a bissexualidade é tratada como fase (SKYWALKER, 08/10/2021, por *Google Meet*).

Com isso, bem como com os depoimentos anteriores, podemos perceber que há um estigma de uma bissexualidade perfeita, como se estas pessoas estivessem sendo submetidas à Escala de Kinsey ininterruptamente (YOSHINO, 2000; HEMMING, 2002). Além disso, como discutido no Capítulo I, esta bissexualidade perfeita é paradoxal, pois ao mesmo tempo em que há uma incessante desconfiança sobre a estabilidade da escolha de objeto, há uma cobrança, inversamente proporcional, de que essas pessoas precisam se relacionar com diversas pessoas de diversos gêneros. Com isso, a bissexualidade não é compreendida como uma identidade legítima em si mesma, mas como algo transitório, um não-lugar.

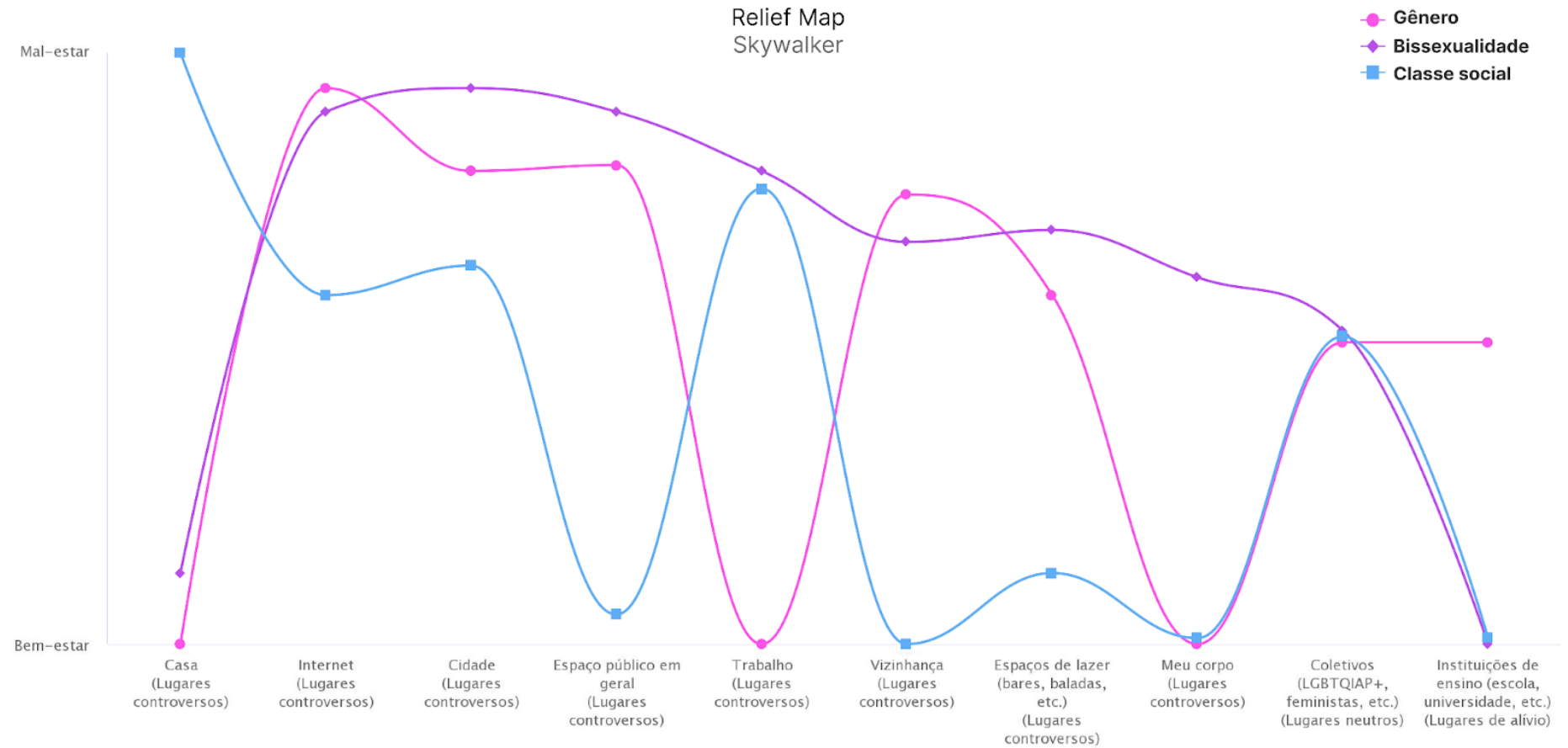
Ainda sobre as semelhanças entre os *Relief Maps*, chamamos atenção para o fato de Skywalker (Figura 4), assim como Charlie (Figura 3), não ter apresentado nenhum lugar de opressão, mas sim uma maioria de lugares controversos, um deles sendo sua Casa, uma vez que ambos ainda moram com suas famílias. A espacialidade da Casa aqui compreende duas localidades: o pensionato que ele habita em Ponta Grossa e a casa que divide com sua mãe e avó em Curitiba, em virtude da pandemia de Covid-19. Skywalker nos relata que com a separação de seus pais, sua mãe lhe depositou uma expectativa de “homem da casa” e, mesmo ainda sendo um adolescente, ele era impelido a resolver problemas burocráticos de sua moradia, por ser a única pessoa do gênero masculino a habitando. Entretanto, isso não lhe causa mal-estar.

Atualmente, por estar em um relacionamento com uma mulher (cisgênero e bissexual), ele acredita ter uma passabilidade que o faz ser lido como heterossexual (BUTLER, 1993), algo reiterado em outras espacialidades, como em suas duas casas. Por morar em um pensionato em Ponta Grossa e, raramente, ver seus co-habitantes, bem como por não ter compartilhado sua identidade sexual com sua família nuclear, o seu relato parte de conjecturas:

Aí ela [mãe] chegou pra mim um dia, muito preocupada, sentou no meu quarto e falou “filho, fala a verdade pra tua mãe. Você é gay?”. [...] Eu já me entendia como bissexual na época, mas eu falei “nada a ver, até parece” [...], mas eu acho que minha família me acolheria [...]. Me acolheria também pela questão exótica, né?! (SKYWALKER, 08/10/2021, por *Google Meet*).

Por isso, vemos um grande bem estar em seu *Relief Map* (Figura 4) a seguir:

Figura 4- *Relief Map* de Skywalker, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 8 de Outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Ainda na espacialidade da Casa, ao mencionar a classe social de seus pais, que reflete diretamente na sua, uma vez que ele voltou a morar com sua família durante a pandemia, ele afirma que:

Eu tenho essas duas realidades: meu pai que ganha bem pra caramba, então nunca faltou nada pra mim. E minha mãe que é bibliotecária de uma escola, que é PSS, então todo ano tem que renovar o contrato e tem que torcer pra ser chamada e agora ela tá desempregada, porque terceirizaram a educação por causa do covid. [...] Aí do nada ela tava ganhando 600,00 reais, pra tá trabalhando 4 horas [...] Então a gente tá vivendo agora com a aposentadoria da minha avó e uns trocadinhos dela. [...] E a minha renda são 400,00 reais de bolsa do PET (SKYWALKER, 08/10/2021, por *Google Meet*).

Além disso, ele afirma que quando morava no pensionato em Ponta Grossa, a sua bolsa do Programa de Educação Tutorial (PET), bem como a isenção da taxa do Restaurante Universitário (RU), lhe possibilitaram uma certa autonomia, principalmente por não morar mais com sua família. Com esta nova realidade financeira e com sua nova organização doméstica, sua família passou a reconhecer melhor a sua carreira acadêmica, já que sua bolsa, por menor que seja, tem contribuído para a renda familiar.

Um outro lugar controverso é a Internet, onde o seu mal-estar diz respeito a sua posição de privilégio e desprivilégio de outrem, pois em suas palavras: “é quase como se todo espaço é pensado pra mim, pro homem cis branco” (SANZ; GIL, 2020). Este sentimento vai se repetir em todas as outras espacialidades. Assim, a fim de evitar repetições, focaremos apenas em sua identidade de classe e sua identidade sexual.

Sobre a sua bissexualidade, apesar de nunca ter sido violentado diretamente, observamos um grande mal-estar por ele ter acessado conteúdos negativos direcionados à bissexualidade. No que se refere à sua classe, ele se mostra receoso a respeito de suas postagens, tanto por não desejar contribuir com a cultura da ostentação, quanto pelo FoMO.

Ponta Grossa é também um lugar controverso para Skywalker. Por ser uma cidade conservadora, Skywalker se mostra apreensivo com a ideia de ter sua bissexualidade descoberta, por mais que tenha passabilidade dentro da matriz cis-heteronormativa. À respeito da sua classe social, ele nos relata que:

Tanto Curitiba quanto Ponta Grossa são cidades que, quer dizer, nenhuma cidade é pensada para as camadas mais necessitadas, né?! Então tipo, pensando atualmente, onde tudo tá ficando mais caro, onde tudo tá piorando, eu sinto medo e preocupação, sabe?! Do meu pensionato ficar

mais caro, eu não conseguir comprar o que eu compro no mercado, a cidade começar a me engolir (SKYWALKER, 08/10/2021, por *Google Meet*).

Isso evidencia, mais uma vez, que o planejamento urbano, por mais que tenha a obrigatoriedade por lei de ser participativo e de atender direitos básicos da população (como exposto no Capítulo I), não compreende todas/os que habitam a cidade. Além disso, a maior parte dos municípios brasileiros não possuem um planejamento urbano e/ou plano diretor, demonstrando que o direito à cidade é, na verdade, seletivo, limitado e paradoxal.

No tocante aos Espaços Públicos, também lugares controversos, assim como exposto sobre a Cidade, Skywalker expressa que o medo de ser violentado o impede de se relacionar afetiva e sexualmente com outros homens. Mais uma vez, vemos uma negociação entre a identidade bissexual e os Espaços Públicos, onde a primeira é suprimida pelo instinto de sobrevivência, o que gera um senso de fragmentação de si (LORDE, 2007; SCOTT, 1991, HALL, 1996, VALENTINE, 2007; CARLOS, 2007b; 2020). Em contrapartida, por ser lido como uma pessoa de alta classe, ele possui maior passabilidade, e por isso observamos um grande bem-estar.

Ainda sobre os lugares controversos, na intersecção entre sua sexualidade e o Trabalho, Skywalker opta por também performar dentro da matriz heterossexual e esconder sua sexualidade. Semelhante à Charlie (Figura 3) e Camélia (Figura 1), vemos que a identidade de classe suprime a identidade sexual, não apenas pela bifobia em si, mas pelo medo do impacto econômico que essa exposição pode trazer (VALENTINE, 2007, ROSS *et al*, 2016), e por isso o mal-estar nas duas identidades.

A Vizinhança de Skywalker, assim como a Casa, está duplicada entre Ponta Grossa e Curitiba. Sobre a sua sexualidade, ele afirma que “queria muito que as pessoas soubessem que eu sou bissexual, sabe?! [...] Essa questão da performance mesmo é um saco”, demonstrando mais uma vez que a passabilidade que algumas pessoas bissexuais possuem não é um privilégio, mas sim algo que causa mal-estar e fragmentação da vida (LORDE, 2007; SCOTT, 1991; BUTLER, 1993; HALL, 1996, VALENTINE, 2007; CARLOS, 2007b; 2020). Sobre sua classe, ele afirma:

Eu me sinto super de boa, aonde eu moro em Ponta Grossa e aonde eu moro aqui em Curitiba. [...] Eu ia à pé pra UEPG, né?! Era meia hora, 25-30 min à pé da onde eu moro até o Campus Uvaranas e ai eu falei “pô, vou voltar então, né?! Porque eu vou economizar o ônibus de volta também”. Cara, todo mundo me falou “NÃO! Não faça isso, pelo amor de Jesus”. Porque quando eu falava que era à noite, que eu voltava às 9 e pouco, todo mundo falava “não faça isso”, ninguém me encorajou. [...] E aqui [Curitiba] também, tem uma comunidade ali mais pra frente, mas mó de boa, me sinto super de boa nesses lugares (SKYWALKER, 08/10/2021, por *Google Meet*).

Com isso, vemos que por mais que Skywalker more em vizinhanças reconhecidas como violentas por sua comunidade, isso não o afeta em relação à sua classe, de sorte o bem-estar absoluto.

Por temer por sua segurança, ao falar sobre sua sexualidade e os Espaços de Lazer que frequenta, Skywalker nos relata que performa dentro da linearidade sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2018; 1993) e que os poucos envolvimento que teve com pessoas do mesmo gênero, foram escondidas, semelhante também à Estrela. Sobre os espaços de lazer interseccionados com sua classe, ele apresenta dois cenários: um compartilhado com seu pai, em lugares luxuosos e refinados, onde ele se sente, por vezes, deslocado e discriminado; e outro com suas/eus amigas/os, sendo destinados para a sua classe, onde ele sente mais confortável.

A espacialidade do Corpo é controversa para Skywalker, pois por mais que ele se sinta confortável consigo mesmo, as possíveis interações que seu corpo pode vir a ter com outros lhe causam inseguranças sobre não ser suficiente para as pessoas e não ser aceito por elas. Associamos estas inseguranças também à sua identidade de gênero, pois em conjunto com a cultura masculinista hegemônica (BUTLER, 2018), há cobranças em torno de virilidade, obscenidade e invulnerabilidade. Sobre sua classe, mais uma vez, vemos um bem-estar absoluto e até indiferença.

Os Coletivos são os únicos lugares neutros no *Relief Map* de Skywalker (Figura 4), por não serem espaços vividos por ele. Por isso, a indiferença é a única emoção presente. Do mesmo modo, as Instituições de Ensino são seus únicos lugares de alívio e, ao falar sobre sua sexualidade, única intersecção que apresenta bem-estar absoluto, ele afirma que:

Eu entrei na UEPG já sabendo que eu era bissexual [...]. Só que assim, eu acho que a universidade ela é um local que dá muito mais segurança pra você ser quem você é, principalmente, eu diria, vou puxar saco pras humanas, é muito mais comum você ser aceito em cursos de humanas. (SKYWALKER, 08/10/2021, por *Google Meet*).

Por ter se compreendido como bissexual apenas após ter terminado o ensino médio, a espacialidade da escola não desempenhou um papel sobre sua sexualidade, e assim, os sentimentos apresentados se voltam para a sua vivência universitária. Toda a sua vida escolar foi espacializada em instituições públicas com qualidade reconhecida por toda a sua comunidade. Portanto, em relação à sua classe, temos também um bem-estar absoluto, pois além de tê-las compartilhado

com pessoas em situações econômicas semelhantes à sua, ter sido contemplado pelas políticas de auxílio de sua universidade mencionadas anteriormente, o possibilita acessá-la tranquilamente.

3.5 Jonas e seu *Relief Map*

A identificação de Jonas com a bissexualidade foi diferente de todas as pessoas que entrevistamos, pois foi um processo iniciado em sessões de terapia, com a revisitação de seu passado, e através do apoio de seu irmão (Proletário, Figura 7), que também é bissexual e já havia se entendido como tal:

A gente mora junto, tipo convive muito, se dá muito bem e tal e foi a partir de conversar que eu tive com ele, que eu comecei a, literalmente, pensei sem preconceito sobre o negócio, sabe?! Então isso foi bem importante também. [...] Também essa confusão nunca foi conflituosa pra mim, porque eu sempre lidei muito bem com esses negócios de sexualidade (JONAS, 09/10/2021, por *Google Meet*).

Em vista disso, percebemos que por estar vivendo em um lar acolhedor, com uma outra pessoa bissexual, o processo de auto-identificação de Jonas foi bem mais tranquilo que para as pessoas supramencionadas. A sua compreensão do que é bissexualidade condensa tanto a perspectiva binária que esta sexualidade carrega, quanto a perspectiva não-binária e multissexual, pois para ele “realmente no sentido mais cru mesmo, você se sentir atraído afetivamente por mais de um gênero. Dois ou mais, como queira chamar, né?!”.

Em se tratando do *Relief Map* de Jonas (Figura 5), o que nos chama a atenção imediatamente, é o fato de sua identidade de gênero apresentar, quase que ininterruptamente, um bem-estar absoluto, algo comum em *Relief Maps* de homens cisgênero e brancos (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2017). Assim sendo, por afirmar que “nunca pensei sobre isso, talvez isso diga alguma coisa”, focaremos em sua identidade bissexual e sua identidade de classe, como feito com Skywalker.

Ainda como ocorrido no *Relief Map* de Skywalker (Figura 4), Jonas apresenta poucas espacialidades onde há o sentimento de bem-estar ligado à sua sexualidade, mas apresenta menos mal-estar que o anterior. Para Jonas, o Trabalho é um lugar de opressão, já que ele presenciou situações em que outras/os colegas foram hostilizados por serem LGBTQIAPN+, e por isso, mantém sua identidade sexual confidenciada (ROSS *et al*, 2016). Sua classe possui o maior mal-estar nesta espacialidade em razão da sua condição de microempreendedor individual (MEI).

Desta forma, ele não possui direitos trabalhistas e, além disso, seu trabalho de marketing digital o coloca em contato com produtos que ele e pessoas de sua classe social não possuem condições de consumir.

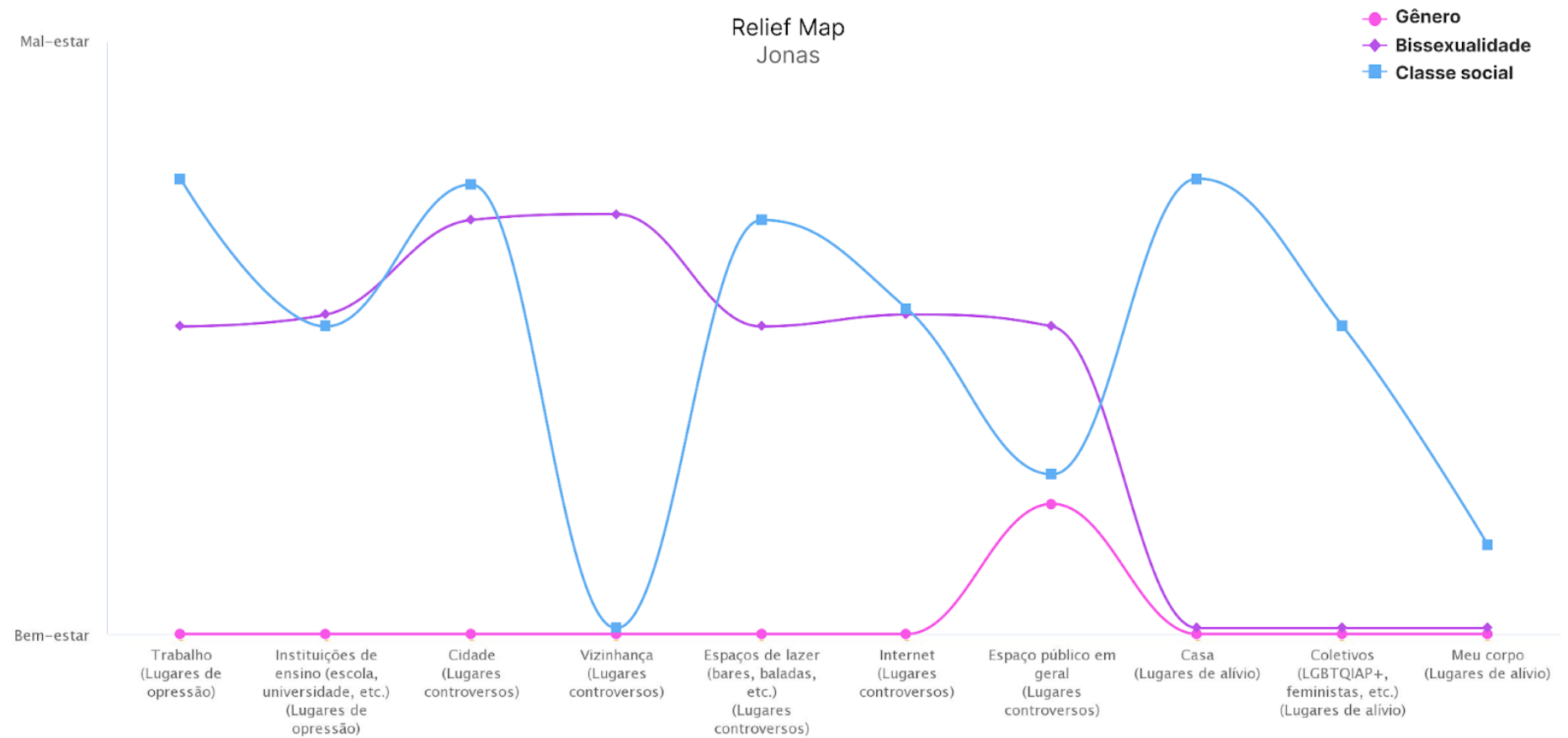
Ao falar das Instituições de Ensino e sua identidade sexual, há um desconforto, tanto ao falar da escola, quanto da universidade, pois para ele, pontagrossenses são muito conservadoras/es mesmo nessas especialidades. Sobre a sua classe, por mais que Jonas tenha sempre estudado em instituições públicas e ter convivido com muitas pessoas de sua classe, ele afirma ter vivenciado situações opressivas no ambiente escolar, por isso a posição mediana do cursor.

Por conceber Ponta Grossa como uma cidade conservadora, Jonas relata que “soube que já aconteceu [violências físicas], até pela cidade que a gente vive aqui, é até por isso também a questão do medo e tal. [...] Se você for pro shopping ali, você só vai ver branco e hétero”. Jonas também evidencia que o crescimento urbano da cidade tem aumentado, proporcionalmente, a discrepância econômica de suas/eus habitantes, fazendo com que Jonas se sinta “empurrado para baixo”. Isso demonstra que ele não se enxerga no planejamento e no desenvolvimento de Ponta Grossa, o qual continua se voltando para a classe alta, branca e heterossexual (VALENTINE, 1993; CARLOS, 2007b; 2020), por isso o mal-estar (Figura 5).

Ao falar de sua Vizinhança, os relatos de Jonas são semelhantes aos relatos anteriores, com exceção de sua classe, onde há bem-estar absoluto, uma vez que ele possui um bom relacionamento com as/os moradoras/es de sua vizinhança, as/os quais compartilham, relativamente, sua classe social (MAYOL, 1998).

Por mais que Jonas também frequente espaços de lazer alternativos, ainda ocorrem hostilizações com pessoas bissexuais, “porque a gente sabe como que rola o preconceito dentro da comunidade e tal e aqui em Ponta Grossa tem um núcleo de homem gay branco assim muito grande, entendeu?!”. Do mesmo modo, ao falar sobre os espaços e atividades de lazer promovidas pela cidade, Jonas declara que a maior parte das festas e festivais são voltados para a cultura do agronegócio, as quais são inacessíveis para a sua classe, bem como outras atrações da cidade, justificando o mal-estar que observamos a seguir (Figura 5):

Figura 5- *Relief Map* de Jonas, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 9 de Outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Ao falar da Internet, Jonas nos revela ter vivenciado situações de acolhimento, bem como situações discriminatórias direcionadas à sua bissexualidade, partindo de heterossexuais, mas também de LGBTQIAPN +, assim como exposto por Charlie (Figura 3). Do mesmo modo, a Internet nos possibilita acessar produtos e informações inimagináveis e por isso, Jonas apresenta um leve desconforto, devido à cultura de consumo e de ostentação inacessível à sua classe.

Os Espaços Públicos, apesar de serem os únicos que demonstram um decaimento de bem-estar na identidade de gênero, ainda são indiferentes para Jonas, em razão da sua passabilidade dentro da cultura masculinista hegemônica, que o faz ser lido, igualmente, como heterossexual (BUTLER, 2018; 1993). Entretanto, por saber que seria hostilizado e/ou violentado caso sua identidade se torne evidente, ele se mostra preocupado. Ademais, por mais que haja uma grande disparidade econômica na cidade, por percorrer bairros destinados à classe trabalhadora, Jonas se sente indiferente sobre esta identidade.

Como dito anteriormente, Jonas mora com seu irmão que também é bissexual, assim, em sua casa temos bem-estar pleno, sendo um lugar de alívio. Ao falar sobre sua classe, entretanto, vemos um grande mal-estar gerado pelo medo de não ter meios de subsistência e não poder mais pagar por sua moradia, alimentação etc., algo que relacionamos também ao fato de Jonas ser MEI e *freelancer*, sendo destituído de direitos trabalhistas e da possibilidade de estabilidade financeira (ROSS *et al*, 2016).

Apesar de ter participado da Frente Ampla Antifascista (FAA) de Ponta Grossa por pouco tempo, Jonas teve experiências positivas, que lhe causam bem-estar absoluto. No tocante à sua identidade de classe, por mais que haja mal-estar, este está associado à uma preocupação pelo coletivo e pela classe trabalhadora de forma geral e não por sua integridade individual.

Como dito anteriormente, a identificação de Jonas como bissexual é muito recente e, talvez por isso, junto ao fato dele ter tido raras relações com pessoas de outros gêneros, ele afirma nunca ter refletido sobre sua corporalidade, e com isso observamos um grande bem-estar em todas as espacialidades.

3.6 Morgana e seu *Relief Map*

Morgana, assim como Camélia, viveu alguns anos acreditando ser uma mulher lésbica e, assim como a primeira, ela também foi mais hostilizada ao se identificar como bissexual (HEMMINGS, 1995), mas as coincidências terminam aqui.

Morgana começou a se relacionar afetivamente com meninos aos 14/15 anos, tendo então seu primeiro namorado, porém, seu relacionamento não se desenvolveu sexualmente. Em um primeiro momento, isto ocorreu por uma culpa católica, semelhante à Estrela e à Skywalker. Todavia, mesmo se afastando de sua religião e tendo se mudando de cidade, de escola e de estilo de vida, sua sexualidade a deixava ansiosa e desconfortável, mas por achar que estes sentimentos eram normais, ela não procurou ajuda.

Aos 17 anos, após ter terminado o seu relacionamento, ela acreditara que o seu “problema” estava relacionado à idade de seus antigos parceiros, e por isso, optou por se relacionar com homens mais velhos. Mas: “hoje que eu vejo quanto que era problemático eu ter 16 anos e eu namorar um cara de 28. [...] E aí eu pensava, não, aí agora eu vou me sentir mais segura né e tudo mais. Menina, não! Me deu exatamente os mesmos tipos de desespero”.

Com o tempo ela terminou o seu relacionamento, pois além de não se sentir confortável com seu ex-namorado, ela passou a sentir nojo dele. Este asco por homens a fez crer que ela era lésbica e com sua primeira namorada, aos 18 anos e já vivendo em Ponta Grossa, ela teve sua primeira relação sexual, mas “doeu demais, doeu muito, muito... Muito de verdade. Fisicamente e psicologicamente, parecia que a pessoa tava me invadindo”, o que a deixou ainda mais confusa sobre sua sexualidade. Por ser filha de pais divorciados e vir de uma família de oito irmãos, alguns ainda pequenos, Morgana tinha vergonha de falar sobre sua saúde mental com seus pais, especialmente com sua mãe:

Eu fui construindo as minhas percepções de mundo, praticamente, sozinha e foi tudo errado [...]. E aí, eu queria entender da onde que eu sentia tanta trava com a minha sexualidade [...] aí me passou pela cabeça: “será que eu sou uma pessoa assexuada?”. [...] E importante que eu te diga que nesse momento da minha vida eu era muito militante, então quando eu fui percebendo que eu achava que eu não gostava de meninos e que eu fui conhecendo o feminismo, eu caí direto em redes de feministas radicais (MORGANA, 13/10/2021, por *Google Meet*).

Apesar de sua imersão em coletivos de feministas radicais, Morgana não se sentia completamente parte do grupo. Sempre que levantava um questionamento

aos coletivos, seja relacionado à estética, pois ela se viu obrigada a não utilizar signos designados femininos, seja em relação à sua sexualidade, Morgana era repreendida (HEMMINGS, 1995). Mesmo ao compartilhar experiências traumáticas de sua vida, na tentativa de encontrar apoio ou mesmo resoluções sobre o ocorrido, ela sofria repressões:

Eu fui vítima de abuso na minha infância e eu me sentia extremamente culpada por aquilo ter acontecido comigo. [...] Eu sentia que meu corpo era sujo, eu sentia que eu era suja, sabe?! Muita coisa. E quando eu pensava, às vezes, em questionar “puxa, será que a minha sexualidade tem a ver com meu abuso?”, as pessoas já vinham pra mim e diziam “Não! Não tem a ver com o abuso, senão se a gente falar agora que as mulheres viram lésbicas por conta de abuso, isso seria lesbofobia total”, daí eu pensava “é verdade, não tem nada a ver uma coisa com a outra” (MORGANA, 13/10/2021, por *Google Meet*).

Mesmo estando em coletivos que possuem como uma de suas bases o acolhimento de mulheres, evidencia-se que este não foi o ocorrido com Morgana. O feminismo contemporâneo possui várias vertentes, pois existem discordâncias acerca de seu sujeito, especialmente sobre a suposta universalidade da categoria Mulher que o feminismo radical carregava (BUTLER, 2018, HEMMINGS, 1995; 2002), a qual, como podemos ver, não foi vencida totalmente.

Os questionamentos sobre sua sexualidade não cessaram, logo, ao se reconectar com sua espiritualidade através de terapias holísticas e realizar psicoterapias, Morgana se abriu para novas experiências, as quais a levaram a se apaixonar por seu atual companheiro (homem cisgênero heterossexual) e assim se iniciou o seu processo de identificação com a bissexualidade:.

O me reconhecer bi foi estranho [...] perceber que tipo, eu me enganei a vida inteira, simplesmente por não ter questionado antes ou porque quando eu tentava questionar e, naquele momento, eu não tinha suporte emocional de um profissional, eu tinha suporte emocional de pessoas de movimentos sociais. [...] Quando você me pergunta “o que é ser bi pra você?”, é totalflex, entendeu?! Ser bi pra mim é uma coisa tão natural, que eu não consigo dizer pra você uma definição, sabe?! (MORGANA, 13/10/2021, por *Google Meet*).

Assim como Estrela, por nunca ter tido atração por pessoas não-binárias (segundo Morgana, por não compreendê-las), Morgana acredita que possui uma orientação sexual binária e não só isso, mas uma atração condicionada à expressões de gênero masculinas, pois todas as mulheres com quem ela se

relacionou são *butch*⁷⁸ e todos os homens se enquadram dentro cultura masculinista hegemônica (BUTLER, 2018).

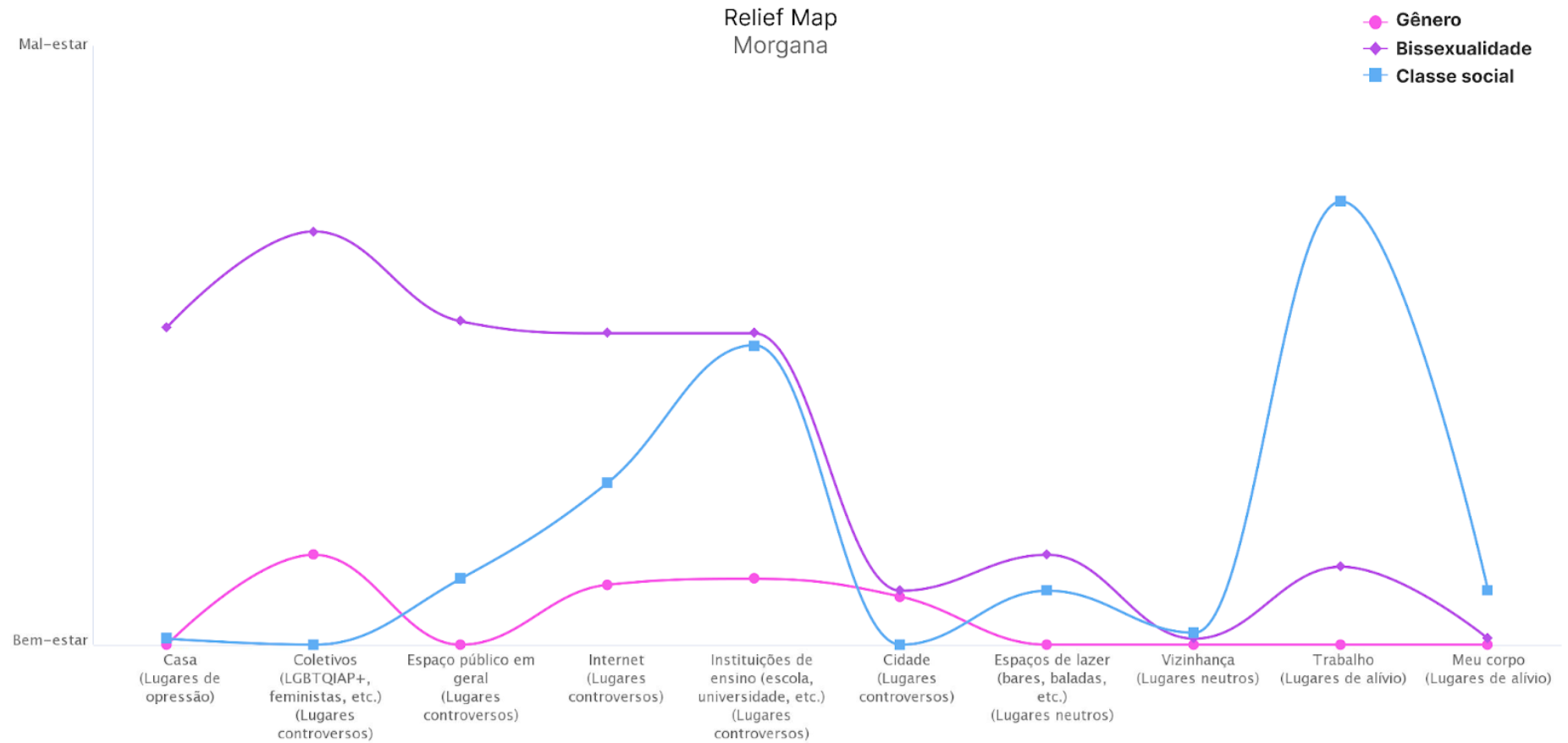
Em virtude dos relatos iniciais de Morgana acerca da construção e compreensão de sua sexualidade, bem como pelas violências sofridas por ela ao longo deste processo, acreditávamos que o mal-estar seria predominante em seu *Relief Map* (Figura 6), mas nos enganamos. Ao falar de sua identidade de gênero, o sentimento de bem-estar é unânime, em algumas espacialidades ele chega a ser pleno. No que tange à sua bissexualidade, há apenas uma intersecção com mal-estar, os Coletivos, e também uma intersecção com mal-estar ao falar sobre sua classe, o Trabalho. Com isso, seu *Relief Map* (Figura 6) se aproxima mais dos *Relief Maps* de homens cisgênero (ver RODÓ-DE-ZÁRATE, 2017), mesmo nossos entrevistados apontaram um desconforto ao pensarem sobre suas centralidades nas matrizes de poder, exceto por Jonas (Figura 5). Assim como fizemos anteriormente, a fim de tornarmos a análise sucinta, as espacialidades que apresentarem indiferença não serão discutidas.

Assim como ocorrido com Skywalker, temos uma ambivalência para Morgana na espacialidade da Casa, sendo referida como a sua própria, bem como a casa dos pais. Esta última é responsável pela classificação como lugar de opressão, tornando este *Relief Map* (Figura 6) o único com esta classificação, pois “ali em casa era uma coisa complicada, por conta do meu irmão [...]. Eu precisava viver em estado de alerta o tempo inteiro dentro de casa.” Como podemos perceber, por mais que Morgana não viva com sua família há alguns anos, ela não se desvinculou emocionalmente desta espacialidade, quiçá por ter sido uma experiência traumática. No entanto, ao se referir sobre sua própria casa, por viver sozinha, tem total liberdade e por isso o bem-estar absoluto.

Ao falar de sua sexualidade, o mesmo fenômeno supracitado ocorreu, já que “os sentimentos ruins todos da casa da mãe e os bons da casa sozinha”, por isso o cursor se encontra ao meio da graduação. Ao falar de sua classe, entretanto, se referiu apenas à sua casa, na qual ela possui meios de se manter sendo bolsista de mestrado da CAPES, trabalhando como terapeuta holística e recebendo auxílio de sua família, dessarte o bem-estar absoluto como pode ser visto na Figura 6 a seguir:

⁷⁸ Expressão de origem francesa, que diz respeito a alguém do sexo feminino, geralmente lésbicas, que utilizam signos masculinos (CEIA, 2009).

Figura 6- *Relief Map* de Morgana, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 13 de Outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

No que concerne aos Coletivos, como visto na Figura 6, especificamente os de feministas radicais, apesar de ainda haver grande bem-estar, percebemos uma diminuição deste, em virtude das ideologias⁷⁹ impostas (HEMMINGS, 1995):

Eu performo muita feminilidade [...]. Teve um tempo que eu parei de performar, [...] parei de cuidar da minha aparência, porque na minha cabeça eu estava fomentando o patriarcado [...] e eu quase caí em depressão. [...] E minhas amigas bem feministonas, qualquer coisinha, tipo “ah, olha essa cria do sistema” (MORGANA, 13/10/2021, por *Google Meet*).

Assim como sua performance de feminilidade era invalidada e repreendida nos coletivos, seus questionamentos acerca de sua sexualidade também o eram (BUTLER, 2018; HEMMINGS, 1995), dessarte o mal-estar. Em contrapartida, como todas possuíam a mesma classe, nesta intersecção, Morgana sente bem-estar absoluto.

Nos Espaços Públicos, Morgana sente bem-estar pleno, sentimento completamente diferente daqueles relatados pelas outras mulheres cisgênero que entrevistamos. Ao falar de sua sexualidade, temos uma ausência de bem-estar, pois “controle é uma coisa que eu sentia, porque somente um grupo me dava medo: minha família”. Isso demonstra que uma separação entre espaço público e privado é equivocada (HAYDEN, 1980, FENSTER, 2005, KERN, 2021). Por não ter compartilhado sua sexualidade com sua família, seja quando acreditava ser lésbica, seja se identificando como bissexual, Morgana teme encontrá-la em público, caso esteja se relacionando com outra mulher, e as possíveis consequências que este encontro pode provocar. No que tange à sua classe, assim como em seu gênero, vemos bem-estar, já que ela tem uma boa acessibilidade aos espaços e bens públicos.

Na Internet, apesar de ter apontado sentir um grande bem-estar, Morgana teme a exposição de seu corpo. Assim como Estrela e Camélia, ela se sente pressionada pelos padrões estéticos aos quais mulheres são submetidas.

No tocante à sua sexualidade na Internet, Morgana afirma que:

Tenho ressentimentos do movimentos LGBTQIA+. [...] Eu já vi casos assim de bifobia, [...] às vezes em grupos assim de movimentos sociais do facebook que eu participava. [...] Tipo chamar de confusa, dizer que menina bissexual se aproveitava de lésbica, eu via nesse grupo assim tipo menina lésbica dizendo que nunca se relacionaria com uma menina bissexual, menina lésbica dizendo que tipo, relatando assim que namorava com uma bissexual e que a bissexual traía ela com um outro cara. [...] Aí hoje com a

⁷⁹ Compreendidas aqui como “um conjunto lógico, sistemático e coerente, de representações (idéias e valores) e normas ou regras de conduta que indicam aos membros da sociedade o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer” (ver CHAUI, 1981, p. 11)

cabeça que eu tenho, eu penso “putz, mas será que o problema é a orientação sexual da pessoa ou os valores dela?” (13/10/2021, por *Google Meet*).

Com isso vemos um relato semelhante ao de Estrela sobre a abjeção de mulheres lésbicas para com mulheres bissexuais (HEMMINGS, 1995), por isso tem-se, mais uma vez, a ausência de bem-estar. Sobre a sua classe, há um bem-estar, pois não é uma espacialidade que lhe causa conflito acerca desta identidade.

Ao falar das Instituições de Ensino, seus sentimentos acerca da sua identidade de gênero seguem o mesmo padrão descrito anteriormente. Sobre sua sexualidade, assim como as outras pessoas entrevistadas fizeram, Morgana focou em sua vivência universitária. Sua ausência de bem-estar nesta intersecção se dá devido à sua necessidade de esconder os conflitos internos que ela estava vivenciando e, como dito anteriormente, Morgana teve um processo de amadurecimento emocional muito solitário, o que justifica sua dificuldade em expor seus sentimentos, questionamentos e fragilidades.

Por outro lado, ao falar de sua classe, seu relato se volta à vida escolar. Apesar de vir de uma família de classe de renda baixa, seus pais investiram em uma educação privada desde cedo. Entretanto, sua diferença de classe para com suas/seus colegas tornaram o espaço escolar em um lugar conflituoso, experiência esta que melhorou com sua entrada no ensino médio, em uma escola pública e na universidade, também pública.

A Cidade também é um lugar controverso para Morgana, apesar de apresentar um grande bem-estar em todas as suas intersecções identitárias. Seu relato sobre gênero e bissexualidade se sobrepõe nesta espacialidade, pois embora haja uma preocupação caso ela esteja se relacionando com outra mulher, visto o conservadorismo da cidade, ela se mostra indiferente a maior parte do tempo. No que concerne à sua classe, ela nos informa que “Ponta Grossa é um pouco cara”, mas que por morar na zona central da cidade, não utilizar transportes públicos e ter uma vida “tranquila”, não sentindo que sua experiência urbana é limitada.

Ao falar sobre os Espaços de Lazer, mais uma vez nos surpreendemos com seus relatos positivos e completamente diferentes das outras mulheres cisgênero que entrevistamos, especialmente ao falar de seu gênero, onde observamos bem-estar absoluto. Visto que as outras mulheres que entrevistamos compartilharam

o medo e desconforto sobre assédios e violências sexuais e, considerando que Morgana foi vítima destas, a perguntamos se este receio era compartilhado por ela:

Morgana - Posso ser bem sincera? Não tenho! Tipo esse medo assim de que alguém chegue perto de mim e me assedie, porque na minha cabeça tem uma grande diferença entre o elogio e o assédio, né?! [...]

Hortência - Ah, que bom! No tempo que eu morei em Ponta Grossa, eu era assediada quase todo dia.

Morgana - **Também, bonita desse jeito. Parece aquela tigresa da música do Caetano Veloso, entendeu?! [...] Pelo amor de deus, foi uma piada, por favor.** Sei lá, tipo, como que eu posso te explicar, talvez eu seja um pouco sem graça. [...] Já me senti desrespeitada, mas tipo assim... Eu também tenho que considerar os meus hábitos de vida, né? **Eu não saio, Hortência, de casa.** Eu vou, no máximo, pra um café, mas sair pra ir pra balada, fazer essas coisas, eu não faço (MORGANA, 13/10/2021, por *Google Meet*, grifos nossos).

Segundo Judith Butler (2017), o processo de sujeição, ao mesmo tempo que nos torna sujeitos, nos descreve como subordinados às instituições de poder. Todavia, não somos passivas/os à elas, mas internalizamos seus preceitos e negociamos com eles. No discurso de Morgana, especificamente em nossos grifos, observamos elementos que demonstram essas internalizações, pois ao falar sobre situações de assédio, percebemos quase uma culpabilização das vítimas, como se essas violências estivessem ligadas à estética, por mais que tenha sido dito em tom de brincadeira. Neste trecho de sua entrevista, podemos observar também o impacto que a repressão da sua corporalidade feminina, fruto da ideologia pregada em seu tempo de militância, teve e tem em sua vida. Desta forma, acreditamos que as negociações com as instituições de poder feitas por Morgana, justificam seu constante bem-estar, uma vez que ela se compreende como uma pessoa “sem graça”, quase imperceptível.

No que tange à sua bissexualidade, por estar em um relacionamento com um homem cisgênero e ter passabilidade, não encontramos nenhum conflito e, mesmo em seus antigos relacionamentos, isso não era um problema para ela. Do mesmo modo, como suprarreferido, por não frequentar muitos espaços de lazer, sua classe também não apresenta sanções, dessarte o bem-estar nas duas identidades.

Ao falar sobre a Vizinhança, um lugar neutro, observamos bem-estar absoluto em todas as identidades de Morgana, pois não é uma espacialidade conflituosa para ela. Por outro lado, ao falar de seu Trabalho, por mais que haja bem estar absoluto sobre a sua identidade de gênero, na identidade sexual e, especialmente, na identidade de classe, existem obstáculos. Sobre a sua bissexualidade, em seus trabalhos atuais como pesquisadora no mestrado e terapeuta holística, Morgana se

sente extremamente confortável. Entretanto, por ter trabalhado anteriormente em escolas, ela nos revela que:

A escola não tá preparada, minimamente, pra conseguir trabalhar com diversidade e inclusão sexual. [...] Não trabalhava, não abordava esse tipo de assunto e assim, até mesmo no meu trabalho não abordo, [...] no sentido de que não acho necessidade e na escola, porque eu tinha essa questão de que eu não quero ser discriminada. Não acho que meus alunos estavam preparados. [...] Agora vou trazer uma outra percepção também, na escola em que eu trabalhava, nós tínhamos a K*****, K***** é uma mulher trans [...]. E eu percebo que o trabalho dela é dobrado pra manter respeito (MORGANA, 13/10/2021, por *Google Meet*).

Aqui, bem como expresso pelas outras pessoas que entrevistamos, vemos a sobreposição de uma identidade sobre a outra, já que no caso de Morgana, há uma supressão de sua identidade sexual a fim de evitar tensionamentos em seu trabalho (VALENTINE, 2007; ROSS *et al*, 2016), e no caso de sua colega de trabalho, que tem sua identidade profissional suprimida por sua transgeneridade. A espacialidade do Trabalho é a única no *Relief Map* de Morgana (Figura 6) em que há um mal-estar na sua identidade de classe. Isso ocorre devido ao seu interesse em empreender na área das terapias holísticas. Como os cursos deste setor têm um alto custo e como sua principal fonte de renda é a bolsa de mestrado, ela sente uma forte pressão em conseguir se estabilizar financeiramente neste ramo, para que não precise retornar à casa de sua família ao final do mestrado. Apesar destes conflitos na espacialidade Trabalho, Morgana a categorizou com um lugar de alívio.

Outro lugar de alívio é o Corpo. Como dito anteriormente, Morgana se viu forçada a suprimir qualquer performatividade feminina (BUTLER, 2018). Como isto ocorreu em um momento de transição entre adolescência e vida adulta, ela nos relata que “tinha uma disforia de imagem muito grande”, disforia esta que a impedia de se ver e de querer ser vista por outras pessoas. Por almejar ampliar seu trabalho de terapeuta holística, Morgana utiliza as redes sociais. Por sentir que precisa se expor mais, a fim de aumentar sua clientela, Morgana vem trabalhando sua disforia em terapia psicológica e por isso, ao comparar sua autopercepção com a que ela tinha no passado, ela afirma sentir bem-estar em sua plenitude.

Do mesmo modo, ao falar de sua bissexualidade, seus antigos questionamentos foram concluídos, restando apenas o sentimento de bem-estar e o sentimento de que “as coisas se encaixaram”. A sua classe também apresenta um grande bem-estar, tanto por não sentir mais que há algo de errado com seu corpo, como por ter aprendido a pedir ajuda quando há algum problema.

3.7 Proletário e seu *Relief Map*

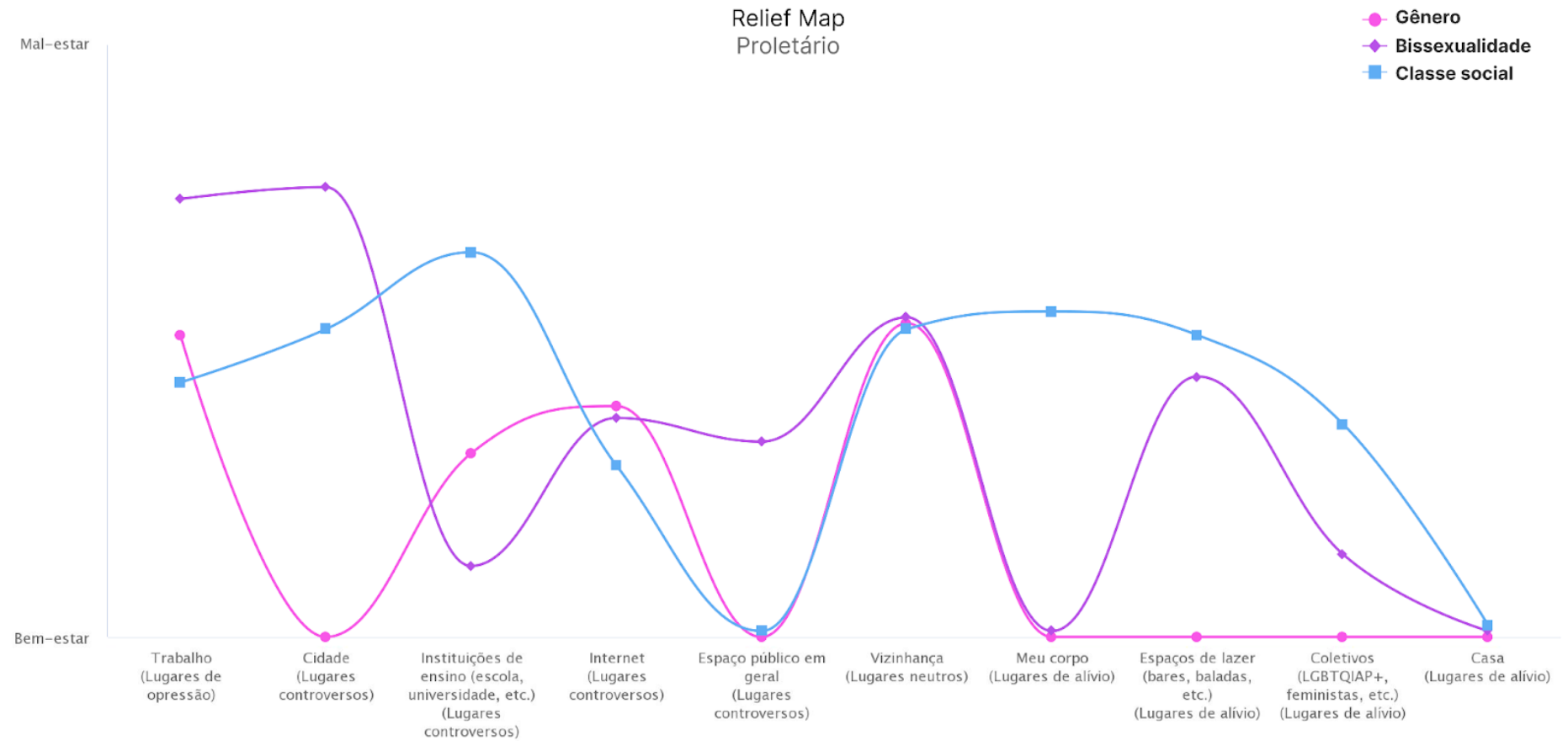
Assim como Proletário inspirou seu irmão Jonas a se compreender e se identificar como bissexual, ele também foi inspirado por outras pessoas em seu processo. Durante a adolescência, por mais que Proletário possuísse atração pelo gênero feminino, o despertar de sua atração pelo gênero masculino o deixou confuso:

Uma vez eu contei pra um amigo meu que eu falei “cara, eu acho que eu sou gay. Pode ser que eu seja gay”, porque eu não tinha nem a concepção de que a bissexualidade existia, entendeu?! [...] No outro dia na escola todo mundo na sala tava sabendo [...], daí isso aí me retraiu e só fui me assumir mesmo bem depois. [...] Eu sabia que eu não era gay, porque eu sempre me sentia muito atraído por mulheres, inclusive, infelizmente, a gente que é homem a gente tem contato com pornografia muito cedo e daí isso é um formador assim de como a gente vai ter nossas relações sexuais (PROLETÁRIO, 14/10/2021, por *Google Meet*).

Por desconhecer a bissexualidade, bem como ser pressionado pela cultura masculinista hegemônica e pela matriz heterossexual, Proletário se viu impelido a ter uma escolha de objeto, processo que postergou a sua identificação como bissexual (BUTLER, 2018, HEMMINGS, 2002). Ele conheceu esta possibilidade apenas aos 20 anos, em parte graças à sua ex-esposa (mulher cisgênero), que também é bissexual e jornalista feminista, mas também por ter conhecido um homem cisgênero que é bissexual, o que o despertou para outras possibilidades de masculinidades e de sexualidades. Sua concepção de bissexualidade, inicialmente, era semelhante à de Estrela e Morgana, mas ao conhecer melhor o tema e conhecer mais bissexuais, Proletário passou a concebê-la como “tendo mesmo essa pluralidade de relações afetivas, sexuais”, sendo um espectro dentre “dois pólos de gênero”.

No tocante ao *Relief Map* de Proletário, embora tenhamos, em certa medida, uma oscilação sobre sua identidade de gênero, ele afirma que “não é algo que eu fico pensando sempre”. Por não se sentir tensionado pelas expectativas da masculinidade hegemônica (BUTLER, 2018), não nos foi relatado nenhum transtorno, como pode ser visto na Figura 7 a seguir, e assim, concentramos nossas análises em sua bissexualidade e sua identidade de classe.

Figura 7- *Relief Map* de Proletário, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 14 de Outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Como pôde ser visto na Figura 7, o Trabalho é seu único lugar de opressão. Ao falar de sua classe, por ser metalúrgico em uma oficina de caminhões, Proletário está em contato com duas realidades de classe: A de seus colegas de trabalho, sendo a mesma que a sua; e a dos donos de frotas de caminhão, sendo, muitas vezes, milionários. Por este motivo, em alguns momentos, Proletário se sente desconfortável neste espaço, mas por conviver a maior parte do tempo com seus colegas, ele apresenta um pouco de bem-estar. Em contrapartida, por ser um ambiente que compactua com a cultura masculinista hegemônica (BUTLER, 2018), Proletário sofre algumas violências, como:

Às vezes a gente tá numa roda assim [...] e aí os caras começam a falar coisas extremamente machistas, extremamente homofóbicas assim tipo na tua cara. [...] Às vezes, acontece de um cara falar “ah, então você queria um pirocão” e eu falo “eu queria mesmo, cara. É isso que eu queria”, aí nessa situação, normalmente essas pessoas que fazem essas piadas, são as pessoas que podem ser que elas te assediem [...]. A gente chegou numa situação assim, meu apelido é Zé no trabalho, ele [colega] falou “ah, você que é o Zezão das moças?”, daí eu falei “dos moços também”, e ele “daonde?”, e eu “é real mesmo cara”, e ele “como assim, cê é viado?” e eu “não, sou bissexual” e eu falei da forma mais abreviada possível “eu gosto de homem e de mulher, me relaciono com homem e com mulher”, “ah, sério? Cê tá brincando!” (PROLETÁRIO, 14/10/2021, por *Google Meet*).

Aqui vemos um fardo acumulado carregado por bissexuais (ROSS *et al.*, 2016), já que além de vivenciar situações homofóbicas, Proletário é também vítima de bifobia, em parte pelo desconhecimento sobre o que é a bissexualidade, mas também pelo sentimento de abjeção endereçado aos relacionamentos afetivos e sexuais entre dois homens.

A Cidade foi classificada como um lugar controverso por Proletário, pois embora ele a conceba como conservadora, o que a torna interdita para pessoas bissexuais e pessoas de classe de renda baixa (CARLOS, 2007b; 2020), ele ainda considera que “é uma cidade muito massa, eu amo muito essa cidade aqui”, por isso a pluralidade de sentimentos.

As Instituições de Ensino são também controversas para Proletário. Como dito anteriormente, ao compartilhar suas dúvidas com um amigo à respeito de sua sexualidade, ele foi hostilizado. Contudo, ao falar da Universidade, por ter se cercado de outras pessoas LGBTQIAPN+, ele afirma que “é o lugar em que eu me sinto mais à vontade, tirando minha casa”. Ao falar de sua identidade de classe, a universidade se torna o foco de seu relato. Diferentemente de Skywalker, Proletário não consegue acessar as assistências estudantis oferecidas, pois a universidade é

“bem excludente com o aluno trabalhador, tipo pra ter acesso à programas e tal assim, inclusive procurei psicólogo pela UEPG, não consegui porque não tem atendimento noturno”. Outrossim, Proletário não consegue se matricular em todas as disciplinas ofertadas em seu semestre, por não dispor de tempo livre para estudá-las fora da sala de aula, sendo então impedido de concorrer às bolsas de iniciação científica e de extensão, uma vez que este é um dos critérios para as vagas. Sendo a universidade uma instituição de controle e sujeição de pessoas (BUTLER, 2017), observamos um mal-estar em seu *Relief Map* (Figura 7).

A Internet, lugar também controverso, apresenta bem-estar em todas as identidades, por mais que não estejam em sua plenitude. Ele é um grande divulgador da bissexualidade e de seu trabalho como metalúrgico em suas redes sociais (MCDERMOTT, 2010) e, apesar de ter nos relatado ter sido assediado sexualmente por outros homens, esta espacialidade não lhe provoca desconforto.

Os Espaços Públicos são também controversos. A sua classe apresenta bem-estar absoluto, já que Proletário também frequenta, majoritariamente, espaços projetados para as classes mais baixas. Todavia, sobre a sua sexualidade, vemos uma retração no seu bem-estar, pois age sempre com cautela e preocupação para evitar possíveis violências, especialmente por trabalhar e conviver em meios muito masculinistas (VALENTINE, 1993; RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016; SANZ; GILL, 2020; KERN, 2021).

A Vizinhança foi categorizada como um lugar neutro, apresentando indiferença na sua identidade de classe e de gênero (MAYOL, 1998). No entanto, sobre a sua identidade sexual, por mais que ele esteja se relacionando com uma mulher cisgênero atualmente, por morar em uma vizinhança conservadora e bolsonarista, ele teme possíveis agressões.

O Corpo é um lugar de alívio para Proletário, apresentando bem-estar absoluto sobre seu gênero e sua sexualidade. Sua classe, embora revele uma retração em seu bem-estar, decorre da ausência de dinheiro para fazer algumas modificações corporais, as quais ele gostaria de realizar.

O *Relief Map* de Proletário (Figura 7) é o único que aponta Os Espaços de Lazer como um lugar de alívio, pois, em suas palavras, “eu só tendo a tá em lugar onde tem pessoa como eu”, o que o blinda, em certa medida, de situações negativas. Apesar disso, ele ressalta que sua corporalidade masculina facilita a sua

utilização destes espaços, já que mulheres bissexuais tendem a ser fetichizadas (HEMMING, 2002).

Suas experiências em Coletivos abrangem o Diretório Acadêmico de seu curso de graduação, a FAA e a Frente Amplo-Democrática (FAD), sendo lugares de alívio para ele. Embora ele seja indiferente sobre sua identidade de gênero e sua identidade de classe, ele nos revela que o mesmo não ocorre sobre sua bissexualidade, pois o contrato epistêmico de apagamento bissexual age em todas as escalas (YOSHINO, 2000), mesmo naquelas em que há uma maior abertura para a diversidade:

É muito louco como assim, nesses coletivos, acontece rolê de bifobia. [...] Por exemplo, das pessoas tipo “ah, vamos fazer, vamos discutir tal coisa, vamos fazer um rolê com pessoas LGBT”, aí as pessoas nem te consideram assim, às vezes, simplesmente não entram em contato com você, nem pensam no teu nome. [...] É naquele caso, pra pessoa hétero é indiferente, já aconteceu com pessoas da comunidade mesmo, tipo saberem e tal e não te considerar ou considerar outras pessoas bi (PROLETÁRIO, 14/10/2021, por *Google Meet*).

Por fim, a Casa é também um lugar de alívio, pois ele compartilha com seu irmão, também bissexual, e seu filho, o qual tem conhecimento de sua sexualidade. Sua ex-esposa, como dito anteriormente, é bissexual e o auxiliou no seu processo identitário, e sua atual companheira é também bissexual. Similarmente, por morar em um bairro periférico, dividindo-o com outras pessoas pertencentes à sua classe, Proletário apresenta bem-estar absoluto em todas as suas identidades, já que habitar um espaço “em que as pessoas podem ser elas mesmas é muito bom”.

3.8 bell⁸⁰ e seu *Relief Map*

O *Relief Map* de bell (Figura 8) é o que apresenta maior equanimidade. Isso evidencia que as negociações realizadas por ela com as instituições de poder a fizeram, em suas palavras, “neutralizar sentimentos”, de tal modo que ela não consegue distingui-los, reduzindo-os a “nada”, por mais que em seus relatos a preocupação e discriminação sejam constantes.

bell é natural de uma pequena cidade do Paraná, semelhante às outras pessoas entrevistadas, tendo se mudado para Ponta Grossa aos 17 anos, quando ingressou na universidade. Até este período, bell se relacionou apenas com mulheres cisgênero, algo que ela mesma intitula como uma relativa

⁸⁰ Em alusão à bell hooks, por isso escrito com letras minúsculas.

heterossexualidade compulsória, já que não foi uma experiência violenta e forçada. Já na universidade, tendo contato com pessoas do Movimento Estudantil, especialmente pessoas LGBTQIAPN+, bell passou a questionar sua corporalidade, não apenas sobre sua sexualidade, mas sobre sua identidade de gênero, percebendo assim, que ela construiu por 17 anos uma autoimagem “de uma forma que foi silenciadora”. Este padrão, como bem observado por ela ao final de sua entrevista, não foi vencido totalmente.

Sua aproximação com uma comunidade gay a fez performar outro tipo de corporalidade (HEMMINGS, 2002). Entretanto, por não compactuar com a ideia, muitas vezes misógina, de que ela nunca mais se relacionaria com mulheres, ela sentiu um certo distanciamento. Ainda neste período, ela iniciou um relacionamento com um homem cisgênero bissexual, com quem ela se relaciona até hoje. Por ter um relacionamento não-monogâmico com seu companheiro, bell pôde perceber que ela mantinha uma atração pelo gênero feminino. Contudo, seu processo de reconhecimento como uma pessoa transfeminina a afastou destes sentimentos, porquê:

De alguma forma isso fazia com que se invalidasse a minha identidade não-cisgênero, tanto da minha cabeça, quanto no mundo. [...] As pessoas me diziam sobre querer ser mulher e eu falava “putz, mas não é isso que eu quero. Eu não quero ser mulher” [...] e aí existe um mix de discursos que são transfóbicos, que são machistas, que são lesbifóbicos, bifóbicos, enfim. E aí eu “meu deus, acho que eu não posso mesmo” e aí fiquei nesse período uma boa parte de tempo sem me relacionar com nenhuma mulher, seja cis, seja trans (BELL, 15/10/2021, por *Google Meet*).

Foi apenas com a pandemia de Covid-19, por estar em maior contato com seu corpo e com seus próprios pensamentos, já que ela estava isolada apenas seu companheiro, que bell se compreendeu finalmente como uma pessoa não-binária transfeminina e como bissexual. No ‘jogo de identidades’ (HALL, 1996) de bell, a fim de reafirmar sua identidade de gênero inconforme, ela suprimiu sua identidade sexual, reivindicando-a apenas após a pandemia. Dito isso, sua compreensão do que é bissexualidade é também associada à sua compreensão de não-binariedade, sendo “uma possibilidade de para além de duas noções binárias complementares”, semelhante à Kenji Yoshino (2000).

Como dito anteriormente, seu *Relief Map* (Figura 8) apresenta uma equanimidade de suas emoções. Todavia, nas Instituições de Ensino, um lugar de opressão para bell, sua identidade de gênero e de classe apresentam o sentimento de mal-estar. Sobre a primeira, bell nos relata que precisa estar sempre atenta e que

não se sentia ouvida ou mesmo validada, especialmente no Movimento Estudantil, somente quando sua imagem é conveniente:

A Megg [Rayara] diz uma coisa que quando eu vi ela dizendo isso uma vez eu falei “putz, é verdade”, ela disse que ela é doutora e a diferença dela com as outras doutoras, é que ela além do acúmulo teórico, ela sabe também girar o fio com a gilete na ponta quando ela precisa. Então acho que é isso assim, a gente sabe que às vezes a coisa é no grito mesmo (BELL, 15/10/2021, por *Google Meet*).

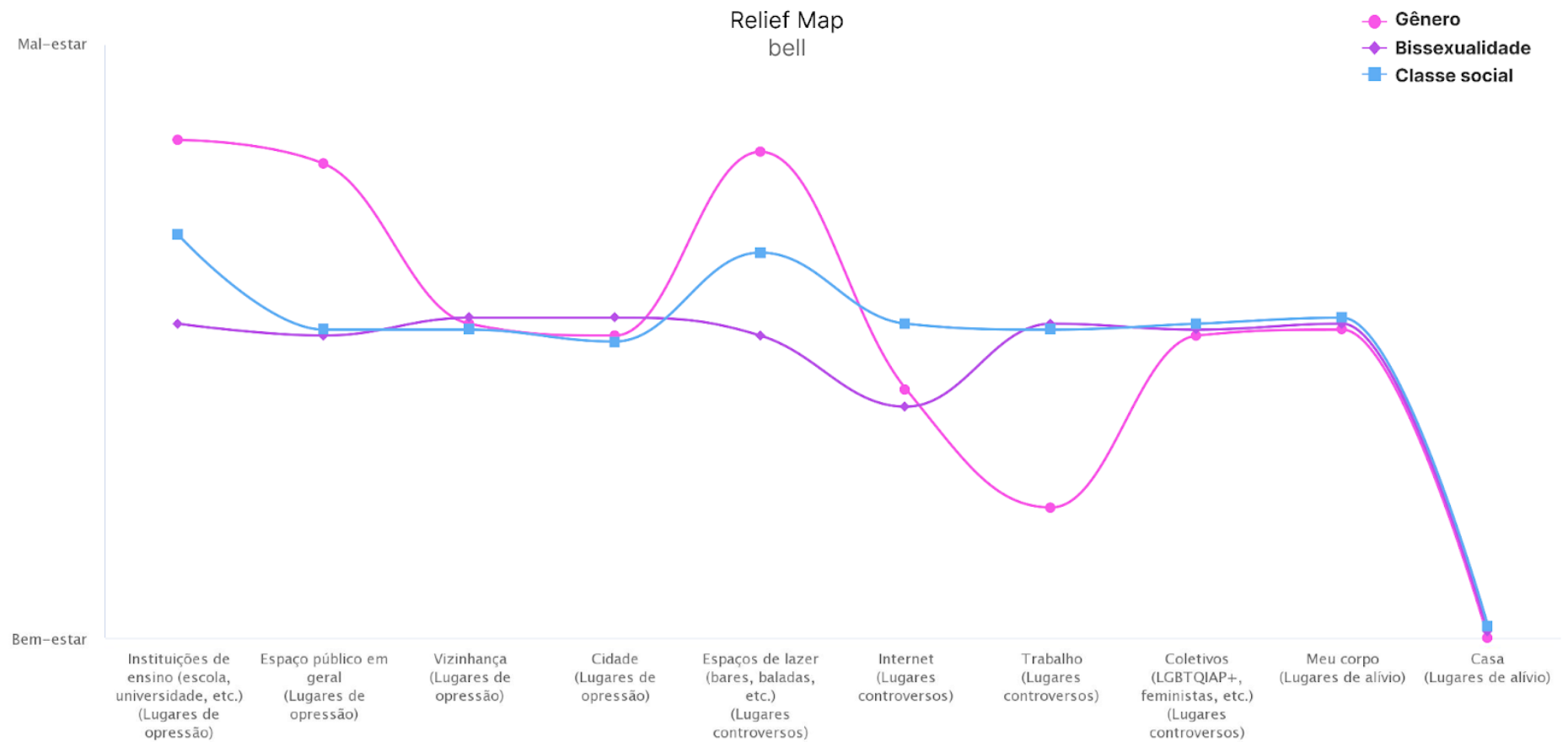
Por esse motivo, bell apresenta um mal-estar quase absoluto. Ainda nestas espacialidades, a sexualidade de bell está associada a um silenciamento vindo de fora, mas também dela mesma para com seu companheiro. Ela compartilha que, por vezes, seu companheiro era visto como “menos LGBT” que ela por seus colegas, comportamento que também fora perpetuado pela mesma (YOSHINO, 2000; HEMMINGGS, 2002):

Eu olhava pra homens e pensava “odeio todos” e eu olhava pro lado e me relacionava com homens, então foi uma tensão assim na minha vida [...] e aí eu tava fazendo um movimento muito problemático que era eu estava apagando a subjetividade do meu companheiro, estava reduzindo ele a uma coisa que é só uma das coisas que compõe quem ele é (BELL, 15/10/2021, por *Google Meet*).

Aqui vemos que bell não apenas suprimiu sua identidade sexual para valorizar sua identidade de gênero, mas que este jogo identitário foi transferido também para seu companheiro. Com isso, constatamos que bell, ao negociar suas identidades com as matrizes de poder cis-heteronormativas e homonormativas, também contribuiu, mesmo que momentaneamente, para o apagamento epistêmico da bissexualidade (BUTLER, 2017; YOSHINO, 2000). Sobre sua classe, como visto no Capítulo II, as instituições de ensino são instituições de domínio de saberes, e por isso, ela as associa à espacialidades de controle de pessoas, moldando-as para objetificar a abjetificar umas às outras, por isso o seu mal-estar.

Ao falar sobre sua transfeminilidade nos Espaços Públicos, bell revela que durante à noite, seu deslocamento pela cidade é um pouco mais fácil, pois a sua corporalidade é compreendida como pertencente a espaços noturnos, causando até um certo medo às demais pessoas (SILVA; ORNAT; LEE, 2021). Em contrapartida, durante o dia, é bombardeada com avisos, diretos e indiretos, de que ela não pertence àquele lugar, por isso observamos também um grande mal-estar em seu *Relief Map* (Figura 8) a seguir:

Figura 8- *Relief Map* de bell, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 15 de Outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Ao falar de sua sexualidade, bell reitera o silenciamento e a invisibilidade desta, pois por estar em um relacionamento há cinco anos com seu companheiro, as pessoas não consideram sua bissexualidade, especialmente pessoas LGBTQIAPN+ (YOSHINO, 2000). Para bell, sua classe, identidade que também apresenta neutralidade em seu *Relief Map*, está interligada à sua identidade racial e por isso, tem uma experiência urbana mais tranquila, nesse sentido. Em contrapartida, como ocorrido com Estrela, bell explica que o recebimento de sua bolsa de mestrado foi uma ascensão social, já que seu trabalho informal de cozinheira e vendedora de marmitas asiáticas veganas satisfaziam apenas suas necessidades mais básicas.

Por morar no centro de Ponta Grossa, a Vizinhança é vista como um lugar de opressão por bell, pois “o centro tem um poder de controle muito forte, de quem pode circular ou não”. Sobre sua sexualidade e sua classe, ela reitera o que foi supramencionado, pois para ela as pessoas costumam acreditar que “quando a gente consegue morar no centro, a gente alcançou coisas e eu não acho que isso seja verdade”. Do mesmo modo, as mesmas emoções de sua vizinhança foram direcionadas para a Cidade, sendo também um lugar de opressão, pois ao mesmo tempo que ela sente que Ponta Grossa tem muito a oferecer, ela tem sua vivência interdita neste espaço (CARLOS, 2007b; 2020; SILVA; ORNAT, 2010):

Eu acho que já rolou tanto B.O. nessa cidade, que eu sempre vou nos mesmos lugares, com as mesmas pessoas, porque eu sei que naqueles lugares é possível algum tipo de resposta quando dá um B.O. assim. [...] Eu amo essa cidade, ao mesmo tempo que eu odeio muito várias coisas aqui, porque é muito cansativo precisar construir o espaço de lazer pra poder ir (BELL, 15/10/2021, por *Google Meet*).

Por isso os Espaços de Lazer são lugares controversos para bell, pois a sua corporalidade como pessoa não-binária transfeminina e bissexual é lida como a de uma pessoa que não é “possível pra se relacionar” (BUTLER, 1993). Sobre a sua classe, ela nos relata que mesmo as baladas que tem o público alvo LGBTQIAPN+ são elitistas, classistas, racistas e transfóbicas, e por isso, esta espacialidade também apresenta mal-estar.

Ao falar da Internet, um lugar controverso, bell afirma possuir um distanciamento desta espacialidade, por mais que se sinta pressionada, em diversos momentos, a se expor mais sobre suas ideologias e identidades. Apesar disso, devido ao seu distanciamento, por vezes ela se sente indiferente.

O Trabalho, lugar também controverso, se divide em duas realidades: 1) sua pesquisa acadêmica; e 2) sua venda de pratos asiáticos. Sobre a primeira, ela

apresenta alguns infortúnios como a recusa de todos os periódicos aos quais ela tem submetido seus artigos, pois todos “pedem correções que não são coisas que estão erradas para serem corrigidas”. Além disso, ela se sente apagada e reduzida à sua transgeneridade como se “esse é o lugar de onde você fala, então é sobre isso que você tem que falar, em qualquer espaço, em qualquer lugar, qualquer questão é sobre isso”.

Por esta razão, bem como pelas limitações que são também impostas à sua classe, ela sente que precisa sempre trabalhar mais que as outras pessoas, negociar mais com as instituições de poder a fim de ser, minimamente, ouvida, semelhante ao compartilhado por Morgana sobre sua colega de trabalho transexual. (BUTLER, 1993; 2017).

Sobre a segunda, por estar em uma rede LGBTQIAPN+ de venda de alimentos, ela se sente acolhida por suas/seus colegas de trabalho. Entretanto, como o contato com as/os clientes é rotacionado, em sua semana de atendimento aos clientes, as vendas decaem, por mais que ela despenda muito mais tempo atendendo-as/os que suas/seus colegas cisgênero.

Sobre a sua sexualidade, há também uma invisibilização, desta vez também partindo de suas colegas de trabalho, que ainda a enxergam como homossexual (YOSHINO, 2000; HEMMINGS, 2002). Sobre sua classe, em se tratando de versões veganas de pratos asiáticos, pratos esses que bell nunca teve a oportunidade de provar em outros restaurantes, ela sente também um grande tensionamento, além de sentir uma grande responsabilidade sobre o veganismo, que por vezes, no Brasil, se mostra um movimento classista e racista.

Os Coletivos são lugares de grande tensão para bell, sendo classificados como lugares controversos. Suas experiências abarcam o DCE, a FAA, a FAD, o Coletivo Vegano, a Caipora e o Centro Acadêmico do curso de Letras, este último sendo uma experiência positiva. Ao falar dessas espacialidades, bell compartilha sofrer um “silenciamento intelectual muito grande, como se eu servisse pra mobilizações práticas, mas não para mobilização intelectual”. Este silenciamento diz respeito à sua corporalidade transgênero, mas também à sua bissexualidade, partindo tanto de pessoas de acordo com a cis-heteronormatividade, como partindo de LGBTQIAPN+, que tratam a bissexualidade como “uma sexualidade de transição”, “um meio de caminho”, um não-lugar (HEMMINGS, 2002). Do mesmo modo, ao falar de sua classe, bell afirma não se sentir representada, além de

silenciada, já que mesmo em movimentos políticos de esquerda, os cargos mais altos de poder são ocupados por pessoas com maiores acessos, intelectualmente, financeiramente e espacialmente:

E eu penso isso muito quando eu tô pensando em homens gays, brancos, cisgêneros, ricos, porque o que eles fazem? Eles eram o Outro do regime heterossexual e aí pra deixar de ser o Outro, eles criam um Outro pra eles, e aí esse Outro pra eles é a gente. [...] Uma outra coisa importante sobre classe é que a gente vai pensar sobre trabalho e aí quando a gente ocupa os movimentos sociais e a gente é dissidente sexual, desobediente de gênero, enfim, entendem que essa é a nossa pauta, entendem que nossa pauta é “identidade”, como se isso não significasse pensar sobre trampo, pensar sobre grana, pensar sobre circulação na cidade [...], como se as coisas tivessem muito separadas (BELL, 15/10/2021, por *Google Meet*).

Diante disso, compreendemos que seu relato expõe o segundo ponto do contrato epistêmico de apagamento bissexual (YOSHINO, 2000), que nos leva ao seu Corpo, que apesar de ter sido classificado como lugar de alívio, não apresenta bem-estar em nenhuma identidade. Ao falar sobre o seu processo de identificação como uma pessoa transfeminina, ela relata se sentir uma *outsider*, não só na matriz cis-heteronormativa, mas também entre pessoas LGBTQIAPN+. Portanto, sua interação com outras pessoas, às vezes “é desconfortável, às vezes as coisas passam com tranquilidade”, por isso a posição central no cursor.

Ao falar de sua sexualidade, bell afirma que consegue lidar melhor com este ‘não-lugar’ ao qual as pessoas a submetem. Porém, há ainda um desconforto já que antes de sua transição, bell era lida como um homem gay e após sua transição, é entendida como uma pessoa heterossexual. Do mesmo modo, ela expõe a cultura masculinista hegemônica ao afirmar que vivemos em “uma cultura que é realmente focada no homem masculino cisgênero, porque todas as identidades, de alguma forma no geral, são entendidas como as identidades que devem se relacionar com homens”. Ao falar de sua classe, há um sentimento paradoxal entre o estar à margem e estar no centro (ROSE, 1993; ORNAT, SILVA; 2014), simultaneamente, pois ela a associa tanto à sua transgeneridade quanto à sua racialidade.

A Casa, além de um lugar de alívio, é a única espacialidade em que há bem-estar absoluto. Por estar em um relacionamento com seu companheiro há cinco anos, uma pessoa que compartilha sua classe e sua identidade sexual, além de tê-la apoiado e auxiliado em seu processo transexualizador, sua casa se torna o único espaço da cidade em que bell se encontra acolhida e livre. No entanto, destacamos que bell é a única entrevistada, dentre as pessoas que moram com suas/seus companheiras/os, que possui uma renda familiar inferior à dois salários

mínimos, corroborando com o argumento apresentado por Ross *et al* (2016) de que casais que não são compostos por uma pessoa cis-feminina e outra cis-masculina possuem uma renda menor que aqueles que são.

3.9 Zaira e seu *Relief Map*

Zaira, assim como Estrela e Skywalker, tem um passado muito religioso, não só dentro do catolicismo, mas também em igrejas evangélicas. Por também ser de uma cidade pequena do interior do Paraná, como outras pessoas entrevistadas, Zaira desconhecia a bissexualidade e a não-binaridade de gênero. Como jogava futsal, esporte que é estereotipicamente masculino, Zaira sofria bullying sexual em sua cidade natal. Quando uma amiga lhe apresentou à igreja evangélica, que não só tinha times de futsal, como também haviam investimentos para este fim, Zaira se ‘encontrou’. Nesta época, aos 14 anos de idade, Zaira tinha um namorado, mas quando começou a frequentar a igreja assiduamente eles terminaram, com isso, dos 14 aos 22 anos de idade, Zaira não se relacionou com mais ninguém, chegando “a acreditar que não era necessário”.

Já na Universidade, vivendo em Ponta Grossa, Zaira se relacionou com um colega de curso (homem cisgênero heterossexual). O começo do seu relacionamento era muito saudável, levando-os a ficarem noivos, mas ao se mudar para outra cidade por ter passado em um concurso, seu ex-noivo se tornou agressivo. Neste período, aos 23 anos de idade, por estar participando de um grupo de pesquisa de estudos de gênero e tendo contato com mulheres trans e travestis, Zaira descobriu novas possibilidades de existência, que levaram-lhe a se afastar da igreja evangélica.

Terminando sua graduação e iniciando o seu mestrado, Zaira participou do grupo Resistência Amapô. Neste momento, além de questionamentos sobre sua sexualidade e religiosidade, surgiram questionamentos sobre a sua identidade de gênero, que levaram-lhe a encerrar o seu noivado e manter um namoro não-monogâmico com seu ex-noivo.

Ao perceber que se atraía por uma de suas colegas de grupo, iniciando um relacionamento com ela, simultâneo ao seu namoro com seu ex-noivo, Zaira abdicou de alguns signos femininos adotando signos masculinos, mas suas tentativas de expô-los ao seu ex-namorado “foram muito negadas e muito com falas muito

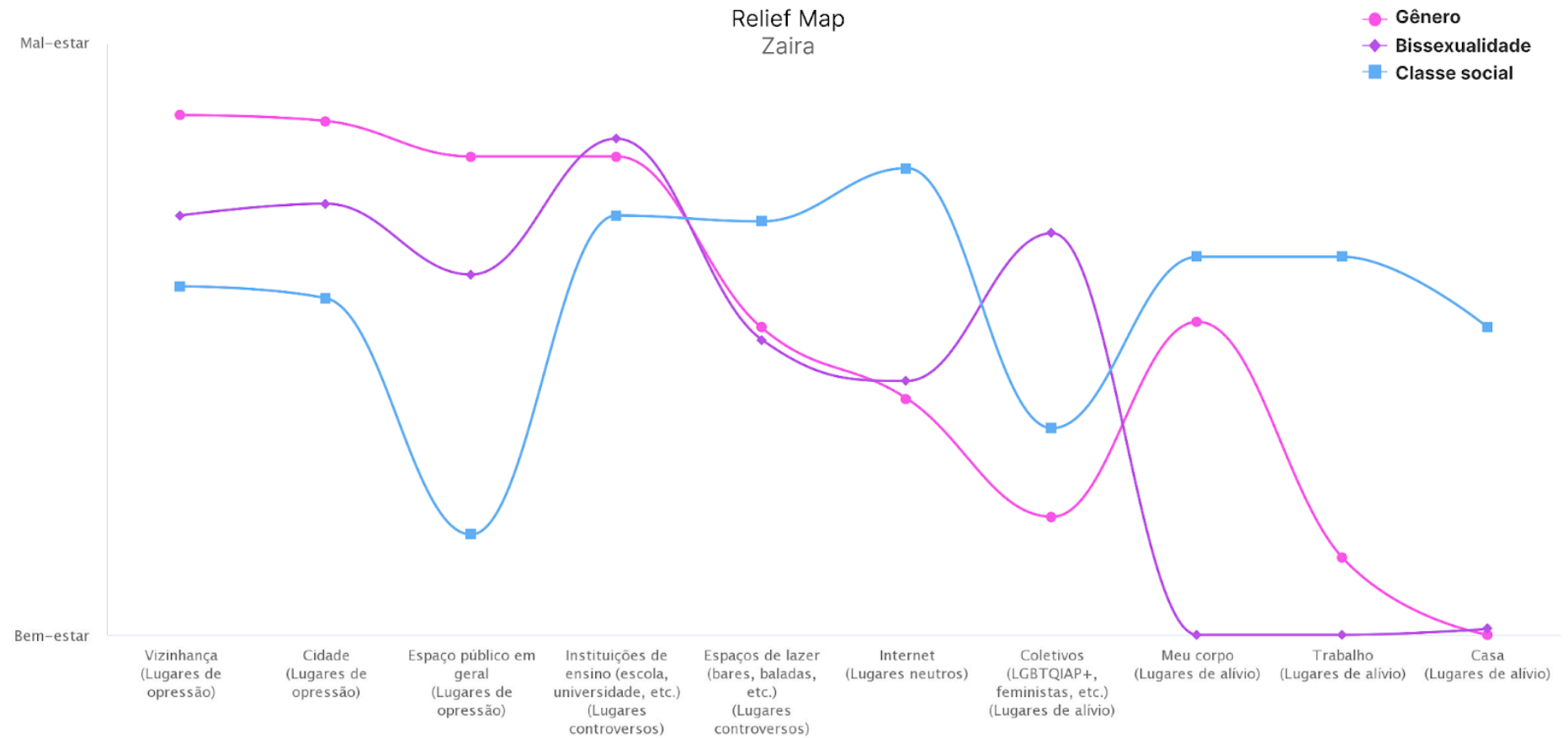
violentas”. Por estar em um relacionamento abusivo e por estar em processo de descoberta de sua sexualidade e identidade de gênero, Zaira se viu repudiando seu companheiro, acreditando que talvez fosse lésbica, encerrando seu relacionamento com ele, mas também com sua colega de grupo.

Depois de conhecer e se relacionar com outras pessoas, Zaira conheceu seu atual companheiro (homem transexual bissexual) e ambos iniciaram um processo conjunto de autodescoberta de suas identidades, mas afirma que “ainda estou em processo, mas na questão de orientação sexual, tenho muito certo que é isso mesmo”. Dito isso, por mais que Zaira se considere uma pessoa não-binária, vemos que ainda há um processo de compreensão de sua corporalidade, considerando os anos de omissão desta. Em contrapartida, Zaira se identifica com a bissexualidade, entendendo-a como algo “muito além da binaridade” e como “uma liberdade” de viver e de sentir.

A Vizinhança e a Cidade apresentam relatos e sentimentos semelhantes, sendo ambos lugares de opressão. “Por ser uma cidade extremamente conservadora, com muitos relatos de violência, algumas violências veladas, mas que não deixam de ser violências”, Zaira demonstra um grande mal-estar, mesmo em seu condomínio, uma vez que há uma preocupação constante sobre suas vestimentas e sua corporalidade, temendo que lhe reconheçam tanto como uma mulher cisgênero, quanto como dissidente de gênero, já que as duas possibilidades possuem um histórico de violências (SANZ; GIL, 2020).

Sobre sua sexualidade, onde há também um mal-estar, Zaira tem uma preocupação maior quando sai com seu companheiro, já que muitas vezes são lidos como um casal homossexual. Quando está só, como a bissexualidade não é uma identidade cogitada por outras pessoas, Zaira tem um sentimento de segurança maior. Este contínuo desconforto pode ser observado com seu *Relief Map* (Figura 9) a seguir:

Figura 9- Relief Map de Zaira, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 15 de Outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Ainda sobre sua Vizinhança, em especial sobre o seu condomínio, ao falar de sua classe, Zaira revela que por tê-lo financiado pelo MCMV, acreditava que se localizaria em uma vizinhança de classe de renda baixa, mas a maior parte de suas/seus vizinhas/os são de classe média-alta, o que gera um sentimento de ser *outsider* até mesmo em sua moradia (CARLOS, 2007b; 2020). Sobre a cidade, ela afirma que:

E aqui em Ponta Grossa, o que tem acontecido com casais não-binários, ou casais de mulheres lésbicas tá sendo bem foda, sabe?! Várias amigas assim tem relatado muita ofensa na rua, tipo carro parando assim, você tá na calçada o carro passa te olhando, te xingando ou para pra xingar, sabe?! [...] Quando eu tô sozinha, assim, eu não sei o que que é pior: os caras passando olhando pro meu corpo, daí olham quando você tá com uma roupa feminina; ou os caras passarem, diminuírem a velocidade pra ficar olhando pra você, pra tipo ver o que você é, sabe?! Aí nesse momento, que tipo me dá muito medo [...]. O medo assim pra mim é uma constante (ZAIRA, 15/10/2021, por *Google Meet*).

Com isso, os Espaços Públicos também são lugares de opressão para Zaira, com relatos semelhantes aos da cidade, diferindo-se apenas sobre sua classe, onde vemos um bem-estar, já que há uma indiferença sobre esta identidade.

As Instituições de Ensino são lugares controversos para Zaira, apresentando um grande mal-estar, como pôde ser visto em seu *Relief Map* (Figura 9). Por ter optado por utilizar o modelo de uniforme masculino em seu ensino médio, Zaira sofreu *bullying* de algumas/uns colegas. Igualmente na universidade, Zaira compartilhou ter sofrido hostilizações vindas de “alguns professores dentro da geografia, de falas, falas assim violentas, tanto pra mulher, quanto pras pessoas não-heteronormativas”. Ainda na universidade, por ter entrado para um grupo de pesquisa, “algumas coisas se potencializam”, como ter sofrido assédio sexual e intelectual por um de seus professores, ao ponto de ter que denunciá-lo formalmente à polícia. Ao prestar um boletim de ocorrência, “ele parou com essa perseguição escancarada, mas em compensação o resto, ele continuou e isso eu sei que é porque eu era mulher. [...] A UEPG é um espaço que eu sempre tive medo de andar sozinha”. Como uma escala espacial que também vigia, controla e reproduz discursos normativos, violências como as descritas por Zaira não são incomuns (BUTLER, 2017).

Do mesmo modo, sobre sua bissexualidade, nos foram relatadas deslegitimações de sua sexualidade, como:

Algumas pessoas falaram que eu era lésbica, mas o que que eu tava fazendo, se eu era lésbica, que eu deveria contar logo pro meu

companheiro [...]. Chegaram a falar também eu fui evangélica tanto tempo, devia tá confusa. [...] Daí quando eu comecei com o Nery, daí vieram... Algumas pessoas da geografia vieram querer conversar comigo como se eu não soubesse o que quisesse: “mas pensa: Ele é trans, tem que tomar cuidado”. No sentido de que eu iria fazer mal para o Nery (ZAIRA, 15/10/2021, por *Google Meet*).

Dito isso, seu único refúgio dentro da universidade era o grupo de pesquisa que participava, não só considerando sua identidade sexual e de gênero, mas também sua identidade de classe, pois foram compradas “geladeira, microondas, colocaram uma pia, dentro do [nome do grupo de pesquisa] pensando que ah, se quiser levar uma comida pronta pra esquentar, cafeteira foi comprada”. Essas medidas possibilitaram à Zaira sua permanência na universidade.

Os Espaços de Lazer são também lugares controversos. Assim como Jonas, Zaira adverte que nos espaços de lazer influenciados pelo agronegócio “rola muito assédio, rola muita coisa assim. É totalmente um espaço desconfortável”. Por isso, assim como as outras pessoas que entrevistamos, Zaira opta por frequentar espaços alternativos ou mais familiares (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016). Mesmo os estádios de futebol não são mais frequentados por Zaira com frequência, a fim de evitar violências. Outrossim, ao falar de sua classe, Zaira expressa que muitas espacialidades não são acessíveis para ela, pois “a gente pode até ir, mas o dinheiro que a gente vai gastar lá em uma noite, a gente vai passar perrengue meio mês”, logo, o seu mal-estar.

A Internet é um lugar neutro para Zaira, por optar em viver em uma bolha social, a fim de evitar violências. A sua classe apresenta um maior mal-estar, pois assim como Skywalker, Zaira apresenta um desconforto sobre a cultura de ostentação e um cuidado para não contribuir com a mesma.

Os Coletivos são lugares de alívio para Zaira, compreendendo a Resistência Amapô, o Movimento Estudantil e a organização da Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de Ponta Grossa. A sua bissexualidade é a única identidade que apresenta mal-estar nesta espacialidade (Figura 9), por não ter sido respeitada quando Zaira se relacionou com uma de suas colegas de grupo. Sobre sua classe, semelhante ao compartilhado por bell, Zaira alega que “as pessoas que organizaram a 2ª Parada, elas não demonstraram um cuidado, uma atenção em relação à classe, então aí eu acho que entra preocupação. Por exemplo, as travestis não foram incluídas”, revelando que este movimento ainda é homonormativo e classista.

Como dito anteriormente, a identificação com a bissexualidade é algo que provoca sentimentos de alegria e liberdade à Zaira, por isso esta identidade apresenta bem-estar pleno no Corpo. Em contraposição, a sua identidade de gênero apresenta uma neutralidade, pois apesar de não possuir disforia de gênero, a forma como as pessoas reagem à sua corporalidade fazem com que Zaira viva em constante preocupação (SANZ; GIL, 2020). Sua classe é a única espacialidade que apresenta mal-estar, pois “a gente foi socializado em ‘estamos conseguindo comer, a gente tá bem’, sabe? Mas a gente sabe que precisa muito mais que isso, né?!”.

Ao compartilhar sua experiência de Trabalho no grupo de pesquisa que participa, trabalho que perdura há 10 anos, Zaira demonstra um grande bem-estar sobre todas as suas identidades, mas ao lembrar de trabalhos anteriores, nos revela que “tinha um amigo que era gay, que se identificou gay quando tava lá e assim, foi bem problemático, sabe?! Eu sabia que se eu tivesse uma outra corporalidade, ia ser diferente, provavelmente eu nem ia tá trabalhando lá”. Do mesmo modo, ainda sobre seu antigo emprego, Zaira revela uma relação colonialista, englobando relações classistas, como também racistas (DE MARCO; SANTOS; MÖLLER, 2020), pois este trabalho “é de um grupo de pessoas que são holandesas, [...] então começava que a minha família já não é holandesa [...]. Quem não era branco então, a maior parte nem entrava”, por isso o mal-estar na intersecção com a sua identidade de classe.

Por mais que, assim como para Morgana, a Casa abarque tanto a de sua família, quanto a sua própria, para Zaira este é um lugar de alívio, já que há um bom relacionamento com sua família, a qual lhe ofereceu apoio sobre sua expressão de gênero, bem como com sua sexualidade. Em sua própria casa, por dividi-la com seu companheiro, e por terem uma boa divisão de trabalhos domésticos, Zaira sente também bem-estar absoluto. Todavia, por ter financiado sua casa pelo MCMV, Zaira se preocupa sobre o pagamento de suas parcelas, além de outros gastos ligados ao espaço doméstico como alimentação, eletricidade, esgoto, etc. Por isso, sua classe é a única identidade que apresenta um tensionamento no espaço doméstico e, assim como ocorrido com bell, observamos as dificuldades socioeconômicas de casais *queers* quando interseccionamos classe e sexualidade com os espaços da Casa e da Vizinhança (ROSS *et al*, 2016).

3.10 Sophia e seu *Relief Map*

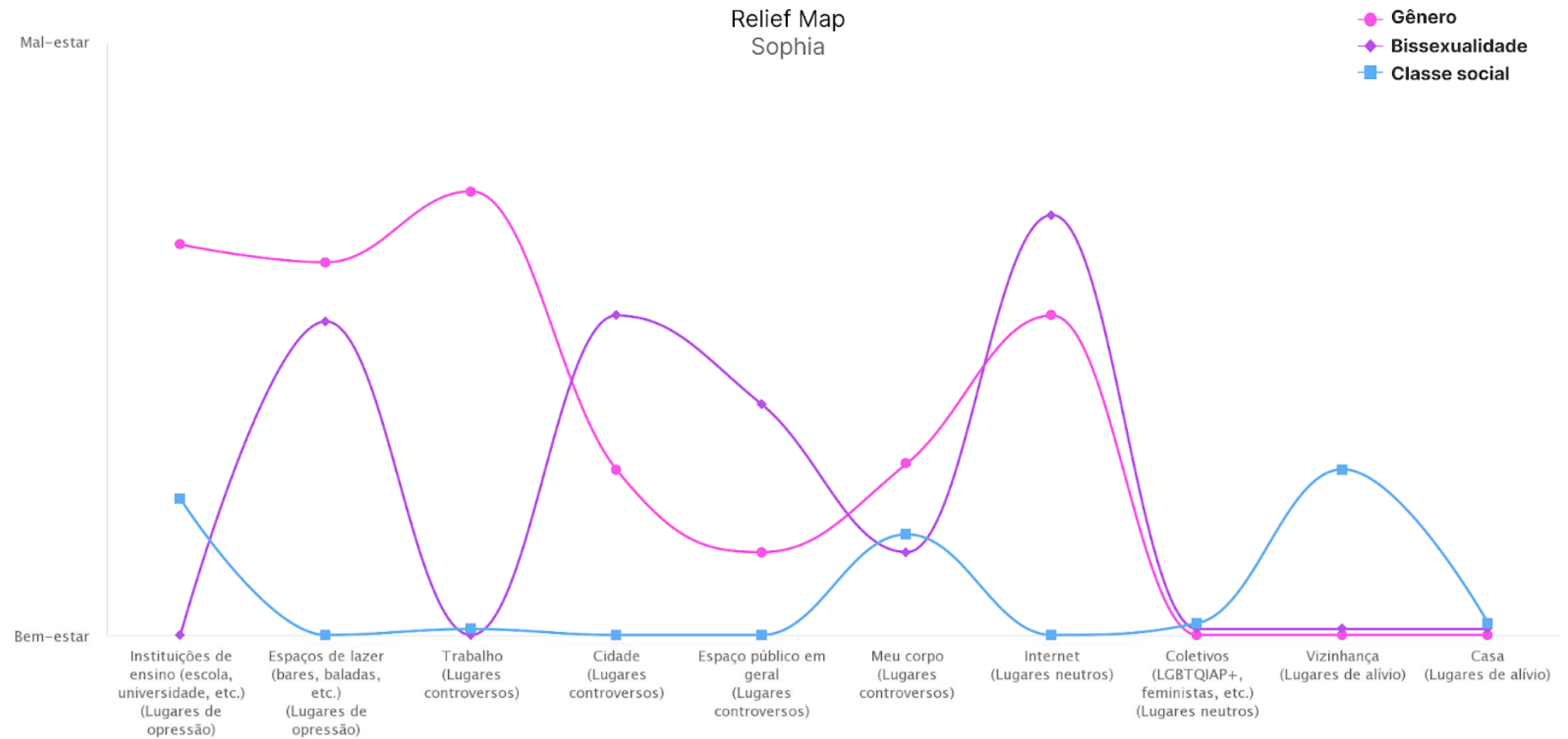
Sophia, assim como Estrela, acredita que a binaridade de gênero está associada à bissexualidade, já que do contrário, resultaria em “uma outra forma de interação, com outras questões políticas também”. Outrossim, ela acredita que a bissexualidade é “uma característica identitária que vai se desenvolvendo ao longo do tempo”, sem uma temporalidade específica. Dito isso, foi durante o seu mestrado, através de conversas sobre o tema que Sophia se percebeu bissexual, culminando no seu processo identitário.

Ao realizarmos sua entrevista, a plataforma dos *Relief Maps* saiu do ar, mas felizmente as informações fornecidas em nosso primeiro encontro ficaram salvas. Destacamos que o *Relief Map* de Sophia (Figura 10) é o que apresenta maior bem-estar à respeito da classe social, pois não é uma identidade que apresenta conflitos, quiçá por ser uma pessoa branca e por ter a classe mais alta dentre as pessoas entrevistadas. Em vista disso, por ter expressado liberdade, aceitação e mesmo indiferença sobre essa identidade, na maioria das espacialidades, buscando evitar repetições, focaremos em sua identidade de gênero e sua bissexualidade.

Como dito anteriormente, Sophia se identificou com a bissexualidade apenas na pós-graduação, não tendo passado por momentos de questionamento antes deste período. Assim sendo, fatores como o seu amadurecimento, bem como a própria espacialidade, convivendo “com pessoas mais esclarecidas em todos os possíveis sentidos”, possibilitaram com que sua identificação não fosse “uma experiência traumatizante, nem nada nesse sentido, ao contrário, foi uma experiência de até alívio”.

Ao falar de sua identidade de gênero, Sophia se ateu à sua experiência universitária. Semelhante à Zaira, Sophia também foi assediada sexualmente por seus professores e moralmente por colegas. Estas violências lhe causaram “um pouco de medo, porque você não sabe como reagir”. Todavia, como comum em vítimas de violência sexual, Sophia duvidava de seus próprios sentimentos, pois “a gente mesmo começa a pensar ‘ah, mas nem foi isso, foi só um elogio inocente, foi só uma coisa de boa’, mas a gente sabe que não foi, né?! É uma coisa completamente inapropriada.” Por isso, nesta espacialidade, encontramos mal-estar ao interseccioná-la com sua identidade de gênero, como pode ser visto em seu *Relief Map* (Figura 10) a seguir:

Figura 10- Relief Map de Sophia, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista iniciada em 18, mas finalizada em 19 de outubro de 2021, devido a problemas na plataforma. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Ainda sobre as Instituições de Ensino, no que tange à intersecção de sua classe, por mais que ainda vejamos um bem-estar, ele se retrai um pouco, pois foi na universidade que Sophia se deparou com as mais diversas classes, percebendo o seu próprio privilégio dentro desta instituição, já que sua vida escolar havia se dado em escolas privadas.

Os Espaços de Lazer são também lugares de opressão para Sophia. Ela também apresenta uma predileção a locais alternativos, visando sua maior segurança, mas mesmo assim, o sentimento de preocupação é constante, sendo concebido como “o grande dilema do corpo feminino no espaço público”, pois “a gente não sabe o que pode acontecer” (SANZ; GIL, 2020).

Esta preocupação e incerteza acerca do que pode acontecer se estende também à sua sexualidade, o que a leva a evitar locais mais conservadores e de direita (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016). Todavia, ela considera este mecanismo de defesa problemático, pois “a gente não deveria ser constrangido a não fazer isso, assim se torna meio que uma coisa interdita” (SILVA; ORNAT, 2010).

Semelhante ao compartilhado nas espacialidades anteriores, no Trabalho, Sophia revela ter sido coagida tanto por seus superiores, como até por seus alunos a se comportar de uma maneira que ela não gostaria e realizar tarefas indesejadas. Ela acredita que professoras (intencionalmente no feminino) se encontram em uma posição “muito mais subalterna e por mais que exista vontade de lutar contra isso, às vezes o sistema é tão bem construído, que se torna impossível e o que a gente pode fazer é abaixar a cabeça e engolir e seguir em frente” (BUTLER, 2017).

Em contrapartida, ela revela que conseguiu construir uma rede de apoio com outras professoras colaboradoras mesmo em períodos de concurso, sendo algo que ela observa apenas entre as mulheres, enquanto que os homens mantêm uma competitividade maior, contrapondo-se à competitividade feminina fomentada pelo patriarcado. Em oposição às interdições vividas por sua corporalidade feminina, sua bissexualidade é “completamente invisível, mas não no sentido ruim da palavra invisível, mas no sentido que nunca foi uma coisa que importou”, provocando, inclusive, uma aproximação maior com as/os discentes. Com isso, vemos uma ressignificação da palavra invisível, que até então estava atrelada ao contrato epistêmico de apagamento bissexual (YOSHINO, 2000).

A Cidade e os Espaços Públicos, lugares controversos, apresentam relatos semelhantes, demonstrando também uma preocupação constante a respeito das

possíveis violências que podem ser acometidas em sua corporalidade feminina (SANZ; GIL, 2020). Nestas espacialidades, Sophia destaca ainda a importância da temporalidade e da escala urbana (CARLOS, 2007b; 2020), afirmando que alguns horários do dia passam uma maior segurança que outros e, do mesmo modo, por ter vivido na cidade do Rio de Janeiro, ao comparar sua experiência com Ponta Grossa, ela afirma que a segunda também lhe passa um maior sentimento de segurança, por mais que ela seja uma cidade conservadora.

Ao falar de sua sexualidade, Sophia levanta, mais uma vez, dois fatores comparativos, um levando em consideração o gênero de sua/seu parceira/o, que fará com que ela seja lida dentro da matriz heterossexual ou como dissidente desta (BUTLER, 2018), outro sobre estar ou não em um grupo hegemonicamente LGBTQIAPN+, o qual se apropriará e ressignificará a espacialidade, tornando-se *insider*.

No Corpo, um lugar também controverso, suas três identidades se sobrepõem, pois todas são marcadas e tensionadas pela pressão estética vivida por mulheres. Em especial sobre sua sexualidade, Sophia destaca que a sua relação com outros corpos gera sentimentos diferentes, pois ao se relacionar com uma pessoa de seu gênero, ela se sente menos impelida a buscar a perfeição, sentindo-se também mais segura e confortável. No entanto, o inverso é verdadeiro, já que ao se relacionar com alguém do gênero oposto, há uma grande insegurança, uma vez que é “um corpo diferenciado, é um corpo muito mais forte, é um corpo que numa situação de violência, seria muito diferente”.

Segundo Sophia, as violências às quais as mulheres são submetidas adquirem novas escalas na Internet, uma vez que “a exposição da mulher é muito maior por terceiros, os ataques são muito maiores também, assim como a atenção direcionada a determinadas coisas elas também são maiores para o gênero feminino”. Se a corporalidade feminina é amplamente exposta na internet, o mesmo não é feito sobre a bissexualidade, já que para Sophia existe uma “falta de diálogo, justamente por causa dessa construção de ‘ah, isso aí não é nada’, ‘a pessoa quer chamar atenção’, ‘ah, isso não é tão importante, não é tão relevante’”, estes discursos não são proferidos apenas por pessoas dentro da matriz cis-heteronormativa, mas “dentro inclusive de grupos de pessoas assim que discutem muito isso, [...] dentro do grupo de amigos gays, as bichas, elas não falam sobre isso assim. É uma coisa ‘ah, não é importante’”, expondo o segundo ponto do

contrato epistêmico de apagamento bissexual e alimentando a tese da não-existência relativa (YOSHINO, 2000).

Os Coletivos, apesar de apresentarem bem-estar pleno no *Relief Map* de Sophia (Figura 10), são lugares neutros, por não terem sido vivenciados por ela. Por outro lado, a Casa e a Vizinhança são lugares de alívio. Sobre o seu gênero, ela apresenta bem-estar absoluto nas duas espacialidades, sendo as únicas em que se sente segura. Sobre sua bissexualidade, apesar de não tê-la compartilhado com sua mãe e sua filha (suas co-habitantes), assim como Skywalker, Sophia acredita que não teria nenhum problema. Ao falar de sua classe social, podemos ver bem-estar absoluto em sua casa, mas em sua vizinhança observamos uma tensão, pois por habitar um bairro com vários condomínios de luxo, em contraposição à modalidades mais simples de moradia, há um conflito social e espacial de classes (DE MARCO; SANTOS; MÖLLER, 2020), o qual reflete em seu bem-estar (Figura 10).

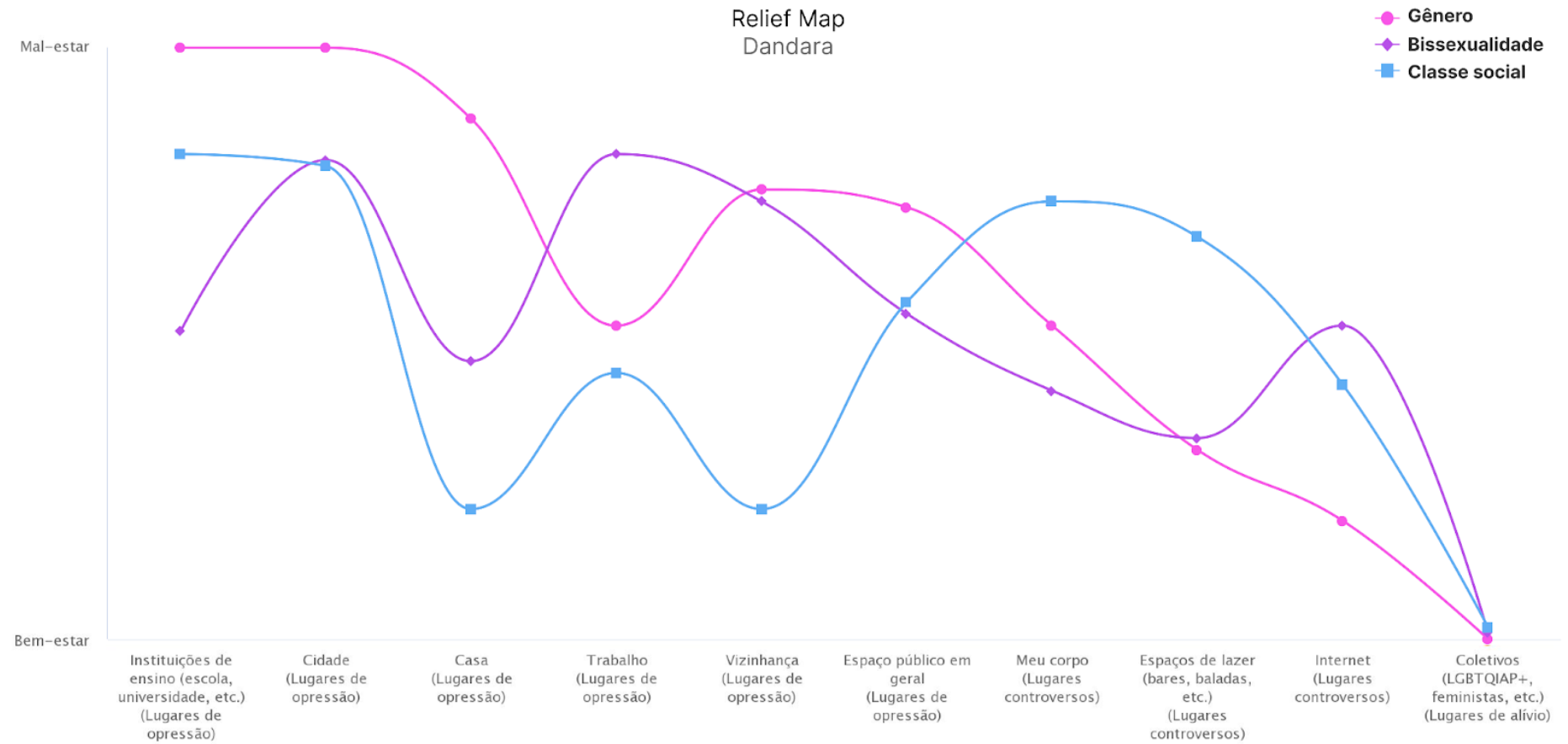
3.11 Dandara e seu *Relief Map*

Diferentemente de Sophia, Dandara se percebeu diferente já na pré-adolescência. Todavia, acreditava ser um homem gay. Apenas no ensino médio Dandara percebeu que também era atraída por meninas, porém, ao se entender como uma pessoa não-binária, sua compreensão sobre sua sexualidade se tornou confusa, já que “ninguém falou que podia ser isso, sabe?! Ou você era gay ou você era hétero” (YOSHINO, 2000; HEMMING, 2002).

Apenas na universidade que Dandara passou a se identificar como bissexual, concebendo esta sexualidade como “muito mais do que gostar de corpos, mas gostar de pessoas [...] e também para além de sexo, transa, carnal, enfim, mas de afeto mesmo, amoroso, relações afetivas” em todas as suas multiplicidades.

Como pode ser visto em seu *Relief Map* (Figura 11) a seguir, as Instituições de Ensino são lugares de opressão para Dandara. Notadamente sobre seu gênero, observamos um mal-estar máximo, visto que ela foi violentada por não seguir a linearidade entre sexo-gênero-desejo (BUTLER, 2018):

Figura 11- Relief Map de Dandara, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 21 de outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Na escola, além de ter sido vítima de homofobia, Dandara também foi vítima de racismo, especialmente sobre o seu cabelo comprido, marcando essa espacialidade como um lugar opressivo, mas não se encerrando nela. Na universidade, por mais que Dandara tivesse uma rede de apoio, gerada através do Movimento Estudantil, ela ainda passou por situações constrangedoras e discriminatórias. Sua bissexualidade também foi marcada por situações discriminatórias e mesmo de fetichização, as quais culminaram na sua escolha de pesquisa monográfica, revelando sua posicionalidade (ANDRÉ, 2018; ROSE, 1997; SILVA; ORNAT; CHIMIN JUNIOR, 2017; BRITO E ORNAT, 2021).

Diferentemente de Charlie, sua experiência no curso de Biologia não foi tão positiva, evidenciando que esta Ciência ainda parte de um “viés muito biologicista, então quando a gente trata isso, a gente trata a partir de um olhar da saúde”. Ainda nesta espacialidade, ao falar de sua classe, Dandara expõe algumas práticas de subalternização realizadas (DE MARCO; SANTOS; MÖLLER, 2020), como a divisão de seu Bloco, onde se encontram os cursos da área da saúde, “Medicina também ficava separado, tinha um banheiro que era, praticamente, só pra eles. Você podia ir, eles tinham até um salão de estar assim, um salão assim com os banquinhos, umas mesinhas, sendo que, tipo, ninguém mais tinha”. Além disso, compartilha que “os cursos, tanto de Biologia, quanto de Geografia, sempre foram vistos como... E isso pelos funcionários lá da reitoria que trabalham lá, como os “sujinhos”. De ser pobre e andar desleixado”.

Sua vivência em Ponta Grossa é também marcada por um grande mal-estar, pois “é uma cidade muito tradicional, sabe?! Uma cidade provinciana, e antiga, sabe?! De colonos assim, então nossa, terrível” (DE MARCO; SANTOS; MÖLLER, 2020, SOUZA; ORNAT, 2021). Ela ainda alega que sente o impacto das instituições formais e informais de poder, já que está sendo constantemente vigiada, tanto por sua classe, quanto por ser “lida como uma pessoa preta também e também pela questão de gênero”.

Por ainda morar com seus pais, a Casa se apresenta como um lugar de opressão para Dandara (PASCUAL-BORDA; RODÓ-ZÁRATE, 2022). Especialmente sobre o seu gênero, ela sente muita insegurança e preocupação, uma vez que sua performatividade de gênero vai de encontro com as expectativas de sua família, já que ela é “o único filho ‘homem’ que eles tiveram, então todas as expectativas masculinas recaíram sobre mim e eu não correspondo nenhuma assim”. Sua

sexualidade é também ininteligível para sua família e, assim como Charlie, seus pais carregam “uma esperança” de que ela seja heterossexual. Em contrapartida, sua classe apresenta um bem-estar moderado, já que esta é uma discussão muito presente em sua vida familiar.

O Trabalho é um outro lugar de opressão. Como compartilhado por Morgana a respeito de sua colega de trabalho, Dandara também expõe uma dupla carga de trabalho mental, considerando que para além do conteúdo da aula, ela precisa controlar sua performatividade de gênero (BUTLER, 1993), “desde a vestimenta, trejeitos, enfim. Então é difícil, porque é um trabalho quase dobrado assim de pensar o que que eu preciso fazer pra continuar alí, né?! Ou assim, não gerar problemas”.

Do mesmo modo, a fim de evitar contratemplos, por não ser lida como uma pessoa bissexual, ela se aproveita desta invisibilidade para se blindar. Entretanto, como podemos ver, isso lhe causa mal-estar. Com isso, mais uma vez, sua classe é a identidade menos tensionada entre as duas supracitadas, já que o ambiente escolar público abrange pessoas de classes semelhantes, discentes e docentes.

A Vizinhança, outro lugar de opressão, é uma espacialidade em que Dandara está sempre preocupada, tanto em relação à sua identidade de gênero, quanto sobre a sua sexualidade, pelos motivos expostos em outras espacialidades. Sobre sua classe, mais uma vez ela relata uma maior tranquilidade, apesar de também ter compartilhado problemas relacionados ao transporte público, assim como Charlie e Camélia, como explicitado no Capítulo II.

Por ter sido vítima de assédio sexual nos Espaços Públicos, estes também são lugares de opressão para Dandara. Por ser uma pessoa não-binária e utilizar signos designados femininos e masculinos, ela teme que a sua corporalidade dissidente se torne alvo de violências, e com isso, Dandara se encontra constantemente preocupada (SANZ, GIL; 2020). Ao falar de sua sexualidade, ela compartilha que é sempre lida como um homem gay, mesmo ao se relacionar com uma mulher, “justamente por performar essa feminilidade”, evidenciando a linearidade entre sexo-gênero-desejo que perpetua a ideia de uma feminilidade em oposição à uma masculinidade e uma atração de opostos (BUTLER, 2018; HEMMING, 2002). No que tange à sua classe, os transportes públicos são mencionados mais uma vez, sendo apontados como as espacialidades em que as negociações com as instituições de poder se fazem necessárias, uma vez que “a gente se acostuma e, geralmente, acha estratégias pra evitar constrangimentos”.

Embora Dandara sinta uma forte pressão estética e insegurança, especialmente por ser lida com um homem gay e por ter se relacionado, majoritariamente, com homens cisgênero, ela se encontra em um processo de aceitação de sua corporalidade, dessarte a classificação como um lugar controverso.

Assim como as outras pessoas que entrevistamos, Dandara tem uma predileção por espaços de lazer alternativos, especialmente os destinados à população LGBTQIAPN+. Contudo, ela ressalta que muitos deles são na verdade “GLS, mas que é das gays padrão, branca, rica”, por isso, em todas as suas identidades ela apresenta uma grande insegurança e relata se sentir discriminada, o que a impossibilita de frequentá-los sozinha, buscando estar sempre na presença de amigas/os (CARLOS, 2007b; 2020; SANZ; GIL, 2020).

A Internet, outro lugar controverso para Dandara, embora apresente uma tranquilidade e quase indiferença à respeito de sua identidade de gênero e de classe, ao falar de sua bissexualidade, ela demonstra um grande desconforto, pois “mesmo já tendo assim muitos debates, há muito tempo assim [...] nunca é visto como uma possibilidade real de afetos”, sendo fetichizada e/ou vista como uma sexualidade de passagem, um não-lugar (HEMMINGS, 2002).

No tocante aos Coletivos, Dandara afirma que:

Eu sempre me senti muito à vontade. [...] As pessoas sempre entendiam muito bem, respeitavam, sabe?! [...] O DCE foi o principal, mas teve o DAED (Diretório Acadêmico Erasmos Dantas - Biologia) e teve o coletivo de Ilê Aiyê de negros e negras da UEPG, teve o grupo terapêutico para pessoas LGBT também que eu participei, teve um grupo de estudos também que eu participo até hoje que é sobre gênero, é de uma professora minha da biologia mesmo. [...] Ah, teve um coletivo que eu não cheguei a participar, mas conheci de perto, porque minha orientadora fazia parte (DANDARA, 21/10/2021, por *Google Meet*).

Por possuírem uma grande diversidade de pessoas, envolvendo muitas trocas e muitas discussões sobre temas sociais, os Coletivos se tornam os únicos lugares de alívio para Dandara, com bem-estar pleno em todas as suas identidades.

3.12 Kena e seu *Relief Map*

Assim como Estrela, Kena sempre soube que era bissexual, mas “é aquele rolê de você sabe, mas você não se permite olhar pra isso”. Foi no ensino médio que ela se percebeu, de fato, atraída por mulheres e, diferentemente das outras pessoas que entrevistamos, Kena não se descobriu ao entrar em contato com outras pessoas

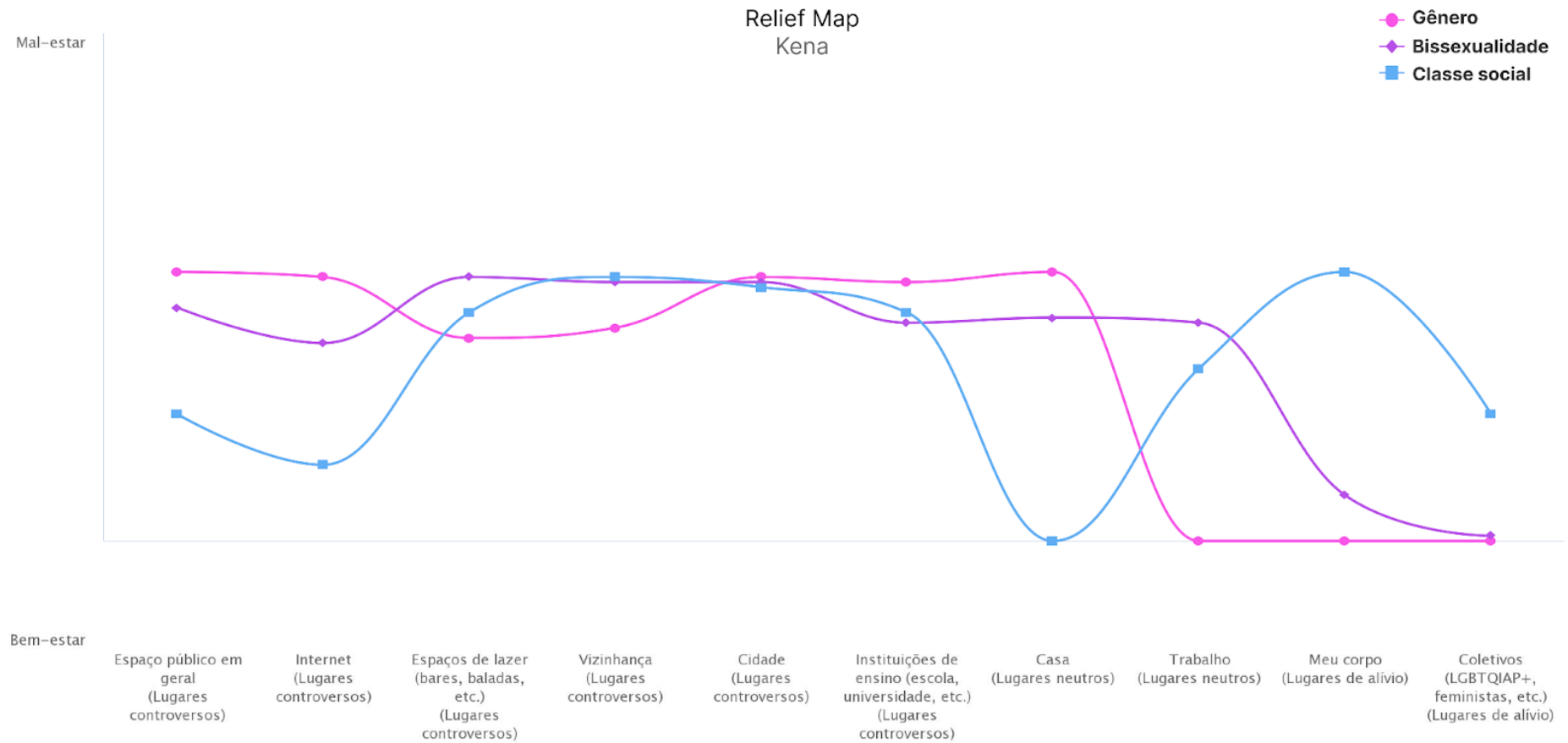
LGBTQIAPN+, mas sim estudando sobre sexualidades, considerando “muito importante esse processo de estudar antes de se rotular”. Neste período de pesquisa, surgiram dúvidas como “será que eu sou pan, será que eu sou bi?”. Entretanto, após ler o Manifesto Bissexual (1990) e compreender que esta sexualidade não é binária, além de se consolidar como uma pessoa bissexual, ela se tornou também uma ativista em prol da visibilidade bissexual.

O *Relief Map* de Kena (Figura 12), assim como o de Charlie (Figura 3), são os únicos que não apresentam lugares de opressão, quiçá por serem as pessoas mais jovens entrevistadas e por ainda morarem com suas famílias, dependendo financeiramente delas.

Semelhante às outras mulheres cisgênero que entrevistamos, Kena acredita que “não tem como ser mulher sem sentir medo. [...] Você pode amar ser mulher, você pode adorar a experiência, mas não tem como ser só coisa positiva, a gente vive numa sociedade toda fodida”, por isso o seu cursor se encontra entre bem-estar e mal-estar, uma vez que há um mix de sensações depositadas em sua corporalidade feminina e preta (SANZ; GIL, 2020). Os sentimentos dúbios se estendem à sua bissexualidade também, pois ao mesmo tempo em que ela se sente confortável em sua identidade bissexual, ela sente o desconforto de outrem sobre sua dissidência, gerando sentimentos de “liberdade de poder ser quem eu sou e ao mesmo tempo discriminação”. Em contrapartida, sua classe não se demonstra como uma identidade conflituosa.

Ao falar sobre a Internet, outro lugar controverso, Kena demonstra-se consternada apenas em ambientes virtuais nos quais sua família está presente, “porque assim, falar pra 2000 pessoas que estou questionando gênero, okay, falar pra minha família que estou questionando o gênero, não okay”. Em contrapartida, por ter revelado sua sexualidade para sua família nuclear, a qual a apoia plenamente, ela afirma que “falar sobre sexualidade é okay, é até tranquilo”. Sobre sua classe, mais uma vez, nenhuma tensão foi compartilhada, resultando em um bem-estar, como pode ser observado em seu *Relief Map* (Figura 12) a seguir:

Figura 12- Relief Map de Kena, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 26 de outubro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Assim como Dandara, Kena evita frequentar Espaços de Lazer sozinha e, por estar na presença de amigas/os, essa espacialidade se torna, relativamente tranquila, só “não é 100% tranquilo, porque ser mulher em qualquer espaço não é tranquilo” (SANZ; GIL, 2020). Ao falar de sua sexualidade, ela expõe a importância da espacialidade e do grupo hegemônico nela presente, com preocupações semelhantes às de Dandara e bell, já que “se tiver muito homem branco presente vai dar merda. É certeza que vai dar merda, é certeza que vai ter fetichização, é certeza que vai ter hiperssexualização”. Ao falar sobre sua classe, vemos um declínio em seu bem estar, pois para ela “tudo, tudo, tudo caro. Cinema é caro, tudo é caro”, o que demonstra, mais uma vez, que a cidade é interdita para parte de sua população (CARLOS, 2007b; 2020; SILVA; ORNAT, 2010).

A Vizinhança é outro lugar controverso para Kena, apresentando sentimentos semelhantes aos dos Espaços Públicos, apesar de haver um maior sentimento de segurança ao falar de sua identidade de gênero. O mesmo ocorre em seu relato sobre a Cidade, entretanto, destacamos mais uma vez a inacessibilidade que Ponta Grossa oferece à sua população mais pobre, como exposto sobre os Espaços de Lazer e a dualidade de sentimentos sobre a sua bissexualidade, pois “apesar de ser uma cidade conservadora, tem espaços muito legais” (RODÓ-DE-ZÁRATE, 2016).

As Instituições de Ensino são também controversas, expondo que:

[S]empre foi tranquilo até eu chegar na Universidade e tem sempre um professor filho da puta. [...] Ele não gosta de nada que seja relacionado à gênero, nada que seja relacionado à raça. [...] Aí o primeiro trabalho que eu fiz pra ele foi sobre fatos jornalísticos e eu escolhi uma mina preta que fotografa uma das Paradas LGBT lá dos Estados Unidos [...] e aí ele me deu 5, porque ele pegou e falou que a questão de gênero aparecia mais do que a própria foto jornalística. [...] Acho que, enquanto uma mina preta, eu tenho dificuldade de me sentir segura em espaços acadêmicos (KENA, 26/11/2021, por *Google Meet*).

Como sabemos, a Academia possui um histórico de priorização de determinados temas e determinados corpos em detrimento de outros (BUTLER, 2017), reproduzindo uma lógica colonialista, a qual pode ser conferida com o relato acima.

Se o ambiente escolar não se mostrou problemático para Kena a respeito de sua identidade de gênero, o mesmo não pode ser dito sobre sua sexualidade. Por ter estudado em um colégio católico, alguns temas eram proibidos de serem discutidos nesta espacialidade, já que “a gente tinha a revista e nunca deixaram a

gente falar sobre sexualidade na revista” (YOSHINO, 2000). Por outro lado, tanto na universidade, quanto na escola, a sua classe não foi tensionada.

A Casa, diferentemente das outras pessoas entrevistadas, foi classificada como um lugar neutro. Sobre sua corporalidade feminina, Kena não expressa nenhum conflito, ao contrário, “ser mulher em casa é bem okay, óbvio não é perfeito, tem coisas que meu irmão tem bem mais liberdade do que eu, mas é okay. Agora a parte de questionar gênero, os meus pais, definitivamente, não estão prontos”. Por isso, como ocorrido com Charlie, observamos uma ausência de bem-estar (PASCUAL-BORDA; RODÓ-ZÁRATE, 2022). Em contraposição, a sua sexualidade e sua classe não se mostram problemáticas, já que seus pais e avó são aliados da causa LGBTQIAPN+ e Kena ainda depende financeiramente deles. Dito isso, como Kena teve poucas experiências de trabalho, sendo todos informais e pontuais, a espacialidade do Trabalho é também neutra.

Apesar de estar questionando sua identidade de gênero, Kena não apresenta nenhuma disforia, além de possuir uma grande admiração pela corporalidade feminina. Assim, o Corpo é um lugar de alívio, além de apresentar bem-estar pleno ao ser interseccionado com seu gênero. Do mesmo modo, sua sexualidade lhe provoca muita alegria, mas no entanto, a interação de seu corpo com outros, por vezes, se mostra violenta, já que por ter um marcador racial, ela foi “hipersexualizada muito nova”, especialmente por homens cisgênero brancos. Nesta perspectiva, ela revela que “quando você começa a interagir com outras mulheres, você começa a entender como você trata elas, como elas gostam que tratem elas e você começa a entender como você deve ser tratada também”, revelando um alívio, assim como Sophia, ao interagir com outros corpos femininos, os quais lhe mostraram outras possibilidades de relações.

A intersecção entre sua classe e seu corpo, entretanto, apresenta um desconforto, pois ela afirma que “a gente teria saúde mental se não existisse capitalismo, a gente teria várias coisas sem o capitalismo, inclusive as sexualidades seriam mais aceitas se não fossem o capitalismo”. Assim, por mais que sua classe tenha apresentado uma neutralidade em outras espacialidades, nesta intersecção, ela se mostra mais problemática (CARLOS, 2014).

Por fim, Kena revela que participa de dois coletivos, sendo a Pasta LGBT da União Paranaense dos Estudantes e o Coletivo 4P (Poder para o Povo Preto). Em específico sobre o segundo, ela afirma que “este coletivo é muita paz, porque assim

a diretora do coletivo é bissexual e é uma mulher preta. Acho que tem um hétero e uma lésbica no grupo, o resto é bissexual”, por isso observamos bem-estar absoluto tanto à respeito de sua identidade de gênero, como em sua identidade sexual. Sobre sua classe, apesar de haver uma maior retração em seu bem-estar, ela expressa um acolhimento, já que todos pertencem à classe trabalhadora e possuem consciência desta.

3.13 Nery e seu *Relief Map*

Como Kena, Nery se percebeu diferente já na adolescência e por mais que ele se sentisse atraído também por meninos, ele passou a se identificar como uma mulher lésbica “por uma pressão de ter que escolher, porque daí tem que escolher pra poder se assumir pra família, pra poder se assumir pra sociedade”, o que demonstra o peso da monossexualidade e da escolha de objeto (HEMMINGS, 2002).

Por ter evitado tocar nessa questão, Nery se identificou como um homem trans apenas na universidade e o questionamento de sua identidade de gênero foi transferido para sua identidade sexual, levando-o a se identificar como bissexual. Por ter iniciado seu atual relacionamento durante a sua transição de gênero, ele expõe a linearidade entre sexo-gênero-desejo que lhe passou a ser atribuída após sua transição (BUTLER, 2018), uma vez que as “pessoas não perguntam, porque eu estou em um relacionamento hétero, então elas acham que ‘eu virei homem’, então eu, linearmente, gosto de mulheres”. Dito isso, como a maior parte das pessoas que entrevistamos, Nery acredita que a bissexualidade “não está restrita à homens e mulheres, mas é se relacionar com outros gêneros, que não só o seu próprio e o oposto”.

Por vir de uma família de classe média-alta, a sua identidade de classe apresenta um bem-estar na maior parte das espacialidades, com exceção do Trabalho e do Corpo, como pode ser visto em seu *Relief Map* (Figura 13). Assim, para evitarmos repetições, analisaremos apenas as espacialidades mencionadas.

A Cidade é um lugar de opressão para Nery, onde há o sentimento absoluto de mal-estar tanto em sua identidade de gênero, quanto sexual. Por ser uma cidade com um grande número de eleitoras/es bolsonaristas, Nery afirma que a população LGBTQIAPN+ da cidade, incluindo ele próprio, vive em constante pavor (SANZ; GIL,

2020; SOUZA; ORNAT, 2021), já que “antes, tipo, a gente via vários, vários não, mas a gente sempre via casal de lésbica, casal de gay junto assim andando pelo centro, pessoa não-heteronormativa pelo centro e agora diminuiu assim bastante”.

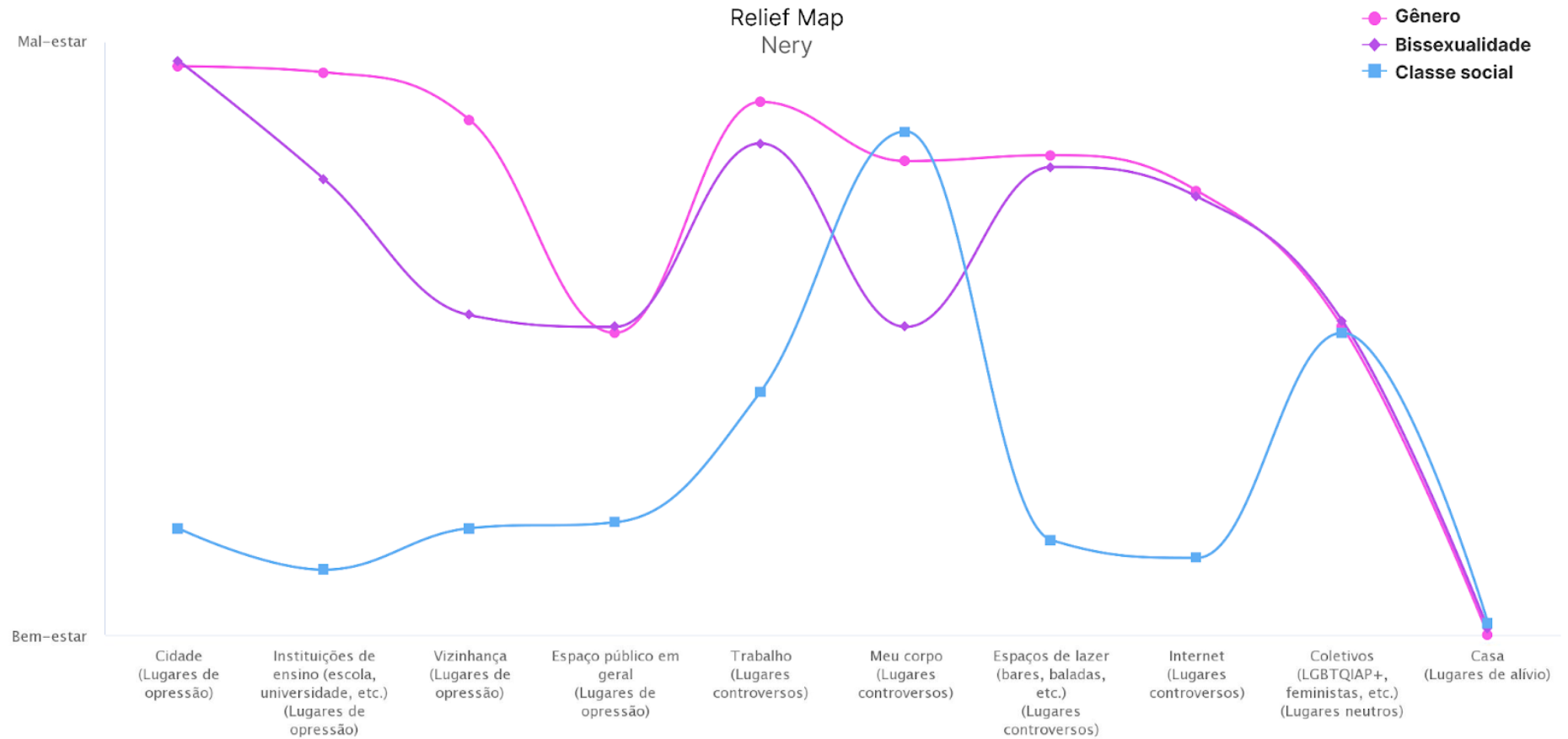
As Instituições de Ensino foram espacialidades muito violentas para Nery, tanto sobre à respeito de sua sexualidade, uma vez que ele estudou em um colégio de freiras, quanto em relação ao seu gênero, onde observamos um mal-estar absoluto (Figura 13), pois:

Eu sempre tava jogando bola com os piá e tal, e aí os piá mais velhos só ficavam fazendo bullying comigo, chamando de sapatão e tinham os que ficavam passando e me batiam [...]. E na universidade foi uma loucura pra conseguir usar o nome social [...] aí como educação física é um curso bem binário [...] você vai separar meninas e meninos, meninas pra lá, meninos pra cá, pra jogar, pra formar time, pra tudo e de certa forma tem muita exposição do corpo. Foi bem complicado, adoeci bastante. [...] Tava fazendo a licenciatura à distância e daí na UNICESUMAR foi difícil pra conseguir que alterassem meu nome. [...] Quando tinha os jogos, na verdade assim, eu tive que passar por uma comissão de jogos pra ver em qual categoria que eu jogava. Se eu poderia ser aceito na categoria feminina ou se eu poderia jogar na categoria masculina e ainda pediram meus exames de sangue para os super jogos da UEPG (NERY, 02/11/2021, po *Google Meet*).

Dito isso, observamos outra vez um duplo trabalho que pessoas transexuais precisam desempenhar, bem como as múltiplas violências sofridas por elas, por mais básicos que sejam os direitos reivindicados (BUTLER, 2018). Como dito anteriormente, por ter estudado em uma escola de freiras, a sexualidade de Nery era também agredida, e mesmo na universidade, cercado de pessoas LGBTQIAPN+, Nery afirma que “em relação à bissexualidade rolava ‘ah, mas ele não sabe o que gosta, porque fica com menina, fica com piá’”, expondo, uma vez mais, que a bifobia e o apagamento da bissexualidade não são perpetuados, apenas, por pessoas cis-heteronormativas (HEMMINGS, 1995; 2002; YOSHINO, 2000).

A Vizinhança apresenta também um grande mal-estar sobre a sua identidade de gênero, pois Nery teme que sua transexualidade seja descoberta por vizinhas/os. Além disso, por se locomover à pé e/ou utilizando ônibus e bicicleta, ele teme ser agredido, uma vez que são meios de transporte em que ficamos mais expostos. Com isso, vemos uma contradição ao argumento de Pierre Mayol (1998) de que a Vizinhança é a escala da socialização, já que para Nery ela lhe causa um grande mal-estar, como visto em seu *Relief Map* (Figura 13) a seguir:

Figura 13- Relief Map de Nery, Ponta Grossa, 2021.



Fonte: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Entrevista realizada em 2 de novembro de 2021. Realização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria.

Ainda sobre sua Vizinhança, por mais que more em um condomínio fechado, ele teme ser visto por uma de suas janelas, assim, mesmo dentro de casa há um receio em ser exposto, pois por mais que seja “muito comum que homens fiquem sem camisa em casa, eu nunca fico sem camisa, nem no verão, nem pra ir pra praia, nem pra nada”. Ao falar de sua sexualidade, temos uma ausência de bem-estar e mal-estar, pois o seu atual relacionamento é lido como uma interação heterossexual. Todavia, ao mencionar um antigo relacionamento com um outro homem trans, Nery expressa ter vivido em constante pavor (SANZ;GIL, 2020).

Sobre os Espaços Públicos, lugares também de opressão, apesar de apresentarem um decaimento de mal-estar, Nery ainda teme “ser 'descoberto””, tanto em relação à sua transgeneridade, quanto por sua bissexualidade, e com isso ele opta por ficar “dentro do meu armário assim, por uma preservação mesmo”. Todavia, ao mesmo tempo em que ele utiliza de sua passabilidade para se blindar de possíveis violências, ele se incomoda com o fato das pessoas lhe posicionarem dentro da monossexualidade, sentimento compartilhado por todas as pessoas entrevistadas e que reflete as consequências do contrato epistêmico de apagamento bissexual (YOSHINO, 2000).

Sobre o Trabalho, um lugar controverso, Nery compartilha ter sido discriminado, perdendo, inclusive, oportunidades de trabalho por sua corporalidade transsexual (BUTLER, 1993). Em seu emprego atual em uma academia, onde sua chefe é evangélica, ele afirma que está “sempre em alerta assim no trabalho, me controlando, como o que eu vou falar, o que eu vou fazer”, evidenciando, mais uma vez, uma dupla carga mental de trabalho, assim como Dandara, tanto para proteger sua transgeneridade quanto sua bissexualidade, dessarte o extremo mal-estar. No que tange à sua classe, encontramos um decréscimo em seu bem-estar, pois por trabalhar também como *personal trainer*, ele depende de pessoas em uma situação econômica significativamente superior à dele.

O Corpo é também um lugar controverso para Nery, já que embora ele não tenha problemas com sua sexualidade, ele não a expõe, com receio da reação de outras pessoas, inclusive de sua própria família, já que em sua experiência, “as pessoas tem mania de quando sabem que a gente é trans, fica tipo invadindo assim, fazendo perguntas desnecessárias”. Em vista disso, observamos um grande mal-estar tanto em seu gênero, quanto em sua classe, identidades que estão aqui sobrepostas, uma vez que ele ainda apresenta disforia de gênero e deseja realizar

uma mastectomia, cirurgia que não é coberta por seu plano de saúde e a qual ele não possui meios financeiros de realizar em clínicas privadas. A cirurgia é realizada pelo SUS, mas levam-se anos e é repleta de burocracias.

Os Espaços de Lazer também são controversos. As atividades de lazer preferidas de Nery são práticas esportivas como judô e basquete. Contudo, por temer encontrar pessoas que o conheciam antes da transição, Nery se mostra receoso de possíveis violências. Em relação ao judô, especificamente, como a utilização de qualquer vestimenta por baixo do kimono é proibida, por não ter realizado sua mastectomia, Nery não tem participado de campeonatos. Do mesmo modo, por serem espaços historicamente cis-heteronormativos, Nery também não se sente confortável em relação à sua sexualidade (BUTLER, 2018, HEMMING, 2002), por isso observamos um grande mal-estar em seu *Relief Map*.

Por se preocupar com ataques cibernéticos, Nery mantém suas redes sociais em modo privado e, mesmo assim, busca expor-se o mínimo possível, pois assim como Camélia, ele acredita que sua preservação, neste momento, é mais importante. Com isso, a Internet é também um lugar controverso, indo de encontro com a proposta de Elizabeth McDermott (2010). Em contraponto, os Coletivos são lugares neutros, pois a única experiência de Nery nessas espacialidades é na ONG Renascer, a qual facilitou o seu processo transexualizador pelo SUS, mas por não ter participado ativamente, encontramos uma neutralidade em suas respostas.

A Casa é o único lugar de alívio para Nery, exibindo bem-estar pleno em todas as suas identidades, já que, em suas palavras: “que bom que sempre eu posso voltar pra casa. Parece né... Parece tipo ali no mapa, que tudo se encontra em casa”.

Através nossas análises individuais, mas também coletivas, inferimos que para pessoas não-binárias, a identidade de gênero é a que sofre mais sanções, em seguida a de classe e por fim a bissexualidade. Suas respostas apresentam similaridades, com exceção de Charlie, que não expressou mal-estar em relação ao seu gênero na maior parte dos espaços (salvo por sua casa e seu próprio corpo), uma vez que ele opta por performar uma identidade de gênero conforme a fim de evitar violências. Mas, essa ocultação evidencia o seu processo de sujeição, e logo, enxergamos-a também como uma forma de violência.

Para as mulheres cisgênero, a bissexualidade é a identidade com mais censuras, e, curiosamente, a identidade de gênero e de classe estão muito

próximas. Como exposto no Capítulo I, para alcançarem melhores padrões de vida familiar, as mulheres passaram a trabalhar fora de casa em empregos remunerados (HAYDEN, 1980), carregando assim uma dupla jornada de trabalho que perdura até hoje. Desta forma, Gênero e Classe estão associadas uma à outra nos *Relief Maps* das mulheres cisgênero, já que a segunda concede, em parte, uma maior liberdade para a primeira, além de remeter também ao trabalho doméstico e trabalho de cuidado não-remunerado.

As respostas das mulheres cisgênero também foram muito semelhantes em relação ao seu gênero, com exceção de Morgana que apresentou um grande bem-estar. Um forte elemento de sua entrevista, é que a mesma relatou ser vítima de abuso sexual, e no entanto, isso não parece ter influenciado sua vivência espacial, embora percebamos as marcas desta violência indiretamente em seu discurso.

Morgana também foi a única entre as mulheres cisgênero que categorizou sua casa como um lugar de opressão, sendo a única que possui uma relação ambígua com esta espacialidade, já que ela também a associa à casa de seus pais. Por ainda morar com seus pais, Kena marcou a casa como um lugar neutro, já as outras mulheres a categorizaram como um lugar de alívio.

Os homens cisgênero foram os que expressaram o maior mal-estar em relação à bissexualidade, em seguida em relação à classe. O gênero não lhes causa mal-estar, ou qualquer emoção negativa, quando pensado individualmente, mas, quando falavam do coletivo, eles expressavam um desconforto e preocupação com outras pessoas. Do mesmo modo, acreditamos que este maior mal-estar em relação à bissexualidade seja fruto das expectativas de uma masculinidade hegemônica.

Além disso, os relatos das pessoas entrevistadas deixam claro que a realidade financeira do país e de Ponta Grossa, bem como seus planejamentos urbanos, têm afetado a população jovem profundamente, deixando-os, muitas vezes, sem outras possibilidades de vida, já que se voltam para uma corporalidade masculina cis-heteronormativa, branca e de classe alta, obliterando qualquer outra existência que fuja dessa norma e/ou forçando-a a esconder-se.

CONSIDERAÇÕES FINAIS QUEM VIVE NA MARGEM NÃO SE AFOGA NESSA ÁGUA?

*Amo todos meus guerreiros, sem medo da farda
Cortando os nossos, vivemos pela espada
Paredão batendo, tem de sobra, bunda e arma
Quem vive na margem não se afoga nessa água.
[...] Isso é sobre carinho, afeto, crença ou a falta disso
tudo? É sobre todos que viveram sozinhos e quando
foram amados não sabiam o que fazer.
(Baco Exu do Blues - Imortais e Fatais II)*

Com esta pesquisa, buscamos desvelar a existência de um direito à cidade em Ponta Grossa - Paraná que abarcasse as pessoas bissexuais com todas as suas intersecções identitárias. Para tanto, nos propusemos a compreender como a identidade bissexual, interseccionada com a identidade de gênero e de classe, e o próprio direito à cidade, se configuram nesta espacialidade.

No decorrer de nossa caminhada, fomos nos deparando com diversos paradoxos envolvendo os conceitos que sustentam nosso trabalho. Em primeiro lugar, tomamos ciência acerca dos paradoxos em torno de agrupamentos identitários, já que a produção, participação e planejamento espacial e legislativo ocorrem apenas de forma coletiva, mas o agrupamento de pessoas, por vezes, desconsidera ou mesmo massacra suas particularidades. Em segundo lugar, nos deparamos com os paradoxos em torno de pesquisas interseccionais, que por mais que busquem apresentar uma maior complexidade em torno da diversidade humana, não conseguem fugir totalmente de categorizações e ainda privilegiam identidades e/ou estruturas em detrimento de outras. Do mesmo modo, não fugimos totalmente da eleição de categorias espaciais mais abrangentes, tanto a título de inteligibilidade quanto a título de exequibilidade deste trabalho, mas reconhecemos que ao termos feito isso, generalizamos uma série de espacialidades que apresentam características distintas entre si.

A própria bissexualidade é cercada de paradoxos, a começar por sua definição, a qual difere mesmo entre as próprias pessoas que se identificam como bissexuais. O que nos foi evidenciado, tanto pelo relato das pessoas entrevistadas, quanto pela literatura, é que a bissexualidade é tão fluida, que não pode ser definida rigidamente como as sexualidades monossexuais foram/são.

Tomando a liberdade para parafrasear o ‘Princípio da Incerteza’ proposto por Werner Heisenberg, medir os limites da bissexualidade a perturbaria, bem como

perturbaria o seu movimento, logo, alteraria a sua essência e, por conseguinte, o seu significado. Assim, nas palavras de bell, a bissexualidade:

Não é uma resposta do que é, mas eu acho que, hoje pra mim faz mais sentido pensar em bissexualidade e aí nesse bojo sobre não binaridade, sobre o que não é, do que sobre o que é, sabe?! Porque aí quando eu penso sobre o que não é, eu não tô dizendo que é uma coisa específica, universal e que essa coisa, todas as pessoas que estão nesse lugar precisam caber ali, então quando eu penso que é uma coisa que tá pra além das possibilidades de monossexualidade, eu tô pensando que é uma possibilidade que envolve essas outras formas de se criar relações sexuais, afetivas, amorosas, enfim. Então eu acho que é mais sobre isso assim, sobre o que não é, do que sobre o que é (15/10/2021, por *Google Meet*).

Entretanto, como demonstrado no Capítulo I deste trabalho, como seres humanos, sentimos uma necessidade, quiçá inata, de classificar, nomear e delimitar os limites de tudo à nossa volta. Por não possuir limites claros e por não possuir uma escolha de objeto específica e abjeção às demais, a bissexualidade é entendida como uma ameaça à monodissidência, dessarte o contrato epistêmico de apagamento bissexual. Este contrato, naturalmente também apresenta contradições, já que ao mesmo tempo em que se espera de uma pessoa bissexual que ela “se decida” entre uma escolha de objeto, há uma cobrança inversamente proporcional de que esta mesma pessoa se relacione de forma equivalente com pessoas de diversos gêneros. Isso nos leva à uma outra dimensão deste contrato, que é a monogamia, ou a ausência dela, a qual é também atribuída como algo intrínseco da identidade bissexual.

Apesar de a nível conceitual a bissexualidade não ser facilmente delimitada, ela é impelida a ser em um nível político, pois como dito anteriormente, indivíduos não conseguem realizar a mudança necessária da realidade, apenas grupos de pessoas, mas para que este agrupamento ocorra, uma identificação com algo se faz necessária. Portanto, além do contrato epistêmico de apagamento bissexual, a dificuldade de delimitar o que é a bissexualidade e o que a torna diferente das demais sexualidades também impedem as pessoas bissexuais de se articularem política e coletivamente, conferindo-lhe um ‘não-lugar’. Isto vem mudando recentemente com a criação do Manifesto Bissexual Brasileiro, o qual institui que a atração bissexual não se baseia na identidade de gênero, e com isso, tanto as pessoas que acreditam que a bissexualidade é binária, quanto aquelas que discordam, são abrangidas nesta definição. Deste modo, tanto a articulação de pessoas que se identificam como bissexuais, como o aumento da visibilidade desta identidade para aquelas que não se identificam com esta, se tornam possíveis.

Por adotarmos o direito à cidade como um direito que une todos os demais, ou seja, um direito de participação, de construção, de transformação e de pertencimento pleno ao espaço urbano, e por compreendermos que o contrato epistêmico de apagamento bissexual se transcreve em todas as escalas, está claro que pessoas bissexuais não são abrangidas por este direito, ao menos não irrestritamente.

Para entendermos como o direito à cidade se constitui em Ponta Grossa, nos baseamos em autoras/es que se debruçaram sobre este conceito, além de termos nos ancorado na legislação brasileira, especificamente no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257 de 10/07/2001), e também nos *Relief Maps* das pessoas entrevistadas, as quais compartilharam informações sobre suas experiências nesta cidade.

Com isso, constatamos que o direito à cidade em Ponta Grossa é unilateral, seletivo e paradoxal, refletindo a própria organização humana no espaço. Isto porque nos foi evidenciado que esta cidade apresenta uma estrutura conservadora, que privilegia indivíduos dentro dos padrões normativos (*i.e.* homens, brancos, cis-heteronormativos, classe alta, sem deficiências, etc.) em detrimento daquelas/es que possuem uma corporalidade dissidente.

Apesar de pontuarmos que as formas estruturantes de nossa sociedade precisam ser analisadas como um todo, dentro do possível, a possibilidade que a metodologia dos *Relief Maps* nos concede de poder perceber estas estruturas, que aqui se apresentam também como identidades interseccionadas, de forma também fragmentada, evidencia a existência da bifobia, desde momentos sutis à situações de violências explícitas.

Por esta razão, sabemos que pessoas bissexuais não vivenciam os espaços urbanos plenamente. Entretanto, quando consideramos a identidade sexual interseccionada com outras identidades, esta autonomia no espaço urbano aumenta ou diminui. Do mesmo modo, esta metodologia nos mostra o 'jogo de identidades' que realizamos quando buscamos uma maior passabilidade na cidade, no qual performamos de forma que nossa corporalidade se aproxime da norma, privilegiando alguns comportamentos e algumas identidades em detrimento de outros.

No decorrer deste trabalho, com a metodologia dos *Relief Maps*, consideramos as categorias identitárias de Gênero, Bissexualidade e Classe, as categorias emocionais de Aceitação, Alívio, Liberdade, Segurança, Indiferença, Controle, Preocupação, Medo e Discriminação, e as categorias espaciais do Corpo,

Casa, Internet, Vizinhança, Espaços de Lazer, Espaços Públicos em Geral, Coletivos Políticos, Instituições de Ensino, Trabalho e a Cidade. Com isso, sabemos que a Vizinhança, as Instituições de Ensino, os Espaços Públicos em Geral e a Cidade como um todo, são entendidas pela maioria das pessoas como lugares opressivos, especialmente esta última, a qual apresenta o sentimento unânime de preocupação em relação à bissexualidade e o maior sentimento de preocupação também em relação à identidade de gênero, como expresso por nove (9) das pessoas entrevistadas. Estas também são as espacialidades que apresentam uma maior frequência do sentimento de mal-estar, bem como outras emoções negativas como controle, medo e a discriminação, que também se configura na forma de violência.

O Trabalho, a Internet, os Espaços de Lazer e até o Corpo são, para a maior parte das pessoas entrevistadas, lugares controversos. Nestes espaços, a proporção entre as emoções positivas (alívio, aceitação, segurança e liberdade) e as emoções negativas (controle, discriminação, medo e preocupação) é muito semelhante, com exceção dos Espaços de Lazer, onde as últimas são mais frequentes, por serem espacialidades que envolvem o abuso de substâncias psicotrópicas, o que contribui para um maior sentimento de insegurança.

No que tange ao Corpo, a sua configuração como um lugar controverso se dá, pois apenas os homens cisgênero demonstraram uma satisfação completa com seus corpos no que compete às suas identidades de gênero. Do mesmo modo, à respeito da bissexualidade, houveram também relatos de inseguranças quando as pessoas entrevistadas consideravam a interação de seus corpos com outros, ou mesmo de seus corpos com outras espacialidades. Com isso, observamos que a insegurança que permeia as pessoas bissexuais se estende em todas as escalas, por mais que algumas espacialidades ainda se apresentem como espaços de resistência e de refúgio.

Alguns destes lugares de refúgio e de alívio para as pessoas que entrevistamos são os Coletivos Políticos e a Casa. Ressaltamos que os Coletivos Políticos não foram espacialidades vivenciadas por todas as pessoas entrevistadas, mas para aquelas que o fizeram, apesar de ainda haverem situações de silenciamento, especialmente sobre a bissexualidade, estes espaços foram, majoritariamente, acolhedores.

Em contrapartida à Cidade, a Casa é a espacialidade com o maior acúmulo de emoções positivas, havendo uma unanimidade no sentimento de aceitação em

relação à bissexualidade. Esta espacialidade ainda apresenta tensionamentos, especialmente para as pessoas que possuem identidades de gênero dissidentes e que ainda habitam com suas famílias. Por mais que esta espacialidade se configure, em sua maioria, como um lugar de alívio, ela ainda apresenta conflitos no que tange à identidade de gênero, de classe e outras mais, e logo, não devemos adotar o espaço doméstico como um espaço homogêneo e intrinsecamente acolhedor.

Observamos que as emoções negativas são mais frequentes, de forma geral, que as positivas. Isso influencia na utilização dos espaços urbanos, onde muitas vezes este acúmulo de sentimentos negativos gera um rompimento e/ou desconexão com a cidade. Mas como exposto neste trabalho, não somos inertes às matrizes de poder, mas negociamos com elas de forma a nos consolidarmos como sujeitos e com isso, criamos alternativas de mitigar nossas interdições ou mesmo criamos novos espaços. Destarte, pontuamos a importância de pensarmos não só um direito à cidade que abarque as múltiplas escalas do cotidiano, mas também as múltiplas escalas do ser humano, sendo compreendido, construído e vivenciado por todas as pessoas, em todas as esferas, do público ao privado.

Dito isso, é evidente que precisamos considerar a sexualidade como uma categoria estruturante que molda as sociedades desde os seus primórdios, não apenas a classe, a raça e o gênero, visto que ela está sendo tensionada e influencia em como nos organizamos espacialmente, já que marca grande parte do que somos. Como apontado ao longo deste trabalho, sexualidade e classe são indissociáveis, e a luta LGBTQIAPN+ não é individual e individualista, mas busca garantir uma série de direitos básicos que são negados à populações inteiras não só devido às suas posicionalidades de classe, raça e/ou gênero, mas também em virtude de suas sexualidades dissidentes (e muitas outras categorias identitárias).

É com uma realidade repleta de paradoxos identitários, espaciais e emocionais que bissexuais, com suas próprias paradoxalidades, negociam suas existências e insurgências com as matrizes de poder. Portanto, apesar de todas as violências sofridas, estas pessoas também criam alternativas de vivenciar o espaço de forma a torná-lo menos interdito, demonstrando assim, que também possuem agência sob o mesmo, ainda que não a exerçam plenamente. Isto posto, mesmo que bissexuais estejam vivendo, simultaneamente, ao centro e à margem, não se afogam nessa água.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, L. Brasil tem 25,8 milhões de motoristas mulheres – e número está crescendo. **UOL**, São Paulo, 11 mar 2021. Disponível em: <https://autopapo.uol.com.br/noticia/motoristas-mulheres-brasil/>. Acesso em: 18/04/22.

ANDRÉ, I. O Gênero em Geografia: Introdução de um Novo Tema. *In*: ESTEVENS, A; CARMO, A. **Isabel André, uma Geógrafa Inquieta: Textos Escolhidos**. Lisboa: IGOT, 2018, p. 187-204.

ANDRÉ, I. **O falso neutro em geografia Humana: Gênero e Relação patriarcal no emprego e no trabalho doméstico**. Lisboa: IGOT, 2019.

BAY AREA BISEXUAL NETWORK. The bisexual manifesto. *In*: **Anything that moves: Beyond the Myths of Bisexuality**. 2020. Disponível em: <https://bimanifesto.carrd.co/>. Acesso em: 20/07/21.

BENEVIDES, B.G.; NOGUEIRA, S.N.B (orgs.). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020**. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>. Acesso em: 16/11/21.

BI-SIDES. **Construindo a história do movimento bissexual brasileiro**. Por Daniela Furtado, 2014. Disponível em: <https://www.bisides.com/post/construindo-a-hist%C3%B3ria-do-movimento-bissexual-brasileiro>. Acesso em: 12/11/21.

BRASIL. **Estatuto da Cidade**. 3ª. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf?sequencia=6%20Calizaya>. Acesso em: 21/07/20.

BRASIL. **Estatuto da Metrópole**. Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113089.htm. Acesso em: 30/11/21.

BRITO, H. A identidade como compositora de corpos e espaços bissexuais. *In*: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA, 2021, Edição Online. **A Geografia que fala ao Brasil: ciência geográfica na pandemia ultraliberal**. Campina Grande: Realize Eventos Científicos e Editora, 2021. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/enanpege/2021/TRABALHO_COMPLETO_EV154_MD1_SA149_ID143309092021164311.pdf. Acesso em: 09/05/22.

BRITO, H.; ORNAT, M.J. POSICIONALIDADE: teoria e prática geográfica nas epistemologias Pós- coloniais, Feministas e Queer. *In: 7º Colóquio Mulher e Sociedade*, 2021, Ponta Grossa. **Desigualdades de gênero e interseccionalidade: os direitos humanos em tempos de crise**. Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2021. Disponível em: http://177.101.17.52/jornalismo/ocs/index.php/7coloquiomulheresociedade/7coloquio_mulheresociedade/paper/viewFile/312/89. Acesso em: 29/06/22.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 16ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. [Formato Epub]

BUTLER, J. **Bodies that matter: On the Discursive Limits of "Sex"**. New York: Routledge, 1993.

BUTLER, J. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição**. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, J. **Judith Butler: 'BOA PARTE DE TEORIA QUEER FOI DIRIGIDA CONTRA O POLICIAMENTO DA IDENTIDADE'**. [Entrevista cedida a] Sara Ahmed. 10 fev. 2017. Disponível em: <https://www.comciencia.br/entrevista-com-judith-butler/>. Acesso em: 12/11/21.

CAPES. **Catálogo de Teses & Dissertações**. Brasília, 2020. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 19/07/21.

CARLOS, A.F.A. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007a.

CARLOS, A.F.A. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: FFLCH. 2007b.

CARLOS, A.F.A. O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 472-486, 2014.

CARLOS, A.F.A. Henri Lefebvre: o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 01, p.349-369, 2020.

CARRANÇA, T. Jovens 'sem religião' superam católicos e evangélicos em SP e Rio. **BBC BRASIL**, São Paulo, 9 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61329257>. Acesso em: 12/05/22.

CASTRO, I. E. O problema da escala. *In: CASTRO, I.E.; GOMES; P.C.C.; CORREA, R.L. (org.). Geografia: Conceitos e Temas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 117 – 140, 2000.

CEIA, C. Butch/Femme. **E-dicionário de termos literários**, Lisboa, 24/12/2009. Disponível em:

[https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/butchfemme#:~:text=Express%C3%A3o%20de%20origem%20francesa%20\(%E2%80%9Cbutch,mulher%2C%20como%20numa%20rela%C3%A7%C3%A3o%20heterossexual.](https://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/butchfemme#:~:text=Express%C3%A3o%20de%20origem%20francesa%20(%E2%80%9Cbutch,mulher%2C%20como%20numa%20rela%C3%A7%C3%A3o%20heterossexual.) Acesso em: 26/05/22.

CENTER FOR POSITIVE SEXUALITY. **#TuesdayTerms: Bi/Pan/Omni/Polysexual.** Positive sexuality blog, 15 jun 2021. Disponível em: <https://positivesexuality.org/tuesday-terms-bi-pan-omni-polysexual/>. Acesso em: 10/11/21.

MAYOL, P. The neighborhood. *In*: CERTEAU, M.; GIARD, L.; MAYOL, P. **The practice of everyday: Living and Cooking**, Vol II. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1988, p. 7-13.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia?**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CONNOLLY, J.; STEIL, J. Introduction: finding justice in the city. *In*: MARCUSE, P.; CONNOLLY, J.; NOVY, J.; OLIVO, I.; POTTER, C.; STEIL, J. **Searching for the just city: debates in urban theory and practice.** New York: Routledge, p. 1-16, 2009.

CORDEIRO, F. O Direito à Cidade sob a Perspectiva de Gênero. **Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social**, v. 1, n. 1, 2018. Trabalho apresentado no 6º Encontro Internacional de Política Social e 13º Encontro Nacional de Política Social, 2018, Vitória, ES. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/20207>. Acesso em: 22/02/02.

CORREA, R.L. Tempo, espaço e Geografia - Um ensaio. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 285-294, jan/jun, 2019.

CRENSHAW, K. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. *In*: **University of Chicago Legal Forum**. Chicago, vol. 1989, art. 8, p. 139-167, 1989.

DEFILIPPIS, J. On globalization, competition, and economic justice in cities. *In*: MARCUSE, P.; CONNOLLY, J.; NOVY, J.; OLIVO, I.; POTTER, C.; STEIL, J. **Searching for the just city: debates in urban theory and practice.** New York: Routledge, p. 144-158, 2009.

DE MARCO, C. M.; SANTOS, P. J. T.; MÖLLER, G. S. Gentrificação no Brasil e no contexto latino como expressão do colonialismo urbano: o direito à cidade como proposta decolonizadora. *urbe*. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, e20190253. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190253>.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DIKEÇ, M. Justice and the spatial imagination. *In*: MARCUSE, P.; CONNOLLY, J.; NOVY, J.; OLIVO, I.; POTTER, C.; STEIL, J. **Searching for the just city: debates in urban theory and practice.** New York: Routledge, p. 72-88, 2009.

DIMOCK, M. **Defining generations: Where Millennials end and Generation Z begins**. Pew Research Center, 17 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.pewresearch.org/fact-tank/2019/01/17/where-millennials-end-and-generation-z-begins/>. Acesso em: 12/05/22.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1984.

ESQUERDA ONLINE. **Bissexuais do Brasil, uni-ves!**. 2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/06/18/bissexuais-do-brasil-uni-ves/>. Acesso em: 12/11/21.

FAINSTEIN, S. S. Planning and the Just City. *In*: MARCUSE, P.; CONNOLLY, J.; NOVY, J.; OLIVO, I.; POTTER, C.; STEIL, J. **Searching for the just city: debates in urban theory and practice**. New York: Routledge, p. 19-39, 2009.

FAUSTO-STERLING, A. **Les Cinq Sexes: Pourquoi mâle et femelle ne sont pas suffisants**. Paris: Editions Payot & Rivages, 2013.

FENSTER, T. The Right to the Gendered City: Different Formations of Belonging in Everyday Life. **Journal of Gender Studies**, London, v. 14, n. 3, Nov., p. 217–231, 2005.

FISCHER, F. Discursive planning: social justice as discourse. *In*: MARCUSE, P.; CONNOLLY, J.; NOVY, J.; OLIVO, I.; POTTER, C.; STEIL, J. **Searching for the just city: debates in urban theory and practice**. New York: Routledge, p. 52-71, 2009.

FLANDERS, C.E. Under the Bisexual Umbrella: Diversity of Identity and Experience. **Journal of Bisexuality**, v. 7, n. 1, p. 1-6, 2017.
DOI:<http://dx.doi.org/10.1080/15299716.2017.1297145>.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988. 153p.

FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. **Carta de Princípios**. 2021. Disponível em: <https://www.frentebissexualbrasileira.org/quem-somos/carta-de-princ%C3%ADpios>. Acesso em: 12/11/21.

GIOVANAZ, D. Triste fim do Minha Casa Minha Vida: como Bolsonaro extinguiu o programa sem alarde. **Brasil de Fato**, São Paulo, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/triste-fim-do-minha-casa-minha-vida-com-o-bolsonaro-extinguiu-oprograma-sem-alarde#:~:text=Desde%202009%2C%20fora%20mais%20de,16%2C5%20milh%C3%B5es%20de%20pessoas>. Acesso em: 19/04/22.

GOODMAN, L.A. Snowball Sampling. **Annals of Math. Statist.** v. 32, n. 1. mar., p. 148 – 170, 1961. DOI: [10.1214/aoms/1177705148](https://doi.org/10.1214/aoms/1177705148).

GOOGLE. **Bissexual**. Busca 2. Disponível em:

https://www.google.com/search?q=bissexual&sxsrf=APq-WBtLvHj9zVGclOCOD6rbEge-kDdnMg%3A1648753232743&ei=UPpFYqmALcrC5OUPn_q58AI&ved=0ahUKEwip6lm2hPH2AhVklbkGHR99Di4Q4dUDCA4&uact=5&oq=bissexual&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAM6BAgjECc6BAgAEEM6EQguEIAEELEDEIMBEMcBENEDOggILhCABBDUAjOLCAAQgAQQsQMqgwE6CwguEIAEELEDEIMBOgclLhCxAXBDoggIABCABBcxAZoECC4QQzoFCAAQgAQ6CAguEIAEELEDOgUILhCABDofCAAQsQM6CAgAELDEIMBOg4ILhCABBCxAXCDARDUAjohCAAQgAQQCjOLCC4QgAQQxwEQ0QNKBAhBGABKBAhGGABQAFiKWCUCmgAcAB4AIABogGIAa8JkgEDMC45mAEAoAEBwAEB&scient=gws-wiz . Acesso em: 31/03/22.

GOOGLE. **Gay**. Busca 2. Disponível em:

https://www.google.com/search?sxsrf=AOaemvIQPyEFmiwBCVGVVPqBN3gNKAYLuA:1635610059587&q=Gay&stick=H4sIAAAAAAAAAAONgecS4h5Fb4OWPe8JSmxgnrTI5jXE1lxDxcEZ-uWteSWZJpZAUfxuUxSvFzcWpn6tvkGJmF1iJMLFq5-ub2iYVVBkKJ1UkCTw8O0MRqVgl_ddl6adY3MUZAACI_kQBylNLSEuds9in_zkxBxBLSGdBzle7-21hLk4QhLr8vPycysF3ZaWxD989MZeizMTqCnh8fp39loMTftWHGJj4WAUYAjih1qVIIzIJWRUdTAuLV575-zzz4z8SxiZXZPrAQAhWl3lcgAAAA&sa=X&ved=2ahUKEwjHrt6kwwLzAhXmq5UCHXWwDsMQ6RN6BAg5EAE&biw=1366&bih=657&dpr=1 . Acesso em: 30/10/21.

GOOGLE. **Heterossexual**. Busca 2. Disponível em:

https://www.google.com/search?q=heterossexual&sxsrf=APq-WBvuhXi2y-jA1NcT_-NdI_GuefusIA%3A1648753257269&ei=afpFYquQEL7A5OUPiMuDiAU&ved=0ahUKEwjR6OLBhPH2AhU-ILkGHYjIAFEQ4dUDCA4&uact=5&oq=heterossexual&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAM6BggjECcQEzoECCMQJzoECAAQZoLCAAQgAQQsQMqgwE6CAgAEIAEELEDOhEILhCABBCxAXCDARDHARCjAjoGCAAQChBDog4ILhCABBCxAXDHARDRAzoFCC4QgAQ6BwguELEDEEM6DgguEIAEELEDEMcbEKMCOggILhCABBCxAZoHCAAQsQMqQzoFCAAQgAQ6CAgAELEDEIMBOgclABCABBakoGoIABCABBBGEP8BOgoIABCxAXCDARAKOgQIABAKSgQIQRgASgQIRhgAUABYuw5gqRBoAHABeACAaABiAG1DZIBBDaUMTOYAQCgAQHAAQE&scient=gws-wiz . Acesso em: 31/03/22.

GOOGLE. **Lésbica**. Busca 2. Disponível em:

https://www.google.com/search?q=l%C3%A9sbica&sxsrf=APq-WBtLzB3SyOj-2srofdcmgCrN4MGvzw%3A1648753207435&ei=N_pFYqmZGs2n5OUPglaeuAg&ved=0ahUKEwjpkIGqhPH2AhXNE7kGHQCDB4cQ4dUDCA4&uact=5&oq=l%C3%A9sbica&gs_lcp=Cgdnd3Mtd2l6EAM6BAgjECc6BAgAEEM6CwgAEIAEELEDEIMBOgUIABCABDoOCC4QgAQQsQMqQxwEQowl6EQguEIAEELEDEIMBEMcBENEDOg4ILhCABBCxAXCDARDUAjOLCC4QsQMqgwEQ1AI6CAguEIAEELEDOggIABCABBCxAZoHCAAQgAQQCjOLCC4QgAQQ1AJKBAhBGABKBAhGGABQAFj-B2C_C2gAcAB4AIABoQGIAcUHkgEDMC43mAEAoAEBwAEB&scient=gws-wiz . Acesso em: 31/03/22.

GUPTA, M.; SHARMA, A. Fear of missing out: A brief overview of origin, theoretical underpinnings and relationship with mental health. **World journal of clinical cases**, v. 9, n. 19, p. 4881–4889, 2021. DOI: [10.12998/wjcc.v9.i19.48817](https://doi.org/10.12998/wjcc.v9.i19.48817).

HAESBAERT, R. Identidades territoriais. *In*: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Geografia cultural: uma antologia**, volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 233 – 244, 2013.

HALL, S. The Question of Cultural Identity. *In*: HALL, S.; HELD, D.; HUBERT, D.; THOMPSON, K. **Modernity: An Introduction to Modern Societies**. Hoboken: Blackwell, p. 596-634, 1996.

HANKE, W.; ORNAT, M.J. **Zonas de Sentido**. Curitiba: Appris, 2019.

HARVEY, D. **Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. Tradução de Adail U. Sobral e Maria S. Gonçalves. 17ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Lutas Sociais**, São Paulo, n. 29, Jul-Dez, p.73-89, 2012.

HARVEY, D. A liberdade da Cidade. *In*: MARICATO, E.; PESCHANSKI, J.A.; VAINER, C.; SECCO, L.; ŽIŽEK, S.; SAKAMOTO, L.; DE LIMA, V.A.; VIANA, S.; DE OLIVEIRA, P.R.; MAIOR, J.L.S.; IASI, M.L.; BRITO, F.; BRAGA, R.; DAVIS, M.; HARVEY, D. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, Carta Maior, 2013. [Formato Mobi]

HAYDEN, D. What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. **Signs**, v. 5, n. 3, p. S170–187, 1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/3173814>. Acesso em: 05/04/22.

HEMMINGS, C. Locating Bisexual Identities: Discourses of Bisexuality and Contemporary Feminist Theory. *In*: BELL, D.; VALENTINE, G. (eds.). **Mapping Desire: geographies of sexuality**. Londres e Nova York: Routledge, p. 37-49, 1995.

HEMMINGS, C. **Bisexual Spaces: A Geography of Sexuality and Gender**. New York: Routledge, 2002.

HEROD, A. **Scale**. Park Square: Routledge, 2011.

hooks, b. **Feminist theory from margin to center**. Boston: South End Press. 1984.

HUTTA, J.S. Affective territories: cartography of aconcheço as cartography of power. **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.8-36, jul, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6581>.

IBGE. **Desemprego**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em: 10/05/22.

IBGE. **Em pesquisa inédita do IBGE, 2,9 milhões de adultos se declararam homossexuais ou bissexuais em 2019**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, 2022. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/33785-em-pesquisa-inedita-do-ibge-2-9-milhoes-de-adultos-se-declararam-homossexuais-ou-bissexuais-em-2019>. Acesso em: 26/05/22.

IPARDES. **Caderno estatístico município de Ponta Grossa**. Junho de 2022.

Disponível em:

https://smma.pontagrossa.pr.gov.br/download/pg_sustentavel/ipardes_caderno_pg.pdf. Acesso em: 01/06/22.

IPLAN. **Plano Diretor Participativo**. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Ponta Grossa, 2018. Disponível em:

<https://iplan.pontagrossa.pr.gov.br/plano-diretor-participativo/>. Acesso em: 12/05/22.

KERN, L. **Cidade feminista**: A luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KINSEY INSTITUTE. **Diversity of sexual orientation**. Indiana University, 2019.

Disponível em:

<https://kinseyinstitute.org/research/publications/historical-report-diversity-of-sexual-orientation.php>. Acesso em: 01/11/21.

LAQUEUR, T.W. **Inventando o sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 306p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 5ª ed. São Paulo: Centauro. 2008.

LE BOSSÉ, M. As questões de identidade em geografia cultural – algumas concepções contemporâneas. *In*: CORRÊA, R.L.; ROSENDAHL, Z. (org.) **Geografia cultural**: uma antologia, volume II. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 221 – 232, 2013.

LORDE, A. Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference. *In*: **Sister Outsider. Essays and Speeches**. Berkeley: The Crossing Press, p. 114-123, 2007.

MADDEN, D.; MARCUSE, P. **In defense of housing**. Londres e Nova York: Verso, 2016.

MAURANO, T.R.; FACCHINI, R.; JESUS, F.K. **Carta a uma amiga bissexual**. 2010.

Disponível em:

http://blog-espaco-b.blogspot.com/2010/06/carta-uma-amiga-bissexual_21.html.

Acesso em: 12/11/21.

MCCALL, L. The complexity of intersectionality. **Signs**, v. 30, n. 3, p. 1771-1800, 2005. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/10.1086/426800>. Acesso em: 11/10/21.

MCDERMOTT, E. Multiplex Methodologies: Researching Young People's Well-Being at the Intersections of Class, Sexuality, Gender and Age. *In*: TAYLOR, Y.; HINES, S.;

CASEY, M.E. (eds.). **Theorizing Intersectionality and Sexuality**. Londres: Palgrave Macmillan, p. 235-254, 2010.

MONACO, H.M. **“A gente existe!”**: ativismo e narrativas bissexuais em um coletivo monodissidente. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2020.

MUÑOZ, L. Brown, Queer and Gendered: Queering the Latina/o ‘Street-Scapes’ in Los Angeles. *In*: BROWNE, K.; NASH, C.J. **Queer methods and methodologies: intersecting queer theories and social science research**. England: Ashgate, p. 55-68, 2010.

NEURODIVERGENTE. *In*: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2022. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/neurodivergente/>. Acesso em: 10/05/22.

NUNES, C.C.R.R. **Correlatos de ansiedade, depressão e suicidalidade nas minorias sexuais**. Dissertação (Mestrado em Psicopatologia) - Faculdade de Medicina, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39724/1/12167_Tese.pdf. Acesso em: 20/05/22.

ORIENTANDO. **Demi**. Disponível em: <https://orientando.org/listas/lista-de-orientacoes/demi/>. Acesso em: 16/05/22.

ORNAT, M.J.; SILVA, J.M. Território descontínuo paradoxal, movimento LGBT, Prostituição e cafetinagem no sul do Brasil. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 113-128, 2014.

PARANÁ. LEI Nº 11.025, de 06/07/2012. Proíbe o consumo de bebidas alcoólicas nos locais públicos do município de Ponta Grossa. **Câmara Municipal de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 18 de outubro de 2012. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/p/ponta-grossa/lei-ordinaria/2012/1103/11025/lei-ordinaria-n-11025-2012-proibe-o-consumo-de-bebidas-alcoolicas-nos-locais-publicos-d-o-municipio-de-ponta-grossa>. Acesso em: 17/05/22.

PASCUAL-BORDAS, J.; RODÓ-ZÁRATE, M. Gender, sexuality and home: young non-heterosexual women and their experiences in domestic space rooms in a medium-sized city in Catalonia. **Gender, Place & Culture**, Londres, 2022. DOI: 10.1080/0966369X.2022.2091523

PASSAMANI, G.R.; VASCONCELOS, A.M.; ROSA, M. V.; ISHII, R.P. Pobres, Pretos/as, Periféricos/as, Jovens e em Escolarização: A Constituição dos Sujeitos da 18ª Parada da Cidadania LGBT de Campo Grande/MS. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 11, n. 2, p. 57-81, 2020.

PINHONI, M. **Parada LGBT reuniu 3 milhões na Paulista, segundo organização; veja o que deu certo e o que deu errado**. G1, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/06/24/parada-lgbt-reuniu-3-milhoes-n>

[a-paulista-segundo-organizacao-veja-o-que-deu-certo-e-o-que-deu-errado.ghtml](#).
Acesso em: 26/05/22.

POLLAK, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. **Plano Diretor**. 2006. Disponível em:
<https://www.pontagrossa.pr.gov.br/node/1283>. Acesso em: 12/05/22.

PONTA GROSSA. Prefeitura Municipal. **História da Cidade**. Disponível em:
<https://pontagrossa.pr.gov.br/historia>. Acesso em: 12/05/22.

ROBINSON, M. Two-Spirit and Bisexual People: Different Umbrella, Same Rain. **Journal of Bisexuality**, London v. 7, n. 1, p. 7-29, 2017. DOI:
<https://doi.org/10.1080/15299716.2016.1261266>.

RODÓ-DE-ZÁRATE, M. Interseccionalidad y malestares por opresión a través de los Mapas de Relieves de la Experiencia. *In*: SILVA, M.G.S.N.; SILVA, J.M (orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, p. 39-56, 2011.

RODÓ-DE-ZÁRATE, M. **Geografies de la interseccionalitat: L'accés de la joventut a l'espai públic de Manresa**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) - Autonomous University of Barcelona, Barcelona, 2014.

RODÓ-DE-ZÁRATE, M. ¿Quién tiene Derecho a la Ciudad? Jóvenes Lesbianas en Brasil y Cataluña desde las Geografías Emocionales e Interseccionales. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, Jan-Jul, p. 3 - 20, 2016.

RODÓ-DE-ZÁRATE, M. Geografies de la interseccionalitat: llocs, emocions i desigualtats. **Treballs de la Societat Catalana de Geografia**, v. 82, p. 141-63, 2017. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/TreballsSCGeografia/article/view/321188>. Acesso em: 25/05/22.

ROUGHGARDEN, J. **Evolution's rainbow: diversity, gender, and sexuality in nature and people**. Berkeley: University of California Press, 2004. 485p.

ROSE, G. **Feminism & Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.

ROSE, G. Performing Space. *In*: MASSEY, D.; ALLEN, J.; SARRE, P. **Human Geography Today**. Cambridge: Polity Press. p. 247-259. 1999.

ROSS, L.E.; O'GORMAN, L.; MACLEOD, M.A.; BAUER, G.R.; MACKEY, J.; ROBINSON, M. Bisexuality, poverty and mental health: A mixed methods analysis. **Social Science & Medicine**, v. 156, mai, p. 64-72, 2016. DOI:
<https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2016.03.009>.

SÁNCHEZ, R. On a Critical Realist Theory of Identity. *In*: ALCOFF, L.M. et al. (eds). **Identity Politics Reconsidered**. The Future of Minority Studies. Palgrave Macmillan, New York, p. 31-52, 2006.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. 6ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANZ, P.P.; GIL, C.G. The Right to the City from the Perspective of Feminist Ethnography: Politicizing Emotions and Resistance in the Urban Space. **Revista INVI**, v. 35, n. 99, p. 1-33, 2020.

SCOTT, J. The evidence of experience. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 17, n. 4, p. 773-797, 1991.

SCOTT, J. O enigma da Igualdade. Tradução de Jó Klanovicz e Susana B. Funck. *In*: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 13(1), jan-abr, p. 11-30, 2005.

SILVA, J.M. Ausências e silêncios do discurso geográfico brasileiro: uma crítica feminista à geografia eurocêntrica. *In*: SILVA, J.M. (org.). **Geografias subversivas : discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, p. 55-92. 2009a.

SILVA, J.M. Geografias feministas, sexualidades e corporalidades: desafios às práticas investigativas da ciência geográfica. *In*: SILVA, J.M. (org.). **Geografias subversivas : discursos sobre espaço, gênero e sexualidades**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, p. 93-114. 2009b.

SILVA, J.M.; ORNAT, M.J. Dos Espaços Interditos à Instituição dos Territórios Travestis: Uma Contribuição às Geografias Feministas e Queer. **Terra Livre**, São Paulo, a. 26, v. 2, n. 35, jul-dez, p. 53-72, 2010.

SILVA, J.M.; SILVA, M.G.S.N. Introduzindo as interseccionalidades como um desafio para a análise espacial no Brasil: em direção às pluriversalidades do saber geográfico. *In*: SILVA, M.G.S.N.; SILVA, J.M. (orgs.). **Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial**. Ponta Grossa: TODAPALAVRA, p. 17-35, 2011.

SILVA, J.M.; ORNAT, M.J. Corpo como espaço: um desafio à imaginação geográfica. *In*: PIRES, C.L.Z.; HEIDRICH, A.L.; COSTA, B.P. **Plurilocalidade dos sujeitos: representações e ações no território**. Porto Alegre: EdUFF. p. 56 – 75, 2016.

SILVA, J.M.; ORNAT, M.J.; CHIMIN JUNIOR, A.B. 'Não me chame de senhora, eu sou feminista!' Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia**, v. 19, n. 40, p. 11-20, 2017. DOI: [10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13796](https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i40.a13796).

SILVA, J.M.; ORNAT, M.J. LEE, D. Entre medo e desejo: o espaço paradoxal da existência noturna de travestis e mulheres transexuais. *In*: TURRA NETO, N. **Geografias da Noite**. São Paulo : Editora Unesp Digital, 2021. p. 45-59

SMIP. Buscar linhas. **Departamento de Transporte Ponta Grossa - PR**. Disponível em:

<https://amtt.pontagrossa.pr.gov.br/transportes/transporte-coletivo/linhas-horarios-2/>.

Acesso em: 16/05/22.

SOUZA, M.B; ORNAT, MJ. Existe vida LGBTQIAP+ além da cidade grande: reflexões sobre o direito à cidade em Ponta Grossa-Paraná. **PROJECTARE – Revista de Arquitetura e Urbanismo**, n. 11, nov., 185-200, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Projectare/article/view/21487>. Acesso em: 26/04/22.

TAYLOR, Y. Complexities and Complications: Intersections of Class and Sexuality. *In*: TAYLOR, Y.; HINES, S.; CASEY, M.E. (eds.). **Theorizing Intersectionality and Sexuality**. Londres: Palgrave Macmillan, p. 37-55, 2010.

TRUTH, S. **Narrative of Sojourner Truth**. GILBERT, O (ed.). Boston: 1875.

Disponível em:

http://www.libraryweb.org/~digitized/books/Narrative_of_Sojourner_Truth.pdf. Acesso

em: 21/06/21.

UNE. História da UNE. Disponível em:

<https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>. Acesso em: 21/07/22.

UNITED STATES OF AMERICA. Title VII of the Civil Rights Act of 1964. **Equal Employment Opportunity Commission**, Washington. Disponível em:

<https://www.eeoc.gov/statutes/title-vii-civil-rights-act-1964> . Acesso em: 24/06/21.

VALENTINE, G. (Hetero)sexing space: lesbian perceptions and experiences of everyday spaces. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 11, p. 395-413, 1993.

VALENTINE, G. Theorizing and Researching Intersectionality: A Challenge for Feminist Geography. **The Professional Geographer**. Malden, vol. 59, n. 1, fev., p. 10-21, 2007.

VCG. Linha de ônibus. **Viação Campos Gerais**. Disponível em:

<https://editor.mobilibus.com/web/timetable/2bld5>. Acesso em: 16/05/22.

VIEIRA, J.G. Número de novas empresas abertas em Ponta Grossa é inferior a 2021. **Periódico UEPG**, Ponta Grossa, 23 Mar. 2022. Disponível em:

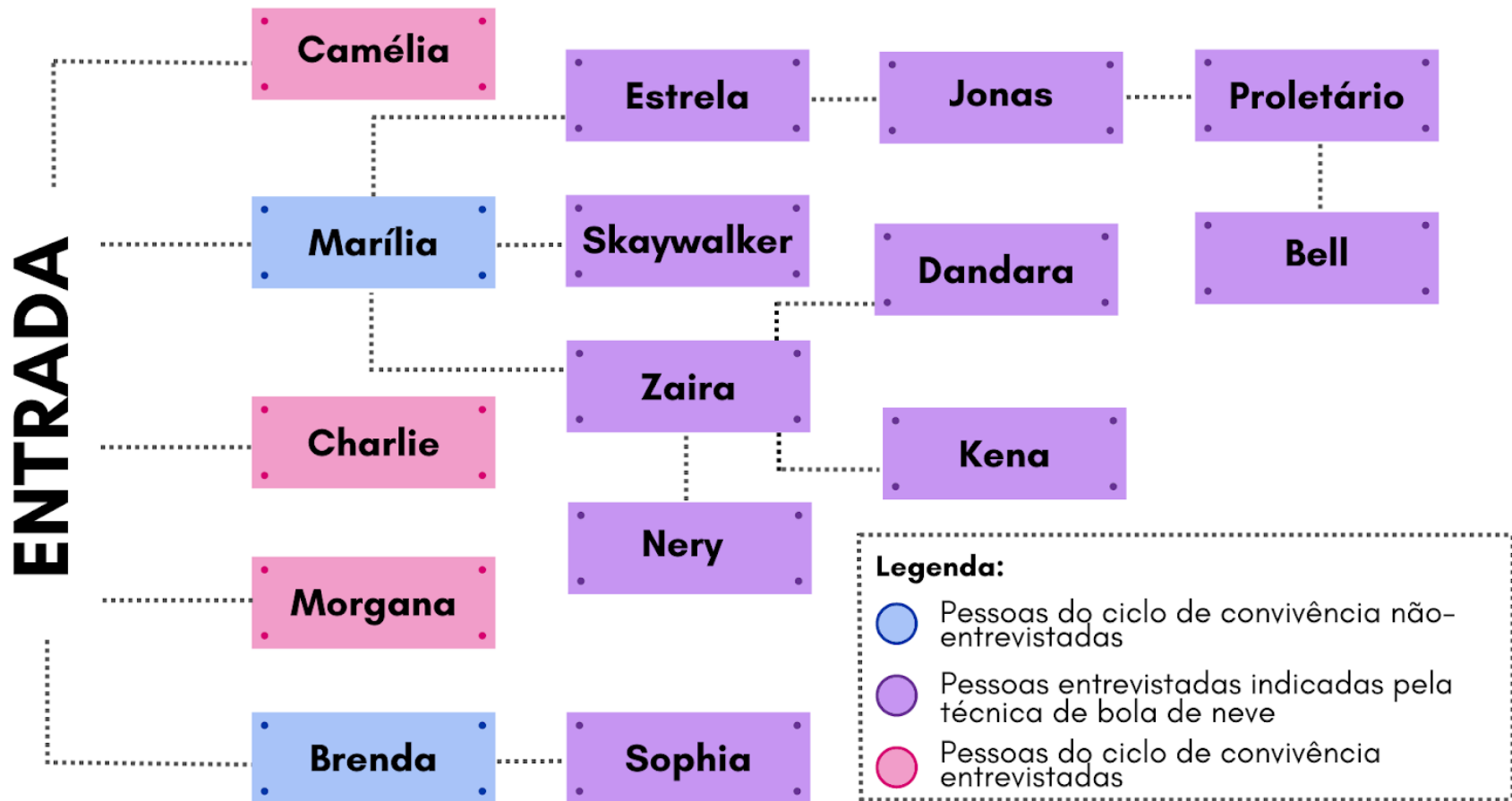
<https://periodico.sites.uepg.br/index.php/todas-as-noticias/240-economia/2599-numero-de-novas-empresas-abertas-em-ponta-grossa-e-inferior-a-2021>. Acesso em:

04/08/22.

YOSHINO, K. The epistemic contract of bisexual erasure. **Stanford Law School**, Stanford, v. 52, n. 2, p. 353-456, 2000.

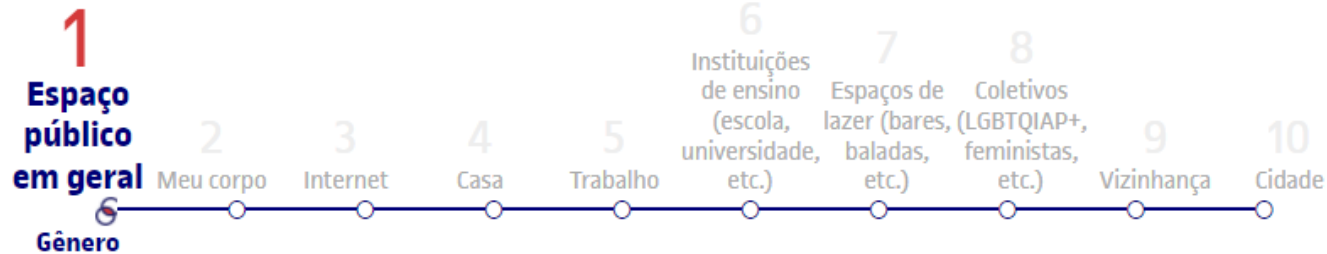
APÊNDICES

APÊNDICE A - PESSOAS ENTREVISTADAS ENCONTRADAS PELA TÉCNICA DE SNOWBALL, PONTA GROSSA, 2021.



Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2022.

APÊNDICE B - INTERFACE DE RESPOSTA SOBRE AS EMOÇÕES SEGUNDO O LUGAR E A IDENTIDADE, PLATAFORMA DOS RELIEF MAPS, 2021.



1. Como se sente em **Espaço público em geral** em relação a sua **Gênero**?

Descreva como se sente

2. Selecciona as emoções que sente neste lugar por esta identidade

- | | | |
|--|--------------------------------------|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Controle | <input type="checkbox"/> Medo | <input type="checkbox"/> Preocupação |
| <input type="checkbox"/> Discriminação | <input type="checkbox"/> Indiferença | <input type="checkbox"/> Aceitação |
| <input type="checkbox"/> Liberdade | <input type="checkbox"/> Segurança | <input type="checkbox"/> Alívio |

3. Selecciona as expressões que mais se adequem às emoções que sente neste lugar por esta identidade:



Qual é o grau de bem-estar/mal-estar que sente em **Espaço público em geral** em relação à sua **Gênero**?



APÊNDICE C - INTERFACE DE RESPOSTA SOBRE AS POSIÇÕES IDENTITÁRIAS, PLATAFORMA DOS *RELIEF MAPS*, 2021.



Selecione a opção com a que mais se identifica
Pode criar categorias novas se não se identifica com nenhuma das que se mostram.

Gênero

Idade

Identidade religiosa

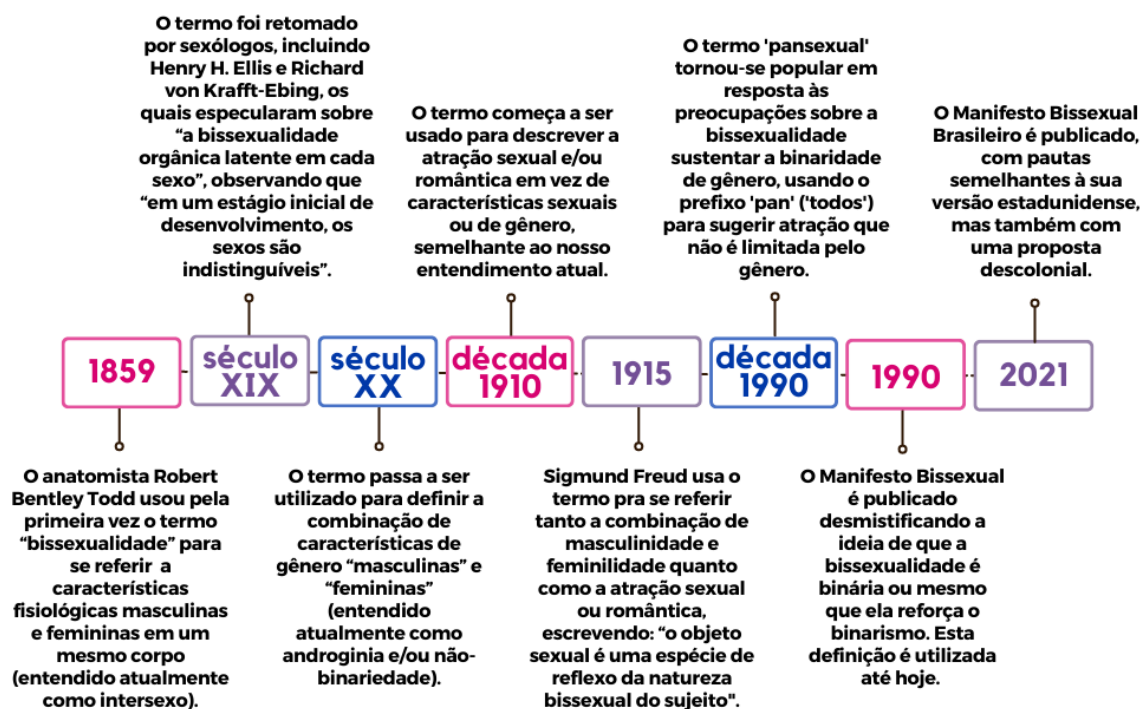
Classe social

Diversidade funcional / Deficiência

Raça

Fonte: *Relief Maps*. Disponível em: <<https://reliefmaps.cat/pt/>>. Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2022.

APÊNDICE D - CRONOLOGIA DO TERMO 'BISSEXUALIDADE', 2022.



Fonte: FRENTE BISSEXUAL BRASILEIRA. **Manifesto Bissexual Brasileiro**, 2021. Disponível em: <https://www.frentebissexualbrasileira.org/manifesto-bissexual-brasileiro>. Acesso em: 19/09/2022.

RHODES, M.R. **A short history of the word 'bissexuality'**, 2022. Disponível em: <https://www.stonewall.org.uk/about-us/news/short-history-word-bisexuality>. Acesso em: 19/09/2022.

Organização: BRITO, Hortência; ORNAT, Marcio; RODÓ-DE-ZÁRATE, Maria, 2022.